



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO- MEC
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CENTRO CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – DOUTORADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

**MINHA CASA, MINHA OUTRA VIDA: IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DA
SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL**

LEANDRO GOMES REIS LOPES

**TERESINA-PI
2019**

LEANDRO GOMES REIS LOPES

**MINHA CASA, MINHA OUTRA VIDA: IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DA
SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí como pré-requisito para a obtenção do título de Doutor.

Linha de Pesquisa: Cultura, identidades e
processos sociais

Orientador: Dr. João Paulo Sales Macedo

**TERESINA-PI
2019**

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

L864m

Lopes, Leandro Gomes Reis Lopes.

Minha casa, minha outra vida: impactos psicossociais da
segregação socioespacial / Leandro Gomes Reis Lopes. --2019.
323 f. : il.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Piauí, Programa
de Pós-Graduação em Políticas Públicas , Teresina, 2019..
“Orientador: Prof. Dr. João Paulo Sales Macedo”.

1. Política Habitacional - Programa Minha Casa, Minha Vida -
Teresina. 2. Segregação sócioespacial. 3. Implicação
Psicossociais. 4. Fatalismo. I. Título.

CDD: 307.760 981 22

LEANDRO GOMES REIS LOPES

**MINHA CASA, MINHA OUTRA VIDA: IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS DA
SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí como pré-requisito para a obtenção do título de Doutor.

Teresina, _____ de _____ de 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Paulo Sales Macedo (Orientador) - UFPI

Prof^a Dra. Solange Maria Teixeira (Avaliadora interna) UFPI

Prof. Antônio Cardoso Façanha (Avaliador interno) UFPI

Prof. Fernando Lacerda Junior (Avaliador externo) UFG

Prof. Edmundo Ximenes Rodrigues Neto (Avaliador externo) UESPI

DEDICO

Dedico esta tese aos trabalhadores e trabalhadoras, que sofrem no cotidiano com as injustiças e desigualdades do capitalismo.

AGRADECIMENTO

Este trabalho foi construído com a ajuda de várias mãos, tonando possível concretizar um simples desejo iniciado a mais de quatro anos em realidade. Alguns nem sequer imaginam a contribuição que possam ter realizado, pois mesmos gestos pequenos foram bastante significativos, tanto para a conclusão da pesquisa quanto para manter viva a vontade de trilhar este caminho nada fácil. Resta-me apenas prestar meu reconhecimento.

Agradeço à Deus por ter me acompanhado nesta trajetória de estradas sinuosas, abrindo veredas por onde passava e sustentou-me nos momentos de fraqueza.

À todos da minha família. Meus pais João e Wilza, principais motivadores desta empreitada, pelo apoio e incentivo aos estudos. Minhas irmãs, Clarissa e Manoela, pelos incentivos, momentos de alegria e descontrações. Meu filho Guilherme pelo carinho e pela simples presença, que me faz ser uma pessoa melhor!

Lorena Barradas pelo companheiro e por estar do meu lado durante grande parte desta jornada.

À Rejane pelo apoio e dedicação constante nas atividades da casa, assumindo suas funções com bastante afeto.

Ao meu orientador João Paulo por aceitar o desafio de orientar uma tese distante de suas concepções acadêmicas, e ter realizado um trabalho num diálogo sincero e humilde. Agradeço também pelas diversas sugestões, paciência e confiança.

Aos professores Façanha e Solange Teixeira que me acompanharam desde a primeira qualificação, pontuando críticas construtivas que me fizeram crescer profissionalmente, alargando meus horizontes numa perspectiva interdisciplinar.

Aos professores Fernando Lacerda e Edmundo Neto por aceitarem o convite para participar da banca de defesa.

Aos colegas de curso pela convivência e aprendizados.

Aos trabalhadores do Programa de Políticas Públicas, especialmente Layane, pela dedicação e prontidão para lidar com os entraves burocráticos. Profissional exemplar!

À Prefeitura Municipal de Teresina pela concessão da licença integral, possibilitando aprofundar nos caminhos teóricos e do campo de pesquisa.

Ao diretor do Colégio Técnico de Floriano, professor Ricardo, pela acolhida e apoio na fase de conclusão do doutorado, fundamental na fase da análise dos dados.

Aos participantes desta pesquisa, em especial os moradores do Teresina Sul.

E aos que ajudaram indiretamente para a finalização deste momento, que foram vários.

RESUMO

A questão habitacional é uma das expressões da questão social relativa à contradição inerente do capitalismo, a saber: a relação capital-trabalho. Neste contexto, a intervenção do Estado por meio de Políticas Públicas expressa-se de forma contraditória, na medida em que atua na reprodução da sociedade capitalista em sua totalidade. Esta lógica não é diferente nas Políticas Habitacionais, tal como pode ser constatado na implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) instituído pelo Governo Federal, em 2009, com o objetivo de reduzir o déficit habitacional brasileiro e alavancar a economia nacional. De uma maneira geral, os conjuntos habitacionais fruto de políticas estatais localizam-se nas periferias das cidades, onde o valor do imóvel é mais barato e não nos vazios urbanos dos bairros mais centrais que contam com melhor infraestrutura urbana e equipamentos e serviços coletivos. Assim sendo são políticas que acabam por produzir um processo denominado de segregação socioespacial. A experiência dos moradores nestes espaços apresenta apenas mudanças de ordem objetiva e concreta na cidade mais produz também um impacto na sua forma de pensar, sentir e agir dos trabalhadores, determinando formas de viver n(a) cidade. Neste sentido, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as implicações psicossociais da segregação socioespacial promovida pelo PMCMV a partir da experiência de segregação socioespacial por meio do estudo de caso com moradores do Residencial Teresina Sul I e II do PMCMV. Os objetivos específicos foram: caracterizar o atendimento das necessidades básicas do moradores do PMCMV por meio dos equipamentos e serviços públicos; descrever a experiências da segregação socioespacial; identificar os principais mediadores da consciência dos moradores e seus desdobramentos na participação sociopolítica. Para tanto, foram caracterizados a inserção do empreendimento na estrutura urbana da cidade de Teresina –PI e sua articulação com as demais políticas setoriais, por meio de um mapeamento com a localização e distâncias. Foram realizadas também entrevistas com 10 gestores ou profissionais da educação, saúde e assistência social. E com o objetivo de analisar as experiências dos moradores e suas implicações psicossociais tanto no movimento da consciência quando na organização sociopolíticas foram realizadas entrevistas individuais ou em dupla com 12 moradores no total. As entrevistas foram analisadas dentro da perspectiva materialista histórica –dialética, tendo como técnica o Núcleo de Significação. Os dados indicam que os equipamentos públicos e serviços que atendem as necessidades dos moradores do Residencial Teresina Sul I e II estão localizados em outras comunidades. Para assegurar o acesso aos serviços o poder público implantou estratégias como transporte escolar ou uma equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF) em instituições próximas. No que diz respeito à experiência dos moradores, pode-se afirmar que foram mediadas pela sua história de vida, vínculos sociais e familiares, trabalho e emprego, excluindo-se o Trabalho Social realizado pela equipe técnica enquanto parte do Programa. Embora os moradores realizem críticas à realidade em que vivem, o movimento da consciência encontra-se estagnado sendo comum a presença do fatalismo. Com efeito, possuem baixa organização sociopolítica, com vestígios de resignação religiosa em alguns casos.

Palavras-chave: Política Habitacional; Programa Minha Casa, Minha Vida; Segregação sócioespacial; Implicação Psicossociais; fatalismo.

ABSTRACT

The housing question is one of the expressions of the social question concerning the inherent contradiction of capitalism, namely, the capital-labor relationship. In this context, State intervention through Public Policies is contradictory, as it acts in the reproduction of capitalist society in its entirety. This logic is no different in Housing Policies, as can be seen in the implementation of the Minha Casa, Minha Vida Program (PMCMV) instituted by the Federal Government in 2009, with the objective of reducing the Brazilian housing deficit and leveraging the national economy. Generally speaking, housing developments resulting from state policies are located on the outskirts of cities, where the value of real estate is cheaper and not in the urban voids of the more central neighborhoods that have better urban infrastructure and collective equipment and services. Thus, these policies end up producing a process called socio-spatial segregation. The residents' experience in these spaces presents objective and concrete changes in the city but also an impact on the workers' way of thinking, feeling and acting, determining ways of living in the city. In this sense, this research aims to analyze the psychosocial implications of socio-spatial segregation promoted by PMCMV from the experience of socio-spatial segregation through case study with residents of PMCMV Residential Teresina Sul I and II. The specific objectives were: to characterize the basic needs of the PMCMV residents through the equipment and public services; describe the experiences of socio-spatial segregation; identify the main mediators of residents' awareness and their consequences in socio-political participation. For this, we characterized the insertion of the enterprise in the urban structure of the city of Teresina –PI and its articulation with the other sectoral policies, through a mapping with the location and distances. Interviews were also conducted with 10 managers or professionals from education, health and social assistance. And in order to analyze residents' experiences and their psychosocial implications both in the consciousness movement and in socio-political organization, individual or double interviews were conducted with 12 residents in total. The interviews were analyzed from the historical materialist perspective - dialectic, having as technique the Nucleus of Meaning. Data indicate that public facilities and services that meet the needs of residents of Residential Teresina Sul I and II are located in other communities. To ensure access to services, the government has implemented strategies such as school transportation or a Family Health Strategy (FHS) team in nearby institutions. Regarding the residents' experience, it can be stated that they were mediated by their life history, social and family ties, work and employment, excluding the Social Work performed by the technical team as part of the Program. Although residents criticize the reality in which they live, the movement of consciousness is stagnant and fatalism is common. Indeed, they have low socio-political organization, with traces of religious resignation in some cases.

Keywords: Housing Policy; My Home, My Life Program; Socio-spatial segregation; Psychosocial Implication; fatalism

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 - Moradores participantes da entrevista individual	29
Quadro 2 - Principais características das Faixas do PMCMV	95
Quadro 3 - Conjuntos habitacionais construídos em Teresina nas décadas de 1970 e 1980	118
Quadro 4 - Empreendimentos da Faixa 1 do PMCMV construídos em Teresina	123
Quadro 5 - Distribuição dos aglomerados subnormais por região administrativa	167
Quadro 6 - Categorias das experiências dos moradores no PMCMV.....	184
Quadro 7 – Núcleo de Significação com seus respectivos indicadores	207
Quadro 8 – Núcleo de significação “Densidade de equipamentos e serviços públicos e o atendimento das necessidades básicas dos sujeitos”	211
Quadro 9 – Expectativas em relação ao Residencial Teresina Sul	218
Quadro 10 – Instituições educacionais que atendem aos moradores do Teresina Sul	222
Quadro 11 - Linhas de ônibus que operam do Residencial Teresina Sul	243
Quadro 12 – Núcleo de Significação “Distâncias e as mudanças no modo de viver, relacionar e trabalhar na cidade”	260
Quadro 13 – Núcleo de Significação “Relações comunitárias e políticas dos moradores”	273

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 - Planta Esplanada de Teresina	59
Figura 2 - Evolução urbana de Teresina	115
Figura 3 - Localização dos empreendimentos do PMCMV em Teresina	125
Figura 4 - Localização do Residencial Teresina Sul	170
Figura 5 - Apresentação musical do Cidadão mirim numa Feira do Empreendedorismo	177
Figura 6 – Localização das instituições educacionais que atendem o Residencial Teresina Sul	223
Figura 7 - Obra da Creche no Residencial Teresina Sul	225
Figura 8 – Área de abrangência da escola estadual Auristela Soares Lima	234
Figura 9 – Construção da Unidade Básica de Saúde do Residencial Teresina Sul	237
Figura 10 – Área de cobertura da Equipe 208 do ESF	240
Figura 11 –Distâncias dos equipamentos sociais em relação ao Residencial Teresina Sul	254
Figura 12 – Localização dos equipamentos públicos do Residencial Teresina Sul I e II	290
Figura 13 - Acesso ao Residencial de Teresina Sul	296

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ACS - Agente Comunitário de Saúde

AMORETES - Associação de Moradores do Residencial Teresina Sul I e II

APAZ - Associação Beneficente da Paz

BNH - Banco Nacional de Habitação

CadÚnico - Cadastro Único

CEF - Caixa Econômica Federal

CEU - Centro de Artes e Esportes Unificados

CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil

COHAB - Companhias de Habitação

COHAB-PI - Companhia de Habitação do Piauí

COHEBE – Companhia Hidrelétrica Boa Esperança

CONCRETES - Conselho Comunitário de Residencial Teresina Sul I e II

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ESF - Estratégia Saúde da Família

FAR - Fundo de Arrendamento Residencial

FCP - Fundação da Casa Popular

FDS - Fundo de Desenvolvimento Social

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

IAP - Instituto de Aposentadoria e Pensão

IAPEP - Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

MCMV - Minha Casa Minha Vida

MPF - Ministério Público Federal

OGU - Orçamento Geral da União

ONG – Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PAR - Projeto de Arrendamento Residencial

PBF - Programa Bolsa-Família

PDLI - Plano de Desenvolvimento Local Integrado

PET - Plano Estrutural de Teresina

PlanHab – Plano Nacional de Habitação

PLHIS - Plano Local de Habitação de Interesse Social

PMCMV - Programa Minha Casa, Minha Vida

PNH - Política Nacional de Habitação

PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural

PNHS - Plano Nacional de Habitação Social

PNHU - Programa Nacional de Habitação Urbana

PROMORAR - Programa de Erradicação de Sub-habitação

SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SDR - Superintendência de Desenvolvimento Rural

SDU - Superintendências de Desenvolvimento Urbano

SEMCASPI - Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integrada

SEMDUH - Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação

SEMEC - Secretária Municipal de Educação

SEMPLAN - Secretaria Municipal de Planejamento

SEMTCAS - Secretaria Municipal de Trabalho, Cidadania e Assistência Social

SFH - Sistema Financeiro Habitacional

SNH - Sistema Nacional de Habitação

SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

TCLE - Termo Consentimento Livre e Esclarecidos

TS - Trabalho Social

UBS - Unidade Básica de Saúde

UH – Unidade Habitacional

ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Sociais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NAS SOCIEDADES CAPITALISTAS	35
2.1 Questão social: contradição fundamental da sociedade capitalista	35
2.2 Produção do espaço urbano no capitalismo	44
2.3 Espaço urbano e a segregação socioespacial	48
2.4 Segregação socioespacial em Teresina	57
3 POLÍTICAS HABITACIONAIS BRASILEIRAS	76
3.1 Das primeiras políticas até o Governo FHC	76
3.2 Programa Minha Casa, Minha Vida: avanços e retrocessos	91
3.3. Políticas Habitacionais em Teresina e a expansão urbana	112
3.3.1. Primeiras intervenções até o final do século XX	112
3.3.2. PMCMV em Teresina	122
4. EXPERIENCIA E IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS	128
4.1 Conceito de Experiência em E.P. Thompson	129
4.2 Reflexões sobre consciência e alienação	140
4.3. Mediação da ideologia e processos psicossociais	149
4.4. Implicações psicossociais e fatalismo	157
5. FAMILIARIZAÇÃO COM O CAMPO DE PESQUISA	166
5.1. Aspectos gerais de Teresina	166
5.2. História do Residencial Teresina Sul I e II	169
5.3 Grupos comunitários do Território	176
5.4 Percurso da pesquisa de campo	179
6. EXPERIÊNCIAS DOS MORADORES NO PMCMV: particularização da segregação socioespacial	184
6.1 Representações acerca da casa própria	185
6.2 Casas vazias num conjunto habitacional de interesse social	195

6.3 Prestações do PMCMV e suas repercussões	200
7. EXPERIÊNCIA DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NOS RESIDENCIAIS TERESINA SUL I E II	206
7.1. Densidade de equipamentos e serviços públicos e o atendimento das necessidades básicas dos sujeitos	210
7.1.1 “Simplesmente só casas”	212
7.1.2 “Aqui tá muito esquecido”	218
7.1.3 Mapeamento dos equipamentos e serviços públicos	221
7.1.3.1 Educação	221
7.1.3.2 Saúde	236
7.1.3.3 Transporte público	243
7.1.3.4 Segurança pública	248
7.1.3.5 Assistência Social	250
7.1.4. “A gente se distanciamos”	252
7.2 Distâncias e as mudanças no modo de viver, relacionar e trabalhar na cidade	260
7.2.1 “Uma rotina que mudou”	261
7.2.2 “Senti muita falta da família”	264
7.2.3. “Emprego aqui é longe demais”	268
7.2.4. “Eles não pensaram nas pessoas”	270
7.3 Relações comunitárias e políticas dos moradores	273
7.3.1 “Pessoal só se importa no que se convém”	274
7.3.2 “A obrigação é do presidente da associação”	283
7.3.3 “Os políticos são um negócio sério”	286
7.4 Síntese das experiências de segregação socioespacial	289
8. CONCLUSÃO	297
9. REFERENCIAS	303
APENDICE	321

1. INTRODUÇÃO

A construção deste trabalho de tese começou a partir de uma série de indagações e reflexões no cotidiano de trabalho de um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)¹ em que atuava como psicólogo, compondo a equipe técnica deste serviço. O acompanhamento às famílias enquanto técnico da equipe de referência permitiu-me entrar em contato com situações de vulnerabilidade e risco sociais² enfrentadas pelos sujeitos no seu território de vida. A questão habitacional surgia, por vezes, explicitamente nas demandas dos usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)³, e em alguns casos era silenciada, mesmo em situação de moradia bastante precária.

Além disso, durante o trabalho social com famílias residentes em conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), localizados na área de abrangência do referido serviço, foram relatadas diversas dificuldades vivenciadas por eles, indo desde falta de água até de creches, escolas e espaços para esporte e lazer na comunidade, entre tantas outras. Era comum que muitos moradores não ocupassem definitivamente as casas, ou sequer tenham se mudado. Ao mesmo tempo, outras famílias que não possuíam moradia e que procuravam o serviço do CRAS relatavam intenção de ocuparem tais casas, mesmo com o risco de uma ordem de despejo iminente, numa estratégia de garantir o direito à moradia. Tais fatos objetivos indicavam, portanto, as dificuldades vivenciadas pela classe trabalhadora em sua reprodução social na cidade, agravando ainda mais sua situação de pobreza.

Neste contexto, pretendemos afirmar com este trabalho que a forma de implementação do PMCMV promoveu impactos contraditórios na reprodução social de seus moradores, em função dos interesses antagônicos existente na sociedade capitalista como um todo,

¹ O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). É responsável pela organização dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica no território, desenvolvendo serviços e benefícios com o objetivo de prevenir situações de vulnerabilidade e riscos sociais na perspectiva de direitos de cidadania, tais como: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). (BRASIL, 2009)

² A vulnerabilidade social é um fenômeno multifacetado que engloba várias dimensões para além do aspecto da renda, como costuma ser associado no senso comum. Envolve uma diversidade de situações que dificultam o acesso a direitos, demandando proteção do Estado, tais como: 1) precário ou nulo acesso aos serviços públicos; 2) intempérie ou calamidade; 3) fragilização dos vínculos afetivos e de pertencimento decorrente das mais variadas formas de discriminação. O agravamento dessa situação pode promover situação de risco social. (BRASIL, 2012)

³ O Sistema Único de Assistência Social é um Sistema público que organiza a assistência social em todo o Brasil na perspectiva da proteção social, compondo a Seguridade Social juntamente com a Saúde e Previdência Social. Articula os três níveis de governo, cada qual com competências e responsabilidades, tendo em vista a execução da Política Nacional de Assistência Social, enquanto um direito social. Apesar de ter sido criado em 2005 foi instituído e regulamentada posteriormente por meio da Lei 12.435/2011.

particularizado no referido programa. Ou seja, atinge a formação social em sua totalidade e não apenas a reprodução do indivíduo em sua individualidade, pois muitos dos conjuntos residenciais do PMCMV são construídos nas franjas urbanas da cidade, em locais com baixa densidade de equipamentos e serviços públicos, num processo denominado de segregação socioespacial. Tal categoria pode ser compreendida como uma das expressões da produção desigual do espaço urbano da sociedade capitalista, que além das características apontadas acima, podemos destacar também a homogeneização de um espaço em termos socioeconômicos.

Além disso, pretendemos ainda visibilizar os diversos impactos que o PMCMV enquanto vetor da segregação socioespacial incide sobre a vida de seus moradores. De uma maneira geral, dispendem mais tempo e dinheiro no deslocamento para outros espaços da cidade, em decorrência do aumento da distância para o local de trabalho, para o lazer com familiares e amigos, além dos demais serviços. Dependendo da situação, podem até mesmo ter sua mobilidade reduzida, restringindo sua circulação na cidade a seu bairro ou adjacências. O fato dos equipamentos urbanos não se fazerem presentes quando da inauguração do empreendimento promove uma desassistência dessa população. Podemos pontuar também a fragilização dos laços sociais e familiares em decorrência do deslocamento involuntário, repercutindo negativamente na proteção social informal diante dos vários riscos à qual estão expostos (naturais, relativo à saúde; ligados ao ciclo de vida, riscos sociais, econômicos, ambientais, riscos etc.) Sem dúvida, este é um importante suporte de provisão de bem-estar para os mais pobres, especialmente se considerarmos o aspecto familista no sistema protetivo brasileiro e as dificuldades enfrentadas pelo Estado.

Ademais, é comum, por exemplo, os moradores do PMCMV passarem um período (razoável de suas vidas) em que são considerados pela Estratégia Saúde da Família (ESF) como estando na situação de “fora da área de cobertura”. Ressalta-se que a forma de organização territorial dos serviços de saúde na atenção básica, pode ser uma barreira para o acesso. Se de um lado, a delimitação de determinadas áreas são importante para ações de vigilância e planejamento das principais demandas do território, por outro lado, famílias que não se encontram na área adscrita ao equipamento social pode ter dificuldade de acesso aos serviços de saúde. Existem também casos em que os moradores preferem se deslocar para o serviço de saúde em que estava acostumado a ser atendido, apesar da existência de unidades de atendimento no conjunto habitacional ou suas adjacências. Este fato revela o desafio da concretização de políticas setoriais que possuem o território⁴ como princípio organizativo de

⁴ A concepção de território numa perspectiva integradora ressalta as relações sociais como matriz de inteligibilidade de processos espaciais, mediados por conceitos como poder, territorialidade, conflitos e atores., enfatizando as tramas de sentido e práticas que atuam na conformação de territorial, em várias escalas (CONTI, 2016). Ele abarca as diversas relações sociais e de poder num determinado lugar, por meio do qual se compreende o cotidiano vividos pelos sujeitos. Não se restringe portanto à delimitação de um espaço geográfico

maneira a responder às necessidades da população, tais como as de Saúde e Assistência Social.

Para situar o(a) leitor(a) acerca da escolha do tema de pesquisa aqui proposto, e neste momento peço licença para narrar em primeira pessoa, ressalto que o contato com a situação de muitos trabalhadores urbanos indicou uma alteração no meu caminho acadêmico. Durante a elaboração da minha dissertação de mestrado trabalhei com o meio rural, mais especificamente com a população assentada e os desafios para reconstrução de seus projetos de vida a partir desse novo espaço de moradia e suas mediações existentes, pois alguns vinham das cidades para o campo. Este trabalho possibilitou aproximações com a dimensão espacial enquanto uma mediação importante na consideração sobre a subjetividade. A partir desta matriz (muitas vezes desconhecida no âmbito da Psicologia) fui adentrando em discussões próprias do campo da Geografia tais como espaço, lugar e território. Além disso, o fato de pesquisar um assentamento rural consolidou aproximações com o campo de Sociologia e Antropologia, enquanto uma necessidade do objeto de pesquisa, devido aos vários estudos no meio rural.

Ademais, por meio desta experiência passei a compreender os aspectos psicológicos e psicossociais de uma forma interdisciplinar. Mas antes disso, desde a graduação sentia uma inquietação diante de um certo “psicologismo” com que a própria ciência psicológica tratava seus fenômenos (redução a aspectos individuais e intrapsicológicos). Era como que se um determinado saber, o psicológico, pudesse responder e compreender a complexidade do humano e, principalmente, sem levar em consideração aspectos como a realidade concreta na qual ele está inserido.

No entanto, já havia muitos pesquisadores e profissionais que já realizaram ou vinha realizando esta crítica, entre os quais se encontrou o psicólogo Ignacio Martín-Baró, brutalmente assassinado em El Salvador, que serviu de base epistemológica e analítica na minha formação. A propósito, a Psicologia da Libertação criada por ele, foi tema do trabalho de conclusão de curso da minha graduação. Nesta época, tive uma aproximação com a discussão do Compromisso Social da Psicologia, debate este que ascendeu na profissão no final dos anos 1990 e ao longo dos anos 2000, no sentido de reposicioná-la diante dos problemas e necessidades sociais de uma ampla parcela da população, que não apenas eram marginalizadas dos serviços psicológicos, mas da sociedade como um todo, repensando suas bases teórico-epistemológicas e compromissos ético-políticos.

e os aspectos objetivos da realidade, incluindo objetos, equipamentos, serviços e relações sociais. Além desses aspectos, envolve a dimensão subjetiva, tais como: dinâmica identitária, representações e afetos (KOGA, 2011).

Confesso que foi a prática na Política de Assistência Social, mencionada anteriormente, que promoveu um deslocamento da perspectiva acadêmica do campo para a cidade. No entanto, penso que esta transformação não ocorreu de forma abrupta. Numa perspectiva acadêmica, podemos pontuar a existência de semelhanças entre elas, como na ideia do continuum rural-urbano expressa nos estudos rurais brasileiro (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008; BIAZZO, 2008; MARQUES, 2002), que considero uma espécie de fio condutor do meu amadurecimento acadêmico. Do ponto de vista pessoal, por sua vez, ressalta-se a existência de características de ruralidade compondo a paisagem do território de abrangência onde atuei, além do fato de muitos moradores terem uma história vinculada à atividades agrícolas, ou ainda cultivarem hortas, seja nos quintais ou espaço coletivos destinados para tal finalidade.

Assim, foi no CRAS que mantive contato com realidades concretas vivenciadas por moradores da cidade a partir dos seus territórios de vida. Ali passei a indagar acerca dos modos de constituição dos sujeitos ou de seus processos psíquicos a partir das experiências possibilitadas por uma sociedade capitalista e sua produção do espaço desigual. Enquanto alguns moram num espaço com alta densidade de serviços e infraestruturas, outros possuem acessos precários ou sequer possuem moradia adequada para atender suas necessidades.

Posto isso e retornando a narrativa em terceira pessoa, considerando a polifonia de vozes com a literatura e reflexões interdisciplinares acerca do problema de pesquisa que aqui delimito, situamos neste trabalho que o direito à moradia digna⁵ não se resume a simples construção de unidades habitacionais, independentemente de sua inserção no espaço urbano. Ressaltamos a importância da articulação com as demais políticas públicas, na perspectiva da intersetorialidade, potencializando a proteção social de modo a promover melhoria na qualidade de vida dos cidadãos. De outra forma, a garantia do direito à moradia materializada num espaço segregado implica na negação de outros direitos, ou pelo menos na dificuldade de acessos aos equipamentos e serviços públicos. Assim, ao não assegurar o direito à moradia digna, indicamos que o PMCMV foi implantado em detrimento da própria experiência e participação da população em torno do debate sobre as necessidades de uma moradia digna e dos avanços nas discussões acadêmicas e marcos legais para que se promovam a cidadania a partir da moradia.

⁵ A moradia foi incorporada como um direito social na Constituição Federal em 2000 por meio da Emenda Constitucional n. 26. Foi fundamentada no princípio da dignidade humana e considerada como direito essencial à vida humana e condição para o desenvolvimento pleno da pessoa humana (COSTA; VENÂNCIO, 2016)

Pode-se observar no meio científico a existência de poucos estudos focalizando o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em decorrência do pouco tempo do programa, principalmente quando da fase de elaboração do projeto desta pesquisa. No entanto, verifica-se um aumento recente na quantidade de publicações sobre o assunto. Apesar da publicação de um artigo ainda em 2009 (HIRATA, 2009), observou-se que a maioria deles foram a partir de 2014. Por outro lado, a abordagem desses trabalhos direciona-se mais para as questões de financiamento, especulação imobiliária, desenhos (configurações) institucionais, eficácia ou efetividade do Programa e aspectos socioespaciais (ROLNIK et al., 2015a; LOUREIRO; MACÁRIO; GUERRA, 2015; MOURA, 2014; SOARES et al., 2013).

Quanto a dimensão subjetiva dessa nova realidade de vida dos moradores do PMCMV, objeto deste trabalho de tese, os estudos concentram-se mais nos aspectos da avaliação de satisfação e percepção de bem-estar (MENEZES, 2016; CARVALHO; STEPHAN, 2016; BRASIL, 2014). Tais estudos reconhecem melhorias na vida dos moradores, concretizada na nova moradia em si, apesar de criticarem a precariedade da infraestrutura, equipamentos públicos e serviços na proximidade.

As análises, a nosso ver, pouco abordam sobre as implicações psicossociais da inserção do sujeito num espaço segregado socioespacialmente por uma política habitacional que impõe deslocamentos ao mesmo tempo em que localiza os sujeitos em determinados espaços da cidade e da própria sociedade. O argumento que queremos construir neste trabalho de tese é que as transformações objetivas que a política habitacional produz incidem na forma de pensar, sentir e agir dos sujeitos, tais como na sensação de segurança dos moradores. Ou seja, a moradia garantida pelo PMCMV, nesses termos, reflete no movimento da consciência e na capacidade de mobilização e lutas de classe; no rebaixamento de expectativas e horizontes de ação; na autoimagem desvalorizada; em sentimentos de impotência, submissão, entre outros. Com efeito, podemos afirmar que política habitacional produz não apenas impactos objetivos, mas também na consciência dos indivíduos em relação a si mesmos e aos outros. A própria consciência política dos moradores mediada pelo PMCMV pode, por exemplo, promover posicionamentos de negação ou consentimento da ordem estabelecida. Deste modo, um direito social garantido por meio da luta de classe pode ser experienciado como um favor do Estado diante de suas necessidades básicas ou como uma conquista da classe trabalhadora.

Sabemos o quanto o tema da moradia, das políticas habitacionais e, particularmente do Programa Minha Casa Minha Vida constituem-se hoje em objetos de pesquisa de diversas áreas do conhecimento como a Geografia, a Sociologia, a Arquitetura, o Planejamento

Urbano, o Serviço Social e o Desenvolvimento Urbano. Neste sentido, acredita-se que uma abordagem voltada para os aspectos psicossociais envolvidos na garantia do direito à moradia produz outras perspectivas para compreensão do fenômeno e da própria Política de Habitação inserida numa sociedade de classes. Por esse aspecto, justifica-se a entrada no tema a partir do olhar da Psicologia, sob a perspectiva histórico-cultural, aprofundando inclusive os estudos realizados pelo próprio Martín-Baró acerca das repercussões psicossociais da problemática habitacional, especialmente em relação à alta densidade urbana (MARTÍN-BARÓ, 1985/1990; 1976; 1973; HERRERA, MARTÍN-BARÓ, 1978)

A contribuição que pretendemos trazer é focar nos aspectos psicossociais da moradia a partir da categoria da experiência, sob a perspectiva do historiador marxista E.P. Thompson, considerada como práxis social cujo fundamento ontológico é o trabalho (ALVES, ARAÚJO, 2013). Nesse aspecto, não se trata de abordar a experiência como algo puramente subjetivo, mas produzida na totalidade social concreta e em constante movimento. Para tanto, partimos da experiência concreta dos sujeitos numa determinada realidade social, de forma que sua compreensão foi inserida na totalidade das relações sociais. Enquanto tal, trata-se de um processo construído historicamente e concretizado a partir de várias mediações.

Esta pesquisa focalizou, portanto, nos desdobramentos socioeconômicos e psicossociais do Programa Minha Casa, Minha Vida enquanto uma intervenção do Estado numa das refrações da questão social, a partir da perspectiva da classe trabalhadora. Para uma compreensão aprofundada do objeto de pesquisa em questão foi realizado um diálogo interdisciplinar⁶ com vários saberes, especialmente da Psicologia, Geografia, Serviço Social e Antropologia, com o objetivo de uma melhor compreensão da realidade, diante da complexidade do objeto pretendido nessa investigação.

Posto isso, o pressuposto da pesquisa que sustenta a tese que pretendemos afirmar neste estudo é de que a contradição capital e trabalho faz a mediação tanto na conformação do

⁶ De acordo com a perspectiva de interdisciplinaridade proposta por Leis (2005) é interessante que tal prática promova um caráter experimental e inovador, no sentido de estabelecer relações de aproximação com objetos distintos da realidade. Neste sentido buscou-se apresentar diversas mediações que compõe o objeto desta pesquisa com a aporte de outras teorias. De uma maneira geral, pode-se dizer que os estudos no campo do Serviço Social contribuíram com a discussão em torno da questão social, um dos eixos centrais deste estudo, uma vez que suas contradições determinam aspectos fundamentais do campo problemático. A própria contribuição da Geografia, e suas discussões sobre produção do espaço urbano e segegação socioespacial, aliás, são mediadas pela relação contraditória da relação capital-trabalho.. A própria organização da comunidade, com seus valores e modos de vida correspondentes ganharam outra perspectiva com a contribuição da Antropologia. A História, por sua vez, forneceu fundamentos para compreensão da constituição e desenvolvimento do fenômeno estudado num perspectiva temporal, apontando para as constradições desse processo ao longo do tempo. Por fim, todos estes aspectos fornecem elementos para compreender como eles determinam os processos psicossociais, estudados sob o enfoque de perspectiva crítica dentro do campo da Psicologia. Tendo em consideração as diversas mediações presentes no objeto de estudo, trata-se de uma necessidade imposta por ele.

PMCMV quanto da ordenação do espaço urbano, e que em última instância repercute nos processos psicossociais dos moradores. As experiências no espaço segregado, por sua vez, produzem processos psicológicos, que foram apreendidos nesta pesquisa numa perspectiva psicossocial.

As perguntas norteadoras que orientam nossos interesses de pesquisa foram:

- De que maneira o PMCMV atualiza ou avança no processo de segregação socioespacial?
- Quais experiências o fenômeno da segregação socioespacial produz na vida dos moradores do PMCMV?
- Que implicações psicossociais a experiência de segregação socioespacial produz na consciência dos moradores?
- Quais efeitos da segregação socioespacial na dinâmica sociopolítica dos moradores?

Para o objetivo geral deste trabalho, buscou-se analisar as implicações psicossociais do processo de segregação socioespacial em Teresina-PI a partir da implementação do conjunto habitacional Residencial Teresina Sul I e II do Programa Minha Casa, Minha Vida. A escolha desses empreendimentos foi baseada no fato de pertencer à faixa 1⁷ do PMCMV e pelos critérios de antiguidade e realização de Trabalho Social com as famílias. Esta escolha pressupõe que o critério de temporalidade permite visualizar melhor os processos de territorialização das políticas públicas e as estratégias de vida utilizadas pelos sujeitos.

Como objetivos específicos:

- a) Caracterizar a relação do PMCMV com os equipamentos e serviços públicos que atendem as necessidades de seus moradores;
- b) Analisar a experiência de segregação socioespacial dos moradores do PMCMV;
- c) Discutir sobre a participação sociopolítica dos moradores do PMCMV;

^{7 7} As faixas do PMCMV variam de acordo com diferenças quanto ao critério de renda familiar e formas de acessos, subsídios aplicados, taxas de juros (quando for o caso), tempo e valor das prestações, mecanismos de financiamento, fontes de recursos etc. Na época de implantação do Programa apresentava três faixas : 1,2 e 3. Em 2016 foi implementada a faixa 1,5 intermediária entre 1 e 2. No capítulo 3, na parte relativa ao Programa há mais informações a respeito.

d) Refletir sobre os principais mediadores na formação da consciência dos moradores do PMCMV;

A concepção metodológica presente neste trabalho está ancorada no Materialismo Histórico e Dialético que não se resume a um conjunto de técnicas a serem empregadas para a coleta e análises de informações. Nesse sentido, Romanelli (2011) destaca que a concepção de método tal como entendida por L. S. Vygotski⁸ não se limitava aos procedimentos técnicos, mas abarcava também aspectos epistemológicos que direcionam a pesquisa, a partir de uma visão de homem, mundo e conhecimento. Aprofundando a discussão, Bernardes (2010) afirma que a concepção de homem e de mundo assim como os pressupostos teórico-metodológicos influenciam desde na definição do problema quanto nas próprias possibilidades de análise e interpretação da realidade.

Nesse sentido, concordamos com Masson (2007) quando realiza uma crítica às pesquisas que utilizam o método como sinônimo de regras a serem seguidas e não como uma concepção metodológica ancorada em postulados teóricos. Em seu artigo que discute as categorias centrais do Materialismo Histórico e Dialético, ele afirma que o método está relacionado com uma concepção de realidade, mundo e vida, ou seja, relacionado a aspectos ontológicos e epistemológicos, que serão abordados brevemente a seguir.

O materialismo histórico-dialético proposto por Marx ressalta que o conhecimento é uma reconstrução ideal do movimento do real pelo pensamento. Nesta concepção, o real possui uma existência em si, com primazia em relação aos processos ideais (PASQUALINI; MARTINS, 2015). O pensamento humano reproduz o real enquanto um trabalho realizado pela razão e não uma simples cópia da realidade na consciência, num processo que se assemelha a uma tradução. De acordo com Zago (2013), o pensamento alcança a concretude do real através da mediação, embora não se confunda com ele. Trata-se apenas de uma representação ideal do real na consciência do sujeito que busca apreender a realidade.

A objetividade, nesta perspectiva, é um critério de conhecimento crítico que coloca em confronto o posicionamento do pesquisador e a realidade que visa compreender e transformar. De acordo com Pontes (2010), uma pesquisa na perspectiva crítico-dialética não se restringe em conhecer a realidade apontando as leis tendenciais-históricas da sociedade em questão.

⁸ Psicólogo russo (1896-1934) proponente da Psicologia Histórico-Cultural que analisou os processos psicológicos do homem concreto a partir do materialismo histórico e dialético. Desenvolveu uma teoria crítica da Psicologia de sua época enfatizando a importância de realidade material nos estudos do psiquismo humano.

Busca igualmente destacar as diversas forças sociais que produzem a realidade, com o objetivo de dissolver as relações típicas da sociedade capitalista, ou seja, de promover a emancipação humana ou a universalização da condição humana. Ao destacar a questão ética-política do conhecimento Oliveira (2005), afirma que o conhecimento de determinada faceta da realidade, desde suas raízes e manifestações, permite uma atuação mais efetiva sobre ela.

Nesta perspectiva, a realidade não é estática, mas está sempre em constante movimento, de tal forma que um conhecimento sobre ela deve abarcar a realidade tal como ela é, como se gestou e até mesmo como poderia ser; ou seja, que acompanhe a dinâmica contraditória do real em seu movimento (DELARI JUNIOR, 2015). Dessa forma, coloca em xeque concepções subjetivistas do conhecimento que não levam em devida consideração a realidade concreta e objetiva, mas apenas os discursos dos sujeitos acerca da própria realidade. De acordo com Kosik (1995), o método de investigação dialética parte de uma minuciosa apropriação da matéria, passando por uma análise da forma de desenvolvimento do objeto, terminando com a determinação de sua unidade, ou seja, sua coerência interna.

Em termos operacionais, tal concepção implica na busca de elementos concretos que permitam compreender a realidade em seu movimento contraditório. Os dados relativos à localização do conjunto habitacional no espaço urbano do município; a moradia, as distâncias em relação aos serviços e equipamentos públicos, mudanças no cotidiano dos sujeitos são indicadores de aspectos objetivos da própria realidade. É a partir dessa materialidade que serão analisados os aspectos psicossociais, como a consciência dos moradores.

Segundo a concepção de Martins (2015, 2005) o materialismo histórico-dialético possui uma epistemologia própria que prescinde da adoção da abordagem qualitativa como critério de sua cientificidade. Trata-se de uma possibilidade teórica de compreensão da realidade ancorada num método e lógica que lhe são próprias. Uma das diferenças entre ambas, por exemplo, está no fato de que enquanto a metodologia qualitativa baseia-se na lógica formal (e seu princípio de exclusão), a perspectiva baseada no pensamento marxiano admite a contradição. Para além de uma simples negação da lógica formal, a lógica dialética incorpora-a ao mesmo tempo em que a supera. Nagel (2015), por sua vez, critica o modelo de conhecimento que trabalha por oposição e não por mediação, pois tende a cristalizar os extremos opostos, naturalizando-o, ao mesmo tempo em que favorece o conformismo. Podemos destacar como exemplo o antagonismo entre indivíduo e sociedade. Neste sentido, ressalta-se a categoria da totalidade como uma forma de compreender a realidade para além da aparência fenomênica e em seu desenvolvimento.

A lógica dialética, aliás, é uma necessidade imposta para o conhecimento de uma realidade contraditória e em constante movimento. O próprio objeto de estudo desta pesquisa é construído e desenvolvido a partir da contradição interna fundamental da sociedade capitalista, a saber: a tensão capital-trabalho. A questão da segregação socioespacial ou o psiquismo dos moradores dos conjuntos habitacionais atualizam tal contradição. Na análise de cada um desses aspectos, buscou-se explicar as suas principais contradições constitutivas.

Outro aspecto criticado por Martins (2015) em relação às metodologias qualitativas diz respeito à ênfase ao empírico, que acaba sendo fetichizado no sentido de não abarcarem a totalidade social, restringindo-se ao imediato. Para o materialismo histórico-dialético, por sua vez, a essência do fenômeno é desvelada por suas mediações e contradições internas fundamentais. A simples descrição da aparência do fenômeno não é suficiente, pois deve-se analisar as determinações de sua constituição e desenvolvimento, que em última instância está relacionado com a atividade humana. No entanto, isso não significa dizer que todo arcabouço construído pelas pesquisas qualitativas deva ser desprezado. Eles podem ser apropriados de forma crítica e utilizados para a compreensão da realidade concreta em sua totalidade e historicidade, ressaltando suas contradições e mediações. Pontes (2010) ressalta a importância do diálogo entre diferentes autores, mesmo que utilizem diferentes pontos de vistas, lembrando que o próprio Marx incorporou ao seu pensamento autores considerados burgueses e dos quais realizou profundas críticas.

Kosik (1995) pondera que aquilo que ele denomina como “métodos falsos” transforma a realidade em “situação dada”, reduzindo e naturalizando-a. Ao desconsiderarem as diversas mediações envolvidas na produção da atividade humana, os objetos não são considerados como resultado da atividade da humanidade, dentro de um movimento de uma práxis fetichizada. Além disso, é conhecido seu conceito de mundo da pseudoconcreticidade, que aponta para a manifestação de apenas um aspecto da essência no fenômeno, ao mesmo tempo em que esconde outras de suas partes. O fenômeno, assim, não pode ser reduzido à sua essência. Dessa forma, ele propõe a destruição da pseudoconcreticidade pela dialética demonstrando o caráter mediato dos fenômenos ao mesmo tempo em que nega a sua pretensa independência em sua forma reificada do mundo e de suas representações.

A análise pode ser aprofundada ainda de acordo com Kosik (1995) quando afirma que determinados produtos humanos não devem ser compreendidos simplesmente como condicionados pela realidade social, no sentido de algo exterior a ela. Antes, os próprios produtos são elementos estruturais desta mesma realidade, ao seja, existe uma interioridade recíproca entre ambos compondo uma unidade, mesmo que contraditória. Supera, assim, uma

visão dicotômica entre produto humano e realidade social, pois ambos são produzidos num mesmo processo, síntese de diversas mediações.

De acordo com Pasqualini e Martins (2015), uma pesquisa no método materialista histórico e dialético não se limita em captar as manifestações fenomênicas do real, mas desvendar suas múltiplas determinações por meio de suas mediações e contradições internas fundamentais, que se desenvolve no transcurso histórico. Ao analisar as mediações e correlações de uma parcela da realidade, tal método capta a gênese e a estrutura do objeto, determinadas socialmente. Assim, a apreensão da concretude do real ocorre por meio da processualidade e totalidade dos fenômenos, ou seja, as leis gerais que determina sua formação e desenvolvimento.

O estudo de Bernardes (2010) sobre o método na Psicologia Histórico-Cultural ressalta a importância da categoria da historicidade quando afirma que umas das características das investigações de Vygotsky é sua ênfase nos processos e não na análise dos produtos. Busca, assim, explicar a história de determinado objeto enquanto um componente essencial na investigação. Não basta descrever a aparência do objeto, mas explicar sua constituição e desenvolvimento.

De acordo com Zago (2013) a imediaticidade do fenômeno é apenas umas das expressões possíveis de ser da essência de um determinado objeto. O pensamento reproduz o concreto enquanto síntese de múltiplas determinações ao determinar as diversas mediações de um objeto, a partir de sua relação com o real. As diversas mediações dentro da perspectiva marxista apontam para as relações sociais e históricas do fenômeno. Harvey (1980) afirma que não se trata de examinar causas isoladas, mas as determinações concretas em sua totalidade, assim, como as diversas relações que o fenômeno estabelece, apontando para as leis tendenciais deste processo e as regras de transformação que ocorrem em uma determinada sociedade. Neste sentido, Pontes (2010) afirma que a mediação não é apenas uma categoria lógica, mas também ontológica, uma vez que ela constitui os processos concretos.

Tendo em consideração que esta pesquisa foi delineada a partir do método materialista histórico e dialético, analisou as várias determinações concretas que compõe seu objeto de estudo, tendo como ponto de partida o concreto sensível até chegar ao concreto pensado, passando pelas determinações mais simples (MONTAÑO, 2013). Diversos sujeitos históricos e atividades humanas, realizadas ao longo do tempo, produzem a realidade concreta a ser estudada, compondo a análise.

Masson (2007) ressalta que uma análise científica da realidade parte de uma representação do concreto caótico (na forma de esquema abstrato da realidade), ausente de

significação, em busca de suas determinações mais simples, até chegar aos conceitos mais concretos e complexos. Depois será necessário um movimento de retorno à representação caótica do todo, porém articulado com a totalidade concreta, enquanto múltiplas determinações da realidade. O empírico (concreto real), dessa forma, é o ponto de partida do conhecimento, não se confundido com o concreto (pensado), ponto de chegada (PASQUALINI; MARTINS, 2015). De acordo com as palavras de Zago (2013, p.122):

Feita a análise é preciso reconstruir o objeto, faz-se o caminho inverso do mais simples ao conceito que foi o ponto de partida, que ao ser atingido não será mais representado como um todo caótico, mas como uma rica totalidade de determinações. Por meio desse processo, o concreto é reproduzido pelo pensamento.

A compreensão em uma perspectiva histórica e de totalidade do fenômeno estudado busca captar as diversas interrelações que o constitui, incluindo as contradições do processo, contextualizada de modo concreto enquanto produto de relações históricas e sociais. Para apreensão dos aspectos que particularizam determinados fenômenos são realizadas aproximações sucessivas.

A categoria totalidade permite compreender a realidade em leis e conexões internas e necessárias, em seu processo evolutivo. A totalidade aponta para a realidade como um todo estruturado e dialético, a partir do qual qualquer fato poderá ser compreendido racionalmente. O fato isolado ou a totalidade sem os diferenciados e determinados momentos são abstrações vazias. No ponto de vista da totalidade concreta, determinado fenômeno é um momento de um todo, cuja significação está relacionada com o processo de recíproca conexão da parte com o todo a um só tempo. O conhecimento da realidade implica em situar o lugar em que determinado (conjunto) de fatos ocupa na totalidade do real. Neste sentido, Kosik (1995) critica a falsa totalização que desconsideram aspectos da realidade que contradiz seus princípios, colocados como irracionais e incompreensíveis.

Pontes (2010) analisa a relação parte-todo, afirmando que as próprias partes são totalidades parciais que se determinam mutuamente. A apreensão desta totalidade ocorre em seu devir, ou seja, em seu movimento. Neste contexto, ele situa a categoria da negatividade, segundo a qual o ser apresenta a sua própria necessidade de se superar, estando sempre em movimento. É negando o momento atual que o ser desenvolve suas possibilidades. Não se trata, contudo, de uma ruptura com o que está posto na realidade, uma vez que esta é incorporada e transformada num novo ser. Assim, a própria negatividade é responsável pelo próprio movimento do ser.

De acordo com Masson (2007), determinado objeto não pode ser isolado ou abstraído do conjunto de relações no qual está inserido, mesmo com a pretensão de melhor analisá-lo. Cada objeto de pensamento deve ser compreendido inserido numa totalidade, abarcando um conjunto amplo de relações e particularidades. Apesar de ressaltar a importância de se chegar ao concreto, ele enfatiza a abstração como um processo necessário, conforme podemos observar em sua afirmação:

Se um objeto do pensamento é mantido isolado, ele se imobiliza no pensamento, é apenas uma abstração metafísica. Porém, a abstração é uma etapa intermediária que permite chegar ao concreto; dessa maneira, aquele que procura captar o real sem ter passado pela abstração não é capaz de captar o essencial, o concreto, mantém-se no superficial, no aparente. A aparência é um reflexo da essência, da realidade concreta; o reflexo é, pois, transitório, fugaz e pode ser facilmente negado, superado pela essência.

Baseado no pensamento de György Lukács, Musse (2005) afirma que o elemento essencial do método dialético marxista não é o giro materialista, tal como pensado por Engels, mas a categoria da totalidade, possibilitando uma “apreensão dos múltiplos fenômenos parciais, como momentos do todo”. Por meio da categoria de totalidade, evita-se a parcialização da própria realidade em domínios autônomos de pesquisa. Por outro lado, pondera que apesar da focalização em determinados pontos ser necessário em um dado momento, não se deve perder de vista, que se trata apenas de um momento específico inserido em uma totalidade maior, não algo autônomo.

Zago (2013) enfatiza que a integração entre as diferentes esferas contraditórias do real pressupõe uma interação constante e dialética entre eles, embora não de maneira hierarquizada. Por sua vez, existem diversos níveis de totalidade, de forma que uma pode integrar a outra, cuja apreensão dependerá da profundidade da análise pretendida. No entanto, a análise de menor abrangência (ou unidade de análise nos termos de Lev Vigostki) deve preservar as características essenciais da realidade em questão. Ou seja, a fragmentação da realidade ou seu afastamento das condições históricas e sociais promove um afastamento do mundo real, mantendo-se no mundo da pseudoconcreticidade.

A totalidade abarca uma diversidade de relações que formam uma unidade contraditória. Assim, uma maior apreensão do real em sua totalidade está relacionada com as mediações que estão presentes na dialética do singular-particular-universal, outro ponto da epistemologia marxiana, bastante ressaltado por György Lukács. Um determinado fenômeno apresenta-se de forma imediata na sua singularidade, que tem suas conexões internas e leis de seu desenvolvimento expressas na universalidade. Porém o trânsito entre um e outro é determinada pela particularidade que determina o singular a partir do universal

(BERNARDES, 2010; MARTINS, 2008). Nesse sentido, a tarefa do pesquisador é desvelar como o universal se concretiza na singularidade mediada pelo particular.

A partir do pensamento de Lukács, Pasqualine e Martins (2015) afirmam que a apreensão da essencialidade concreta dos fenômenos tem como um de seus pressupostos a explicitação das interrelações existentes entre singular, particular e universal. A singularidade está relacionada com a aparência do fenômeno. Trata-se da manifestação empírica, sensível, imediata e irrepetível da essência concreta do fenômeno, naquilo que Kosik denomina de pseudoconcreticidade.

O universal de acordo com Pasqualine e Martins (2015) não se confunde com as características comuns entre os fenômenos, pois estes se baseiam apenas em seus aspectos exteriores. Os traços essenciais, por sua vez, apontam para os aspectos interiores da genericidade. Na dialética, tanto o singular quanto o universal compõem uma unidade contraditória, no qual o singular só existe em sua conexão com o universal ao mesmo tempo em que o universal só se realiza na singularidade

Na concepção de Oliveira (2005), por sua vez, o universal é definido como o conjunto de objetivação humanas concretizada historicamente, podendo ser compreendido também como sinônimo de gênero humano. Ela critica a ideia do senso comum de que o universal se resume à sociedade, ao afirmar que é por meio da particularidade da sociedade que a universalidade se concretiza no singular. Trata-se, portanto de uma mediação. É nesse sentido que ela critica o pensamento burguês que elimina a particularidade, colocando como antagonico o singular e o universal.

A particularidade é um elemento de mediação entre o singular e o universal, determinada pelas circunstâncias e condições concretizadas pelas diversas relações sociais produzidas pela sociedade. (MASSON, 2007). A categoria da mediação não se refere apenas à função de relacionar objetos ou processos entre em si, mas de organizar a relação entre eles enquanto uma totalidade. Assim, os elementos que eram vistos dicotomicamente são constituídos mutuamente num processo dialético possibilitado pela mediação. Com efeito, o singular manifesta aspectos do universal ao mesmo tempo em que este se concretiza no singular (AGUIAR; OZELLA, 2013).

O conceito de mediação não deve ser confundido com homogeneização ou resultado da relação entre dois termos. Mas deve ser pensada como um processo que abarca a diferença e a heterogeneidade, efetivando a relação entre singular e universal, no processo em que ao mesmo tempo em que são conservados, modifica-os. A particularidade pode ser compreendida como o universal determinado, ou seja, transformado em totalidade concreta de

múltiplas determinações, que em última instância condiciona as formas de ser singulares (PASQUALINI; MARTINS, 2015).

Por fim, uma pesquisa realizada a partir do método marxista busca abarcar determinado fenômeno em sua totalidade, desvelando as diversas mediações de sua produção e desenvolvimento, num processo sempre contraditório, embora componha uma unidade dialética. A partir dessas considerações será abordado os procedimentos que orientaram as etapas desse estudo.

Numa análise descritiva desta pesquisa podemos considera-la como do tipo explicativa em relação aos objetivos propostos, no sentido de que produzirá um conhecimento da realidade articulando as várias relações que compõe o fenômeno em estudo. Não se limitará, portanto, à sua simples descrição, tal como ele se manifesta na realidade (GIL, 2008). Tendo em consideração que o rigor científico é assegurado por meio da descrição de todos os passos utilizados no processo de pesquisa, serão descritos a seguir suas estruturas operacionais.

A pesquisa foi proposta a partir do caso empírico do Residencial Teresina Sul I e II, localizados na região⁹ Sul de Teresina, capital do Piauí. Ressalta-se que ambos estão localizados em terrenos justapostos entre si, que tiveram que ser fracionado para atender as exigências da primeira etapa do PMCMV, e que, portanto, será analisado em seu conjunto. Conforme já foi mencionado anteriormente, eles foram escolhidos pelo critério de faixa do PMCMV, antiguidade e o fato de ter ocorrido Trabalho Social realizado por equipe técnica conevinada em decorrência do Programa. O critério de antiguidade tiveram como pressuposto que o maior tempo de existência do conjunto habitacional possibilitar analisar melhor a intervenção do Estado por meio das políticas públicas e das repercussões no cotidiano dos moradores em sua processualidade. Já a existência do Trabalho, estaria relacionado com os processos de mobilização sociopolítica e implicação com a comunidade.

Os procedimentos de campo propriamente ditos para realização da pesquisa durou de maio de 2018 até março de 2019. O primeiro passo dessa empreitada foi a familiarização com a habitação social em Teresina como um todo e especificamente acerca do Residencial Teresina Sul I e II, no qual iniciei o conhecimento da comunidade, e vice-versa,

⁹ O conceito de região costuma ser utilizado de forma indistinta ou como sinônimos, principalmente pelos poder público ou habitantes de Teresina. Apesar de serem ambos serem subdivisões do espaço e instrumento de intervenção do Estado na produção do espaço urbano, eles apresentam uma diferença entre quanto às situações e finalidades. Enquanto que o conceito de região está relacionado à descentralização administrativa tendo em consideração uma melhor gestão de serviços e políticas públicas, abrangendo, portanto, amplos espaços, o conceito de Zona remete à ordenação do uso e ocupação do espaço urbano, direcionado à atividades ou funções específicas. No entanto, tendo em consideração que se trata de um termo bastante utilizado na literatura acadêmica, será mantido o termo zona entre aspas, se assim o autor referenciado utilizou no seu texto. Nas demais situações será mantido o termo Região.

sensibilizando-se a respeito dela e suas principais rotinas e problemas. Tratava-se de uma aproximação ao campo empírico de pesquisa, uma vez que, até então, não sabia muita coisa além de seu nome, localização e quantidade de moradias construídas. Tanto meu local de moradia quanto de trabalho (da época) está situado em outra região administrativa da cidade.

Em um primeiro momento, foi realizada uma pesquisa documental com dados secundários, buscando um maior número de informações a respeito da comunidade pesquisada, tais como notícias em jornais e documentos oficiais. Nesse sentido foi procurado notícias no site de busca Google por meio do descritor “Residencial Teresina Sul” e vários correlatos, no sentido de ampliar as possibilidades de encontrar alguma matéria jornalística sobre o assunto. A partir das reportagens, foi possível ter um primeiro contato com a comunidade que posteriormente foi transformada em uma narrativa do Residencial, pois percebeu-se uma certa cronologia dos fatos. Ressalta-se que os acontecimentos narrados foram abordados também pelos moradores, quando da realização da etapa empírica, tanto em conversas informais quanto nas entrevistas realizadas, de forma que podemos dizer que foram significativos para eles.

Retomando ao levantamento documental, foram procuradas informações a respeito das diretrizes habitacionais no município de Teresina, contidas no Plano Diretor de Teresina (Lei nº 3.558 de 2006) como também no Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS, 2012b) de Teresina complementada com uma lista com os Empreendimentos do PMCMV (SEMPPLAN, 2014). Todos esses documentos foram acessados pela base de dados dos servidores rede *web* mundial de computadores, numa pesquisa simples. Já os dados relativos ao planejamento municipal em relação ao Residencial Teresina Sul I e II foram solicitados para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEMDUH) ou a atual Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integrada (SEMCASPI)¹⁰ por meio de ofício.

Na ocasião, buscou-se as informações oficiais sobre as principais intervenções e projetos do poder público diante das condições de vida dos moradores, materializados em planos ou ações em vários âmbitos da comunidade, tais como: infraestrutura, saneamento básico, iluminação pública, segurança pública, coleta de lixo, creches, escolas, serviços de saúde e assistência social, transportes públicos. Outro conjunto de informações oficiais estava relacionado com o Trabalho Social realizado por uma equipe conveniada. Entre os

¹⁰ Quando da inauguração do empreendimento esta Secretaria (na época denominada de Secretaria Municipal de Trabalho, Cidadania e Assistência Social- SEMTCAS) era responsável pela organização da demanda de moradia no município. Ressalta-se que a SEMDUH foi instituída apenas em 2013, assumindo tal responsabilidade.

documentos analisados estão: I Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social realizada no Residencial Teresina Sul I e II, acompanhada da Planilha de custos consolidadas e o Relatório sobre Bolsa-Família e Cadastro Único do município de Teresina.

Quanto a etapa empírica concernente a inserção no campo de pesquisa começou por meio do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de abrangência do conjunto habitacional. A partir de seu conhecimento do território, os profissionais situaram suas particularidades, indicando as principais demandas e potencialidades, assim como relataram sobre os serviços e ações oferecidos para os moradores do Residencial Teresina Sul I e II, de uma maneira em geral.

Assim, com o objetivo de analisar os acessos aos principais equipamentos e serviços públicos, enquanto uma dimensão importante do processo de segregação socioespacial, fundamentais para elucidação do primeiro objetivo desta pesquisa, foram realizadas entrevistas individuais com os gestores ou profissionais dos principais serviços públicos referenciados ao Residencial Teresina Sul. O objetivo era captar a relação dos serviços com as singularidades dos moradores do conjunto habitacional, na perspectiva do atendimento de suas necessidades básicas. Elas foram realizadas no próprio local de trabalho após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos sujeitos pesquisados, em consonância com os requisitos éticos em pesquisa com seres humanos. Foram 10 pessoas entrevistadas no total, sendo oito diretores de creches e escola, uma profissional da UBS e uma do CRAS.

Ao refletir sobre a Psicologia como prática social, Peter Spink (2008) pondera que o pesquisador inserido no cotidiano deve buscar andar, olhar a arquitetura e conversar (situadamente) com as pessoas com o objetivo de melhor captar os sentidos que são produzidos e negociados no cotidiano, inclusive com ele próprio. Um aspecto importante é que a interação entre investigador e investigado é também espaço de negociação e produção de sentido. Dessa maneira, foi realizado um percurso na comunidade com o objetivo de conhecer a sua geografia, incluindo as suas instituições e localizações.

Buscou-se também uma aproximação com as lideranças comunitárias e pessoas que realizam trabalhos voltados para os moradores do Residencial, no qual relataram suas percepções acerca da comunidade e principais atividades que o grupo em que participam. O resultado desse processo culminou no mapeamento das organizações ou entidades da sociedade civil. Assim, o processo de familiarização como um todo, incluindo suas várias etapas, permitiu compreender a construção sócio histórica do conjunto habitacional e os

modos de vida da própria comunidade. Por sua vez, algumas informações coletadas em outros momentos serviram para complementar o campo de análise proposto.

Ainda buscando responder ao primeiro objetivo da pesquisa foi realizado um mapeamento dos principais equipamentos públicos (Creches, escolas, Unidade Básica de Saúde e o CRAS) que atende aos moradores do conjunto habitacional pesquisado tendo por base a plataforma online gerenciada pela Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPPLAN) da Prefeitura Municipal de Teresina. Por meio dela foi possível localizar georreferenciadamente os principais equipamentos públicos, assim como determinar as distâncias entre eles e o residencial.

Tendo em consideração os demais objetivos da pesquisa, o planejamento inicial da pesquisa previa a realização de duas oficinas, sendo uma no começo e outra após a realização do grupo focal. A primeira delas tinha como objetivo captar a dimensão subjetiva dos moradores da sua realidade por meio da técnica de Mapeamento Participativo, na perspectiva da Cartografia Social tal como proposta por Acselrad e Viégas (2013), Acselrad (2010) e Joliveau (2008). Na ocasião, pretendia-se explicar brevemente algumas noções cartográficas, seguido da produção de um mapa pelos próprios moradores onde seriam destacados os principais recursos da comunidade utilizados em seu cotidiano. Pretendia-se também realizar uma discussão sobre a acessibilidade aos serviços e equipamentos públicos e coletivos na perspectiva da satisfação de suas necessidades. A segunda oficina previa uma avaliação do PMCMV juntamente com sugestões de melhoria, cujo produto seria definido por eles.

Ainda no planejamento inicial, previa-se a realização de grupo focal com moradores dividido em três sessões, cada qual com uma temática específica, que poderiam se estender, de acordo com o andamento da pesquisa. Os temas seriam 1) experiência do morar no PMCMV; 2) experiências da casa própria; 3) Consciência e Participação. Com esta estratégia metodológica, pretendia-se captar as experiências dos moradores a partir da realidade do Residencial Teresina Sul I e II, como também as implicações psicossociais e as repercussões nas movimentações sociopolíticas dos moradores. Em outras palavras, buscar-se-ia responder aos demais objetivos da pesquisa. No entanto, essa abordagem coletiva foi transformada durante o processo de pesquisa tornando-se entrevistas individuais ou em dupla. A estratégia das oficinas também foi descartada. Houve uma dificuldade em formar um grupo com a quantidade suficiente para a realização das atividades.

O critério de inclusão para participar do grupo focal era ter alguma inserção na comunidade por meio de grupos. Deveriam fazer parte, por exemplo, de associações, conselhos comunitário ou escolar como também grupos que atuem no território. Com a

mudança para a entrevista individual, permaneceram os mesmos sujeitos. No entanto, alguns foram desistindo de participar. Outros foram incorporados com o objetivo de ampliar a diversidade de experiência no Residencial, a partir de um critério de renda. Como os primeiros entrevistados eram pessoas que possuíam emprego fixo (ou seu companheiro), solicitou-se ao CRAS a indicação de algumas famílias cuja renda limita-se ao benefício do Bolsa-Família e que são acompanhadas pelo serviço. Outra indicação foi de uma Agente Comunitária de Saúde (ACS), em decorrência do seu conhecimento dos moradores do território. No total foram entrevistados 12 sujeitos, que serão denominadas a partir de letras (acrescida de número, quando realizada em dupla).

Quadro 1- Moradores participantes da entrevista individual

Sujeito	Idade	Escolaridade	Ultima Moradia	Moradores na casa	Inserção na pesquisa
A1	40	Técnico	Casa cedida	2	Trabalha na comunidade
A2	53	Ensino médio completo	Aluguel	2	Trabalha na comunidade
B	50	Ensino médio completo	Aluguel	3	Membro de Associação
C	31	Ensino médio incompleto	Aluguel	3	Membro do Conselho Escolar
D	38	Ensino Fund. completo	Aluguel	4	Membro do Conselho Escolar
E1*	26	Superior completo	Própria (dos pais)	2	Membro de Associação
E2*	25	Superior incompleto	Própria (dos pais)	2	Membro de Associação
F	42	Ensino médio completo	Aluguel	3	Membro de Associação
G**	28	Ensino médio completo	Aluguel	3	Indicada pelo CRAS
H	35	Ensino Fund. incompleto	Aluguel	5	Indicada pelo CRAS
I	26	Ensino Médio incompleto	Própria (dos pais)	4	Indicada pela ACS
J	60	Analfabeto	Casa cedida	5	Indicada pela ACS

*Mora no Residencial na condição de aluguel

** Mora no Residencial Teresina na condição de ocupação

Conforme afirma Martinelli (1994) sobre as metodologias que buscam se aproximar de significados e vivências, podem ser utilizados critérios intencionais com sujeitos significativos. Para a autora, toda pesquisa é política e está apoiada em um projeto político

singular que vai delineando a própria escolha dos sujeitos. Dessa forma, os sujeitos não seriam convidados a participar de forma aleatória, mas aqueles que podem contribuir em decorrência de sua participação na comunidade.

Tendo em consideração que o pesquisador não é um ser genérico suas análises interpretativas foram realizadas a partir de sua inserção como ser histórico e social. Freitas (2002) ressalta a importância de contextualizar o pesquisador e a situação concreta no qual ocorreu a entrevista, pois a própria relação intersubjetiva com os sujeitos pesquisados também influenciam na produção da informação. Com efeito, a ação do pesquisador e seus efeitos devem ser elementos de análise. O contato entre ambos não é inerte, mas é produtora de significados e sentidos. De acordo com Freitas (2002, p. 25-6)

Bakhtin contribui para complementar essas ideias afirmando que o critério que se busca numa pesquisa não é a precisão do conhecimento, mas a profundidade da penetração e a participação ativa tanto do investigador quanto do investigado. Disso também resulta que o pesquisador, durante o processo de pesquisa, é alguém que está em processo de aprendizagem, de transformações. Ele se ressignifica no campo. O mesmo acontece com o pesquisado que, não sendo um mero objeto, também tem oportunidade de refletir, aprender e ressignificar-se no processo de pesquisa.

Dessa forma, optou-se inicialmente a realização das entrevistas em duplas, agrupando de acordo com critérios de proximidade (seja laços de amizade, trabalho ou desempenharem funções afins na comunidade). No entanto, como a primeira entrevista em dupla foi bastante extensa, optou-se por fazer entrevistas individuais para não deixar este momento cansativo. A outra exceção foi de um casal, cuja esposa foi em quase todas as tentativas do grupo focal, pois quando o convite foi realizado, essa seria metodologia utilizada. Quando colocada a opção de fazer com cada um em separado, optou-se ainda por realizar juntos. As demais entrevistas foram realizadas de forma individual na própria casa dos moradores, em momento marcado com antecedência, sempre de acordo com a conveniência dos sujeitos pesquisados.

Quanto aos aspectos éticos, esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com o Parecer: 2.927.528. Ressaltam-se que todas as entrevistas contaram com a anuência dos sujeitos pesquisados, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual foram abordados o objetivo da pesquisa e as considerações éticas pertinentes a situação. As entrevistas realizadas com os moradores foram gravadas, sendo percebido que algumas pessoas tiveram certo desconforto quando era pontuado o uso do gravador. A situação parecia mudar quando era explicado sobre os aspectos éticos da garantia da confidencialidade e anonimato na pesquisa envolvendo seres humanos.

Ao contrário do grupo focal, quem determinou a circunstância foram os próprios moradores, e não o pesquisador. Isso não representou condições ideais de pesquisa, apenas a

real. Houve casos em que surgiram imprevistos tais como carros de som, pessoas passando e interrupções de terceiros. No entanto, entendemos que tais situações não comprometeram o rigor do processo investigativo. Conforme Brandão (2006) afirma que a confiabilidade da ciência não está no rigor positivo do pensamento, embora este seja importante, mas na construção coletiva do conhecimento, por meio da partilha de saber, tomando a realidade social como referência. Acreditamos que a estrutura do roteiro de entrevista possibilitou tanto o relato das experiências quanto uma reflexão sobre elas. Este foi um dos momentos mais ricos da entrevista, pois tivemos a impressão de que refletir sobre sua própria realidade não era prática comum para alguns dos moradores. Por outro lado, em algumas situações os próprios entrevistados nos fizeram refletir sobre aspectos que não tínhamos sequer considerado ou imaginado no planejamento da pesquisa.

A análise da informação produzida foi realizada mediante a técnica do núcleo de significação desenvolvida pelos trabalhos Aguiar e Ozella (2013, 2006). O objetivo desta técnica é a apreensão do processo de constituição de sentidos mediada por categorias do método histórico dialético e da Psicologia Histórico-Cultural. Ela foi escolhida por estar condizente com a proposta e referencial analítico utilizado nesta pesquisa. A condução desta metodologia amparada no materialismo dialético é composta por dois movimentos: análise e síntese. O primeiro é composto pelas duas fases iniciais da pesquisa, sendo a terceira fase correspondente ao momento da síntese. Por sua vez, isto não implica em afirmar que cada momento ocorre de forma separada, pois em toda análise está presente uma síntese e vice-versa (AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015)

A primeira etapa inicia com leituras flutuantes e reiterativas do material transcrito com o objetivo de familiarizar-se com ele e destacar os elementos pré-indicadores, Trata-se de palavras chaves que costumam repetir bastante, pela importância ou carga emocional, assim como pela ambivalência ou insinuações não concretizadas. Tendo em consideração a grande quantidade de palavras que surgem neste momento, é importante restringir-se aos objetivos da pesquisa (AGUIAR; OZELLA, 2013, 2006). Apesar das palavras destacadas revelarem a forma de pensar, sentir e agir do sujeito, elas expressam construções sociais de modo que ao captar as mediações da significação, conhece-se o contexto e as condições histórico-sociais de sua produção (AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015). Embora este procedimento deveria ser realizado tendo como base o material transcrito na sua totalidade optou-se por realizar escuta atenta do material, selecionando diversos trechos significativos para a transcrição.

A fase de sistematização dos indicadores é feita pela articulação dos pré-indicadores nas formas de similaridade, complementaridade e ou contraposição. Trata-se de uma

abstração que possibilita melhor aproximação com os sentidos quando comparado com uma análise isolada. Os indicadores ressaltam as contradições existentes entre os pré-indicadores. Por fim, ocorre a sistematização dos núcleos de significação pela articulação dos indicadores, num movimento de síntese capaz de abarcar as mediações sociais e concretas ao mesmo tempo em que a articulação entre fala e pensamento construídos histórica e dialeticamente no plano do sujeito. Ela é dividida em duas fases. A primeira é a articulação dos indicadores seguida de uma interpretação das significações, a partir dos quais haverá uma penetração mais intensa na realidade. (AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015; AGUIAR; OZELLA, 2006).

A partir do processo de articulação dos indicadores e seus conteúdos temáticos são formados os núcleos de significação, com o objetivo de captar as mediações que constituem o sujeito, com suas implicações e afetividade presentes. Esse processo analítico-interpretativo permite captar as transformações e contradições na produção de significados e sentidos, como também uma articulação entre os aspectos subjetivos com os contextuais e históricos. A compreensão do sujeito em sua totalidade não deve se restringir aos seus discursos, mas buscar articulações com o contexto social, político e econômico. Por sua vez, um exame crítico é aprofundado mediante estudo da literatura disponível. (AGUIAR; OZELLA, 2013, 2006). É esclarecedora a ideia de Aguiar e Ozella (p. 242-3, 2006) quando afirma que

(...) nesse movimento de articulação dos núcleos entre si, e com as condições sociais, históricas, ideológicas, condição de classe, gênero, e, sem dúvida, com os conhecimentos cientificamente produzidos sobre a área em questão, uma nova realidade surge, mais complexa, integrada, reveladora das contradições, movimento esse fundamental para a apreensão da constituição dos sentidos.(p.242-3) (AGUIAR; OZELLA, 2006)

Do ponto de vista metodológico o conceito de sentido ressalta que aquilo que o sujeito afirma numa investigação não tem sentido em si mesmo, pois ele é uma produção a partir das relações sociais estabelecida com outros sujeitos, signos e sentidos que circulam no meio em que vive. Outra consideração importante nestes tipos de pesquisas, é que apesar do sentido ser plurideterminado isso não significa afirmar que sua produção ocorra de forma aleatória, mas determinada pela historicidade do sujeito, atravessadas por suas emoções, afetividades, decisões, experiências, sensibilidades etc. (BARROS et al., 2009). Neste sentido, a reflexãodos sentidos e significados elaborados pelos sujeitos permitem uma análise da realidade concreta experienciada por eles em seu cotidiano.

Com o objetivo de melhor relatar o trabalho realizado nesta pesquisa de doutorado, a escrita da Tese foi dividida em pelo menos seis capítulos, além da introdução e considerações finais. O primeiro capítulo teórico, intitulado de “**Produção do espaço urbano e a**

segregação socioespacial nas sociedades capitalistas”, está dividido em quatro tópicos. Inicia com uma discussão sobre a questão social, uma vez que será uma constante ao longo de toda a escrita. Arriscamos a dizer que os demais tópicos são desdobramentos da tensão entre capital e trabalho no espaço urbano, políticas habitacionais e no psiquismo dos sujeitos. O segundo tópico aborda a produção do espaço urbano no capitalismo, indicando suas principais contradições, que se desembocam no processo da segregação socioespacial. Esta particularidade do espaço no capitalismo é tratada no terceiro tópico. Este capítulo, finaliza com uma discussão sobre a particularidade da segregação socioespacial na cidade de Teresina, fazendo um resgate histórico de sua constituição. Em decorrência da sua abrangência histórica, entendemos que ele apresenta uma contribuição relevante sobre os estudos acerca da capital piauiense.

Já o capítulo teórico **“Políticas Habitacionais Brasileiras”** realiza um breve panorama histórica das principais intervenções estatais na questão habitacional, considerada como uma das expressões da questão social. O primeiro tópico aborda as políticas habitacionais pioneiras no Brasil até o segundo mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 2002. O tópico seguinte aborda o Programa Minha Casa Minha, contextualizando o momento histórico em que ele surgiu: o governo de coalização de classes realizado no Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). Por fim, aborda a particularidade das políticas habitacionais em Teresina, que influenciaram na expansão urbana da cidade juntamente com outros processos espaciais.

O terceiro e último capítulo teórico, intitulado **“Experiências e implicações psicossociais”**, está dividido em quatro tópicos. O primeiro aborda uma discussão do conceito de experiência a partir do historiador E.P. Thompson, uma vez que será a base para a produção dos demais processos psicológicos. No tópico seguinte realiza uma reflexão sobre a movimento da consciência e alienação a partir das contradições da sociedade capitalista. Como uma espécie de continuação, o terceiro tópico aprofunda a discussão apresentando elementos da ideologia, que interferem na forma dos sujeitos sentir, pensar e agir sobre a realidade. Finalizando o capítulo, é apresentada uma discussão sobre o fatalismo acompanhada de pesquisas sobre o PMCMV, no qual aparecem implicações psicossociais.

Os capítulos seguintes já apresentam informações produzidas a partir da realidade pesquisada com base no material empírico produzido pela etapa de pesquisa de campo. O que foi intitulado **“Familiarização com o campo de pesquisa”** inicia-se com uma breve caracterização geral da cidade de Teresina, enfocando os aspectos habitacionais. O segundo tópico realiza uma apresentação do Residencial Teresina Sul I e II por meio de uma narrativa

elaborada a partir de notícias em jornais ou portais da cidade, seguida com um mapeamento dos principais grupos comunitários atuantes na comunidade. Por fim, são pontuados os percursos da pesquisa de campo com reflexões sobre ele, quando pertinente.

O capítulo **“Experiências dos moradores no PMCMV: particularização da segregação socioespacial”** apresenta um conjunto de informações produzidos a partir das entrevistas realizadas com os próprios moradores, focalizando suas experiências no PMCMV. Aborda, portanto, as diversas mediações que particularizam a segregação social, determinando formas de pensar, sentir e agir dos sujeitos pesquisados. Ele está dividido em três tópicos. O primeiro aborda as representações dos moradores acerca da casa própria, apontando para as diferenças com a ideologia dominante. No outro tópico discutiu-se as aspectos relacionados a existência de casas vazias num programa habitacional, enfocando os efeitos desse fato nos moradores. Por fim, foram analisadas as repercussões das prestações do PMCMV, principalmente em relação a possibilidade de perder a moradia diante de atrasos.

O último capítulo **“Experiência de segregação socioespacial nos Residenciais Teresina Sul I e II”**, analisa as implicações psicossociais produzidas a partir das experiências de segregação socioespacial, realizadas por meio da técnica de Núcleo de Significação. Cada um dos quatros núcleos elaborados foi discutido em tópicos distintos, finalizando com uma síntese. O primeiro aborda as dificuldades e estratégias desenvolvidas pelos moradores para a satisfação de suas necessidades. O tópico seguinte discute os efeitos da distância no cotidiano dos moradores. Já o terceiro tópico analisa as relações familiares e sociais enfocando o movimento de mudança e organização e mobilização política. Finaliza com uma síntese de toda essa discussão.

Nas Considerações finais foi apresentada uma sistematização de toda discussão tendo em consideração os eixos analíticos utilizados e as informações extraídas no campo de pesquisa. Além disso, apontou-se para outras perspectivas de pesquisa que podem ser aprofundadas em momento posterior, levantadas por meio de problematizações surgidas no próprio campo de pesquisa.

Espera-se que esta pesquisa possa trazer contribuições, não apenas para o debate acadêmico, mas principalmente para o desenvolvimento de novos desenhos e arranjos no campo da política habitacional, colocando em pauta a necessidade de compreendê-la em articulação com as demais políticas públicas, como também que sobre os modos de viver a cidade e dos sujeitos que elas produzem. Abre-se a possibilidade, também, de discutir as contradições presentes na sociedade capitalista que atravessam as políticas habitacionais e a consciência dos moradores, apontando para a ideologia presente nesta realidade.

2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NAS SOCIEDADES CAPITALISTAS

2.1 “Questão social”: expressão da contradição fundamental da sociedade capitalista

A parte mais teórica dessa tese inicia-se com uma discussão panorâmica a respeito da “questão social”. Não se trata de mero diletantismo intelectual, mas de uma exigência do próprio objeto de estudo, uma vez que ela está presente em toda discussão, mesmo que nem sempre apareça de forma explícita ao longo do desenvolvimento da escrita. Assim, foi realizado um esforço para apontar as relações entre a “questão social” e os fenômenos estudados. Penso que não poderia ser diferente ao se abordar um problema inserido na sociedade capitalista, por mais distante que possa parecer à primeira vista.

Tendo em consideração que tanto a produção do espaço quanto a segregação socioespacial estão inseridas nas relações sociais capitalistas, elas expressam e reproduzem as desigualdades inerentes destas sociedades, por meio de sua contradição fundamental: a exploração do trabalho pelo capital. Dessa forma, embora apareça inicialmente neste tópico específico, a “questão social” virá novamente à tona nos tópicos seguintes expressando as particularidades das discussões envolvidas na produção do espaço urbano, políticas habitacionais e implicações psicossociais.

Nesse sentido, este capítulo inicia com a apresentação de alguns elementos importantes sobre a “questão social” por meio de uma discussão conceitual e histórica, especificando sempre a particularidade brasileira, em decorrência de suas especificidades. Os conteúdos materiais tratados neste tópico não serão deixados de lado nos demais subsequentes. O tópico seguinte aborda os desdobramentos das desigualdades (decorrentes da contradição fundamental na sociedade capitalista) na produção do espaço urbano. Essa produção desigual do espaço assume diversas formas. A segregação socioespacial é uma delas, abordado no terceiro tópico. E por fim, foi realizada ainda neste capítulo uma discussão sobre a singularidade da segregação socioespacial em Teresina.

A “questão social” é bastante complexa e envolve significados e formas diferenciadas de seu enfrentamento, sendo que para cada qual haverá possibilidades e limites de atuação social e profissional correspondente. É importante destacar que seu entendimento fica ampliado numa perspectiva histórico-crítica, uma vez que a questão social está vinculada com determinados contextos sociais, políticos e econômicos específicos (NETTO, 2012). Assim,

será feita uma pequena digressão para se entender o processo histórico de sua constituição, evitando qualquer naturalização a seu respeito.

A “questão social” está determinada por uma contradição inerente ao modo de produção capitalista, ou seja, decorrente da exploração do trabalho pelo capital, colocando os trabalhadores numa situação de miséria, conhecida como pauperismo, ao mesmo tempo em que a sociedade produz mais riqueza (NETTO, 2012; 2001). Apesar do desenvolvimento das forças produtivas e o aumento vertiginoso da riqueza, ocorria o aumento da pobreza em grande parte da população. Santos (2012) explica que nestas sociedades a produção material da existência não ocorre para atender as necessidades básicas dos sujeitos, mas realizada a partir dos ditames da reprodução do capital. Com efeito, são produzidas diversas consequências nas várias dimensões da sociedade e da vida humana como, por exemplo, nas desigualdades sociais relativas aos acessos diferenciados pelos sujeitos à riqueza socialmente produzida. Como veremos adiante, tal contradição se concretiza também na produção desigual do espaço urbano.

Nascimento (2004) destaca a relação entre o desenvolvimento do capitalismo e o agravamento das condições concretas de vida e trabalho daqueles que vendem sua força de trabalho no mercado. A concentração da força de trabalho (expropriada dos meios de produção) juntamente com o capital, proveniente da acumulação primitiva, foi fundamental neste processo. A partir de então os trabalhadores necessitavam vender sua força de trabalho para garantir a satisfação de suas necessidades de sobrevivência, passando de produtores diretos para a condição de assalariados, recebendo apenas uma parcela do trabalho realizado. Além disso, foram criadas não somente as condições para a exploração do trabalho humano, mas também a dissolução da proteção social existente no feudalismo, como a que ocorria entre suseranos e vassalos, por exemplo. Assim, ela conclui que:

Na transição para o capitalismo, a sua pauperização foi absoluta, posto que além da expropriação de seus meios de produção, romperam-se as condições sociais estabelecidas, que garantiam minimamente um sistema de proteções e obrigações, sem que, em seu lugar, se tivessem criados condições de suporte para suas carências mais básicas (p.60).

Possuindo apenas a capacidade de trabalho, os trabalhadores ficaram alijados dos meios de produção de sua própria existência, tendo que vendê-la no mercado para satisfação de suas necessidades vitais. A esta situação, acrescenta-se a aparente contradição de que com o aumento da produtividade social do trabalho e da intensificação da exploração da mais-valia pelos capitalistas, amplia-se o pauperismo. Isto ocorre, pois o incremento da produção é apropriado privadamente pelos detentores do meio de produção, não sendo socializada com

aqueles que realizam a produção do valor por meio do trabalho, ou seja, pelos trabalhadores. Neste sentido, a “questão social” tem sua gênese na apropriação privada do trabalho coletivo da produção (IAMAMOTO, 2003).

O pauperismo não é condição suficiente para a construção da “questão social” enquanto um fenômeno político e econômico, uma vez que a pobreza já existia nas outras formações sociais. É apenas no capitalismo, contudo, que ela apresenta outra dinâmica que a distingue da pobreza existente em outras condições históricas. Dessa forma, a “questão social” emergiu no contexto do capitalismo urbano-industrial por volta de 1830, num processo que transformou os processos e relações de produção, produzindo o conflito entre capital e trabalho. O fenômeno do pauperismo se expandiu na classe trabalhadora em função da relação de produção capitalista e não da escassez de recursos ou bens, ou seja, foi uma consequência do aumento da extração de mais-valia pelos capitalistas. A novidade do pauperismo é que os índices de pobreza dessa época cresciam na mesma proporção em que o desenvolvimento das forças produtivas eram capazes de superar ou pelo menos minimizá-la. O trabalhador é cada vez mais explorado na mesma medida (ou proporcionalmente) em que amplia a sua miséria e a riqueza socialmente produzida, que será apropriada privadamente pelos donos dos meios de produção (NETTO, 2012; 2001; PIMENTEL, 2004).

O segundo aspecto diz respeito ao fato de que a pobreza produzida no capitalismo ameaçava a coesão social e colocava em risco a ordem social burguesa, mobilizando a organização da classe trabalhadora que passaram a explicitar suas necessidades no espaço político e não sendo considerada apenas como um problema individual. Ela assume diversas expressões, mediadas de acordo com a conjuntura sócio histórica de um determinado lugar e época (GUERRA et al., 2007).

Neste contexto, a pobreza e a desigualdade social ganharam desdobramentos sociopolíticos uma vez que a classe trabalhadora foi produzindo a consciência política de que sua condição de pauperismo e exploração está atrelada ao desenvolvimento da sociedade capitalista, exigindo seu reconhecimento enquanto agentes sociais, ao mesmo tempo em que luta pela satisfação de suas necessidades sociais e melhoria das condições de vida e trabalho. À medida que adquire consciência de sua exploração, a classe trabalhadora se organiza politicamente na forma de resistência e luta. Com o aumento crescente da pobreza e ameaça da ordem capitalista, o Estado passa a intervir sobre as diversas expressões da “questão social”, buscando dirimir os conflitos entre capital e trabalho e ocultar as contradições ao atender demandas da classe trabalhadora, como na questão habitacional, por exemplo (PIMENTEL, 2016; 2004; NETTO, 2001; 2012).

Assim, o Estado capitalista atua como mediador da relação entre capital e trabalho, embora dentro dos limites do capital. Aliás, as políticas públicas têm o objetivo de assegurar a reprodução da sociedade capitalista em sua totalidade e busca de consenso entre as classes sociais antagônicas, sem colocar em cheque as contradições inerentes do modo de produção capitalista. Com efeito, intervém apenas nas diversas expressões da “questão social”, de forma particularizada, por meio de diversas políticas sociais setorializadas (NETTO, 1992). Dessa maneira, a conciliação realizada pelo Estado não ocorre de forma imparcial entre os interesses de classe antagônicos, cujo efeito é a reprodução dessa mesma contradição. As concessões realizadas a favor do trabalho, não compromete a reprodução ampliada do capital. Pelo contrário, a intervenção do Estado assegura condições para a reprodução ampliada do capital.

De acordo com Harvey (1980) o sistema político e burocrático atua como uma força que contrabalança a tendência autodestrutiva do capitalismo, fornecendo condições estruturais para o seu adequado funcionamento (evitando ou superando as crises cíclicas do capital) como também para amenizar suas mazelas. Por sua vez, as intervenções do Estado são concretizadas desde que não interfira na base econômica da sociedade capitalista, ou seja, não prejudique a extração e circulação de mais-valia e operação do mercado autorregulado.

Dessa forma, a intervenção do Estado é fundamental para o funcionamento e reprodução constante da sociedade capitalista na medida em que influencia em aspectos da produção e do consumo por meio da garantia do direito da propriedade privada dos meios de produção, cumprimento dos contratos, proteção dos mecanismos de acumulação, entre outros. Da mesma forma, sua intervenção atua no controle da força de trabalho, fundamental para a exploração do trabalho pelo capital. De acordo com Harvey (2005, p.83):

Ele [Estado] desempenha um papel importante na regulação da competição, na regulação da exploração do trabalho (por meio por exemplo, da legislação do salário mínimo e da quantidade máxima de horas de trabalho) e, geralmente, estabelecendo um piso sob os processos de exploração e acumulação capitalista. O Estado também deve desempenhar um papel importante no provimento de “bens públicos” e infra-estruturas sociais e físicas; pré-requisitos necessários para a produção e troca capitalista, mas os quais nenhum capitalista individual acharia possível prover com lucro.

Num artigo mais recente, Pimentel (2016) discute as bases ontológicas da “questão social”. Afirma que ela está relacionada com a criação das desigualdades sociais no modo de produção capitalistas e suas repercussões para as condições de vida e trabalho do proletariado. Ela define três dimensões essenciais da questão Social, a saber: 1) material, relacionada com a Lei Geral da Acumulação capitalista; 2) política, relativa à resistência e luta dos trabalhadores; 3) Intervenção do Estado, cujas ações variam historicamente.

Iamamoto (2003) chama a atenção para o fato de que a análise da “questão social” está relacionada com a disputa entre diferentes projetos societários, variando de acordo com os interesses de classes envolvidos na condução de políticas econômicas e sociais. Trata-se de parte constitutivas das relações sociais capitalista no processo de acumulação que produz efeitos no conjunto da classe trabalhadora. Além disso, a autora amplia a “questão social” para além da dimensão meramente econômica quando afirma que ela expressa também disparidade políticas e culturais das classes sociais, como relações de gênero, étnico-raciais e formações regionais, por exemplo.

Ao abordar sobre as concepções produzidas historicamente sobre a “questão social”, Netto (2001) afirma que a partir da segunda metade do século XIX foram gestadas duas formas diferentes de conceber e lidar com ela, que permaneceram até os dias atuais, embora tenham recebido outros matizes. Num primeiro momento, o termo “questão social” foi usado de forma indistinta, independentemente da posição ídeo-política, tanto pelo pensamento conservador de um lado, quanto do revolucionário do outro.

No caso do pensamento conservador, admite-se a existência da desigualdade social desde que não afete a solidariedade ou a integração social, podendo ser compreendido a partir de uma vertente laica e outra religiosa. Tal entendimento se expressa em Durkheim e pela doutrina social da Igreja Católica, respectivamente. Com efeito, a “questão social” é distanciada de sua estrutura histórica sem questionamentos da ordem socioeconômica estabelecida, portanto, de forma naturalizada. O enfrentamento desse problema, nesta perspectiva, ocorreria principalmente por meio de medidas de cunho moral, seja pela educação ou pela evangelização católica. Aprofundando a discussão, Montañó (2012) ressalta a naturalização da “questão social” em decorrência da separação positivista de caráter conservador entre o econômico e o social. A “questão social” passou a ser vista como um “fato social” e, portanto, a-histórico e sem relação com os conflitos e interesses sociais, de forma que os sujeitos eram responsabilizados pela situação em que se encontravam. Assim Montañó (2012 p. 272) afirma:

Começa-se a se pensar então a “questão social”, a *miséria*, a *pobreza*, e todas as manifestações delas, *não como resultado da exploração econômica, mas como fenômenos autônomos e de responsabilidade individual ou coletiva dos setores por elas atingidos*. A “questão social”, portanto, passa a ser concebida como “questões” isoladas, e ainda como fenômenos naturais ou produzidos pelo comportamento dos sujeitos que os padecem. (grifos do autor).

Atualmente, essa posição ídeo-política é expressa pela intervenção reformista de políticas sociais baseada na administração técnica de determinados problemas e na

racionalidade da gestão pública, sem questionamento dos fundamentos de ordem econômica e social estabelecida (NETTO, 2001, 2012). As políticas sociais de viés keynesiano, de acordo com Montaño (2012), encaixa-se nesta perspectiva reformista, pois não atua diretamente na esfera produtiva, mas na distribuição parcial da riqueza para uma parcela de pessoas que não possuem condições de acessar bens e serviços no mercado. Nesta perspectiva, o enfrentamento da “questão social” baseia-se na “redistribuição”, sem transformar a contradição entre capital e trabalho, ou seja, ocorre nas expressões da “questão social”, sendo um paliativo, que em última instância amplia a pauperização. Essa lógica, por sua vez, ainda é predominante.

Pimentel (2012) afirma que muitos dos estudos acerca da “questão social” ficam restritos nos limites impostos pelo pressuposto liberal. A discussão costuma girar em torno da distribuição da riqueza e não de sua produção, permanecendo intocável a propriedade privada dos meios de produção. É comum apontarem para a necessidade de retomada do Estado Social, redefinição de um novo contrato social e política fiscal a favor das rendas baixas, entre vários outros pontos. No entanto, são apenas ideias reformadoras do capitalismo sem superar os antagonismos de classe e a exploração do trabalho, ou seja, não propõe uma ruptura com a ordem dominante na perspectiva da emancipação do trabalho.

Outra concepção, oposta ao pensamento conservador, foi a dos socialistas revolucionários. Afirmando que a “questão social” é inerente ao modo de produção capitalista, como um desdobramento necessário do seu processo de acumulação. Os marxistas, compreendendo teoricamente o processo de produção do capital, insistiam que a melhoria das condições de vida não retirava os trabalhadores da sua condição de exploração. Isso não significa fazer uma escolha entre realizar reforma ou revolução. Para Netto (2012), o enfrentamento da “questão social” deve modificar os fundamentos socioeconômicos dessa ordem, propondo reforma e revolução ao mesmo tempo, pois a redução das desigualdades e reversão dos mecanismos de pauperização absoluta são importantes para a luta revolucionária.

Diante da desregulamentação econômica, desempregos de longa duração e os processos de exclusão social, alguns autores propõem o surgimento de uma nova “questão social”. Dentro desta discussão Rosanvallon (1998) argumenta, ressaltando três abalos no Estado Providência. De acordo com o pensador francês, o primeiro está relacionado com um aumento da demanda por despesas sociais, diante de um cenário de crise capitalista. O segundo aponta para a suspeita de ineficiência do aparelho redistributivo, com perda de legitimidade do Estado. Por fim, afirma a existência de uma crise de caráter filosófico relativos aos problemas de desagregação dos princípios de solidariedade e da concepção de

direitos sociais compensatórios e padronizados. Além disso, o pensador francês nega o interesse comum de uma classe objetiva salientando os processos particulares de exclusão social, no qual a pobreza estaria relacionada com a história pessoal de um sujeito singular e não de uma classe.

Neste sentido, a noção tradicional de direitos sociais baseada na solidariedade e risco coletivo, começa a ser duramente questionada numa perspectiva neoliberal e por aqueles que advogam a existência de uma nova “questão social”. Os Welfare States, por exemplo, são considerados como responsáveis pelos atuais problemas econômicos, inclusive nos países de centro da economia capitalista. Dessa maneira justificam-se as reduções dos gastos realizados pelos Estados, principalmente nas políticas sociais, que se voltariam preferencialmente para os casos de extremas carências ou em que não haveria rentabilidade para os investimentos. (PASTORINE, 2010)

Aprofundando o debate, Castel (1998) afirma que a nova “questão social” relaciona-se com o enfraquecimento da sociedade salarial em decorrência da perda da centralidade do trabalho na integração da vida social e identidade dos indivíduos, assim como do questionamento da relação entre crescimento econômico e progresso. Aponta que as transformações no mundo do trabalho são expressas na: 1) desestabilização dos estáveis; 2) na instalação da precariedade; 3) déficit de lugares relativos à utilidade social e reconhecimento público de uma parcela da população considerada como supranumerários, pois não integrados e integráveis à sociedade. São desqualificados, portanto, no plano cívico e político. Neste sentido, Castel (1998, p.526-7) conclui que:

Assim como o pauperismo do século XIX estava inserido no coração da dinâmica da primeira industrialização, também a precarização do trabalho é um processo central, comandada pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno. Realmente, há aí uma razão para levantar uma “nova questão social” que, para espanto dos contemporâneos, tem a mesma amplitude e a mesma centralidade da questão suscitada pelo pauperismo na primeira metade do século XIX.

As propostas de ambos autores são bastante criticadas no sentido de que elas promoveriam a desresponsabilização do Estado perante a garantia dos direitos de cidadania. Além disso, podem ser criticadas também se levado em consideração que o problema da sociedade capitalista está na distribuição da riqueza acumulada pelo sistema produtivo. A individualização do social e o tratamento diferenciado ocultaria a produção social da exclusão. Os serviços e benefícios concedidos pelo Estado, dessa forma, não alterariam as desigualdades promovidas pelo sistema capitalista, uma vez que são circunscritas nos limites de acumulação do capital e do jogo político (PASTORINE, 2010).

Além disso, o entendimento de uma nova “questão social” pressupõe que a anterior foi superada ou resolvida, adotando uma perspectiva naturalizadora, sem levar na devida consideração, por exemplo, a economia em sua historicidade. A compreensão das novas determinações e expressões da “questão social”, impostas pela globalização e o modelo neoliberal, devem levar em conta as diversas medições que o compõe, de forma que a noção de novo relaciona-se dialeticamente com a de antigo, apontando para sua processualidade (PASTORINI, 2010).

Podemos dizer que esta adjetivação de novo ou novidade relacionada com a “questão social” é um estratégia discursiva do sistema capitalista para, a partir desta diferenciação, afirmar uma suposta autonomia da “questão social” frente às demais esferas sociais, reforçando mais uma vez a separação entre o social e o econômico. Nesta perspectiva, é desconsiderada a relação entre capital e trabalho, que promovem as desigualdades e antagonismos. Não seria criticado, dessa forma, o modo e as relações de produção que promovem as vulnerabilidades e exclusões sociais, mas o atual modo de distribuição da riqueza, com propostas de enfrentamento baseada no indivíduo e não nas classes sociais, ou para os grupos que ameacem a ordem social estabelecida. Daí seu caráter focalizado e restrito.

De acordo com Cerqueira Filho (1982), a particularidade da “questão social” no Brasil, é que ele é tratada dentro da perspectiva da integração social, na qual busca neutralizar os efeitos da luta de classe, utilizando-se dos aparelhos ideológicos e repressivos do Estado, com predomínio de um sobre o outro em diferentes contextos históricos. Ressalta ainda que em momentos de aguçamento da crise de hegemonia, no sentido gramsciano, a “questão social” brasileira foi resolvida como “questão de polícia” e no campo ideológico com a fixação de ideias como “desordem e repressão”. Num contexto em que a tensão capital e trabalho acontecia nas franjas das relações sociais de produção, a “questão social” não se inseria no pensamento dominante, ganhando legitimidade desde que marginalizada à classe subalterna e tratada como “ilegal” e praticada por subversivos. O processo de criminalização da “questão social” atinge particularmente as classes subalternas. Trata-se de uma naturalização de seus aspectos históricos e sociais cujas respostas do Estado tendem a se restringir em programas focalizados acompanhados de repressão oficial (IAMAMOTO, 2003).

Com a intensificação da industrialização a partir da década de 1930 a “questão social” transforma-se em “questão de política” objetivando soluções mais sofisticadas de dominação, tendo, por sua vez, o reconhecimento implícito da classe operária. Era considerado como um fenômeno mundial e expressão do próprio progresso no qual os conflitos eram tidos como

básicos à sociedade, desde que dentro de certos limites. Tais intervenções são inseridas numa lógica paternalista no qual se busca a conciliação, sem incluir as classes subalternas, sendo elaboradas de cima pra baixo. As legislações trabalhistas do período de Vargas, por exemplo, eram consideradas como sinônimo de proteção à classe trabalhadora, muito embora servissem para desmobilizá-la. Essas duas lógicas de intervenção do Estado vão se alternando na história brasileira (CERQUEIRA FILHO, 1982).

Um fato interessante no tratamento da “questão social” brasileira foi que a instituição de políticas sociais se fortaleceu em períodos ditatoriais, como uma compensação das perdas de direitos civis e políticos. Além disso, a garantia de vários direitos sociais expressos na Constituição Federal de 1988 não foi plenamente efetivada, contrariando as expectativas da classe trabalhadora de universalização e responsabilização do Estado na concretização desses direitos. As regulamentações posteriores ocorreram em contexto de recessão econômica mundial sob as diretrizes do neoliberalismo, reduzindo a intervenção do Estado neste âmbito. As medidas de privatização, aumento de carga tributária, achatamentos de salários e desfinanciamento e monetarização das políticas sociais adotadas pelos Governos repercutiram negativamente entre os trabalhadores, promovendo uma ampliação da desigualdade social brasileira (PEREIRA, 2012).

Para Ianni (1992) a “questão social” reflete as dimensões econômicas, políticas e culturais e acompanha a história brasileira desde a época da escravidão, quando era posta abertamente, passando pelo surgimento do proletariado com a negociação dos antagonismos sociais. Ressalta ainda, que os processos estruturais promovem desigualdades sociais como também antagonismos que vão para além do plano econômico (concentração da riqueza socialmente produzida), abrangendo também aspectos étnicos, religiosos e regionais. Dessa forma, portanto, a tensão entre capital e trabalho não se restringe apenas ao plano econômico, mas é permeada de outras mediações que amplificam as desigualdades sociais. A estigmatização dos beneficiários do PMCMV, por exemplo, de que moram mal e em lugar perigoso, reforça a desigualdade social sobre tais sujeitos.

A cena contemporânea apresenta algumas particularidades à “questão social” em decorrências do novo estágio da acumulação capitalistas, impulsionada pelo capital financeiro. Esse processo tem ampliado as desigualdades territoriais entre as classes sociais com aumento do desemprego e redução das políticas sociais públicas. As políticas neoliberais têm reduzido os gastos sociais com o objetivo manifesto de equalizar a crise fiscal do Estado. Por fim, tais processos produzem implicações nas formas de sociabilidade como na

disseminação do individualismo e dos critérios da racionalidade de mercado para todas as relações sociais, debilitando os projetos coletivos e utópicos (IAMAMOTO, 2003).

Todas essas reflexões produzem implicações nas análises seguintes. A produção do espaço urbano, as políticas habitacionais e as implicações psicossociais serão determinadas pela contradição fundamental da sociedade capitalista, sendo base material para a explicação das desigualdades existentes nas diversas dimensões da vida humana. A seguir será apresentada uma discussão sobre a produção do espaço no capitalismo, intimamente relacionada com a tensão entre capital e trabalho.

2.2 Produção do espaço urbano no Capitalismo

A implantação de uma Política Habitacional ocorre inserida num determinado espaço geográfico que deve ser levado em consideração em uma investigação, principalmente quando analisada sob uma perspectiva da segregação socioespacial. Nesse sentido, será realizada uma discussão acerca do processo de produção do espaço urbano no capitalismo, levando em conta a contradição fundamental desta sociedade, a partir da perspectiva da tradição marxista. Dessa forma serão abordados temas como a transformação do espaço urbano em mercadoria e os agentes produtores do espaço urbano, com suas implicações na conformação do espaço.

Harvey (2005) afirma que a teoria da acumulação de Marx apresenta elementos para se pensar relações espaciais, embora se apresente de forma esparsa e superficial ao longo da obra do pensador alemão. Para o geógrafo marxista as formas ou processos espaciais não podem ser compreendidos como algo estático. São antes de tudo processos sociais produzidos a partir da prática humana em um determinado contexto histórico, não podendo ser concebidos separadamente. Há uma dimensão espacial nos processos sociais e vice-versa, de forma que a compreensão deste em sua totalidade demanda uma análise daquela. Contudo, a relação entre ambos não pode ser definida de forma causal e unilateral, mas de maneira dinâmica e dialética. Esta ideia é compartilhada por Corrêa (2002) quando afirma que o espaço urbano é reflexo da sociedade ao mesmo tempo em que é condicionante de sua (re) produção, enfatizando, assim, que os processos espaciais são de natureza social.

A análise dialética marxista sobre o solo urbano articula aspectos espaciais e econômicos, não se restringindo também apenas ao valor de uso do solo, mas também seu valor de troca, ressaltando suas várias determinações. Por sua vez, o solo urbano apresenta

certas particularidades em relação às demais mercadorias: 1) tem localização fixa; 2) necessário à vida e trabalho humano, pois estes não podem existir sem o espaço; 3) qualidade de permanência, sem perder seu potencial de uso cuja concretização pode se estender por um período longo do tempo; 4) possui usos diferentes e não exclusivos, variando no tempo. Dessa forma, o espaço urbano deve ser pensado de forma relacional, no qual um determinado ponto no espaço terá seu valor do solo a partir de sua relação com outros pontos (HARVEY, 1980).

Numa perspectiva marxista, a cidade é considerada como um produto social estreitamente relacionado com o modo de produção e organização social, construída para a produção dos bens materiais e serviços tendo a vista a sobrevivência e reprodução de um determinado grupo social (HARVEY, 1980). De acordo com Monte-Mor (2006) o surgimento da cidade está relacionado com o aprofundamento da divisão socioespacial do trabalho e a apropriação do excedente produzido pelo campo por uma determinada classe. Até então, a cidade exercia apenas o controle político, pois não se constituía ainda como um espaço produtivo. Com a consolidação da economia de mercado, a cidade vai ganhando centralidade enquanto espaço de troca de produtos e até de provimento de serviços e equipamentos para o campo. No entanto, a produção do espaço urbano nas sociedades capitalistas foi consolidada com o processo de urbanização das cidades, impulsionada com o surgimento das indústrias e da consolidação da burguesia. Dessa forma, a cidade apresentava as condições necessárias para a redução do tempo socialmente necessário para a reprodução da mercadoria, pois concentrava as condições gerais da produção, como também de trabalhadores e consumidores.

O espaço urbano é um lócus importante para a reprodução do capital, pois concentra os meios de produção e a força produtiva. As necessidades do capital exigem a implantação de uma infraestrutura adequada, tais como energia, água, sistema rodoviário, empresas subsidiárias etc. Por sua vez, elas acabam elevando o preço da terra, expulsando a população mais pobre para espaços periféricos. Pode-se afirmar que a apropriação do solo urbano, dessa forma, adquire um caráter anti-social na medida em que ele é utilizado como reserva de valor, promovendo grandes vazios urbanos¹¹ e uma expansão horizontal desnecessária (SILVA, 1989). Com efeito, as elites urbanas terão maior acesso à riqueza socialmente produzida, possibilitando melhores condições materiais e concretas para sua reprodução social, enquanto que os pobres terão as satisfações de suas necessidades de forma precária.

¹¹ Os vazios urbanos não podem ser compreendidos de forma literal, pois apesar de serem, via de regra, terrenos baldios sem construções específicas, são espaços voltados para a especulação imobiliária, proporcionando ao seu proprietário extrair cada vez mais a renda da terra urbana pela valorização do espaço urbano.

Dessa forma, é possível perceber as expressões da “questão social” de uma maneira mais nítida na cidade, na medida em que é uma instância de reprodução ao mesmo tempo do capital e das classes sociais, embora com lógicas distintas. Nesse processo Monte-Mor (2006) afirma que as cidades são transformadas em mercadorias de acordo com as mesmas leis econômicas da produção, apresentando as mesmas contradições do modo de produção capitalista.

Ivo (2010) chama atenção para o fato de que ainda na década de 1960 autores franceses como Manuel Castells e Henri Lefebvre já denunciavam a subordinação dos espaços urbanos para o capital, apesar dos efeitos contrários à qualidade de vida dos moradores. Pode-se afirmar que as variáveis do território e do espaço são inerentes à “questão social”, de forma que a segregação e periferização, por exemplo, expressam diferenças na forma de acesso dos pobres à moradia, serviços públicos e trabalho, enquanto expressão das desigualdades e hierarquizações sociais. Para Carlos (1994) o processo de produção do espaço urbano pode constranger a reprodução da existência dos seus moradores, quando existem carências na infraestrutura básica. Tais processos, serão melhores discutidos no próximo tópico, relativo à segregação socioespacial.

Aprofundando a discussão em um texto mais recente, Carlos (2013) afirma que numa economia capitalista o espaço passa a ser considerado como uma mercadoria, cuja compreensão é potencializada quando inserida na totalidade da reprodução da sociedade capitalista. A estrutura urbana não reflete apenas as desigualdades sociais, como também atua na reprodução das desigualdades de participação na riqueza produzida pela sociedade, tais como equipamentos, serviços e bem-estar social, promovendo o acesso diferenciado do cidadão. Neste mesmo artigo ela afirma que:

Seu pressuposto é a compreensão do espaço urbano como condição, meio e produto da reprodução social – portanto um produto histórico e de conteúdo social. Submetida à lógica da acumulação, essa produção realiza a acumulação capitalista cujos objetivos se elevam e se impõe à vida e aos modos de uso do espaço. Deste modo, o espaço urbano produzido sob a égide do valor de troca se impõe ao uso social da cidade. Este processo realiza a sociedade de classes apoiada na existência da propriedade privada da riqueza que cria acessos diferenciados dos cidadãos à metrópole, em sua totalidade, a partir da aquisição da moradia. A produção do espaço urbano funda-se, assim, na contradição entre produção social da cidade e sua apropriação privada (CARLOS, 2013, p.95).

O Estado, os capitalistas e os trabalhadores, levando em consideração suas respectivas frações de classes, que atuam de forma diferenciada, são agentes sociais produtores do

espaço¹². Eles estão inseridos na dinâmica de acumulação do capital, reforçando e criando condições de vida diferentes, cujo efeito será uma produção desigual do espaço urbano. A conformação do espaço urbano dependerá das relações de forças entre eles, variando de acordo com o contexto histórico (MONTE-MOR, 2006; CORRÊA, 2002).

O Estado, por sua vez, ao invés de socializar a riqueza produzida intervém a favor da valorização do capital em detrimento do trabalho. Trata-se, no entanto, de uma intervenção contraditória, pois não desconsidera o atendimento das demandas da classe trabalhadora, mas apenas uma subordinação destas aos interesses das classes dominantes. Os investimentos públicos, por exemplo, são concentrados de acordo com os interesses da elite, de forma que promovem acessos diferenciados à infraestrutura urbana e as políticas públicas de acordo com a localização na cidade, aumentando as diferenças sociais (NEGRI, 2008).

Aprofundando a discussão do papel do Estado na produção do espaço urbano, Côrrea (2002) afirma que os diversos instrumentos utilizados pelo Estado não são utilizados na busca do equilíbrio social, econômico e espacial, mas de acordo com os interesses de classe e suas frações dominantes. A elevação da renda real da classe dominante realizada pelo Estado ocorre por meio de investimento desigual no espaço urbano expressos na implantação de diversos serviços públicos como também pela elaboração de leis acerca do uso e ocupação do solo ou estabelecendo códigos de obras de acordo com seus interesses.

Diversos pesquisadores questionam a intervenção do Estado no espaço urbano. Costa (1998), por exemplo, afirma que a “programação do espaço urbano” está submetida principalmente aos interesses do capital, embora ele receba pressão de vários setores da sociedade. Nesse processo, o Estado é fundamental, pois possui prerrogativas tais como na regulamentação do solo urbano e estabelecimento de formas de construção na cidade. Já Lima (2007) reforça esta perspectiva ao afirmar que as intervenções estatais têm contribuído para o acirramento dos conflitos urbanos, pois está mais vinculado ao atendimento do mercado ao invés dos interesses sociais. O não enfrentamento da questão fundiária pelo Estado amplia a especulação imobiliária, cuja maior consequência é sentida pela população pobre.

Um fato curioso é que até mesmo as conquistas dos trabalhadores são revertidas em ganhos para os capitalistas. A implantação de infraestrutura encarece o valor do solo urbano,

¹² A discussão realizada por Corrêa (2002) define vários agentes produtores do espaço urbano. Aqueles que atuam na perspectiva da acumulação do capital possuem estratégias diferenciadas, ao ponto de entrar em conflitos de interesse. Entre esse grupo encontram-se os proprietários fundiários, proprietários dos meios de produção e os promotores imobiliários. Outro agente importante é o Estado através da implantação de Políticas Públicas e elaboração de leis de uso e ocupação do solo urbano. Por fim, encontram-se os grupos sociais excluídos, que se apropriam de terrenos públicos ou privados com o objetivo de assegurar uma habitação e proximidade ao mercado de trabalho.

podendo ocorrer a expulsão dos trabalhadores desses locais. Neste sentido, Rodrigues (2007) critica o discurso dominante de que a causa dos problemas urbanos está relacionada com a construção de moradias pelos trabalhadores, pois não obedecem às legalidades jurídicas e urbanísticas, assim como pelo elevado crescimento populacional, mais elevada entre aqueles de menor renda. Por sua vez, ela pondera sobre a própria implantação de infraestrutura e equipamentos coletivos que valorizam o lugar, expulsando os mais pobres, principalmente aqueles que não possuem respaldo jurídico. Assim, a expansão capitalista acaba incorporando espaços que foram produzidos pelos trabalhadores e valorizados pelo Estado.

Sob esta mesma perspectiva Mautner (2010) afirma que o processo de produção do espaço urbano é assentado em três camadas sendo as duas primeiras de trabalho, que prepara o terreno para o capital, considerada a terceira camada. A primeira delas está relacionada com a transformação da terra em propriedade quando da ocupação de um lote e construção da moradia, desde autoconstrução até construção por encomenda. A segunda camada ocorre com a intervenção do Poder Público, com a extensão da infraestrutura e “legalização” desse loteamento, mesmo que a legislação urbanística não seja seguida. Dessa forma, está alicerçado o espaço para a entrada do capital, colocando a venda lotes que aguardavam a especulação financeira, transformando a paisagem e economia local. Embora longe de ser um regra, é comum que neste momento os moradores originais irem desenvolver este processo novamente em outra periferia, num processo constante de migração interna na cidade.

A espacialização da desigualdade social produz diferentes usos e apropriações pelos moradores, num processo denominado de segregação socioespacial, que será exposto a seguir.

2.3 Espaço urbano e a segregação Socioespacial

A produção do espaço urbano no capitalismo, conforme visualizada no tópico anterior, é determinada pelas relações sociais capitalistas, num processo dialético que transforma o solo urbano em mercadoria de acordo com a necessidade de reprodução do capital. Com efeito, embora a riqueza urbana seja socialmente produzida ela será apropriada de forma privada. Os benefícios urbanos ficam concentrados em determinados lugares da cidade, de forma que os usos e ocupações variam de acordo com os recursos dos indivíduos ou camada social à que pertencem. Essa espacialização das desigualdades sociais no espaço urbano é denominada de segregação socioespacial, que será melhor discutida a seguir.

De acordo com Vasconcelos (2004) a prática de segregação é antiga, relatando a existência de um gueto judeu ainda na Roma do Século XVI como exemplo. O conceito de segregação, por sua vez, apareceu somente na década de 1920 por meios dos estudos sociológicos da Escola de Chicago, numa perspectiva da Ecologia Humana, na qual ele estaria relacionado com aspectos como a diversidade de língua, cultura e raça, comuns na sociedade norte-americana. Tendo em consideração que os espaços analisados por tais sociólogos eram estreitamente relacionados com o uso residencial do espaço urbano, Spósito e Góes (2013) afirmam ser utilizado o adjetivo residencial ao conceito de segregação. Vieira e Melazzo (2003), por sua vez, pontuam que tais pensadores compreendiam a segregação como um processo natural da urbanização, no qual os indivíduos escolheriam a melhor opção de morar de acordo com sua liberdade individual. Posteriormente, autores de perspectiva marxista, como David Harvey, “desnaturalizaram” a questão inserindo-a como um produto de relações sociais contraditórias, cujo efeito é um acesso diferenciado à cidade e os benefícios urbanos. Ou seja, não se trata apenas de uma simples questão de liberdade individual dissociada das determinações sociais impostas pelo capital.

Em um texto mais recente, Vasconcelos (2013) afirma que embora a palavra segregação traga a noção etimológica de cercamento, sua conceituação teórica na academia surgiu para compreender a integração ou não, dos imigrantes nas cidades estadunidense. A partir de então foram surgindo vários adjetivos, tais como racial e social. Este mesmo autor considera como segregação apenas aquela involuntária, cujo maior exemplo foi a residencial ocorrida com os negros nos EUA. De tão intensa, eles eram impedidos de sair de seu bairro. Além disso, as políticas habitacionais só eram concedidas se aceitassem residir em bairros destinados para eles. Por outro lado, possibilitou que os negros americanos construíssem uma subcultura a parte, expressa em gírias, manifestações artísticas e religiosas, por exemplo.

Apesar de no Brasil não apresentar formas de segregação nos moldes americanos, Vasconcelos (2004) afirma que a transição do trabalho escravo para o assalariado (quando os “senhores” deixam de se responsabilizar pela habitação) provocou alterações nas localizações de moradias dos recém-libertos. Com as limitações do Estado em assistir tais necessidades desse contingente populacional, os trabalhadores foram construir suas casas onde era possível, a partir de seus poucos recursos, ocupando principalmente cortiços nas áreas centrais ou ocupando loteamentos populares localizado em espaços periféricos e precários.

Embora a segregação não seja algo típico do capitalismo, ela adquire novas dimensões espaciais neste modo de produção. Promove forte homogeneidade no espaço segregado e diferenciação com as demais áreas, podendo ser considerado, portanto, como uma expressão

espacial das classes sociais, que se localizam de maneira diferenciada no espaço urbano. No entanto, tal processo é dinâmico, pois se num determinado momento certo grupo social habita uma área específica, esta poderá ser habitada por outro grupo ou classe social em um momento posterior (CORRÊA, 2002).

Em uma perspectiva histórica Taschner e Bógus (2001) afirmam que a segregação socioespacial está relacionada com o processo de urbanização impulsionado pela Revolução Industrial, quando opera uma separação entre local de moradia e trabalho como também entre burguesia e operariado. Refletindo sobre a realidade de Paris, Lefebvre (2011) afirma que antes do processo de industrialização os proletários chegaram a morar no mesmo espaço que a burguesia, numa espécie de democracia urbana. Havia casos em que chegaram a dividir o mesmo edifício, embora em andares diferentes. Tal realidade, por seu turno, não durou bastante tempo, pois logo depois os proletários foram expulsos do centro urbano e alguns até da própria cidade. As ruas tortuosas foram substituídas por longas avenidas e os bairros foram aburguesados. O objetivo não era ampliar a circulação apenas, mas ressaltar o poder do Estado, levando os proletariados para a periferia ou subúrbio.

A urbanização é considerada por Harvey (2005) como produto e condição dos processos sociais não podendo ser compreendida separada dos desenvolvimentos econômicos e mudanças sociais de uma sociedade específica. Ela articula diversos agentes sociais, com objetivos e práticas espaciais diferenciadas, mediadas pela classe social e suas frações. Assim, no caso das sociedades capitalistas, a espacialização dos processos sociais está diretamente relacionada à lógica da circulação e acumulação do capital com suas contradições inerentes, promovendo impactos no espaço urbano e na própria consciência dos moradores, inclusive, como se verá a seguir.

De acordo com Carlos (2013), a segregação socioespacial é uma expressão da contradição da produção do espaço urbano na sociedade capitalista, pois de forma dialética ele é ao mesmo tempo valor de uso (tendo em consideração a realização da vida humana com todas as suas necessidades), e também valor de troca, entendido como mercadoria voltada para a produção do valor. Numa sociedade em que o valor de troca se impõe sobre o valor de uso da cidade, os sujeitos que nela habitam se apropriarão de forma diferente do espaço urbano, variando de acordo com os recursos que possuem (que por sua vez, é determinado pelo modo de produção). Nesse contexto, o mercado imobiliário atua como um agente importante nesse processo na medida em que diferencia e hierarquiza lugares, delimitando formas de acesso ao espaço urbano de acordo com a renda.

A segregação socioespacial se expressa de várias formas no espaço urbano, tal como na construção de moradias nas franjas da malha urbana da cidade, em locais com baixa densidade de equipamentos e serviços, como também uma homogeneização da população a partir do critério de renda, afastando ricos dos pobres (CARLOS, 2013; NEGRI, 2008). Não se trata, contudo de uma divisão rigorosa do espaço urbano, uma vez que numa mesma área (como num bairro, por exemplo) ambos podem estar presente, geograficamente justaposto. Assim, a distância entre eles são de outras ordens, como a social, econômica, simbólica etc.

De acordo com Pagani, Alves e Cordeiro (2015) a segregação sociespacial não se restringe à distribuição desigual dos moradores no espaço, variando de acordo com a classe social a qual pertence, mas está relacionada com a definição das condições desiguais aos seus espaços, bens e serviços, abarcando também os variados usos e controle desses espaços. As desigualdades de acesso e apropriação do espaço (determinadas pelas lógicas locacionais e o sistema de mercado) conformam práticas segregacionistas e espaços especializados. (BUENO; LIMA, 2015). Assim, ao reconhecer a segregação socioespacial como um produto do aprofundamento radical das desigualdades e da diferenciação e segmentação do espaço Spósito e Góes (2013) afirmam que ela promove um não reconhecimento de todos à cidade e intolerância em relação ao diferente nas relações sociais cotidianas.

A moradia, por exemplo, não se resume ao seu aspecto físico e a existência de infraestrutura e equipamentos e serviços coletivos, mas abarca também a relação dos moradores para com seu território, ou seja, seus usos e ocupações. Pode haver situações em que a simples proximidade não garante a apropriação por um determinado segmento da população. Além disso, a simples existência de um equipamento público no território não implica na qualidade dos serviços prestados, de forma que nem sempre os moradores tenham as suas necessidades atendidas nas proximidades da moradia. A segregação socioespacial nesta perspectiva ganha uma dimensão qualitativa. Pode haver o caso de moradores terem determinado equipamento na sua proximidade, mas utilizar em outro local, mesmo que mais distante e em outro território. Assim, a precariedade dos serviços públicos coloca em cheque a universalidade dos direitos ao mesmo tempo em que enfatiza a necessidade de entender os territórios de vida no qual estão os usuários das políticas públicas (KOGA, 2011).

A segregação socioespacial pode ser compreendida também enquanto um instrumento de poder utilizado pelas camadas de renda mais alta para continuar a dominar a produção do espaço de acordo com seus interesses e não apenas separação entre as classes no espaço urbano. Como os investimentos públicos são concentrados de acordo com os interesses da elite ou classe dominante, morar num espaço segregado significa ter acessos diferenciados à

infraestrutura urbana e as políticas públicas, aumentando as diferenças sociais (NEGRI, 2008). De acordo com Silva (1989), a simples localização dos sujeitos no espaço urbano é determinante na exclusão ou inclusão social do sujeito, sendo considerada como uma porta de acesso aos serviços urbanos, que dependendo poderá se restringir.

Harvey (1980) ressalta que as decisões locacionais de um serviço público realizada pelo Estado assumem funções importantes no sistema urbano, na medida em que influenciam nas desigualdades da renda real dos moradores, seja ampliando ou reduzindo. Tendo em consideração que as desigualdades de recursos políticos entre as classes sociais e suas frações interferem na decisão do Estado, a localização dos equipamentos e serviços públicos reproduz a desigualdade em outros níveis. Ou seja, a terra valorizada socialmente será apropriada privadamente de acordo com os interesses do capital imobiliário e da classe média, negando-se o direito à cidade ¹³ para grande parte da população. Portanto, fez-se necessário a efetiva regulação do solo urbano para impedir a especulação imobiliária e o processo de segregação socioespacial realizada a custas com o orçamento público.

No entanto, Lima (2007) pondera que apesar da existência de Plano Diretores em alguns municípios e a existência de várias legislações urbanísticas, a precária fiscalização do poder público possibilita a reprodução das desigualdades socioespaciais. O próprio Estado, aliás, é um dos principais responsáveis pela produção de desigualdades sociais e segregação espacial ao construir imensos conjuntos habitacionais nas franjas urbanas¹⁴ da cidade, sem levar em consideração a questão do solo urbano.

Pagani, Alves e Cordeiro (2015) ressaltam que a segregação socioespacial promove um aumento de distâncias, encarecimentos do custo de vida para os moradores, oneração dos cofres públicos para a construção de equipamentos e serviços públicos. No entanto, este processo é sentido com maior intensidade naqueles com rendas mais baixas. A partir de uma discussão sobre o monopólio de classe sobre o espaço urbano Harvey (1980) afirma que os ricos têm mais possibilidades de escapar dessas determinações do que os pobres, ampliando o efeito diferencial de renda e o acesso à oportunidade de emprego. Por meio do fácil acesso ao transporte possuem maior facilidade de deslocamento superando as barreiras da distância.

¹³ De acordo com Harvey (2012) o direito à cidade está relacionado com um poder coletivo de mudar o processo de urbanização. Nesse sentido, os moradores da cidade teriam um maior controle sobre a produção de distribuição do excedente (que determina o processo de urbanização) com o objetivo de atender a demanda dos trabalhadores e não da reprodução do capital.

¹⁴ A franja urbana entendida nesta pesquisa remete à um espaço localizado ao redor de um determinado núcleo urbano, com menor densidade de infraestrutura, serviços e atividades, restringido o acesso aos principais benefícios urbanos alcançada por determinada sociedade.

A questão dos instrumentos ou mediações disponíveis para o deslocamento na cidade, pode inclusive transformar o fenômeno a ser estudado. Spósito e Góes (2013), por exemplo, reconhecem que os conjuntos habitacionais construídos nas décadas de 1970 e 1980 estão relacionados com a segregação socioespacial, pois assentados em espaços distantes e mal integrados em relação ao tecido e vidas urbanas. As atuais construções dos espaços residenciais fechados, por seu turno, são compreendidas como processos de fragmentação do espaço. Apesar de produzir um espaço pouco integrado ao redor território, numa contiguidade sem continuidade, as distâncias em relação aos demais espaços são suprimidas pelos meios de comunicação e transporte. Os moradores desses enclaves dissonantes, portanto, podem acessar com facilidade os demais espaços urbanos como também os serviços que atendam às suas necessidades. Além disso, a mudança para os residenciais fechados trata-se de um deslocamento voluntário em decorrência da demanda de segurança e exclusividade de consumidores e não a imposição de um deslocamento involuntário para os “cidadãos”.

Embora a fragmentação do espaço não pode ser utilizada como sinônimo, o conceito de segregação residencial pode ser considerada como análogo ao de segregação socioespacial, sendo compreendida a partir de sua tensão com o de classe social, em decorrência da separação entre local de trabalho e a residência, criando o mercado de habitação e a diferenciação da distribuição das residências de acordo com as classes sociais e suas frações. Ela tem como um de seus efeitos o acesso diferenciado aos recursos da vida, pois os recursos são concentrados espacialmente juntamente à parcela da população com maior renda e poder político, que será percebida e vivenciada de forma diferenciada em relação aos demais grupos sociais que vivem fora desse espaço (CORRÊA, 2013).

De acordo com Kaztman (2010), a segregação residencial diminui as possibilidades de interação informal entre classes sociais. Um convívio mais intenso com aqueles pertencentes à mesma classe social tende a aumentar a diferença em relação aos demais, ampliando a linha divisória entre ambos. Além disso, afirma que quanto maior a segregação residencial, maior a tendência de concentração da pobreza urbana. Argumenta que quanto maior a fragmentação do espaço urbano, menor a capacidade de resistência diante da própria fragmentação por meio de recursos organizativos e dos laços com a sociedade e o Estado. Dessa forma, podemos ponderar que a própria segregação promove determinações no processo de organização e mobilização dos moradores, podendo ser considerado como uma estratégia do capital sobre o trabalho. Tais considerações, por seu turno, serão retomadas adiante.

Neste mesmo sentido, Ribeiro et al. (2016) afirmam que os processos socioespaciais, como a segregação, reduzem a exposição de ativos que possibilitam a superação dos efeitos

perversos das desigualdades. Além disso, o isolamento social repercute de forma negativa na capacidade de reivindicação dos segmentos mais fragilizados. Em seu artigo, eles apresentaram diversos dados que indicam que as características de vizinhança e trajetória têm implicações no desempenho escolar. Bairros no qual os adultos possuem inserção precária no mercado de trabalho ou menor escolaridade dos provedores possuem maior defasagem ano-série ou até mesmo evasão escolar quando comparados com outros bairros com predomínio de ocupações estáveis e protegidas. A distribuição equipamentos escolares, incluindo a sua qualidade (na forma de infraestrutura, funcionamento, expectativa docente), juntamente com a oferta desigual dos transportes também influenciam nos desempenhos dos alunos. Moradores de favelas, por exemplo, tem menor permanência em escolas de alto prestígio.

No entanto, a segregação socioespacial não diz respeito apenas às distâncias físicas da moradia em relação ao trabalho, serviços ou lazer, mas também entre as relações sociais de proximidade entre os moradores, que parecem restringir-se. Harvey (1980, p.241) realiza uma articulação entre a dimensão espacial e as relações sociais, quando afirma que:

Os aumentos de mobilidade e as mudanças rápidas na estrutura social fizeram muito para destruir esses laços [reciprocidade]. Atualmente, tem significado também diminuição de afeição por qualquer lugar em particular. A proximidade espacial, a imobilidade geográfica e a reciprocidade na comunidade estão indubitavelmente relacionadas.

Conforme já foi indicado anteriormente, na sociedade capitalista são criados espaços diferenciados para a circulação, permanência e existência dos grupos humanos. O acesso aos seus recursos varia de acordo com critérios econômicos e simbólicos, ao ponto de se excluir indivíduos e grupos do mesmo espaço civil. A fragmentação da cidade gera práticas que visam negar a heterogeneidade dos grupos e pessoas, como também, da visão da cidade como um todo. São criadas fronteiras sociais, de forma que o espaço público vai se tornando cada vez mais homogêneo, com encontros entre diferentes sujeitos ou classes ocorrendo em espaço protegidos e até mesmo sob vigilância privada (CASTRO, 2012).

Marques e Rodrigues (2013) chama atenção para a homogeneidade de conteúdos sociais das áreas de segregação residencial. Tal aspecto seria indicador para imaginações acerca dos moradores. Neste sentido, Costa (1998) denuncia como crueldade a padronização do cotidiano e imposição da igualdade na construção de bairros homogêneos, num processo denominado por ela de “terrorismo da habitação planejada”. Nesta situação, os interesses do capital se sobrepõem à satisfação das necessidades humanas, incentivada pela ideologia do consumo. Será pela capacidade de consumo, aliás, que a cidade será apropriada de forma

diferenciada pela população, ao ponto de excluir aqueles que não podem pagar por certo espaços. A construção de casas pequenas e amontoadas além de dar a falsa impressão de uma sociedade igualitária, esconde os ditames do capital e

(...) revelam-se estratégias de programação do morar e do cotidiano dos trabalhadores, uma programação que atende a interesses que se encontram distantes das famílias “beneficiadas”. É o terror da habitação programada que confina o trabalhador em casas todas iguais, distantes, de má qualidade e, porque não dizer, bem diferentes da casa que ele sonhou. A programação do morar é uma forma perversa de programar o cotidiano do trabalhador, contribuindo para a sua miséria.

Os estudos de Abrahão (2008) sobre um conjunto habitacional construído na década de 1970 no Rio de Janeiro, sob os princípios modernos (e racionalizadores) do planejamento, já identificava algumas características da homogeneização do espaço. Tais princípios, por exemplo, não favorecia a diversidade e o contato com o outro, reduzindo a vida pública, redes de contato e conhecimento, cujo efeito é o aumento na exclusão social. Constatou também, uma maior individualização dos moradores, sem a elaboração de um sentimento de comunidade, em decorrência de uma necessidade de privacidade e do aumento de violência. Com efeito, ele conclui que o enfraquecimento do contato entre diferentes produz impactos na elaboração da cidadania, diminuindo a vitalidade nas relações públicas, uma vez que esta abrange também o compartilhamento de um “conjunto de representações e relações sociais, como algo mais do que um estatuto formal, mas o exercício da responsabilidade com o que é comum” (p.134).

Existe ainda uma produção de estigmas com as classes populares em decorrência da localização de suas moradias. Silva (1989) denuncia a discriminação que os trabalhadores sofrem pelo fato de serem pobres e morarem mal, pois de acordo com Gonçalves (2014) a localização da casa é ao mesmo tempo uma localização no tecido social em que ele está inserido. Ou seja, o endereço residencial é vetor da construção subjetiva de um sujeito, na medida em que compõe sua identidade.

Uma pesquisa realizada por Mary Jane Spink (2014) relata o preconceito vivenciado por uma pessoa que mora numa “região considerada perigosa”, conhecida na cidade por ter muitos bandidos. Com efeito, a moradora tem vergonha de dizer onde mora ou até mesmo de não conseguir emprego caso revele seu endereço de fato. Além disso, existe uma dupla exclusão. A primeira está relacionada entre o bairro em relação aos demais, como também dentro do próprio bairro, no qual aquelas áreas mais urbanizadas discriminam as outras. Apesar de ser uma espécie de autodiscriminação, que não se questiona sobre a pobreza

vivenciada, Lima (2003) pondera que este tipo de comportamento se trata de uma forma de auto-defesa em relação ao preconceito.

Como se pode perceber a segregação socioespacial é um conceito complexo inerente à sociedade capitalista e está intimamente ligada à produção desigual e combinada do espaço urbano, gerando desigualdades nos acessos aos benefícios urbanos, produzidos socialmente. O espaço urbano enquanto uma mercadoria possui as mesmas determinações do modo de produção capitalista, reproduzindo suas próprias desigualdades ao mesmo tempo em que são por elas produzidas.

A fragmentação do tecido urbano e as diferentes apropriações e uso do solo promovem diversas condições concretas de existência e modos de vida, conseqüentemente. Em último caso, podemos afirmar que a restrição aos equipamentos e serviços urbanos, assim como a homogeneização do espaço urbano, prejudica o desenvolvimento pleno dos moradores e no direito à cidade. Os diferentes usos e ocupações do espaço urbano produzem diferentes espacialidades e temporalidade, e conseqüentemente distintos modos de se relacionar com a cidade. A crescente mobilidade no espaço urbano dificulta os processos de territorialização¹⁵ e de relações sociais sólidas na comunidade, promovendo modos de vida cada vez mais individualizante e restrito ao ambiente privado, com diminuição no sentimento de comunidade, como também de apropriação do lugar. Com efeito, a capacidade de superar tal situação tende a diminuir.

No entanto, a segregação socioespacial assume diversas expressões, variando de acordo com as determinações presentes em cada realidade concreta e os diversos agentes produtores do espaço urbano. A seguir, será exposta a particularidade da produção do espaço urbano na cidade de Teresina. A partir de uma reflexão de base histórica, levantou-se a hipótese de que ela foi construída sob a égide da segregação socioespacial, desde o seu planejamento até os dias atuais. Trata-se de uma discussão que ainda não foi abordada na literatura acadêmica sobre o tema, pelo menos não de forma explícita ou por meio desta categoria de análise.

¹⁵ Numa compreensão geopolítica do espaço, o território pode ser compreendido como uma relação social determinada por uma relação multidimensional do poder, atravessados pelos códigos econômicos, políticos e culturais. Para além de aspectos físicos, compreende uma dimensão simbólica (como as estratégias identitárias), atravessadas por relações de domínio e poder, dinâmicas e instáveis, ou seja áreas de conflitos (CURY; MARQUES, 2017; HAESBAERT; BRUCE, 2002). Compreendendo o território como espaço de apropriação/reprodução material e simbólica, numa perspectiva integradora, Haesbaert (2003) relaciona a desterritorialização com a desigualdade social num processo denominado de “exclusão sócio-espacial”, no qual a mobilidade é compulsória, sendo determinada pela falta de opção.

2.4 Segregação socioespacial em Teresina

Este tópico terá como base um artigo publicado na Revista FSA intitulado “Pobres urbanos na cidade sob o signo da segregação socioespacial” (LOPES; MACEDO, 2018) que realiza uma análise histórica do processo de segregação socioespacial na cidade de Teresina desde a sua fundação até um período mais recente marcado pela verticalização da cidade ou construção dos condomínios fechados. Este estudo foi baseado em fontes bibliográficas das mais diversas disciplinas tais como Geografia, História, Serviço Social e Arquitetura e Urbanismo que analisaram o espaço urbano de Teresina sob variados pontos de vista e objetos, como também aqueles que o abordaram de maneira indireta, embora trazendo elementos importantes para a discussão.

A segregação socioespacial em Teresina não é um fenômeno que surgiu na segunda metade do século XX. Dependendo do ponto de vista, podemos afirmar que desde a própria fundação da cidade houve processos de divisão do espaço urbano com forte características segregacionistas. Com efeito, o que tem-se observado atualmente seriam atualizações ou novas expressões, em decorrência das mudanças sofridas pelos contextos sócio históricos. A seguir, será discutida a lógica segregacionista de uma cidade que busca circunscrever os pobres em determinados espaços, com desdobramentos nos seus modos de vida daí decorrente. A análise está dividida em três eixos, cada qual com um período histórico específico e forças sociais distintas que atuaram na conformação da segregação socioespacial de Teresina: 1) fundação da cidade; 2) Projeto Modernizador da cidade; 3) Dupla lógica segregacionista.

Teresina foi a primeira cidade brasileira planejada e construída para abrigar o poder político-administrativo de uma capital, antecedendo às experiências nacionalmente conhecidas de Belo Horizonte e Brasília, pois foi realizada ainda no período Imperial, mais precisamente em 1852 (CARVALHO; FAÇANHA, 2015). A capital piauiense foi edificada sob o imaginário e promessa de civilização e dinamização da economia provincial, tendo como principais eixos a navegação do Rio Parnaíba e construção de obras públicas. Apresentava-se, portanto, como uma estratégia para a política e desenvolvimento do Piauí, em um contexto em que sua economia estava estagnada (VILHENA, 2016). No entanto, isso não implica em afirmar que foi construída de forma igualitária e que o crescimento econômico alcançado fosse socialmente redistribuído.

Dessa forma, Teresina foi planejada e construída sob o signo da capitalidade que deveria dispor de edifícios adequados para o funcionamento da máquina pública e abrigar seus moradores: desde aqueles que já moravam na Vila do Poti¹⁶ como os funcionários públicos e suas famílias que viriam de Oeiras, primeira capital da província do Piauí, localizada no sul do Estado (BRAZ E SILVA, 2012).

A discussão para transferir a capital do Piauí inicia-se desde o final do século XVIII havendo sido indicado algumas outras cidades do estado como alternativas, tais como: Regeneração e Parnaíba. Em uma visita à Vila do Poti, no entanto, percebeu-se que o local era inapropriado para a empreitada em decorrência das enchentes e endemias constantes que ocorriam na área. Dessa forma, buscou-se um planalto próximo, Chapada do Corisco, onde seria construída a Nova Vila do Poti, a qual seria transformada futuramente em cidade e capital do estado. O processo de construção da nova capital foi iniciado com a edificação da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo, considerada como marco zero da cidade (SILVA, 2017; VILHENA, 2016).

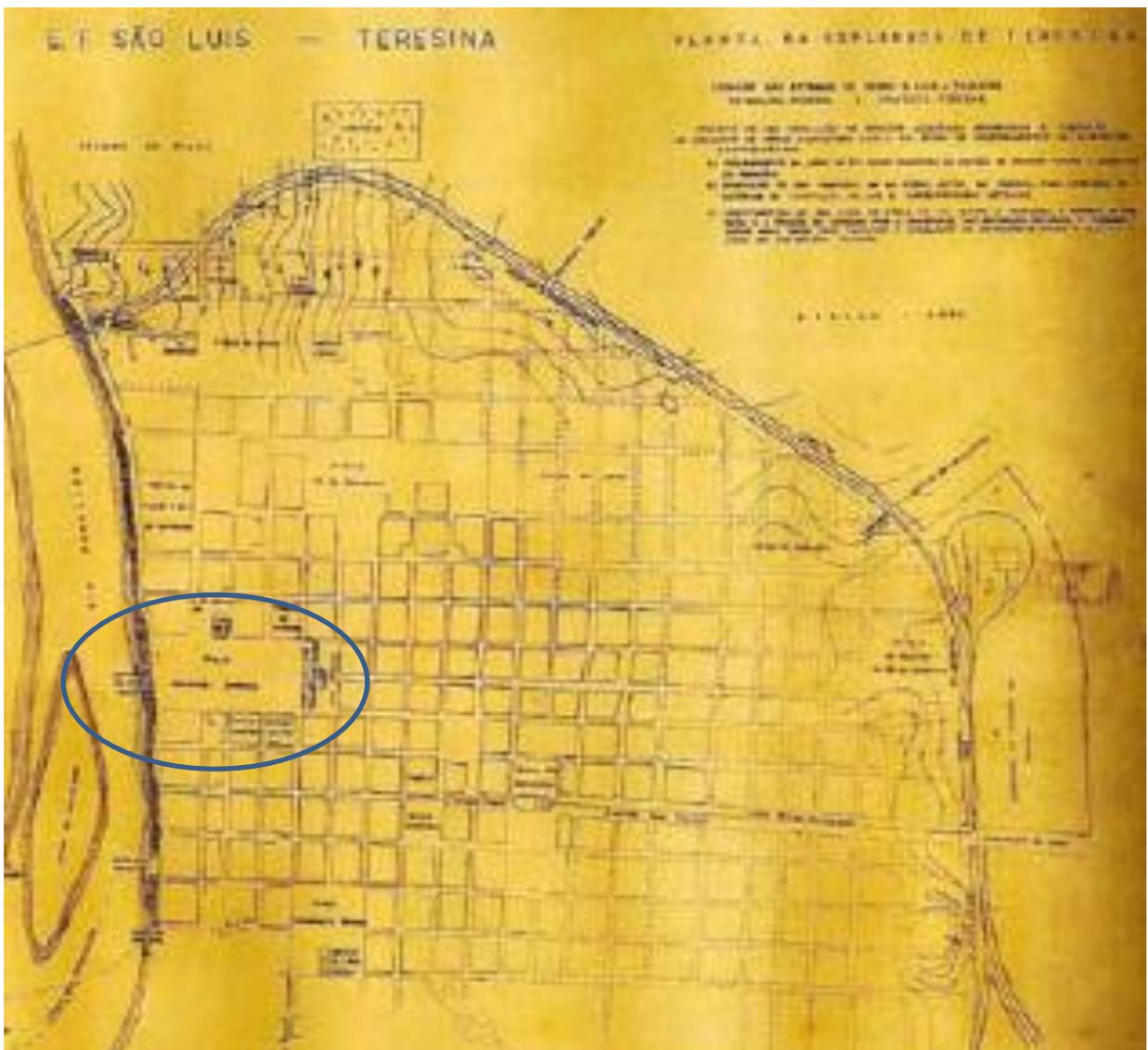
No entanto, a proposta de Antônio Saraiva, presidente da Província na época, de mudança da capital de Oeiras para Teresina, encontrou uma barreira. O Estado só financiaria a construção da igreja matriz, não havendo recursos para a construção dos prédios públicos necessários para compor a futura administração da província. Para assegurar a concretização da transferência, Saraiva buscou recursos juntos aos grandes proprietários da região da Vila do Poti para que pudessem investir no projeto, mesmo que isso implicasse numa alteração do plano urbano original da cidade. Desta forma, a distribuição espacial de Teresina foi pactuada por meio de barganha política, no qual o espaço considerado privilegiado, localizado na área em torno da praça central, foi ampliado em um quarteirão. Buscou-se que os quarteirões próximos à igreja e ao centro administrativo fossem ocupados por quem apoiava o projeto de transferência levado adiante por Antônio Saraiva (VILHENA, 2016; BRAZ e SILVA, 2012). Assim, podemos afirmar que em seu traçado original já estavam presentes alguns elementos segregacionistas, na medida em que se destinou áreas consideradas mais “nobres” para aqueles que apoiaram política e financeiramente o projeto de transferência da capital.

Apesar de ser sido construído ainda no período imperial, suas características estão de acordo com o modelo urbano português para vilas e cidades do período colonial, como os princípios utilizados na reconstrução de Lisboa, após o terremoto em 1755. Apresenta linhas

¹⁶ A Vila do Poti, área próxima a região que seria erguida a cidade de Teresina, caracterizava-se como povoado em localidade de áreas inundáveis, e que por isso os moradores seriam deslocados de lá para a construção da capital. Posteriormente, foi transformada em bairro da cidade devido ao crescimento urbano.

retilíneas, regularidade no volume, rigidez geométrica e concentração dos poderes e igreja matriz estabelecidos ao redor da praça, considerado como ponto de referência dos traçados (ortogonal e simétrico) das ruas, compondo o formato de tabuleiro de xadrez (ESPINDOLA; CARNEIRO; FAÇANHA, 2017 BRÁS E SILVA, 2012). No entanto, tendo em consideração a necessidade de atender as particularidades locais, conforme abordado anteriormente, Brás e Silva (2012) destaca que a praça Marechal Deodoro da Fonseca se diferencia do modelo português, ao invés de quadrada, a praça apresenta-se retangularmente e com maior dimensão, equivalendo à três quarteirões da malha urbana. A figura 01 representa um mapa antigo da cidade de Teresina, ilustrando o planejamento e em destaque a praça em seu formato retangular. Percebe-se uma cidade ordenada segundo os princípios racionalista de urbanização.

Figura 1 – Planta Esplanada de Teresina



FONTE: IPHAN- PI apud Gandara (2011)

Tratava-se de uma estratégia proposta pelo presidente da província, prevendo a construção das “grandes casas” nestes espaços. Os setenta primeiros quarteirões edificados foram cedidos para o mesmo de número de famílias com o objetivo de construir moradias unifamiliar, onde poderiam ser cultivados plantas frutíferas e criados animais. No entanto, os registros históricos indicam uma diferenciação na construção de moradias. A existência de casas construídas com pedras, madeira e adobes e aquelas frágeis, feitas de palha, apontam para as desigualdades sociais na cidade. De acordo com BRAZ E SILVA (2012 p.227):

Seu discurso [Presidente Saraiva] evidencia um jogo de interesses e uma estratégia inteligente. Tendo em vista que a Praça Deodoro seria a área mais importante de Teresina, porque ao seu redor se concentrariam os poderes locais, o presidente da província deduzia que um número maior de quarteirões ao redor da praça significava mais notáveis instalados na principal área da cidade, o que agradaria aos proeminentes da Vila do Poti, os quais custearam as despesas da transferência da capital, além de arregimentar mais pessoas interessadas em investir na região para facilitar o processo de consolidação da nova capital.

Assim, o espaço urbano da cidade planejada e desejada foi repartido para concretizar a transferência de capital de Oeiras para Teresina. Uma parte valorizada socialmente foi destinada para as pessoas que apoiaram o projeto do jovem presidente da província do Piauí na época. Dessa forma pode-se dizer que antes mesmo de ser construída, Teresina já havia separado os melhores terrenos, pois estariam mais próximos ao núcleo central e administrativo da cidade, para a parte da população que tinham bastantes recursos: os ricos fazendeiros e grandes proprietários. Pode-se depreender-se que aos pobres urbanos couberam fixar suas residências em locais mais distantes do centro urbano.

Tendo em consideração que o principal objetivo era assegurar a transferência da capital, o próprio planejamento da cidade de Teresina ocorreu sob o signo da segregação. Embora não seja possível afirmar a existência de um projeto claramente delineado a partir da fragmentação desigual da cidade, pode-se afirmar que a instauração desta racionalidade urbana, típica das sociedades capitalistas, promoveu a segregação socioespacial como um de seus desdobramentos. E como se verá a seguir, não foram realizados esforços no sentido de equacioná-la. Pelo contrário, a produção do solo urbano teresinense tendeu a ampliar a forma desigual de apropriação da cidade.

Existe outro aspecto que merece destaque nesta discussão. Apesar de não focalizar sobre os processos de segregação socioespacial no momento de sua fundação, a literatura analisada apenas tangencia a questão ao abordar sobre a localização de espaços destinados em

áreas privilegiadas para os grandes fazendeiros da época. É interessante destacar que a localização dos pobres não é sequer problematizada nas pesquisas analisadas, de forma que um aprofundamento nesta questão poderia indicar mediações interessantes para compreender os modos de viver e sentir a cidade de Teresina nos seus primórdios sob a ótica das classes populares e trabalhadora. Podemos afirmar, portanto, que os pobres urbanos são invisibilizados dos discursos acadêmicos relativos a esse período até o presente momento, ou não foram localizados durante a fase de pesquisa bibliográfica.

Nesse primeiro momento, por se tratar de uma pequena cidade, inclusive em dimensões espaciais, a segregação não tenha sido sentido de forma intensa pelos moradores. Tratava-se, aliás, de um contexto, em que os símbolos da modernização e urbanização demoraram a se materializar, inclusive para a elite, tais como serviços de abastecimento de água e iluminação pública, dada a precariedade socioeconômica da nascente capital piauiense.

O projeto de modernização de Teresina, por sua vez, foi concretizado apenas no início do século XX. Além da implantação de diversos serviços públicos, tal projeto criou estratégias para eliminar os pobres urbanos das áreas centrais da cidade, de forma autoritária e truculenta. No desejo de implantar uma cidade urbanizada, moderna e bonita aos olhos dos transeuntes não foram poupados esforços para afastar as casas com cobertura de palha da paisagem urbana, muito como no Nordeste deste período. Além disso, apresentou-se uma particularidade da estratégia utilizada pela elite teresinense de excluir os pobres urbanos de seu espaço de convivência, reduzindo as relações sociais entre classes distintas: os incêndios criminosos. Tais propostas tinham como objetivo transformar as características coloniais e rurais de Teresina com sinais urbanos, típicos das metrópoles europeias, tal como ocorreu em São Paulo, Recife e Rio de Janeiro, por exemplo. Adentramos, assim, no segundo eixo da discussão sobre a segregação socioespacial em Teresina.

Os sinais de modernização da cidade surgiram paulatinamente na primeira metade do século XX, mudando sua paisagem urbana, expressos na arquitetura de seus prédios ou na chegada dos transportes coletivos. Neste momento, foram realizadas intervenções urbanas na Avenida Frei Serafim, considerada como “avenida dos sonhos”, na forma de calçamento e arborização. Além disso, foi criada uma legislação instituindo a obrigatoriedade de edificação de casas de dois pavimentos com a possibilidade de remoção das casas com cobertura de palhas¹⁷, comuns na cidade. Baseado na ideia de progresso e modernização, surgiram

¹⁷ As casas de pau-a-pique com cobertura de palha foram construções bastante utilizadas no período, independentemente da classe social, com o objetivo de amenizar o clima da casa. Afonso (2012) ressalta que o

discursos de que esse tipo de cobertura das casas atrapalhariam o processo em marcha, pois prejudicavam o traçado das ruas ao mesmo tempo em que deixavam as edificações mais feias. Neste contexto surgiram incêndios criminosos nas casas de palhas, cuja autoria permanece ainda um mistério para a Justiça (NASCIMENTO, 2015).

Negri (2008) chama atenção para os processos de embelezamento das cidades e ocultamento da pobreza ocorrido no Brasil a partir do final do século XIX, por meio da legalização do mercado imobiliário ou implantação de projetos de paisagismo e saneamento ambiental. Botega (2008) exemplifica tal situação brasileira quando afirma que a política urbana de embelezamento (voltada para atrair investimentos) provocou a destruição de cortiços nas áreas centrais, empurrando os trabalhadores para espaços periféricos, dado o abusivo aumento dos aluguéis, cujo efeito foi a divisão e fragmentação do espaço urbano.

Durante o Estado Novo havia um projeto de organização da cidade que foi executado no Piauí durante o Governo Leônidas Melo (1935-1945) tendo em vista os princípios estéticos de embelezamento, como a separação dos espaços da cidade (moradia, comércio, indústria, lazer) e a expansão das estruturas básicas (NASCIMENTO NETO, 2015). Não se tratava, contudo, de uma mera questão estética. Nascimento e Monte (2009) afirmam que a associação do sanitarismo com a engenharia repercutiu na transformação da cidade com o objetivo de elevar as condições de vida da população urbana ao lidar com os principais problemas da cidade, que apresentava até então. No entanto, tratava-se mais especificamente de civilizar os pobres, organizando a vida urbana a partir do entendimento dos especialistas, pois a pobreza era considerada a responsável pelas mazelas da cidade.

Ao abordar o caráter segregador do projeto modernizador, Nascimento Neto (2015, p.160) destaca a postura autoritária do Estado em decorrência do seu objetivo de ocultar a pobreza do convívio “burguês”, sendo um importante indutor desse processo. A oferta de políticas sociais que buscassem a igualdade urbana não existia, pois o propósito era “montar” a vitrine da cidade, exaltando o que era considerado belo e moderno ao mesmo tempo em que excluía aquilo que era considerado como pobre, feio e atrasado.

O Código de Postura do Município de Teresina de 1939 pode ser considerado como um exemplo da postura autoritária do Estado. Elaborado no contexto do planejamento para a comemoração do centenário de Teresina em 1952 ele previa, entre outras medidas, a proibição de casas térreas ao longo da Avenida Frei Serafim como também de casas com coberturas de

fato de Teresina encontrar-se numa região conhecida como Mata de Cocais, com predomínio de palmeiras de carnaúba e babaçu tem influenciado na tipologia arquitetônica destas moradias.

palhas, de acordo com um desejo de zoneamento e segmentação da cidade. As casas que se encontrava nestas condições teria um tempo para se adequar a legislação. Observa-se, dessa maneira, que o código representava os interesses do mercado imobiliário e das classes dominantes, baseado em discursos como “progresso” e “modernidade” (LEAL JUNIOR; BUENO, 2013) Trata-se de um processo que estabeleceu que as “casas populares” deviam ser construídas na área suburbana da cidade, ou seja, em locais onde não são ofertados quaisquer tipos de serviços. Dessa forma, o próprio código demarca uma separação no espaço urbano da cidade com o objetivo de afastar os pobres do seu centro (NASCIMENTO, 2015). Com efeito, Nascimento Neto (2015, p.160) concluiu que:

Os espaços segregados entre pobres e ricos são construídos através de editos como o Código de posturas de 1939, que está dentro do contexto do Estado Novo. Este foi construtor de grande parte da segregação urbana que herdamos, pois a ideia de modernização autoritária da cidade justifica outras atitudes violentas, que podem ser tomadas dentro da cidade, como nesse caso no qual se tenta ocultar a imagem da pobreza afastando-a do convívio ‘burguês’.

A localização dos benefícios urbanos não se apresenta de maneira uniforme no espaço urbano, de forma que estes espaços vão sendo valorizados de maneira em que boa parte da população não tem condições de acessar determinados terrenos pela via do mercado. Se a pressão econômica não é suficiente para afastar os pobres urbanos das áreas privilegiadas, as elites lançam mão de outras estratégias. Algumas ocorrem dentro da legalidade do Estado, elaborando leis que lhes favorecem, tal como a implantação do Código de Postura. Outras, no entanto, podem ocorrer à sua revelia como foi o caso dos incêndios, que passados mais de setenta anos não possui uma resolução definitiva sobre a autoria, apenas especulações.

Os incêndios das casas de palhas, por sua vez, não surgiram nesta época, pois há registros deles ainda na primeira década de sua fundação. No entanto, eles ficaram mais frequentes na década de 1930, sendo o ápice na década de 1940, marcando o imaginário da população, especialmente daqueles afetados por ela. Inicialmente, os moradores foram responsabilizados, considerado como um ato de negligência. Em decorrência da intensidade e de algumas características, a polícia passou a admitir a origem criminosa dos incêndios. Apesar de alguns moradores pobres terem sido presos nunca foi desvendado a autoria intelectual dos incêndios criminosos, havendo suspeitas de autoridades e políticos influentes da época (NASCIMENTO, 2015). Depreende-se daí o olhar criminalizador do Estado em relação à pobreza que culpabilizou, inicialmente, os pobres pelos incêndios em suas próprias casas, mesmo que isto implicasse em perda da moradia. Ou seja, os pobres foram penalizados

duplamente, por assim dizer. No plano material, com a destruição de moradias ou parte delas e no plano simbólico na medida em que foram culpabilizados.

De acordo com Nascimento (2015, p.331) os incêndios criminosos têm uma relação com a implantação do projeto modernizador e de embelezamento da capital, cujo efeito foi reforçar o processo de segregação na cidade. Este autor ressalta:

Contudo tem-se a convicção de que os incêndios tiveram papel relevante no processo de limpeza das áreas mais próximas ao centro, pois obrigaram os proprietários de casa de palha, e que não podiam cobri-las de telha, a se afastarem daquela área ou então ir embora da cidade. Atitudes como essas terminaram auxiliando os poderes públicos com a idéia de ‘embelezamento.

De acordo com Nascimento Neto (2015) os incêndios às casas de palha foram fatores de desalojamento da população pobres, afastando-os do centro da cidade. Tratava-se de uma disputa pelos espaços da cidade, em decorrência do aumento da área de comércio e serviços da cidade na área central. Essa expansão urbana era sentida de forma contraditória, pois ao mesmo tempo em que era considerada como um efeito do “progresso necessário” era encarado também por meio dos traumas que impõe pelos desalojamentos e instalação em locais com falta de estruturas básicas. Medeiros, Matos e Lopes (2018) destacam que essa expansão horizontal da cidade por meio da ocupação em espaços periféricos e menos valorizados, incluído terrenos de mata densa, marca o início do processo de segregação socioespacial e de gentrificação.¹⁸

O processo de modernização marcou também os moradores das casas de taipa na segunda metade do século XX, mais particularmente durante a década de 1970. Monte (2017) afirma que buscou-se construir uma nova feição urbanística à cidade, mesmo que isso representasse extirpar os mendigos que circulavam nas principais ruas e praças, como também as casas de taipas, conforme foi denunciado nos jornais da época, pois eram considerados como um empecilho na implantação do projeto modernizador e de embelezamento da capital. Problematisa também a intervenção do poder público na normatização e disciplinamento do espaço urbano, que foi ocupado de forma irregular pelas camadas mais pobres da população. Se por um lado procurou-se dotar a cidade de aparelhos urbanos modernos e implantação de um sistema viário para facilitar o tráfego, por outro lado, buscou afastar os pobres para as periferias, pois suas práticas e vivências eram consideradas indesejadas pela elite local, deixando marcas profundas nos moradores remanejados.

¹⁸ O processo de gentrificação é um fenômeno que altera a dinâmica da composição do local por meio da construção de grandes comércios ou conjuntos residenciais com alto valor de mercado. Com valorização da região e o aumento dos custos, a permanência dos trabalhadores de baixa renda vai ficando prejudicada, num processo de elitização do espaço (SANTOS, 2014).

Algumas favelas foram erguidas nas áreas consideradas “nobres” de Teresina, causando insatisfação nas elites que procuraram os meios de comunicação locais para cobrar intervenção do poder público. Neste contexto, foi realizada uma espécie de “higienização social” pela Prefeitura de Teresina por meio de uma operação denominada de Projeto João de Barro, com o objetivo de cadastrar famílias que moravam de forma irregular ou precária e fazer o deslocamento para outras áreas da cidade. Apesar do discurso de proteção e assistência, era nítido o interesse do Estado de acabar com as favelas, tidas como obstáculo do desenvolvimento, abrindo caminho para valorização e especulação imobiliária. Esta intervenção de organização social e espacial da cidade ampliou a segregação socioespacial (SOUSA NETO, 2015).

A remoção de moradores dos terrenos irregulares era fato comum, sendo transferidos para espaços periféricos da cidade. Esse deslocamento forçado dividia a opinião entre os próprios moradores removidos, pois de um lado havia aqueles que percebiam como positivo no sentido de terem um terreno e uma casa própria e de outro lado havia aqueles sujeitos que destacam o rompimento das relações, haja vista o sentimento de pertencimento e identificação entre eles já consolidados. Nascimento e Monte (2009, p.136) destacam a inseguranças dos pobres urbanos diante da fragilização dos vínculos familiares e sociais pois:

Essa apreensão em torno de uma possível remoção, nos grandes centros urbanos, está pautada na insegurança provocada por mais uma mudança que possa afetar as relações de trabalho, as atividades realizadas ali, a proximidade do emprego e/ou da escola, as facilidades de deslocamento e a proximidade do centro da cidade, além dos laços de amizade, da solidariedade, da convivência constituída com os vizinhos e, especialmente, da relação afetiva criada pelos moradores com esses locais.

Nascimento e Monte (2009) apontam também para os aspectos subjetivos decorrentes do deslocamento forçado a partir das memórias dos moradores em relação à sua antiga casa. Relata situações que mesmo muito tempo depois, eles rememoram com forte sentimento da antiga moradia já demolida, mesmo ela sendo precária, demonstrando um elo afetivo e identidade nas lembranças narradas. Com a mudança, algumas das referências significativas dos sujeitos eram simplesmente deixadas para trás.

Lima (2003) ressalta a particularidade de uma favela localizada na “Zona Leste” de Teresina, pois, ao mesmo tempo em que ela desfrutava dos benefícios da urbanização (infraestrutura, equipamentos e serviços coletivos), em decorrência da proximidade com as moradias de elevado padrão econômico, sofrem com as diferenças culturais e socioeconômicas. A simples proximidade não garante a integração, pois pode vir acompanhada de preconceito e estigma. Aliás, esta condição peculiar aumenta a incerteza e

insegurança quanto à permanência no local, de forma que os moradores temem remanejamentos a qualquer momento. Trata-se, portanto, de uma segregação mais sutil, mas não menos perversa, pois o fato de morar numa área com fortes interesses imobiliários expõe os moradores à especulação urbana. Quando a terra estiver supervalorizada serão mais visados para uma política de remoção do que aqueles que já moram em áreas afastadas, tal como aconteceu em outros momentos na história da cidade.

De acordo com Corrêa (2002) a produção do espaço urbano é realizada por meio da atuação de diversos agentes sociais que se utilizam de estratégias variadas, podendo haver conflitos de interesses entre si, como entre os promotores imobiliários e os grupos sociais excluídos, por exemplo. Apesar de possuírem lógicas distintas de intervenção, eles podem atuar em conformidade na concretização de um mesmo processo, tal como ocorreu na capital piauiense. A atuação do Estado, de um lado e dos promotores imobiliário e proprietários fundiários de outro contribuíram para a produção da segregação socioespacial em Teresina. A seguir será aprofundada a discussão sobre os efeitos da implementação dos conjuntos habitacionais populares e do processo mais recente de verticalização na produção do espaço urbano teresinense. No entanto, uma melhor compreensão remete ao período de investimentos públicos federais na capital piauiense e as intensas migrações. Será o terceiro eixo da discussão sobre a segregação socioespacial em Teresina.

Na década de 1950 o Brasil vivenciou um ideário desenvolvimentista em nível Federal realizando volumosos investimentos na abertura de rodovias e instalação dos meios de comunicação na perspectiva da integração nacional. Essas mudanças no cenário regional e federal repercutiram no Piauí, através da expansão da rede de serviços e as exigências em relação à modernização da burocracia estatal (LIMA, 2010).

O processo modernizador impulsionado pelo Estado mudou a feição da cidade por meio de investimentos na implantação de serviços urbanos como abastecimento de água e energia elétrica ou ampliação e alargamento de vias e reformas de logradouros públicos. No entanto, esse processo encontrou barreiras tal como idealizado pelos urbanistas e administradores públicos. As transformações pelas quais passou a cidade de Teresina e a expectativa de ascensão social atraíram milhares de pessoas de outras cidades, intensificando um êxodo rural demográfico iniciado ainda na década de 1950. Com efeito, surgiram vários problemas sociais para a cidade, agravando a questão urbana, pois havia uma desproporção entre crescimento demográfico e econômico (NASCIMENTO; MONTE, 2009).

Na década de 1960 verifica-se em Teresina um intenso fluxo migratório vindo de outros municípios do Piauí e de estados vizinhos, em decorrência dos problemas vivenciados

no campo e dos investimentos governamentais em infraestrutura nas cidades, amplificando a questão urbana. A migração acontecia quando o sujeito não visualizava mais uma saída no campo devido às difíceis condições de sobrevivência e ou a possibilidade de mudar de vida, pelo que o urbano lhe apresenta como opção, seja em relação ao trabalho, escolarização ou benefícios urbanos (LIMA, 2003).

Na busca por inserirem-se na cidade e com poucos recursos, os migrantes buscavam construir seus barracos em terrenos ociosos na proximidade da região central, mesmo que de maneira irregular. Aos poucos foram se distanciando de forma que os pobres foram responsáveis pelo processo de expansão espacial da cidade (MONTE, 2017). A condição de precariedade a que estavam submetidos, é enfatizada por Nascimento Neto (2015) quando afirma que, na maioria das vezes, os espaços ocupados não apresentavam estrutura adequada, ao mesmo tempo em que o poder público não mostrava interesse em investir pelo fato de localizarem ali moradias populares. Neste sentido Lima, Lopes e Façanha (2017, p.45) ponderam sobre a necessidade de construir uma cidade mais inclusiva, uma vez que:

É possível perceber, espacialmente, as diferenças na distribuição da população, renda e dos serviços urbanos, deixando claro que a população de menor renda se localiza nos espaços mais afastados, formando “bolhas” em torno deste território melhor atendido por serviços públicos, demonstrando que Teresina, também, apresenta os mesmos problemas de urbanização espraiada e desigual, necessitando de atitudes em favor de uma cidade mais inclusiva.

Os intensos investimentos federais em Teresina continuaram nas décadas de 1960 e meados de 1970 com o objetivo de implementar o modelo de desenvolvimento vigente durante a ditadura civil-militar. O crescimento econômico impulsionou a implantação de infraestrutura e a criação de símbolos modernizadores do poder público expresso em reformas de seus prédios. Tais intervenções ganharam destaque na mídia local, expondo a capital como um lugar acolhedor e de oportunidades, atraindo ainda mais intensos contingentes de pessoas, de forma que na década seguinte, cerca de 43% de sua população era originária de outras cidades (MONTE, 2017).

A mudança para a capital, por sua vez, nem sempre se concretizava da forma como imaginavam que encontraria na cidade. Sousa Neto (2016) afirma que os migrantes que se deslocaram em peso para Teresina apontava a contradição presentes nos discursos e projetos modernizadores das cidades, pois muitas pessoas não encontravam condições adequadas para o atendimento de suas necessidades. Os investimentos em infraestrutura e urbanização de bairros e favelas não chegaram aos grandes contingentes populacionais, que em sua maioria via aprofundar a pobreza e condições de vida precárias a que estavam submetidos. Lima

(2003) destaca que a expansão da capital foi marcada pela exclusão e segregação das populações pobres, pois não seguiu um critério de organização do espaço. Assim, tendo em consideração que a configuração urbana de Teresina ocorreu de maneira heterogênea na cidade, uma das estratégias operada pelo Estado foi escamoteá-las deslocando os migrantes de baixa condição social para suas periferias.

As habitações de interesse social construídas desde a década de 1960 em Teresina foram construídas na perspectiva de atender o déficit habitacional, ampliado pelas constantes migrações. Elas podem ser consideradas como um fator determinante da dinâmica urbana, alargando seu perímetro urbano, pois ocorreu em áreas afastadas do centro urbano. Representa uma dissipação da população em territórios desvalorizados e com precária infraestrutura básica, ao mesmo tempo em que promovia vazios urbanos em relação aos espaços densamente povoados e equipados. Com efeito, pode-se afirmar que o Estado foi um dos principais responsáveis pelo processo de segregação socioespacial na capital. (MEDEIROS; MATOS; LOPES, 2018).

Lima (2010, p.144) afirma que a implantação de vários conjuntos habitacionais em Teresina ocorreu de forma dispersa nas três “zonas” que existia até então, pois não teria sido realizada de acordo com critérios de organização espacial. A questão habitacional neste contexto é influenciada pela dinâmica de apropriação/expropriação do solo urbano. De acordo com as palavras da autora,

A lógica do processo de apropriação produziu, de um lado áreas vazias, sujeitas à intensa especulação imobiliária e, de outro, áreas densamente ocupadas, desprovidas dos serviços urbanos, revelando uma distribuição desigual dos benefícios, situação que se reproduz cotidianamente (...) Esse conjunto de fatores obrigou muitas famílias a se deslocarem para outras regiões da cidade, a constituírem favelas em áreas centrais e urbanizadas ou a habitarem lugares distantes da rede de serviços urbanos.

Espindola, Carneiro e Façanha (2017) reforçam esta argumentação, afirmando que Teresina adotou desde a década de 1970 um modelo de política pública que constrói pequenas moradias voltadas para população de baixa-renda em áreas distantes e dispersas. Com efeito, aumentou-se o perímetro urbano da capital de forma que ele se apresenta bastante extenso com significativo espaço intraurbanos vazios ao mesmo tempo em que os mais pobres moram em áreas conectadas de forma precária com o núcleo da cidade. Esse modelo, por sua vez, promove problemas de infraestrutura nas periferias, devido ao alto custo dos serviços urbanos, e outros como violência e segregação. Uma política eficaz de regularização fundiária e de ocupação dos vazios urbanos promoveria melhor qualidade de vida aos cidadãos como melhor aproveitamento do valor de uso do solo urbano.

De acordo com Monte (2017) foram priorizados a construção de moradias por meio de grandes conjuntos habitacionais em um contexto histórico notável pelo aumento do desemprego, empobrecimento da população e a quantidade significativa de favelas que surgiam nos diversos bairros da cidade. A pesquisadora também criticou o fato da implantação de uma política pública de habitação terem se concretizada em locais afastados, pois onera os cofres públicos na provisão de infraestrutura e equipamentos públicos. Cita como exemplo, a construção do bairro “Parque Piauí” que na época distava 3 km do perímetro urbano, deixando nesse espaço alguns vazios urbanos. Tal processo repercutiu também no cotidiano das famílias que gastavam mais tempo e dinheiro para se deslocar no interior da cidade, quase sempre realizados por meios de transportes públicos insuficientes para atender a demanda do bairro e adjacências.

Ainda discutindo a lógica da segregação realizada pelo Estado por meio de grandes conjuntos habitacionais, destaca-se o atual bairro “Dirceu Arcoverde”, construído com o objetivo de afastar os pobres que moravam debaixo da ponte como também aqueles que ocupavam de forma irregular e precária as áreas consideradas “nobres”, num contexto de forte especulação imobiliária. Foi construído no contexto de “modernização autoritária” e “higienização dos espaços”, no qual buscavam-se também a valorização dos terrenos que se encontravam entre o que seria o grande conjunto e o centro da cidade. A primeira etapa do conjunto seguiu-se sem a preocupação de construção de espaços voltados para educação, saúde, segurança, lazer e convivência de seus moradores. Além disso, apesar das casas possuírem banheiro, não podiam usar por falta de água. Com tudo isso, alguns moradores acabaram se mudando para outras localidades da cidade (SOUSA NETO, 2015; 2016).

As críticas endereçadas aos conjuntos habitacionais não eram novidades para a época. Desde o final da década de 1960 havia estudos indicando que eles não estavam em consonâncias com as reais necessidades dos moradores. Havia reclamações, por exemplo, no que tange o tamanho da área, pois prejudicava a ventilação e arborização como também a possibilidade de atividade produtiva no quintal dos terrenos. Ressalta-se que a maioria dos moradores era proveniente da zona rural e mantinha esse hábito arraigado em sua rotina. Outro problema, por fim, eram as constantes ordens de despejo, uma vez que os mutuários tinham dificuldade de pagamento (MONTE, 2017).

Com efeito, percebe-se a desconsideração das necessidades dos moradores na implementação da política habitacional. Busca-se sanar o déficit habitacional apenas a partir de critérios quantitativos relativos ao número de unidades habitacionais a serem construídas. No entanto, aspectos como historicidade dos sujeitos, condições de existência propícia para

um desenvolvimento humano adequado, satisfação das necessidades pessoais e sociais, são fatores que potencializariam a própria eficácia e eficiência desta política, desde que levada em consideração.

Assim, as intervenções estatais têm contribuído para o acirramento dos conflitos urbanos e aumento das desigualdades e pobreza urbanas, pois estão mais vinculados ao atendimento do mercado do que dos interesses sociais. Ao não se realizar o enfrentamento da questão fundiária, amplia-se a especulação imobiliária e segregação socioespacial, cuja maior consequência é sentida pela população pobre. Além disso, as ações do poder público são concentradas em determinadas áreas, atendendo aos interesses do capital imobiliário e das classes média e alta, em detrimento da maioria da população. Os trabalhadores com inserção precária e instável no mercado formal de trabalho e agora do mercado habitacional, procuram as periferias com baixo acesso aos benefícios de urbanização como estratégia de sobrevivência na cidade (LIMA, 2007).

Diante da segregação urbana e desigualdade social vivenciada nas médias e grandes cidades brasileiras, a moradia tornou-se a principal reivindicação dos movimentos sociais urbanos. As condições de vida da classe trabalhadora e ausência de uma política habitacional para além de ações localizadas e imediatistas ampliaram a questão, aumentando as ocupações do solo urbano (RODRIGUES NETO; LIMA, 2007). Lima (2003) destaca que o surgimento de vilas e favelas não está relacionado apenas à questão da intensificação das migrações, mas também com o aumento do desemprego e do poder aquisitivo da população. As ocupações, portanto, são estratégias de inserção na cidade e da afirmação do direito à habitação. No entanto, elas não são realizadas em qualquer espaço da cidade, alojando-se em áreas alagadiças ou de topografia não adequada para moradia.

O surgimento das vilas e favelas, por sua vez, foi acompanhado da produção de um espaço voltado para as elites, indicando a contradição do processo nas sociedades capitalista. Ao mesmo tempo em que era destinado espaço para os pobres urbanos, eram realizados investimentos no sentido de valorizar uma determinada região da cidade voltada para as classes médias e alta. Em Teresina a especulação imobiliária foi voltada preferencialmente para a “Zona Leste” com a intervenção tanto de agentes ligados ao mercado quanto do próprio Estado, por meio dos investimentos públicos concentrados nesta região administrativa. Viana (2005, p.68-9) ressalta a contradição desse processo ao afirmar que o modelo de urbanização da “Zona Leste” foi acompanhado da ampliação de processos de favelização, enquanto fenômenos correlatos, contribuindo contraditoriamente para:

agravamento das condições de vida dos cidadãos. Mas, por outro lado, é nesse período que ocorre a consolidação do processo de verticalização da cidade de Teresina, deixando mais evidente a segregação existente na cidade e a atuação dos agentes imobiliários, que agem sobre o espaço urbano produzindo e reproduzindo o seu capital.

De acordo com Bueno e Lima (2015), a produção espacial urbana de Teresina foi marcada pelo recorte de renda, de forma que aqueles com maior poder aquisitivo foram se apropriando do solo com melhor infraestrutura e equipamento implantado, que inicialmente estava localizada na região central. A segregação socioespacial na “Zona Leste” de Teresina não ocorreu apenas em função dos investimentos do mercado imobiliário, mas com a interferência do Estado na implantação de infraestrutura, atraindo comércio e diversos serviços para região. Percebe-se, portanto, uma continuidade na lógica segregacionista da atuação do Estado e setor privado, com elementos que remetem à fundação da cidade.

Até a década de 1960 a parte Leste da cidade era ocupada por chácaras, voltadas para atividades de lazer dos mais abastados e ocupadas por alguns moradores de forma irregular. A segregação residencial elitista que ocorreu neste espaço teria sido impulsionada pela construção da ponte que liga esta região ao centro da cidade e pela busca de amenidades, como um microclima mais agradável. Ainda na década de 1960, a população mais abastada começou a se deslocar para lá com o objetivo de construir casas espaçosas e longe do congestionamento urbano. Com o tempo, foram atraindo amigos e parentes dos proprietários. Num segundo momento, os grandes proprietários começaram a lotear seus terrenos a articular implantação de infraestrutura com o poder público, fato que não tardou a acontecer tendo em consideração serem pessoas com destaque na vida pública e política da cidade. Com efeito, passou a atrair pessoas do centro da cidade e migrantes com rendas mais elevadas. O valor dos terrenos e a construção de amplas moradias não eram considerados como fator restritivo para esta população, encontrando demanda solvável para o mercado imobiliário ao mesmo tempo que exclui parcela da sociedade que não pode pagar por tal solo (ABREU, 1983; FAÇANHA, 1998; MONTE, 2017).

Nas discussões em torno dos agentes sociais que produzem o espaço urbano, Corrêa (2002) afirma que em áreas bem localizadas e com amenidades físicas, os proprietários tendem a atuar como promotores imobiliários. Buscam, dessa forma, ampliar a renda da terra mediante incremento na infraestrutura como também pela transformação das áreas rurais em urbanas. Já os proprietários de posse de terrenos mal localizados tendem a realizar loteamentos populares com precária infraestrutura, muito embora a presença posterior do

Estado possa valorizá-los, inclusive os terrenos adjacentes, tal como aconteceu com a região do atual “Grande Dirceu”, discutido anteriormente.

Ao realizar uma comparação entre as “zonas” de Teresina, Rodrigues e Veloso Filho (2016) afirmam que a “Zona Leste” teve um caráter diferenciado em relação às demais. No que diz respeito à habitação, o principal agente transformador do espaço urbano foi o promotor imobiliário, ao invés do Estado. Esta área foi voltada para um público mais elitizado. Neste sentido, Façanha (1998) descreve a “Zona Leste” como uma área com tendência a segregação residencial, pois a população com alto poder aquisitivo migrou do centro para lá, onde existiam grandes propriedades que passaram a ser loteadas. Além disso, os próprios donos passaram a habitar e estimular outros com poder aquisitivo a se mudarem, em decorrência das amenidades e marketing urbano, possibilitado pela acessibilidade pelas construções e ampliação de ruas e avenidas.

Bueno e Lima (2015) destacam que dos dez bairros que possuem a renda média mais elevada em Teresina, 8 se encontra na “Zona Leste” e os outros dois no centro. No entanto, de uma maneira espacial, percebe-se uma contiguidade entre eles, de forma que sinaliza uma concentração de riqueza e desigualdade no tecido urbano. Já dentre os 10 bairros com menor renda, apenas 2 localiza-se na “Zona Leste” e todos eles nas franjas urbana na cidade. Existe desigualdade também no interior de uma própria zona. A proporção entre os últimos de cada uma das listas, ambos localizados na “Zona Leste”, é da ordem de 5. Ou seja, uma diferença de cinco vezes entre eles.

Percebe-se assim, as lógicas distintas que atuam na produção da segregação socioespacial: enquanto o Estado atuou na construção de conjuntos habitacionais voltados para a população de menor renda em espaços periféricos, em outra direção viabilizou maior investimento em áreas valorizadas (ou com o objetivo de tornar-se) visando ampliar ainda mais a renda da terra, para livre ação do setor privado. Contudo, ambos atuam na reprodução da sociedade capitalista como um todo. Ao não se utilizar dos vazios urbanos existentes na cidade, o Estado valoriza os terrenos com a implantação dos conjuntos habitacionais e sua infraestrutura. A intervenção do capital, ao aumentar o preço da terra, afasta os pobres urbanos cada vez mais desses espaços.

Costa, Vieira e Viana (2016) destacam o papel do promotor imobiliário privado na transformação do espaço urbano na medida em que reproduz seu próprio capital. Tal intervenção, no entanto, promove ao mesmo tempo processos de homogeneização do espaço e de exclusão social e econômica, em decorrência da valorização diferencial do espaço da cidade. Os empreendimentos verticais, por exemplo, além de alterarem o espaço urbano,

excluem aqueles que não possuem renda para morar nestes espaços considerados valorizados e privilegiados. Com o aumento do preço do solo, os pobres urbanos ali residentes terão que procurar outro local de moradia.

A verticalização não é um desdobramento necessário do processo de urbanização, mas uma possibilidade projetada por alguns agentes produtores do espaço urbano, muito praticada no Brasil, especialmente em grandes cidades. De acordo com Carvalho e Façanha (2015), a verticalização foi intensificada na “Zona Leste” de Teresina a partir da década de 1990 pela atuação dos promotores imobiliários, num contexto de estabilidade econômica e extinção do Banco Nacional de Habitação, adensamento populacional e o avanço tecnológico. Foi levado em consideração o fato de que se tratava de uma área valorizada econômica e socialmente, associada à infraestrutura, segurança, propaganda, status social, além da desconcentração de atividades, até então restrita no centro da cidade. Assim, os edifícios (considerado um dos símbolos da modernidade) estavam destinado para os segmentos sociais que possuíam condições de pagar por conforto e segurança, em áreas bem localizadas.

Neste sentido, a verticalização é outro fator de segregação espacial em ambos sentidos, pois além de aglomerar pessoas com um determinado padrão de renda num mesmo espaço, acaba excluindo as demais para outros espaços, pois não tem condição de acessar ou permanecer no mesmo lugar dada as pressões de ordem econômica. É importante frisar que eles são construídos em áreas com elevada infraestrutura (FAÇANHA, 1998). Carvalho e Façanha (2015, p.23) ressaltam, no entanto, o seu desdobramento no espaço urbano quando afirmam que:

O crescimento, a formação e a chegada da população criou um novo estilo e realidade social, perceptível nas construções modernas e luxuosas, evidenciando na cidade um estilo de segregação espacial evidente, deixando a classe de menor poder aquisitivo mais distante desse espaço luminoso e de valorização espacial.

De acordo com Silva, Assis Neto e Oliveira (2013) esse processo ocorreu em Teresina sem planejamento adequado uma vez que têm sido constantes os alagamentos das avenidas no período chuvoso, em decorrência da impermeabilização do solo. Além disso, por se concentrar em uma área valorizada econômica e socialmente, associada à infraestrutura, segurança, propaganda e condição de status social, reproduz a desigualdade social, de forma que os autores acima citados nomeiam esse processo de “segregação por diferença de status hierárquico (p.182)”.

Outras formas de uso e ocupação do solo urbano que têm sido implementadas pelos promotores imobiliários são os condomínios horizontais. Para sua difusão, são acionados os

atributos de segurança, bem-estar e status social pelo marketing publicitário. Tais construções vêm sendo apropriada pelas classes média e alta, provocando modificações nas estruturas socioespaciais da cidade a partir dos anos 2000. No entanto, os condomínios horizontais têm sido criticados por promoverem autosegregação, privatização de áreas públicas, homogeneização social, abandono dos espaços público etc. (BUENO; LIMA, 2015; SILVA; ASSIS NETO; OLIVEIRA, 2015). Silva, Lopes e Monteiro (2015) destacam que o fato de serem frequentado apenas por pessoas de mesma condição socioeconômica num espaço privado circunscrito por um muro tem diminuído a vitalidade das relações sociais públicas, comuns nas áreas centrais.

É importante destacar também sobre a diminuição nas relações sociais entre os diferentes contidas neste processo. Castro (2012) chama atenção para esse fenômeno quando afirma que a designação de espaço e acesso aos recursos de forma diferenciada promove uma separação, ao ponto de excluir pessoas do mesmo espaço civil. Os moradores de condomínios horizontais satisfazem boa parte de suas necessidades pessoais e sociais entre pessoas de sua mesma camada social. É comum existirem áreas de lazer e pequenos comércios privativos para os moradores. Evitam, assim, contato com os pobres urbanos moradores da mesma cidade.

No que tange a segregação, é possível pontuar a importância da renda na forma de apropriação do espaço urbano e a contradição envolvida neste processo. Aqueles que possuem recursos têm a possibilidade de escolher onde morar, podendo, inclusive, optar por separar-se em relação aos demais. Possuem meios para superar distâncias ou ter acessos aos equipamentos urbanos, de forma a satisfazer suas necessidades sem comprometer sua reprodução social. Já aos pobres urbanos, a segregação é induzida por forças econômicas e com apoio do Estado, cujo ônus interfere nas condições concretas de sua existência.

Ambos os processos acima citados deslocam os pobres urbanos, afastando-os cada vez mais das áreas providas de melhor infraestrutura das cidades. No entanto, isto não significa afirmar que não existam resistências. É comum visualizar nas cidades brasileiras pequenas casas nas áreas elitizadas, inclusive com material precário, com o objetivo de assegurar maior proximidade com os serviços urbanos, desde fornecimento de água e energia elétrica até melhor acesso aos serviços de saúde e educacional. Quando não possuem o título de propriedade, tornam-se alvos fáceis da Justiça, na espera da indenização para poder reconstruir sua vida em outro espaço da cidade. Caso possuam o título, podem receber propostas para a venda de seu imóvel, cujo preço nem sempre é compatível com o valor que a moradia possa ter para o sujeito.

A questão habitacional na sociedade capitalista é mediada por diversas dimensões e processos contraditórios, determinadas pela relação tensa entre capital e trabalho, que visualizamos ao longo de todo este capítulo, principalmente na sua expressão espacial. Embora já tenha sido pontuado a intervenção do Estado capitalista diante da demanda crescente de uma população empobrecida pelo agravamento da questão social por meio de políticas habitacionais, no capítulo seguinte será realizado um breve panorama histórico, incluindo a escala nacional e a teresinense, de seus primórdios até o PMCMV.

3. POLÍTICAS HABITACIONAIS BRASILEIRAS

3.1 Das primeiras políticas até o Governo FHC

A habitação é uma necessidade humana tendo em vista seu papel de proteção e de segurança, considerada por Lorenzetti (2001, p. 4) “uma necessidade básica, como a alimentação e a vestimenta, um bem de raiz que tem a particularidade de necessitar da terra como suporte”. Bonates (2009), por sua vez, ressalta que a habitação é essencial para o indivíduo e a sociedade por ser um espaço propício para a reprodução social do indivíduo, assumindo diversas funções. Além de abrigo e palco das atividades cotidianas ela determina razões subjetivas, tais como intimidade e segurança.

Além disso, a habitação pode ser compreendida como um direito e condição para o exercício da cidadania, expresso em vários tratados e acordos internacionais, dos quais o Brasil é signatário, tal como a Declaração Universal dos Direitos do Homem (ROLNIK et al. 2015b). Por sua vez, foi apenas a partir de 2000 que a Emenda Constitucional nº 26 incluiu a moradia no rol dos direitos sociais a serem garantidos pelo Estado brasileiro. A seguir serão expressas algumas contradições presentes na questão habitacional e as principais respostas do Estado ao longo da história brasileira.

A escassez da moradia não é um fenômeno recente, acompanhando de diversas formas a humanidade em seu percurso histórico. Já na segunda metade do século XIX, Engels (2015) afirma que a situação de moradias precárias, superlotadas e insalubres acompanhou a história de todas as classes oprimidas. No entanto, os trabalhadores modernos teriam experienciado um agravamento dessa situação em decorrência de vários fatores, tais como: a intensa migração do campo para a cidade e o aumento colossal dos preços de aluguel. Foi comum muitos trabalhadores perderem suas moradias no processo de urbanização em decorrência dos alargamentos de vias ou instalação de ferrovias, com o objetivo de facilitar o fluxo de mercadorias e pessoas.

O problema da moradia, enquanto uma questão habitacional, pode ser compreendido como uma das refrações da questão social decorrentes da contradição capital-trabalho, intrínseca ao modo de produção capitalista (PINTO, 2004/2005). Não se trata de uma simples carência que possa ser explicada pela relação de oferta e demanda, equacionada pela mediação do Estado ou do Capital, mas de um aspecto estrutural do capitalismo, sendo uma de suas contradições inerentes. Com efeito, a sua resolução definitiva passaria pela superação

da sociedade capitalista, uma vez que as intervenções realizadas nos limites da sociabilidade capitalista, têm apenas efeitos paliativos e provisórios.

Antes de adentrar na discussão acerca da intervenção estatal diante da questão habitacional é interessante pontuar algumas de suas características particulares da moradia. Ela pode ser considerada como uma mercadoria especial, no sentido de que sua produção, circulação e consumo ocorrem no mesmo espaço, demandando um terreno para sua concretização, ao mesmo tempo em que produz a questão fundiária. É importante ressaltar que o solo não é passível de reprodução, sendo necessário a busca por novos espaços. Além disso, a produção da moradia demanda um tempo relativamente longo para a sua produção e um longo tempo de vida útil (consumo), encarecendo ainda mais o seu valor, tanto de uso quanto de troca (BONATES, 2009). Tais características determinam alguns aspectos importantes da discussão a seguir.

No capitalismo, o Estado é acionado a intervir nas expressões da questão social por meio de políticas sociais. Trata-se de um reconhecimento público do atendimento das necessidades sociais dos cidadãos pelo Estado, na forma de direitos sociais. No entanto, tendo em consideração as funções contraditórias exercidas pelo Estado capitalista (acumulação e legitimação), Lima (2003) afirma que a concretização destas políticas acaba sendo o resultado de compromissos de interesses econômicos e políticos conflitantes de grupos e classes sociais. Em decorrência dos interesses contraditórios existentes na sociedade capitalista, as políticas sociais são mediadas de ambiguidades e tensionamentos. De acordo, Yasbek (2009, p.15):

Inicialmente é necessária ter clara a compreensão de que a Política Social Pública, entendida aqui como intervenção do Estado no âmbito do atendimento das necessidades sociais básicas dos cidadãos, responde a interesses diversos, ou seja expressa relações, conflitos e contradições que resultam da desigualdade estrutural do capitalismo. Interesses que não são neutros ou igualitários e que reproduzem desigual e contraditoriamente relações sociais, na medida em que o Estado não pode ser autonomizado em relação à sociedade as políticas sociais são intervenções condicionadas pelo contexto histórico em que emergem.

Silva (1989) reforça a compreensão de que a questão habitacional é inerente à sociedade capitalista, assim como as respostas concretizadas pelo Estado (burguês), pois busca transformar os operários em proprietários, muito embora não dos meios de produção, mas apenas de sua moradia. Neste sentido, afirma que a dinâmica das políticas habitacionais deve ser compreendida como um processo social, inserido numa conjuntura sócio-econômica-política, no qual se expressa ao mesmo tempo a lógica da acumulação do capital, a legitimação de regimes políticos de governo, a busca da estabilidade social e uma conquista

da classe trabalhadora. No Brasil, as respostas do Estado brasileiro para esta questão são insuficientes, autoritárias, pautadas na lógica do clientelismo e da privatização, além de possuir um caráter contraditório, tal como se verá a seguir.

A política pública de habitação tem sido importante na reprodução do capital no sentido de rebaixar o valor da força de trabalho, uma vez que a habitação sai da lista de consumo necessária para a reprodução social dos trabalhadores. Ou seja, atua na valorização do capital. Diante da superexploração a que estão submetidos, os trabalhadores “lançam mão” de soluções precárias, tais como os cortiços e a construção de moradias em favelas ou nas periferias. (SILVA, 1989). De acordo com Façanha (1998) as favelas ou ocupações de terras pelos grupos sociais excluídos são uma expressão da superexploração da classe trabalhadora e processos de migração, sejam eles rural-urbano ou entre cidades, sendo caracterizada pelo fato de não estarem regularizados na sua situação jurídica quanto a propriedade da terra. Assim, é possível perceber as mediações da tensão capital-trabalho, abordada no capítulo anterior, em relação à questão habitacional.

Assim, enquanto fenômeno aparente, o acesso ao direito à moradia pelo Estado representa uma conquista da classe trabalhadora e melhores condições de vida. Contudo, quando analisada mais acuradamente, é necessário refletir sobre os reais benefícios para os trabalhadores, no sentido de que abarca elementos tanto de avanços como de recuos no que diz respeito à vida na cidade.

Ao refletir sobre a dificuldade de equacionar melhorias na condição de vida dos trabalhadores sem aumentar os gastos com a força de trabalho, Costa (1998) afirma que já no início do século XX, alguns industriais construíram vilas operárias com infraestrutura adequadas próximas às suas indústrias. Por sua vez, tratava-se de uma intervenção que favorecia a ampliação do capital no sentido de que os salários dos trabalhadores era reduzidos sob a alegação de que não havia necessidade de gastos para o deslocamento. Além disso, servia para fixar o trabalhador e controlar o comportamento dele, pois dependendo da situação poderiam ser expulso da vila. No entanto, o crescimento da cidade, acompanhado do aumento do exército industrial de reserva e da especulação urbana, foram fatores que extinguíram a produção de vilas operárias.

Por sua vez, Maricato (2010) ressalta que a autoconstrução é uma estratégia dos trabalhadores para ter uma moradia no qual se utilizam de seus próprios recursos mesmo que precários. Por outro lado, esta prática também foi central para o barateamento da força de trabalho, que não incluía a moradia nos custos do salário. Com efeito, apenas 30% da população brasileira tem acesso à moradia no mercado privado e regularizado, ou seja, grande

parte dos trabalhadores vive excluída da cidade formal. Em outro texto Maricato (2011, p.31) relaciona a autoconstrução como uma necessidade no capitalismo periférico ao afirmar que:

Afinal, jogar para os ombros dos trabalhadores o custo de sua própria reprodução na cidade por meio da autoconstrução das casas e ocupações irregulares do solo é parte intrínseca da condição capitalista periférica de barateamento da força de trabalho, de um lado, e manutenção de um mercado residencial restrito ao “produto de luxo”, de outro (MARICACTO, 2011, P.31).

De acordo com Mautner (2010), diante do caráter limitado das políticas habitacionais para as camadas mais pobres da população, o trinômio loteamento clandestino/casa própria/autoconstrução tem sido uma alternativa para os trabalhadores. Tal trinômio pode ser considerado como uma política inconfessa, pois embora baseada em ocupação irregular é útil para o rebaixamento da força de trabalho e, portanto fundamental para a reprodução ampliada do capital. Dessa forma, percebe-se como a questão habitacional está inserida na contradição da sociedade capitalista em sua totalidade.

Outro aspecto da contradição capital-trabalho presente na política habitacional está relacionado com o fato da construção dos conjuntos habitacionais serem predominantemente nos espaços periféricos e não nos vazios urbanos presentes na cidade, promovendo processos de especulação imobiliária em detrimento da função social da terra. Com efeito, distancia os trabalhadores do seu local de trabalho e do acesso aos serviços urbanos (aumentando os custos para o trabalhador e para o Estado), ao mesmo tempo em que valoriza os terrenos que ficam nesse novo vazio, que serão apropriados pelos capitalistas de forma individual. Neste sentido, Trindade (2012) afirma que as políticas habitacionais não garantem o direito à cidade, apenas à habitação, no sentido de ocupação, acomodando pessoas que foram privadas de participar do mercado formal imobiliário.

Aprofundando a crítica sobre as políticas habitacionais, Gonçalves (2014) afirma que elas ainda concebem a habitação reduzida a sua função de abrigo ao corpo, numa perspectiva meramente biologicista. No entanto, a habitação pode ser considerada como um ponto de referência para o sujeito, pois abarca também uma dimensão simbólica por meio da qual o sujeito desenvolve seu imaginário e produz subjetividade e identidades. Assim, defende que para além de seu aspecto funcional, relacionado ao abrigo do corpo biológico, a habitação deve compreender também aspectos como infraestrutura, equipamentos urbanos e espaços livres de uso comum, necessários ao bem estar dos habitantes. Propõe ainda que, para os planejamentos urbanos se tornarem mais humanizados, é necessário, além de cálculos e projeção, a dimensão estética da existência humana, como os sentimentos e significados sobre a habitação.

Abrahão (2008) aprofunda a discussão sobre o planejamento urbano quando afirma que o urbanismo deve levar em consideração a escala humana, na qual a única função da cidade seria o encontro entre as pessoas. Nessa perspectiva, o espaço público urbano é compreendido do ponto de vista sociopolítico. Não se leva em consideração apenas a materialidade dos espaços, tais como avenidas, praças e parques, por exemplo. Articula, também, aspectos relacionados à vida pública, direitos e cidadania. A relação entre lugares materiais e esfera da vida social e política ressalta a importância da sociabilidade e da vida social nestes espaços na realização da cidadania. Contrapõe-se, portanto, aos processos de fragmentação e privatização dos espaços urbanos que vem ocorrendo.

Dessa forma, quando inserimos a discussão da moradia numa perspectiva sociopolítica ampliamos os elementos do debate ao não ficarmos restrito ao espaço físico construído, delimitado pelas paredes da construção da casa. Implica o reconhecimento das necessidades básicas e sociais de seus moradores, que são as mais diversas, variando de acordo com dimensões sociais e culturais. Uma moradia digna, implica também a inserção no espaço urbanizado da cidade com acessos à infraestrutura adequada e construção de espaços públicos, relacionados com aspectos como direitos e cidadania. Tais aspectos, contudo, nem sempre são levados em consideração na implementação de políticas habitacionais.

De acordo com Lefebvre (2011) a construção de habitações de forma rápida e econômica, com a perspectiva de atender maior contingente humano, foi assumida pelo Estado num cenário de demanda crescente por moradias. Tendo em consideração as guerras, êxodos rurais, impulso demográfico e de industrialização, o Estado assume a função de construção de habitação, de forma rápida e mais barata possível, num momento em que a habitação entra na consciência social, embora na forma residual de direitos do homem. Ao analisar o contexto francês daquela época, ele afirma que em seus programas habitacionais não havia preocupação com as necessidades reais da vida urbana, pois os conjuntos eram construídos sem praças, monumentos e espaços para encontros.

Em 1966, o Comitê de Direitos Econômicos, Social e Cultural da ONU lança um documento intitulado de “Observação Geral n.04” ressaltando a habitação enquanto direito, de forma que seus moradores devam ser considerados como sujeitos de direitos ao invés de pessoas carentes. De acordo com o referido documento a habitação deve contemplar: a) seguridade jurídica de posse; b) disponibilidade de serviços materiais; c) infraestrutura e equipamentos públicos; d) custos acessíveis; e) habitabilidade; f) adequação cultural; 7) acessibilidade. Nesta perspectiva, uma moradia adequada não se resume a uma casa

construída, mas implica na consideração de várias outras dimensões. (ROLNIK, et al., 2015b; WIESENFELD, E. MARTINEZ, 2014).

No entanto, o direito à habitação não é uma realidade concreta para um imenso contingente populacional. Em estudo do Programa das Nações Unidas para o Assentamento Humano, realizado em 2011, foi relatado que o déficit habitacional para a América Latina é algo entre 42 e 51 milhões de moradias (WIESENFELD, MARTINEZ, 2014). No Brasil, de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, o déficit representa algo em torno de 7 milhões (IBGE, 2010). O déficit habitacional piauiense no ano de 2012 era de 100.105 unidades habitacionais (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015). Já para a capital Teresina, segundo dados do Censo Demográfico de 2010, no município, existem 35.127 domicílios particulares em aglomerados subnormais¹⁹ (IBGE, 2010), fato que caracteriza a necessidade de Políticas Habitacionais focadas na solução desse grave problema. A seguir será realizado um resgate histórico-crítico das principais políticas habitacionais brasileiras.

Ao realizar uma análise sobre as políticas urbanas e habitacionais brasileira, Dumont (2014) destaca diversos fatores que promoveram a crise da habitação no Brasil. Ele afirma que no final do Império e início da República foi abolida a escravidão, como também houve intensos processos de migração, tanto interna quanto internacional, aumentando a demanda por serviços urbanos, entre os quais se encontram a moradia. Neste momento, consolidou-se a construção de favelas, cortiços e loteamentos clandestinos voltados para os trabalhadores, devido à omissão ou atuação pontual do Estado e a especulação urbana. Botega (2008) ressalta a política de remoção e destruição de cortiços na área central, como uma mediação que empurrou os trabalhadores para espaços periféricos, iniciando um processo de fragmentação do espaço urbano.

Bonduki (1994), por sua vez, ressalta que durante a República Velha a intervenção do Estado Brasileiro (impregnado do liberalismo econômico clássico) limitou-se à isenção fiscal para construção de casas voltadas para locação social e com o objetivo de redução do aluguel ou pelo menos do aumento da taxa de lucro pelos proprietários dos imóveis. Este constituía uma opção viável de investimento de reserva de valor e intensa valorização. Neste período, aliás, quase 90% dos moradores de São Paulo eram inquilinos e suas moradias apresentavam uma variedade de tipologias arquitetônicas para lidar com diferenças de rendas e segmentos sociais, não havendo uma homogeneização nos aspectos construtivos.

¹⁹ Conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo: - irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou - carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública) (IBGE, 2011, p. 3).

Silva (1989) descreve uma intervenção estatal diante da problemática habitacional em São Paulo. O elevado crescimento populacional e de construção de moradia agravou as condições sanitárias, de forma que a prefeitura elaborou uma lei determinando a construção de vilas operárias em espaço fora da aglomeração urbana. Para favorecer tal prática, eles ficaram isentos no pagamento de impostos municipais. Além disso, proibiu a construção de novos cortiços. Tais medidas sanitaristas contribuíram para desobstruir a área central da cidade para a circulação e reprodução do capital como também para afastar os trabalhadores que até então possuíam convívio de proximidade geográfica com a classe dominante.

Até a década de 1930 a produção habitacional brasileira era preponderantemente de caráter privada, onde as empresas empregavam o excedente de capital com o objetivo de extrair rendas imobiliárias na forma de aluguéis. Com a industrialização e ampliação da crise urbana, o Estado passa a intervir, ao mesmo tempo em que os recursos de fundos dos IAPs são empregados no setor habitacional visando a sua rentabilização. No entanto, as intervenções estatais não atendiam a demanda (CARDOSO; ARAGÃO, 2011). Foi somente a partir da década de 1930 que o Governo Federal realiza intervenções de forma mais direta e ampla no setor habitacional. O Estado Brasileiro passa a intervir na produção e no mercado de aluguel da habitação enquanto uma estratégia de formação e fortalecimento de uma sociedade urbano-industrial por meio da regulamentação das relações entre capital e trabalho. Ao mesmo tempo, o Governo Vargas legitimava-se junto às massas populares urbana tendo em consideração o alto custo que representava a moradia para os trabalhadores. (BONDUKI, 1994).

O Estado Nacional assume pela primeira vez a responsabilidade da oferta de habitação em 1937 por meio das Carteiras Prediais concretizadas pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP), dentro de um contexto de transformação da estrutura produtiva brasileira, que migrava do modelo agrário para o industrial com elevada taxa de urbanização. No entanto, foi uma medida fragmentária e pouco relevante no sentido de ter seu acesso restrito apenas aos trabalhadores de carteira assinada (SILVA, 1989). Os demais trabalhadores ficaram de fora, portanto, da primeira política habitacional realizada pelo Estado, apontando para seu caráter insuficiente e excludente, tal como foi anunciado no início deste tópico.

Uma peculiaridade deste período é que os conjuntos habitacionais promovidos pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP) estavam localizados em áreas com urbanização já consolidada e com a dimensão do espaço construído necessário para a satisfação das necessidades de seus moradores contando com equipamentos comunitários, e com muitas áreas verdes, na maioria dos casos. Inspirados na tradição modernista, apresentavam uma

excelente qualidade estética e arquitetônica, mesmo com um barateamento das construções. Daí a ênfase nas grandes escalas. Além disso, destaca-se o fato de apresentar ampla variedade construtiva, marcando a paisagem urbana de forma significativa. No entanto, tal característica não perdurou nas demais políticas habitacionais (BONATES, 2009; BONDUKI, 1994). Outra característica deste conjunto é que para manter a rentabilidade dos investimentos dos IAPs focaram no setor imobiliário para a classe média e alta, favorecendo o processo de verticalização e renovação das áreas centrais e socialmente consideradas “nobres”. Com efeito, os trabalhadores mais precarizados afastavam-se dessas áreas. No entanto, tais dados não eram divulgados, pois eram questionados pelos sindicatos e opinião pública por não serem considerados de viés social (BONDUKI, 1994)

Outra intervenção significativa do Estado foi em 1942 com a conhecida Lei do Inquilinato congelando o preço do aluguel num contexto de alta inflacionária. Considerada como uma mercadoria especial, a habitação ficava passível de intervenção estatal. O estabelecimento de controle dos valores fez com que a venda de imóveis se transformasse em algo mais atrativo do que o aluguel, promovendo a difusão da propriedade privada. Para aqueles que não poderia comprar a casa própria, a periferização baseada no modelo da autoconstrução surgia como uma alternativa viável (SILVA, 1989).

Bonduki (1994) destaca que tal legislação pode ser considerada, no entanto, como uma política econômica, uma vez que a não atratividade do aluguel provocou uma venda intensiva de moradia, passando a investir tal recurso no âmbito das indústrias, provocando uma crise de habitação. Além disso, o congelamento do aluguel significou para os trabalhadores um menor reajuste salarial, uma vez que os custos para a reprodução da força de trabalho elevava-se menos com tal congelamento. De acordo com suas próprias palavras, o urbanista afirma que:

O congelamento dos aluguéis também se situa entre as medidas que visam reduzir o custo de reprodução da força de trabalho para elevar o patamar de acumulação da empresa capitalista sem rebaixar acentuadamente as condições de vida dos trabalhadores, uma das estratégias utilizadas para intensificar o processo de crescimento industrial, salvaguardando o pacto de classes. Neste sentido, a lei do inquilinato servia excepcionalmente ao modelo de desenvolvimento econômico que se impunha, seja por canalizar recursos ao setor industrial, seja por contribuir para a redução do valor da força de trabalho e dos salários. (p. 721)

O primeiro órgão nacional voltado para a provisão habitacional de setores populares surge em 1946 com a criação da Fundação da Casa Popular (FCP) com o objetivo de construção de moradias para os setores mais pobres da população. Tal contexto também era de redemocratização política e projeto desenvolvimentista de viés popular ou populista. Entre as condições de possibilidade encontram-se a necessidade de redução dos custos da força de

trabalho (em um contexto de substituição do modelo de exportação brasileiro) como também um pacto entre trabalhadores e setores da construção civil, além de uma estratégia de cooptação diante da ameaça da instauração do comunismo. Assim, o Estado assumiu parte dos custos da reprodução da força de trabalho, evitando o aumento do salário que garantisse aos trabalhadores o acesso à casa própria, massificando uma ideologia da democracia capitalista de amparar o trabalhador (SANTOS et al., 2014). Analisando criticamente a atuação da FCP, Silva (1989) afirma que foi uma intervenção limitada e clientelista, pois a escolha dos candidatos era uma forma de controle social, interferindo no comportamento dos moradores. Podemos fazer um paralelo com as vilas operárias construídas no final do século XIX.

Durante o governo militar a intervenção na questão urbana concentrou-se na política habitacional, tendo em consideração a ameaça da ordem capitalista provocada pelos conflitos na favela e intenso fluxo migratório campo-cidade. Lima (2010) ressalta se tratar de objetivos econômicos, pois tais medidas visava a geração de empregos e mobilização do setor da construção civil para estimular a economia. Tudo isso realizada na perspectiva empresarial e na lógica da autossustentação, conforme será exposto mais adiante.

A política habitacional desse período alcançou abrangência nacional e contou com amplos recursos e grande duração para atender objetivos de ordem política, econômica e social. Criado em 1964, o Banco Nacional de Habitação (BNH) foi responsável pela construção de mais de 6 milhões de moradia durante seus 22 anos de funcionamento. Contava com recursos provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE) (LARA, 2014). De acordo com Dumont (2014), a Política habitacional da ditadura militar apresenta três fases. A primeira (1964-1969) foi um período de consolidação de ambos os setores da sociedade, com considerável investimento no mercado popular. Tratava-se de uma estratégia de legitimação do governo junto às massas populares. Na segunda fase, que se estendeu até 1974, representa uma mudança de concepção diante da crise e alta inadimplência, voltando-se para a classe média, incluindo a construção de grandes moradias. A terceira fase representa um revigoramento das Companhias de Habitação (COHAB) com aumento do número de construção.

O BNH possuía fortes características empresariais tais como: 1) administração realizada por um banco; 2) proteção da inflação, via correção constantes, repassando os custos ao trabalhador; 3) articulação entre setor público na figura de financiador e setor privado, enquanto intermediário e executor final da política; 4) centralização normativa e descentralização executiva. Com efeito, já na década seguinte é visível sua baixa efetividade na função social proposta no seu início, expresso nas altas taxas de inadimplência e

insolvência. Como se verá no próximo tópico, algumas dessas características também estarão presentes na discussão sobre o PMCMV.

O BNH foi alvo de diversas críticas em seus mais variados objetivos. No plano econômico, buscava dinamizá-lo ao mesmo tempo em que estruturava o setor da construção civil em moldes capitalistas, via financiamentos, geração de emprego e renda. No entanto, Bonduki (2008) aponta para uma ausência de subsídios e critério de financiamento adotado, cuja consequência foi o afastamento da população de mais baixa renda. Além disso, Lima (2007) ressalta que muitos que aderiram ao financiamento do BNH, acabaram voltando à favela, por inadequação às regras do sistema financeiro à situação socioeconômica da família. Com efeito, as famílias com renda mais elevada acabam ocupando tal espaço, descaracterizando sua ação social.

Tendo em consideração que os conjuntos habitacionais do BNH era realizado pelos ditames do capital, a especulação urbana determinava a sua localização na periferia, como também a expulsão dos moradores mais pobres quando da instalação dos equipamentos públicos nestes espaços. Dessa forma, o descompasso entre as regras da Política Habitacional e a realidade de vida de seus futuros moradores acabava beneficiando mais uma vez o capital e a classe média.

O distanciamento em relação a realidade da vida dos moradores pode ser concretizado na precária implantação dos benefícios urbanos. Müller e Lima (2017) afirmam que historicamente, havia uma preocupação de se construir equipamentos coletivos (praças, áreas verdes, quadras esportivas e parque infantil) nos conjuntos dos IAPs e da FCP. A situação começa a mudar com a centralização dos projetos realizada pelos BNH, com a proposta de individualizar a propriedade e a busca pela redução dos custos, cujo efeito foi a redução dos espaços de encontros e lazer.

Outro conjunto de críticas aparece sob o ponto de vista urbanístico e arquitetônico, pois as políticas habitacionais têm construído grandes conjuntos habitacionais nas franjas urbanas da cidade, onde o valor do solo é mais barato, mesmo que mais distantes do centro urbano. A construção de moradias operacionalizada pelo (BNH), ocorreu principalmente nos espaços periféricos apontando para um descompasso entre as políticas habitacionais e as urbanas. Prevalciam a construção de grandes conjuntos monofuncionais nas periferias da cidade em um modelo padronizado que desconsiderava o contexto cultural, urbano e ambiental (SILVA; TOURINHO, 2015; LARA, 2014; BONDUKI, 2008; SILVA, 1989).

Outra crítica do BNH está relacionada com seu objetivo político e social, pois foi criado como uma forma de legitimação do governo autoritário perante as classes populares.

Tinha como intenção também promover a estabilidade social de um amplo contingente do exército industrial de reserva e da deterioração do salário mínimo, por meio do estímulo à casa própria. Pela ideologia da propriedade privada buscava transformar os setores progressistas em conservadores, desmobilizando a resistência e organização dos setores populares (BONDUKI, 2008; SILVA 1989). De acordo com Abreu (2015), a conquista da “casa própria” ao mesmo tempo em que transforma os trabalhadores em pequenos proprietários de uma mercadoria e satisfaz sua necessidade social imediata, desmobiliza-os diante da demanda universal da socialização da terra e, portanto, de ruptura com o modo de produção capitalista. Ao minimizar as contradições entre capital e trabalho, a política habitacional assume aspectos ideológicos (CORREA, 2002).

Silva (1989) afirma que o mito da casa própria é situado pela lógica da propriedade privada e “pela ideologia do individualismo e competitividade na busca da posse” (p.106). Tem como um de seus efeitos, a estabilidade social, uma vez que o trabalhador, agora proprietário, passa sua vida quase inteira para hipotecar sua casa. A difusão desta ideologia pela Ditadura Militar era, portanto, uma estratégia de incentivar a indústria e evitar o surgimento de lutas contra a própria ditadura pela cooptação dos trabalhadores em sua luta pela moradia. De acordo com Costa (1998), o fato de a casa própria ser considerada um valor a ser perseguido por todos, tinha como efeito situar o trabalhador na sociedade de consumo dirigido. O longo tempo de prestação da moradia tornava-o mais dependente do emprego e submisso perante a realidade. As reivindicações giravam em torno da moradia ou por melhoria na infraestrutura e construção de equipamentos de uso coletivo e não pela transformação da realidade opressora e injusta (RODRIGUES, 2007).

A casa própria possui implicações econômicas e sociopolíticas. No primeiro caso, está relacionada com um impulso na economia por meio da construção civil e do crédito imobiliário. A outra perspectiva aponta para a manutenção do *status quo*, disseminando os valores próprios da classe dominantes. Além disso, aqueles que obtém a moradia por meio do Estado elabora uma representação social de que o Estado é eficiente, aliando-se à ele na garantia da ordem social. Em relação ao mercado, o trabalhador fica submetido ao longo tempo de hipoteca da moradia (BONATES, 2009). Todos estes aspectos atuam na manutenção do status quo.

A discussão a respeito da casa própria, tão difundida durante o período da ditadura militar pode ser analisada em dois planos. No aspecto concreto e material, a moradia satisfaz uma necessidade social imediata, considerada como condição de sobrevivência e segurança do trabalhador urbano cuja dificuldade de acesso está relacionada com a situação de

superexploração da força de trabalho (SILVA, 1989). Já para Costa (1998) a importância da casa própria para o trabalhador está relacionada com a saída do aluguel como também da possibilidade de evitar remoções, quase sempre violentas. Dessa forma, a simples casa representa certa segurança, independentemente da sua localização ou da precariedade dos serviços básicos para o bem-estar dos cidadãos e ou sua distância em relação ao trabalho. Bonates (2009) destaca que os trabalhadores ainda possuem a possibilidade de obter uma renda por meio de sua venda ou aluguel, diante de uma necessidade, transformando valor de uso em mercadoria. É neste sentido que Lima (2003, p.222) afirma que:

Assim, na luta obstinada pela casa própria, revela-se menos o desejo de realização de um valor fundamental da sociedade burguesa, a propriedade privada, que a necessidade de construir referenciais espaciais mais duradouras, de territorializar-se, de ter um lugar no mundo, de dar sentido a existência, para romper com o nomadismo e as relações sociais transitórias como fato banal da vida cotidiana.

Em uma perspectiva histórica Bonates (2009) aponta para uma inflexão no que diz respeito à ocupação dos domicílios brasileiros. Durante a década de 1940 havia mais casas alugadas (49%) do que próprias (40%), ressaltando o fato de que as políticas habitacionais desenvolvidas pelos IAPs não disseminava apenas a casa própria, mas também voltava-se para o aluguel. Na década seguinte a situação praticamente se iguala, com uma redução significativa de domicílios em outras condições como os cedidos. No entanto, a partir da década de 1960 observa-se uma inversão do processo. Esta tendência que se acompanha até os dias atuais, de forma que na década de 1990 enquanto que os domicílios próprios eram da ordem de 68,9%, os alugados representavam apenas 22% aproximadamente. Entre os principais fatores, ela pontua que estão as políticas habitacionais baseadas na casa própria e as autoconstruções de moradias. Essa tendência reflete no imaginário da sociedade em relação à casa própria (BONATES, 2009).

Realizando uma análise crítica do BNH, Costa (1998) afirma que ele tinha um caráter redistributivo às avessas uma vez que os recursos dos trabalhadores eram utilizados para a construção de moradias para aqueles que recebiam pelo menos acima de 3 salários mínimos, excluindo grande contingente dos trabalhadores. Além disso, o recurso chegou a ser utilizado na construção de mansões e obras faraônicas. Apenas 1/3 deles terem sido destinados aos setores populares apontando para o baixo desempenho social. No entanto muitos que tiveram acesso ao financiamento tiveram dificuldades para quitar as prestações devido aos juros elevados, de forma que muitos ficaram inadimplentes. Além disso, as casas eram construídas longe da malha urbana com material inferior, pequenas e com baixa infraestrutura.

O Plano Nacional de Habitação Social de 1973 tinha o objetivo de extinguir o déficit habitacional num prazo de 10 anos entre aqueles que recebiam entre um e três salários mínimos. Neste sentido, excluía 1/3 da população com a renda de um salário mínimo além dos desempregados e os trabalhadores informais. Foi no contexto de redemocratização que o Estado incorporou formalmente uma política habitacional para os mais pobres. Durante o Governo Figueiredo (1979-1985) foram realizados projetos tidos como inovadores, tal como o PROMORAR na capital piauiense, que previa a construção de moradia no mesmo local em que já se encontrava a população, sem realizar remoções, e o Programa Nacional de Autoconstrução. Foram criadas também várias medidas com o objetivo de lidar com a alta inadimplência decorrente do descompasso entre reajuste das prestações e o salário. No entanto, a instabilidade do mercado, fortes arrochos salariais, alta inflacionária e especulação financeira fizeram que muitos não assumissem um financiamento de 30 anos. Ressalta-se que de acordo com dados de 1984, a habitação comprometia em média 60% da renda do trabalhador (SILVA, 1989).

A grave crise econômica da década de 1980 repercutiu no Sistema Financeiro Habitacional (SFH), pois seu financiamento dependia do contexto macroeconômico. Um período marcado por altas taxas inflacionárias e de desemprego, diminuía não apenas o poder de compra do salário mínimo, mas influenciava também na redução significativa de recursos do FGTS e SBPE e da capacidade de pagamento dos mutuários, com impactos diretos no financiamento da política habitacional (BOTEGA, 2008). O aspecto político também interferiu na existência do BNH. Neste período houve uma organização dos mutuários e de setores organizados da sociedade que lutavam pela democracia associando o BNH à ditadura militar ao mesmo tempo em que denunciavam seu baixo impacto junto às classes populares. As soluções imediatistas apresentadas pelo Governo geravam um grande impacto futuro e um rombo financeiro na instituição (DUMONT, 2014; BONDUKI, 2008).

Em 1985 foi criado o Grupo de Trabalho para Reformulação do Sistema Financeiro Habitacional com o objetivo de avaliar a política habitacional brasileira com representação de diversos segmentos da sociedade. O Relatório indicou algumas dificuldades tais como: a falta de vinculação com o desenvolvimento urbano, com tendência de localização em áreas distantes; centralização excessiva, com falta de representatividade da sociedade civil no planejamento e decisão; altos custos e complexidade das operações do BNH; vulnerabilidade do Sistema diante de conjuntura econômica e favorecimento da especulação imobiliária. Entre as propostas elencadas pelo grupo encontram-se a necessidade de subsídios preferencialmente

para a população de baixa renda; acesso à transporte e serviços básicos; moradia por aluguel; programas de melhoria habitacional e regularização fundiária (SILVA, 1989).

Com sua extinção em 1986, os ativos do BNH foi incorporado pela Caixa Econômica Federal (CEF) para execução de uma política setorial para a qual não tinha qualquer tradição com a questão (BOTEGA, 2008). Como se verá mais adiante, a própria CEF será responsável pela operacionalização do mais recente programa habitacional brasileiro, aprovando projetos com as mesmas características que foram duramente criticadas no BNH.

A partir de então o governo estimulou o desenvolvimento de programas habitacionais alternativos, que pela primeira vez na história brasileira foi em número superior ao do sistema convencional. Entre eles encontra-se o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais (voltado para família com renda de até 3 salários mínimos). No entanto, apesar da meta inicial de 600.000 mil moradias, apenas 20.000 foram concluídas, em decorrência da inflação galopante e má utilização dos recursos. Ainda no Governo Sarney, destaca-se a diminuição da atuação das COHABs que passou de órgão promotor para simples assessoria, indicando uma redução do Estado na produção de habitação de interesse social e até mesmo uma ausência de uma política clara e sistemática para o setor. Ressalta-se que o contexto foi marcado por elevados índices de desemprego, empobrecimento da população, aumento da migração, ampliando ainda mais o déficit habitacional (BONATES, 2009).

No Governo Sarney (1985-1990) foi instituído o Programa Nacional do Mutirão, baseado no trabalho gratuito de uma população já superexplorada. O Governo Federal financiava a moradia num determinado valor, cabendo à prefeitura a doação de terreno e dotação de infraestrutura, e a população com a mão de obra. De acordo com a análise de Silva (1989, p. 169-170), esse programa:

Além de institucionalizar a exploração do trabalhador na busca e solução para seu problema de moradia, dificulta e controla ainda mais a organização popular, dando a impressão de que o Estado está presente na solução de um problema que na verdade sempre foi transferido para as classe populares resolverem: o problema de sua moradia, para continuarem se reproduzindo como força de trabalho na cidade.

Desde o fim do BNH, as políticas habitacionais limitaram-se à pequenos programas com baixo impacto no déficit habitacional e no espaço urbano, caracterizando-se mais como programas com caráter de governo do que um política de Estado. Contudo, isso não significa afirmar que o Estado não interveio neste campo, muito embora tenham sido medidas fragmentárias, desarticuladas e de menor volume financeiro. Carvalho e Stephan (2016) afirmam que durante a década de 1990 houve uma tendência de construção de moradia

através do mercado voltada para setores de classe média e média-alta, garantida pela estabilidade macroeconômica ao mesmo tempo em que promovia a segurança para os investidores no mercado imobiliário.

O Governo Collor instituiu programas habitacionais de viés neoliberal, favorecendo os agentes privados e a parceria entre instituições financeiras e o mercado imobiliário ao mesmo tempo em que excluía a população que não tinha capacidade de pagamento. Além disso, devido à localização e qualidade da construção, as famílias que possuíam recursos não queriam comprar o imóvel, de forma que muitas moradias não foram vendidas ou sequer concluídas. Já o Governo Itamar optou pela conclusão de obras inacabadas em outras gestões, (com um número pífio de construções). Elaborou programas como Habitar-Brasil e Morar-Município com o objetivo de promoção da habitabilidade de moradias já construídas e ações integradas de urbanização de favelas, produção de lotes urbanizados com instalação de infraestrutura, contando com recursos da OGU (BONATES, 2009).

Já o governo FHC implementou vários programas habitacionais abrangendo ações de melhoria da habitabilidade, construção de moradias isoladas e financiamento de imóveis usados. Entre eles encontra-se: 1) Pró-Moradia (com recursos do FGTS); 2) Programa de Subsídio à Habitação (recursos do OGU para a construção de novas unidades habitacionais de baixo custo com arquitetura simples e material convencional.); 3) Programa de Arrendamento Residencial (construção de conjuntos habitacionais para serem arrendadas por um período de 180 meses por famílias com a possibilidade de compra ao final); 4) Programa Carta de Crédito (financiava construção ou melhoria habitacional – com melhor padrão construtivo-voltados para famílias com renda entre 4 e 14 salários mínimos, absorvendo mais de 80% do investimento no setor durante o período) (BONDUKI, 2008; BONATES, 2009).

Ao realizar uma análise crítica do governo FHC, Bonduki (2008) que tais programas não romperam com a lógica do financiamento voltado para atender as necessidades das camadas de renda média, sendo destinado apenas 8,47 % para as famílias com renda de até três salários mínimos, no período de 1995 à 2003. Isso ocorreu devido ao forte ajuste fiscal e política macroeconômica de viés neoliberal.

As políticas habitacionais brasileiras foram fortemente marcadas pelo seu contexto histórico em que foi implementada, expressando a contradição fundamental da sociedade capitalista, a partir da correlação de forças de um determinado momento. A ascensão de um governo com viés progressista no Brasil no início do século XXI promoveu transformações significativas, embora tensionadas por uma política de aliança de classe. Este contexto possibilitou o surgimento do Programa Minha Casa, Minha vida, analisado a seguir.

3.2. Programa Minha Casa, Minha Vida: avanços e retrocessos

A questão habitacional passa a receber outro tratamento pelo Estado brasileiro no início do século XXI, com a ascensão de um governo progressista. Fortalecendo o campo das políticas sociais como um todo, o Governo Lula (2003-2010) passou a inserir a política habitacional dentro de um contexto do desenvolvimento urbano e com arcabouço institucional. Já no início de seu primeiro mandato instituiu o Ministério das Cidades, considerado um marco institucional importante a partir do qual foi possível alavancar outros instrumentos jurídicos relativos à questão urbana e as cidades, entre os quais podemos citar a Política Nacional de Habitação (PNH) em 2004; Sistema Nacional de Habitação (SNH) em 2004; Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) em (2005); Fundo Nacional de Habitação de Interesse (FNHIS) em 2005²⁰ (CARVALHO; STEPHAN, 2016; SHEFFER; KAUCHAKJE, 2019).

Bonduki (2008) enfatiza o empenho do primeiro Governo Lula em criar as condições e instituições para lidar de forma integrada com a questão habitacional desde a criação do Ministério das Cidades, pois era composto de quatro Secretarias interligadas: habitação, saneamento básico, mobilidade urbana e planejamento territorial. Além de realizar a coordenação política e técnica da questão urbana, buscou qualificar os entes federativos para construção de uma estratégia nacional. No entanto, o urbanista criticou o fato de que apesar do Ministério das Cidades ser o órgão gestor da política habitacional, a Caixa Econômica Federal (CEF), vinculado ao Ministério da Fazenda, é quem aprova os pedidos de financiamentos e acompanhamento realizado pelo SNHIS.

No entanto, ao mesmo tempo em que sinalizava avanços para os setores progressistas da sociedade, o Governo estabelecia algumas medidas que fortalecia o capital, promovendo seguranças jurídicas e econômicas para o mercado. Em 2004, o governo aprovou uma lei que fornecia garantia jurídica à produção de moradias pela via do mercado e no ano seguinte implantou uma resolução que obrigava os bancos a colocarem à disposição uma percentagem das poupanças para financiar créditos habitacionais. Outra medida foi a ampliação do FGTS para os subsídios habitacionais, após a aprovação do Conselho Curador desse órgão (LOUREIRO, MACÁRIO; GUERRA, 2015; DUMONT, 2014). Dessa forma, estavam sendo criadas as condições para o fortalecimento do processo de financeirização do setor

²⁰ A Política Nacional de Habitação (PNH) era viabilizada pelo Sistema Nacional de Habitação (SNH). Este, por sua vez, era dividido em Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), voltado para famílias com até 5 salários mínimos e contava com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS); e pelo Sistema de Habitação de Mercado (COSTA, 2014).

imobiliário, com a abertura do capital das empresas da construção civil na Bolsa, tendo como lastreamento o estoque de terras e lançamentos imobiliários. Esse processo promovia elevados lucros para o setor privado da economia até a crise mundial do capitalismo de 2008. (CARVALHO; STEPHAN, 2016).

Klintonowitz (2016) afirma que o Governo Lula operou a partir de uma matriz de três pontas: Estado, setor empresarial e movimentos sociais, e não apenas com as duas primeiras, como em governos anteriores. Porém, ressalta-se que para a contemplação dos interesses diversos, foram criadas duas agendas paralelas e muitas vezes negociadas em audiências privadas e não em arenas públicas. A agenda da reforma pública criou a expectativa de planejamento descentralizado e provisão por meio de autogestão. Por outro lado, a agenda do setor produtivo visava à estabilidade de ganhos. Dessa forma, o governo estabelecia uma política urbana e habitacional semelhante aos moldes anteriores, sem as mobilizações contrárias da sociedade.

Até o início de 2009 a política habitacional brasileira era realizada por meio do SNH, de forma participativa e ancorada em marcos legais, tais como o Estatuto das Cidades (2001) e a Política Nacional de Habitação (PNH). Com efeito, havia uma garantia jurídica de que os programas habitacionais fossem construídos em terras urbanizadas, principalmente para a população com menor renda (SANTOS, 2014). No entanto, Sheffer e Kauchakje (2019) afirmam que já a partir do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-1) em 2007 começa uma ambiguidade na política habitacional com um descompasso entre formulação e implementação. Os recursos voltados para à habitação operacionalizados pelo PAC eram alocados pela Casa Civil da Presidência da República, prescindindo da participação e controle social, como também do preceito da descentralização, tal como vinha sendo implementado. Dessa forma, percebe-se uma mudança na forma de condução da política habitacional, pois passa a ser direcionada de maneira vertical “de cima para baixo”, desconsiderando os recentes avanços societários.

Tal situação intensifica-se a partir da crise do capitalismo em âmbito mundial que emergia em 2007. Em 2008, 25 grandes empresas do setor imobiliário brasileiro abriram seus capitais no mercado financeiro, mas encontraram dificuldades logo em seguida, ocasionadas por vários motivos: 1) explosão da bolha imobiliária dos EUA; 2) falta de experiência com os novos mercados; 3) outro ritmo de execução da obra; 4) aumento do preço do terreno. Neste contexto, o Governo Federal e 11 dessas grandes empresas realizaram um pacto com o objetivo de assegurar o patamar de acumulação na produção imobiliária residencial, tal como vinha ocorrendo até então (MARICATO, 2011). Loureiro, Macário e Guerra (2015) destacam

que a crise financeira agravou a capacidade ociosa das empresas de forma que um programa habitacional era considerado como favorável para os empresários, no sentido de garantir o retorno dos investimentos aplicados na bolsa, cuja atratividade no mercado financeiro estava ancorada em grandes estoques de terra.

Sheffer e Kauchakje (2019) destacam a insatisfação do setor empresarial brasileiro da construção civil e imobiliário, no sentido de que para as camadas mais pobres já havia políticas habitacionais direcionadas (asseguradas pelo SNHIS/FNHIS). Neste sentido, grupos de empresários, com apoio dos sindicatos patronais, fizeram viagens internacionais para conhecer experiências de programas habitacionais de grande escala construídos pelo setor privado com recursos públicos, tal como aconteceu no México e Chile. Este tipo de argumentação reforça a argumentação de que a criação do PMCMV é muito mais uma necessidade do capital do que para o trabalho.

Neste contexto da crise econômica, o setor da construção civil, articulado com a Casa Civil e o Ministério da Fazenda propuseram uma política econômica anti-cíclica. Previa-se a liberação de mais de 34 bilhões em recursos para a construção e aquisição de unidades habitacionais, além de recursos para implantação de infraestrutura e financiamento da cadeia produtiva. Tal medida enfraquecia o Ministério das Cidades no seu papel de condutor das políticas urbanas, que até então articulava ações para o desenvolvimento de um sistema de cidades e habitação de interesse social por meio do SNHIS/FNHIS com participação e controle social (CARDOSO; MELLO; JAENISCH, 2015; LOPES; SHIMBO, 2015). Fazendo uma relação entre o PMCMV e a crise no mercado financeiro, Amore (2015, p.15) afirma que ele foi “(...) lançado como Medida Provisória (MP 459) em março de 2009, como uma forma declarada de enfrentamento da chamada crise dos *subprimes* americanos que recentemente tinha provocado a quebra de bancos e impactado a economia financeirizada mundial.”

Klintowitz (2016) traça um percurso histórico de construção do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) dentro do governo de coalização de classes realizado por Lula. O programa foi concebido inicialmente por meio de articulação entre a Casa Civil e Ministério da Fazenda juntamente com empresários do setor da construção civil para atender aos interesses capitalistas num contexto de grave crise do capitalismo de 2008. Somente quando o projeto já estava bastante delineado é que o Ministério das Cidades entrou na articulação, incorporando no desenho do programa as famílias de baixa renda (que recebem até 3 salários mínimos), com subsídios diretos do governo, ampliando o mercado imobiliário. Tratava-se de famílias que de outra forma não conseguiriam acesso à moradia pelo mercado. Incorporou também a demanda dos movimentos sociais urbanos por meio da modalidade Entidades, nas

quais elas ficariam responsáveis pela construção de todo o processo do conjunto habitacional, inclusive a indicação dos futuros moradores. Por fim, o Governo criou a modalidade SUB 50²¹, com o objetivo de atender aos interesses de prefeitos de municípios com população abaixo de 50 mil habitantes. Tendo em consideração que a lógica do PMCMV “estimula” a construção de grandes empreendimentos, esta nova modalidade possibilitou que tais prefeituras possuíssem maior autonomia e protagonismo no processo.

O PMCMV foi instituído em todo o Brasil por meio da Lei Nº 11.977/2009, com o objetivo de reduzir o déficit habitacional, que girava em torno de 7 milhões na época de sua elaboração (IBGE, 2010). O Programa previa inicialmente a construção de mais de 3 milhões de unidades habitacionais desde o seu início até 2014 dividido em duas etapas. A fase 1 iniciou em abril de 2009 e se estendeu até junho de 2011, com a meta de um milhão de moradias e limite da renda no valor de R\$ 4.650,00. A Fase 2 previa a construção de dois milhões de moradias no período entre junho de 2011 e março de 2016. Inicialmente estava voltado para o atendimento de três faixas de rendas distintas, cada qual com metas, mecanismos de contratação e subvenções econômicas diferenciadas (ROLNIK et al., 2015a). Para termos uma noção da magnitude e intensidade do Programa, destaca-se o fato de que, nos cinco primeiros anos do PMCMV, foram construídos aproximadamente 80% do total de unidades habitacionais financiadas pelo BNH, ao longo de seus 22 anos de existência (AMORE, 2015).

A partir de 2015 iniciou-se a Fase 3 com previsão de 1.563.141 unidades habitacionais até 2018 e um limite de renda de até R\$9.000,00. Esta fase trouxe como mudanças significativas ao Programa: a abertura de uma quarta faixa de renda e redução em seu orçamento. Destaca-se que naquele momento havia uma crise política e econômica no Brasil, desembocando no impeachment da Presidente eleita Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016 promovendo impactos em diversas políticas públicas.

Tendo em consideração os diversos arranjos que foram realizados para sua aprovação, como foi pontuado acima, o Programa Minha Casa, Minha Vida possui diversos sub-programas, tais como: Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). A seguir está um quadro sintetizando as principais

²¹ Quando foi sancionado o PMCMV ele não previa a provisão habitacional para os municípios de até 50 mil habitantes. No entanto, através da mobilização de prefeitos, políticos, representantes das COHABs, e movimentos sociais, houve alteração na lei passando a incluir a oferta pública de recursos para tais municípios. Além disso, foi realizada uma desburocratização para que pudesse fortalecer a economia local com a contratação de empresas de menor porte. Cabe aos municípios ou Estados a doação de terrenos urbanizados, medidas de desoneração tributária (FRANÇA, 2015).

informações na modalidade de Habitação Urbana, uma vez que se constitui o foco deste trabalho:

Quadro 2 – Principais características das Faixas do PMCMV

RENDA FAMILIAR MENSAL	FAIXA DO MCMV	CARACTERISTICAS
Até R\$1.800,00	Faixa 1	- Até 96% de subsídio do valor do imóvel - Pago em até 120 prestações mensais de, no máximo, R\$ 270,00, sem juros. - Inscrição mediada pelas Prefeituras
Até R\$2.600,00	Faixa 1,5	Até R\$ 47.500,00 de subsídio, com 5% de juros ao ano - Prazo de 30 anos para quitar - Não há cobrança de taxas de administração
Até R\$4.000,00	Faixa 2	Até R\$ 29.000,00 de subsídio, com 6% a 7% de juros ao ano. - Prazo de 30 anos para quitar - Não há cobrança de taxas de administração
Até R\$9.000,00	Faixa 3	8,16% de juros ao ano - Prazo de 30 anos para quitar - Há cobranças de taxas de administração

Fonte: Ministério da Cidade (2019)

A Faixa 1 está voltada para o atendimento das famílias cuja renda não ultrapasse o valor de R\$1.800,00. Elas recebem subsídios que podem chegar até 96% do valor do imóvel, pagando o restante em 120 prestações, desde que não ultrapassem R\$270,00 mensais. Existe também a isenção de taxas cartoriais. Além disso, foi instituído um Fundo Garantidor com recursos públicos que eliminam o seguro nos custos do financiamento, podendo ser acionado em caso de morte ou desemprego. Em sua maior parte, os recursos dessa faixa são do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) voltados para o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU). Existem também, nesta faixa, recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) voltados modalidade Entidade; Oferta Pública de recursos para os municípios com até 50.000 habitantes; e recursos para o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Tendo em consideração o recorte desta pesquisa, a discussão será concentrada nos conjuntos habitacionais localizados na Faixa 1 do PNHU.

Sem realizar um diálogo amplo com a sociedade civil e outros agentes, o Governo Federal passou a priorizar vultosos investimentos no setor habitacional, de forma que foram gastos R\$ 251,8 bilhões no MCMV no período de 2009 a 2014, incluindo os subsídios diretos e linhas de crédito disponibilizada, para a construção de 3,75 milhões de unidades habitacionais. (KLINTOWITZ, 2016). Os recursos desembolsados pela União apenas por

meio do Orçamento Geral da União (OGU), desconsiderando recursos do FGTS, são elevados. De acordo com o estudo da Avaliação de Políticas Públicas sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, realizado pelo Congresso Nacional com dados de 2009 até outubro de 2017 foram disponibilizados recursos superiores a 100 bilhões (em valores corrigidos) para a construção de 4,5 milhões de unidades habitacionais (CONGRESSO FEDERAL, 2017). A diferença entre os valores está relacionada com a diferença do recorte temporal de ambos.

Quase $\frac{3}{4}$ dos recursos do OGU está direcionado para o FAR que são distribuídos entre os estados de acordo com o déficit habitacional brasileiro. Os projetos são aprovados levando em consideração a contrapartida dos Entes subnacionais, condições de infraestrutura e equipamentos sociais, como também a existência de padrões mínimos arquitetônicos, devidamente aprovados pela CEF (LOUREIRO, MACÁRIO; GUERRA, 2015).

Diversos autores ressaltam que a distribuição da produção habitacional no PMCMV não está condizente com o enfrentamento do déficit habitacional, uma vez que apesar deste se concentrar quase 90% nas famílias que recebem até 3 salários mínimos foram destinadas apenas 40% das unidades habitacionais para este setor. Assim, enquanto que seu impacto no déficit foi de pouco mais de 7%, naquela faixa da população localizada entre 3 e dez salários mínimos o impacto foi de quase 100%. (MARQUES, RODRIGUES, 2013; NASCIMENTO; MOREIRA; SCHUSSEL, 2012; MARICATO, 2011) No entanto, para tentar reverter a situação, foi-se priorizada durante a Fase 2 do PMCMV a construção de unidades na Faixa 1, compreendendo 60% do total, como também a destinação de recursos para que fosse realizado Trabalho Social com as famílias, com o foco no desenvolvimento socioterritorial, na perspectiva da integração espacial e funcional onde estão localizados.

Por meio de uma análise das estatísticas do PMCMV, Krause, Balbim e Lima Neto (2013, p.29) afirmam que o PMCMV está mais voltado para o êxito na execução orçamentária do programa (materializado na quantificação de unidades habitacionais a serem construídas) do que para atender as necessidades habitacionais, uma vez que existe baixa correlação entre o déficit habitacional e a produção dos conjuntos habitacionais do PMCMV, concluindo que:

Assim, o MCMV-HIS, ao privilegiar a execução em determinadas áreas que guardam maior interesse ou facilidade para produção de UHs [unidade habitacionais], parece responder mais fortemente à necessidade de dinamização econômica por meio da execução exclusiva de metas físicas, não necessariamente providas dos demais critérios relacionados às necessidades habitacionais, ou mesmo critérios urbanísticos, arquitetônicos, sociais, culturais e demográficos citados e utilizados pelo PlanHab. Neste sentido o MCMV pode estar agudizando problemas migratórios e urbanísticos, em especial de mobilidade, de acesso a equipamentos e serviços e, em última análise, de expansão do perímetro urbano baseada exclusivamente na produção habitacional, e não num projeto de cidade.

Harvey (1980) já criticava desde a década de 1970 as políticas públicas que buscam apenas a eficiência, ignorando os possíveis custos sociais que podem desencadear, ou seja, não consideram os aspectos normativos da justiça social, com finalidades distributivas. Para cada necessidade humana deverá haver um modo socialmente justo de provê-la. Propõe que as necessidades da população de cada território fossem localizadas e os recursos fossem alocados para maximizar a organização espacial da sociedade, mesmo que isso representasse recursos extras para aquelas áreas com maior dificuldade. Esta proposta vai de encontro à lógica do PMCMV, pois enquanto que na perspectiva do geógrafo marxista os “recursos extras” seriam para assegurar a justiça social distributiva, no PMCMV, o aumento do valor do solo urbano pelos investimentos do poder público serão apropriados privadamente.

Ao realizar uma análise sobre tais investimentos, França (2015) destaca que eles ocorriam à margem dos avanços institucionais recentes e de forma desarticuladas com as distintas necessidades habitacionais da população, fragilizando o SNHIS. Com a implantação do PMCMV, o FNHIS sofreu uma redução forte nos recursos, assumindo o papel de subsidiariedade, com obras de caráter complementar ao PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). A provisão habitacional pela prefeitura ou cooperativas foi concretizada pelo PMCMV em sua totalidade. Se em 2006 o FNHIS teve 1 bilhão em recursos, em 2014 teve apenas 50 milhões. Dessa forma, colocou em segundo plano outras modalidades de garantia à moradia diante da diversidade de necessidade habitacionais (KLINTOWITZ, 2016; NASCIMENTO; MOREIRA; SCHUSSEL, 2012). Profissionais ligados ao Instituto de Arquitetos do Brasil, por exemplo, criticaram a ausência de mecanismos institucionais para a reforma de moradias subutilizadas e da inclusão de moradias desocupadas nos grandes centros nas diretrizes do PMCMV (LOUREIRO, MACÁRIO; GUERRA, 2015).

De acordo com Menezes (2014) uma eficácia da política pública ocorre com a conciliação entre aspectos da focalização e a universalização na perspectiva de uma justiça distributiva. Nesses casos, a segmentação de uma política em diversos estratos está relacionada com uma redução da desigualdade social. No entanto, a operacionalização do PMCMV por meio de faixas de renda e o fato dela não está focalizada apenas naqueles que possuem até três salários mínimos não implica afirmar que se trata da busca de universalização da política. Pelo contrário, os setores entre 3 e 10 salários mínimos representam aumento de mercado para o setor privado da economia e não a concretização de uma política redistributiva, voltados para reduzir as desigualdades. De acordo com Menezes (2014, p.111):

O empoderamento do setor privado, o enfraquecimento de canais de participação e o enquadramento das faixas de renda de maneira desproporcional ao déficit habitacional, segmentando os diferentes estratos de renda a partir de efetividades diferenciadas da política pública (tendo em vista, por exemplo, o desenho arquitetônico das moradias e a periferação dos conjuntos destinados à faixa de 0 a 3 salários mínimos), terminam por reconfigurar em outros termos a desigualdade urbana.

Neste sentido é pertinente a reflexão de Maricato (2011) sobre a política habitacional do Governo Lula, quando ressalta sua ambiguidade no que diz respeito à problemática habitacional. Para atender a demanda dos movimentos sociais, foi aprovado o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) cujos recursos seriam geridos por um conselho com a participação de representantes da sociedade civil. O PMCMV, por sua vez, foi criado para atender a pressão de empresários, abocanhando mais recursos que o primeiro. Com efeito, no entanto, ocorreu uma neutralização dos conflitos entre os atores, de forma que ambos passaram a defender a política, mesmo que abrangessem seus interesses de forma parcial. Trata-se, portanto, de uma característica do governo de coalização de classe, que tenta conciliar os interesses antagônicos do capital e do trabalho, ao mesmo tempo em que garante a reprodução da sociedade capitalista na sua totalidade.

Krause, Balbim e Lima Neto (2013) realizaram uma comparação entre a política habitacional operada pelo PMCMV e aquela a partir do SNHIS, utilizando-se de vários critérios. Quanto à participação popular nos mecanismos de gestão, os autores fazem uma comparação entre o Comitê de Acompanhamento do PMCMV e o Conselho Gestor do FNHIS, no qual apontam que aquele é restrito aos representantes do Governo, enquanto que este último tem abertura para a sociedade civil. Quanto à forma de enfrentar o déficit habitacional, o SNHIS prevê seis formas de atendimento, de acordo com as potencialidades regionais, respeitando as diferenças de cada contexto local. O PMCMV, por sua vez, se restringe à construção e aquisição de novas unidades habitacionais. Outra diferença entre ambas diz respeito ao agente executor, na medida em que o PMCMV tem as empreiteiras como principal agente condutor do processo. Já no Plano Nacional de Habitação de 2009 aparece uma variedade de atores tais como o poder público e ONGs, contando ainda com a possibilidade de autogestão e autoprodução com participação dos beneficiários.

Os movimentos sociais organizados, por sua vez, apresentam outro conjunto de crítica. Em uma pesquisa realizada por Santos et al. (2014) pontuou-se uma insatisfação diante da lógica diferenciada do PMCMV em relação àquelas unidades habitacionais financiadas pelo FNHIS, uma vez que nesta não se paga mensalidade e outras taxas ou impostos, pois mesmo que simbólica, pode dificultar a reprodução social dos moradores. Assim, tais grupos

demandam a criação de políticas de geração de emprego e renda (visando a inserção produtiva), pois a falta de trabalho pode inviabilizar a permanência na moradia. Em alguns casos vão morar longe do local de trabalho e de onde obtinham a renda. Outra crítica é sobre a impossibilidade de escolha da localização do lugar que gostariam de morar na cidade, uma vez que lhe é imposta.

Outro conjunto de críticas aponta para o descompasso entre o PMCMV e as políticas urbanas e fundiárias, decorrentes da primazia do capital na condução deste Programa. Ao priorizar a construção de novas unidades habitacionais, ele se afastou das diretrizes propostas pelo então recém instituído Plano Nacional de Habitação (PlanHab), que previa uma diversidade de programas e produtos habitacionais, variando de acordo com as 11 tipologias de municípios identificadas pelo plano em função de características demográficas e dinâmicas socioeconômicas (AMORE, 2015). De acordo com Lopes e Shimbo (2015), a forma como o PMCMV é operacionalizado inibe a lógica da provisão habitacional a partir da lógica do direito à cidade, pois a lógica do mercado se sobrepõe ao do planejamento urbano e das necessidades habitacionais. Em alguns casos, por exemplo, os Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) indicavam a necessidade maior de melhoria habitacional do que de produção de novas moradias.

Diante das mudanças que o PMCMV realizou na condução das políticas habitacionais que venham sendo construídas desde a criação do Ministério da Cidade em 2003, Passos e Lima (2018, p.200) afirmam que:

Em síntese, o PMCMV representa uma verdadeira inflexão na implementação da Nova Política de Habitação, que vinha se conformando desde 2004. Apesar de ter surgido com uma proposta diferente das políticas de habitação anteriores, com o objetivo de promover condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente o de baixa renda, contribuindo, assim, para a inclusão social e articulação com os demais aspectos do espaço urbano, a PNH, através da implementação do PMCMV, reforça o caráter segregador e excludente das cidades brasileiras.

Vários autores afirmaram que o desenho do PMCMV desconsiderou aspectos relativos à gestão e controle social e da política fundiária, pois ele é efetivado sem uma necessária vinculação com os instrumentos de planejamento urbano, tais como os Planos Diretores e o PLHIS sendo, portanto, pouco efetivo no que diz respeito ao enfrentamento da questão fundiária. O uso e ocupação do solo não são gerenciados a partir da gestão e controle social tal como ocorre nas moradias financiadas pelos SNHIS, mas entra como um objeto de disputa do capital, tendo em consideração a sua reprodução ampliada em detrimento do trabalho (MOREIRA; RIBEIRO, 2016; PEQUENO; ROSA 2016); NASCIMENTO; MOREIRA;

SCHUSSEL, 2012; HIRATA, 2009). Reforça-se, assim, a argumentação levantada no primeiro capítulo acerca do desdobramento da questão social na sociedade capitalista.

Aprofundando a discussão, Bonduki (2011, p. 94) afirma que com o objetivo de conseguirem mais habitações construídas, os municípios “flexibilizam suas leis municipais e, assim, têm habitação direcionada para o mercado, gerando muitos problemas, sendo um deles, a habitação produzida na periferia sem contexto urbano.” Entre as diversas estratégias produzidas pelos poderes municipais Rufino (2015) elenca três: 1) novas delimitações das Zonas Especiais de Interesse Social com o objetivo de abrigar os empreendimentos, uma vez que possuem restrições urbanísticas diferenciadas; 2) alteração do perímetro urbano, incorporando áreas definidas anteriormente como rurais; 3) afrouxamentos de normas edáficas e de parcelamentos do solo precedentes. Tais ações promovem um recuo nas antigas modalidades de provimento habitacionais, como também uma expansão das periferias, mesmo que em territórios marcados por fragilidades ambientais e vulnerabilidades sociais.

Cardoso e Aragão (2011, p.91) questionam a influência dos municípios sobre a localização dos empreendimentos, apesar de sua responsabilidade na aprovação dos projetos e possibilidade de utilização de vários mecanismos regulatórios, pois:

(...) a pressão por resultados, a forte legitimidade do programa, aliados aos despreparo das administrações locais para controlar efetivamente os processos de organização e desenvolvimento do território, fizeram com que as administrações locais se tornassem meros coadjuvantes desse processo, atuando mais no sentido do relaxamento do controle que de uma regulação efetiva.

Neste sentido, Rufino et al. (2015) destacam que as prefeituras têm atuado como “empresariado urbano” no sentido de buscarem estratégias para atraírem os empreendimentos do PMCMV na perspectiva de obterem ganhos políticos. A análise de Harvey (2005) sobre o empreendedorismo urbano (nova forma de gestão do espaço urbano surgido a partir da década de 1970) pondera que o investimento econômico assim realizado está mais voltado para a construção especulativa do lugar do que a melhoria das condições de um determinado lugar. Dessa forma, podemos afirmar que se trata de uma intervenção do Estado capitalista determinada sob as diretrizes do capital.

Assim sendo, são realizados esforços no sentido de favorecer e agilizar construção dos empreendimentos, tais como a flexibilização de instrumentos urbanísticos e reduzir os custos (a isenção de impostos relativos aos processos de aprovação do projeto). Realizando uma análise crítica da capacidade administrativa dos municípios, Nascimento, Moreira e Schussel (2012), concluem que para captar os recursos federais as prefeituras permitem a implantação

de projetos dentro de modelos excludentes, influenciando na localização dos empreendimentos a serem construídos.

A localização de conjuntos habitacionais populares é criticada desde a década de 1970 pelos estudos sobre injustiça urbana, segregação territorial, especulação imobiliária, entre outros. Preocupando-se apenas na quantidade de moradias a serem construídas e ao padrão construtivo das moradias foram realizadas diversas críticas. Embora na Fase 1 tenha limitado em 500 unidades habitacionais por conjuntos habitacionais, não havia restrição quanto a contiguidade entre eles. Na prática, um mesmo terreno era fracionado em vários projetos com a mesma tipologia de moradia para atender a legislação. (NASCIMENTO; MOREIRA; SCHUSSEL, 2012). Já na Fase 2, não havia a limitação para cada empreendimento de forma que chegou a ser construído um único empreendimento com 8.895 unidades habitacionais, localizado na Amazônia, ampliando as possibilidades de geração de economia de escala para as empreiteiras. Ressaltando sobre seus efeitos nos moradores, Soares et al. (2013) alertam que a construção de um mesmo padrão topológico na construção de moradias, contribui para a estigmatização desses espaços como de pobreza.

É importante ressaltar que o valor do contrato com as construtoras é determinado de antemão pelo valor da unidade habitacional em determinada região. Não existe um adicional caso o empreendimento seja localizado em áreas com maior densidade de urbanização. Com efeito, a maximização dos lucros das construtoras é garantida mediante a articulação entre: 1) padronização da construção com baixa qualidade arquitetônica; 2) geração de economia de escala; 3) procura de terrenos baratos. Assim, dada a primazia das construtoras na implementação todos estes fatores interferem na localização e nos projetos elaborados.

Lima et al. (2015) destacam a forte aderência dos empreendedores ao projeto-base proposto pela CEF como uma estratégia para se adequar às normativas do Programa, promovendo uma padronização excessiva dos conjuntos habitacionais, especialmente aqueles voltados para a Faixa 1. Com efeito, reduziu-se a variedade de formatos, estruturas e funcionalidade de forma que algumas áreas não se apresentam com condições de habitabilidade. Esta carência fica cada vez mais aguda se levado em consideração a pouca perspectiva de implantação de infraestrutura no curto prazo. De acordo com Cardoso e Aragão (2011, p.99), podemos ponderar que:

Considerando que o padrão das unidades habitacionais para cada faixa de renda é o mesmo para todo país, as empresas tendem a elaborar alguns projetos padronizados que certamente não sofrerão entraves nos processos de licenciamento ou na aprovação junto à Caixa Econômica Federal, e que permitirão ganhos significativos através da redução de custos de projeto e de execução. Assim, podemos identificar o

mesmo projeto sendo edificado de norte a sul do Brasil, independentemente das diferenças geográficas.

De acordo com Costa (2014), o PMCMV tem contribuído para o processo de mercantilização da cidade, tendo em consideração os interesses da acumulação urbana. Com efeito, os empreendimentos são construídos nos lugares onde a terra é mais barata, dificultando, por vários outros motivos, a mobilidade urbana. Sob a perspectiva de ampliar o lucro pode-se dizer que parte dos subsídios serão transferidos para a especulação imobiliária.

É neste sentido que Lima et al. (2015) afirmam que a estrutura de poder baseada na propriedade de terra permanece intocável no desenvolvimento do PMCMV. Por não tocar na questão fundiária, a terra possibilita ganhos rentista e de especulação, que serão apropriados de forma privada. As pesquisadoras destacam dois processos que interferem na produção do valor do solo urbano. Um deles é a transformação de terras rurais ou periurbanas²² em urbanas por meio de alteração nas leis. A outra forma está relacionada com os vazios urbanos, pois as terras que ficam localizadas no hiato entre os empreendimentos e os centros urbanos são valorizadas devido ao impulso na implantação de infraestrutura.

A localização do empreendimento pode elevar os custos ao conjunto da sociedade, uma vez que esta financiará a extensão de redes e equipamentos urbanos para lugares não urbanizados. Com efeito, a construção de moradias pelo PMCMV sem a implementação de uma política fundiária produz uma elevação do preço da terra, contribuindo para a especulação imobiliária. Ou seja, o programa de interesse social favorece a reprodução do capital em detrimento dos interesses dos trabalhadores, por meio de subsídios públicos (MARICATO, 2011). Sobre a relação entre localização dos empreendimentos nas franjas urbanas e os custos para o poder público Lima et al. (2015, p.370-1) afirmam que

A inserção dos empreendimentos no município permite inferir que o modelo adotado pelo Programa revela a predileção por grandes conjuntos habitacionais, em áreas que transpõem o perímetro estabelecido pela mancha urbana já consolidada. Esse modelo força a um espraiamento da malha urbana, viabilizado pela transformação de terra rural em urbana e desencadeia um processo de alto custo para o poder público, uma vez que redes de infraestrutura (sistema viário, água, saneamento, energia, etc.), transportes e serviços (escola, cultura, lazer, etc.) terão que ser estendidas para contemplar as novas áreas.

²² O conceito de espaço periurbano surgiu a partir de estudos sobre franja urbana (mencionado anteriormente) e remete à um espaço no qual os usos da terra urbana e rural estão misturados. É determinado por quatro elementos principais: intermediação entre o rural e o urbano; transição entre seus fluxos e seus respectivos conflitos e oportunidades em decorrência de sua plurifuncionalidade. Na América Latina, as mediações para seu surgimento foram as transformações na economia. Enquanto os que mais se beneficiaram do crescimento desigual procuravam áreas na borda na busca de amenidades, os mais empobrecidos buscavam terrenos mais baratos ou ociosos. Para aprofundamento no tema sugiro os trabalhos de Abreu (2014) Augusto Pereira (2013a).

O crescimento espraiado das cidades (causa e consequência das especulações fundiárias e imobiliárias) juntamente com a pobreza decorrente do modelo socioeconômico e espacial são apontados por Santos (2005) como os principais determinantes dos problemas típicos da crise urbana brasileira, uma vez que ela é mais intensa nas periferias. Silva e Tourinho (2015), ao realizarem uma comparação entre as políticas do PMCMV e o BNH tendo como vetor de análise a localização dos empreendimentos, concluíram que a faixa de renda determina aonde o sujeito vai morar. Para as pessoas de menor renda são destinadas, via de regra, as periferias das cidades. Um fato interessante é que próximo à área que antes foram construídas as habitações do BNH e foram incorporados à malha urbana ao longo do processo de urbanização, encontra-se localizados os empreendimentos da faixa 3 do PMCMV, destinado para pessoas com maiores rendas dentro do Programa.

Rolnik et al. (2015a), por sua vez, faz uma ponderação de cunho histórico quando afirma que muito embora o PMCMV reforce a lógica da periferia como espaço de moradia dos segmentos de baixa renda, o padrão de segregação socioespacial não se reflete nas mesmas proporções ocorridas com o crescimento urbano, tal como ocorreu na década de 1950, pois está localizado próximo à malha urbana já pré-existente. Este fato não significa, por outro lado, que o padrão do PMCMV não reproduza um padrão desigual de apropriação do espaço urbano. Assim, os autores criticam a lógica do PMCMV, pois ao invés de impulsionar um modelo mais igualitário de ocupação do território, acaba reproduzindo um modelo histórico de segregação socioespacial, comum na urbanização brasileira, pois para Rolnik et al. (2015a, p. 134):

A construção de grandes conjuntos habitacionais por empresas públicas em áreas periféricas onde a terra é mais barata representou a forma de provisão habitacional predominante ao longo de décadas, contribuindo substancialmente para impulsionar o espraiamento urbano e para estabelecer uma divisão entre o lugar dos ricos e o lugar dos pobres na cidade assentando-se os moradores de baixa renda em periferias monofuncionais e homogêneas, com pouca oferta de emprego, condições precárias de infraestrutura, oferta insatisfatória de equipamentos e serviços urbanos e sérias restrições de mobilidade.

Carvalho e Medeiros (2017) apresentam uma perspectiva diferente em relação aos conjuntos do PMCMV a partir da Teoria da Lógica Social do Espaço, no qual a configuração urbana é compreendida a partir da relação entre espaço e sociedade, focalizando as relações entre as diversas áreas da cidade por meio dos fluxos (malha viária). Nas pesquisas sobre as transformações promovidas pelo PMCMV na estrutura urbana em 24 capitais brasileiras focalizou a integração com a cidade e a via de acesso para o empreendimento. Identificou que metade das capitais apresentou uma integração dos empreendimentos maior do que quando

comparado com a média do sistema. Dessa forma, os pesquisadores questionam a ideia de que os modelos de inserção urbana do PMCMV ocorrem via periferação. No entanto, podemos questionar tal estudo pois o fato de se localizar próximo da malha viária não é a mesma coisa de estar inserido na malha urbana.

Numa pesquisa realizada por Carvalho e Stephan (2016, p.303) apontou que as condições de infraestrutura urbana e acesso aos serviços de saúde, educação e lazer dos conjuntos do PMCMV foram considerados piores quando comparada com a situação anterior, com diferenças bastante significativas entre eles. A baixa qualidade do sinal da telefonia móvel, por exemplo, agrava a segregação espacial, tornando os moradores isolados do restante da cidade, por assim dizer. Para os autores da pesquisa, isto revela desrespeito aos moradores que são tratados como “cidadãos de segunda categoria”.

Nesta discussão deve-se levar em consideração que a aprovação do empreendimento necessita de um Relatório de Diagnóstico da Demanda por Equipamentos e Serviços Públicos e Urbanos, no qual consta uma Matriz de Responsabilidade. Este documento descreve a responsabilidade de cada ente público e privado na provisão de condições mínimas de infraestrutura básica urbana, com o respectivo cronograma de execução. Há um Termo de Compromisso em que eles se comprometem em instalar ou ampliar equipamentos para atender a demanda futura. O próprio PMCMV prevê a destinação de recursos para a construção de equipamentos públicos, que deverão ser assumidos pelo poder público quando da entrega do empreendimento (CASTRO JUNIOR, 2018). No entanto, a simples existência do documento não é condição necessária e suficiente para a sua implantação, ou pelo menos que venha a ocorrer dentro dos prazos previstos.

A localização de grandes empreendimentos em espaços periféricos e território já precarizados, marcados pela monofuncionalidade, tende a afetar a qualidade de vida dos moradores, dado a dificuldade de acessos aos serviços, equipamentos e empregos. Apesar de reconhecerem melhorias em relação à infraestrutura a maioria dos moradores pesquisados por Rufino et al. (2015) também avaliaram como negativo o acesso aos serviços, comércio, transporte e trabalho, quando comparados com a moradia anterior. Na maioria das vezes, o acesso é mediado pelos transportes públicos, onerando ainda mais os moradores de baixa renda. A dificuldade de mobilidade urbana e da interligação com a cidade é ampliada quando levado em consideração que muitos dessas empreendimentos são acessados por única via apenas. Assim, as “desterritorialidade”, os aumentos nos custos de vida e as distâncias tende a promover um “novo ciclo de nomadismo urbano involuntário” (RUFINO, 2015).

De acordo com o indicador sintético denominado de Índice de Qualidade do Entorno a partir a base dados do IBGE, 84% dos empreendimentos da Faixa 1 do PMCMV foram construídos em áreas consideradas como ruim ou muito ruim no que diz respeito a infraestrutura de saneamento, pavimentação, arborização, qualidade das calçadas e iluminação pública. Apesar de possuírem a infraestrutura física imposta pela legislação do PMCMV, muitos conjuntos habitacionais não possuem tais elementos nas áreas adjacentes.

A situação fica mais complexa quando levado em consideração que a concentração de vários empreendimentos habitacionais numa mesma região da cidade e em áreas contíguas promove um aumento “não previsto” na demanda por equipamentos e serviços públicos, que poderia ser compensado se fosse disperso na cidade, levando-se em consideração as Zonas Especiais de Interesse Sociais (ZEIS) existentes (SOARES et al.,2013). Num empreendimento analisado por Bentes Sobrinho et al., (2015) foi verificado um aumento de 87% nas unidades habitacionais de uma determinada área em decorrência do PMCMV, sem incremento na infraestrutura, serviços, equipamentos e mobilidade urbanos. Ressalta-se ainda que os domicílios pré-existente já apresentavam insuficiências para o atendimento da demanda. Nesse contexto, os movimentos sociais e populares reivindicavam que as construções das unidades habitacionais devessem estar vinculadas à garantia de serviços públicos, evitando as experiências de outros programas habitacionais, tal como foi o caso do já analisado BNH (LOUREIRO, MACÁRIO; GUERRA, 2015).

Um fato curioso é que até mesmo o PMCMV na modalidade Entidade apresenta a mesma problemática no que diz respeito à localização do empreendimento, pois situam-se na mesma lógica disputando terras com o setor privado, inclusive. Uma pesquisa realizada por Rizek, Amore e Camargo (2014) indicaram que as pessoas responsáveis pela entidade não conheciam o terreno e nem a infraestrutura ou serviços e equipamentos públicos nas proximidades. Algumas entidades que tiveram histórias de lutas relacionadas à ocupação de prédios localizados nos centro das cidades levaram o empreendimento para as periferias.

Andrade (2015) pondera que a mera questão da localização não é suficiente para uma adequada inserção urbana, devendo-se ser levado em consideração também o atendimento das necessidades dos moradores e a existência de um espaço de integração entre eles. No caso analisado, ele discute que a proximidade ao metrô não indica apropriação pelos moradores pelo fato da passagem ser mais cara que o ônibus. Neste sentido, Koga (2009) critica as intervenções homogeneizadoras e fragmentadas que desconsidera as particularidades do território. Propõe, portanto, a compreensão de dinâmica relacional da realidade (cotidiano vivido dos moradores), por meio da elaboração de diversos indicadores e índices, tanto de

suas vulnerabilidades sociais quanto as suas potencialidades e práticas sociais da população. Sobre a necessidade de conhecer os modos de vida e de trabalho dos segmentos atendidos pelas políticas sociais, Yamamoto (2003, p. 74-5) afirma que:

É o conhecimento criterioso dos processos sociais e sua vivência pelos indivíduos sociais que poderá alimentar ações inovadoras capazes de propiciar o reconhecimento e atendimento às efetivas necessidades sociais dos segmentos subalternizados, alvos das ações institucionais. Aquele conhecimento é pré-requisito para impulsionar a consciência crítica e uma cultura democrática para além das mistificações difundidas pela mídia.

A perspectiva do território vivido pelos moradores e não apenas a partir de suas necessidades questiona a visão generalista da cidade e que aborda os problemas sociais a partir de uma média uniformizadora (normalmente de cunho econômico), pois ela pode possuir condições de vida diferentes nos diversos territórios que a compõe. A homogeneização de um público alvo de determinada política desconsidera as identidades, desejos, lutas, pois focaliza apenas carências a serem supridas, determinando quem é necessitado ou não, inclusive. Além disso, existem variações a partir dessa média abstrata que impactam de forma diferenciada na vida concreta do sujeito. O fato de morar num território e não em outro, interfere na condição de ser cidadão. A visão histórica, por sua vez, aponta para os diversos fatores, capazes de romper com a sua naturalização. Dentro desta perspectiva, Koga (2011, p.80) afirma que:

Hoje, o estudo do território na perspectiva das políticas sociais públicas torna-se um instrumento importante ao levar em conta os aspectos culturais, as condições de sobrevivência, os sujeitos que fazem parte da multifacetada sociedade em questão. Este olhar a partir das condições concretas de vida das populações pode contribuir para a ampliação da ótica sobre as situações de exclusão social e formas de combatelas mais eficazmente.

De acordo com Rolnik et al. (2015b) a discussão acerca do custo acessível da moradia não implica apenas em gastos com aluguel, mas em todas as despesas necessárias para a manutenção da moradia (incluindo taxas condominiais, quando é o caso), sem comprometer com o atendimento de outros direitos humanos, enquanto um princípio indivisível. A fruição ou não de um determinado direito, tem impacto no gozo dos demais. Neste sentido, a dimensão dos custos toma outra perspectiva quando se leva em consideração que 36% das pessoas entrevistadas pelas pesquisadoras encontravam-se desempregadas. Apesar dos gastos médios terem diminuído, eles ainda continuam elevados principalmente para os mais pobres. Ressaltam ainda que muitos não pagavam taxas condominiais ou contas de água e luz na antiga moradia. Nesta pesquisa, constataram também que os custos totais para a manutenção

da moradia variou de 21% para 77% da renda familiar, comprometendo a sobrevivência tendo em consideração que sobravam poucos recursos para satisfação de outras necessidades, como vestimenta e alimentação. Um pouco mais de 13% das famílias que relataram intenção de mudar de unidade seria em decorrência da falta de pagamentos das prestações e demais taxas.

O PMCMV estimula o consumo da população de baixa renda por meio da facilitação ao crédito individual, concretizado nas prestações das moradias e na criação do Programa Minha Casa Melhor, que financia móveis e eletrodomésticos com juros reduzidos. No entanto, o Programa não possui ações efetivas para a geração de renda dos moradores, gerando dificuldade. Paz et al. (2015, p.278) pontuam que os agravos financeiros impostos pelo programa possibilitam a venda da própria moradia, desfazendo-se, por assim dizer, da “casa própria” adquirida, pois:

O valor da prestação – somado às taxas de condomínio, água, energia elétrica, gás, além de gastos com a manutenção do prédio e das áreas comuns – coloca em risco a permanência das famílias de menor renda e faz refletir sobre se é a alternativa para essa população. Como em outros programas, observa-se a inadimplência e um movimento dos moradores em vender seus imóveis e retornar para as áreas de origem.

Pequeno e Rosa (2016) trazem um dado importante para esta discussão. A anterior experiência do ramo da construção civil com o Projeto de Arrendamento Residencial (PAR) foi levada de certa forma para a implementação do PMCMV. Os projetos destinados para as famílias entre três e seis salários mínimos compreendiam gastos como condominiais, limpeza, iluminação dos espaços coletivos, segurança, saneamento básico etc. Para dar celeridade na aprovação dos empreendimentos, tais projetos foram encaminhados com algumas adequação. Com efeitos, tais gastos foram repassados para as famílias com renda de até 3 salários mínimos, ou seja, outro público-alvo. Taschner e Bógus (2001) denomina de contrassenso o fato de que quando pior a condição socioeconômica da família, maiores serão os gastos que ela deverá arcar.

Além dos vários efeitos da segregação socioespacial na reprodução social dos moradores, o próprio Programa estabelecia normas que prejudicava ainda mais as famílias. Um estudo de caso realizado por Andrade (2015) indicou que a pequena área destinada ao comércio estava localizada na extremidade do conjunto e em número limitado. Dessa forma, alguns moradores modificaram sua moradia para a realização de atividade geradoras de renda ou então estabeleceram comércios e serviços no entorno do condomínio. A unidade habitacional, conclui o pesquisador, é delimitada para a reprodução da vida social e não incorpora aspectos da vida produtiva, impulsionando a venda da força de trabalho

(ANDRADE, 2015). Ressalta-se que foi apenas na Fase 2 que o PMCMV permitiu a exploração comercial nos empreendimentos habitacionais multifamiliares (BRASIL, 2014).

Um outro mediador importante nesse processo é o Trabalho Social (TS) realizado dentro do PMCMV. Ele prevê a participação dos beneficiários em todas as etapas da construção da habitação como também a articulação intersetorial com as demais políticas sociais do território, garantindo assim, a efetivação dos direitos sociais. Apesar da importância da intervenção diante de uma resposta do Estado à uma refração da questão social, foi apenas em 2014 que Ministério das Cidades instituiu a Portaria n.21 de 22/01/2014, incorporando o escopo do trabalho social em seus programas e ações no PMCMV, lançando mão de novas abordagens teórico-metodológicas (BRASIL, 2014).

Passos e Lima (2018) destacam que Trabalho Social com os beneficiários de uma política habitacional de interesse social é importante no sentido de considerar a realidade da população atendida para garantir a melhoria da qualidade de vida dos moradores, promovendo a inserção social, assim como a articulação entre as diversas políticas públicas. Em todo esse processo, deve-se contar com a participação social e mobilização dos sujeitos em todas as suas etapas, incluindo ações de Educação ambiental e sanitária como também de geração de trabalho e renda. No entanto, devido a necessidade de realização de diversas atividades em um tempo restrito, imposto pela CEF, acabam-se predominando ações de caráter burocrático e fragmentadas, visando a manutenção do patrimônio construído e adaptação dos moradores ao conjunto. Afasta-se, portanto, da possibilidade de organização e mobilização comunitárias.

De acordo com Paz et al. (2015) a intervenção do Trabalho Social realizado no PMCMV deve promover mudanças nas relações sociais, condições reais de vida e motivação na participação comunitária. No entanto, tais pesquisadoras realizam uma crítica ao prazo de 90 dias para a realização do TS antes da ocupação. De acordo com elas, nesse tempo é possível realizar apenas atividades formais e não uma intervenção visando uma nova base de sociabilidade e convivência, fundamental para o momento da pós-ocupação. Este fato é agravado quando levado em consideração a diversidade dos moradores e suas áreas e origem, cujas peculiaridades influenciam nas relações sociais futuras. Assim, numa perspectiva crítica pode afirmar que espera-se que o trabalho social realizado atue para eliminar a informalidade e implante a ordem na população beneficiária, adequando aos novos padrões de morar.

A forma como o TS está estruturado dentro da política limita seu alcance ético-político. Apesar da Portaria Nº 610 estabelecer que a Prefeitura deve encaminhar à CEF as relações das famílias beneficiárias quando as obras estiverem em 40% concluídas, as listas eram entregues normalmente quando a obra já estava em fase de conclusão. Cardoso, Mello e

Jaenisch, (2015, p.99) apresentam alguns constrangimento imposto ao trabalho social pela lógica operativa do banco, pois:

O papel da Caixa, como órgão operador, associa o controle do desenvolvimento do Trabalho Técnico Social com metas, rotinas e burocracia típicas de um banco, tomando as rédeas da sua condução e deflagrando uma série de entraves, embates e divergências no interior do TTS. Dessa forma, o TTS passa a ser igualado e “medido” temporal e metodologicamente de acordo com as intervenções físicas, como se fosse uma “obra”. Essa metodologia pressupõe que as fases do Trabalho Técnico Social sigam uma linearidade, que, na prática, não existe.

Em uma pesquisa realizada por Passos e Lima, (2017) indicam que a forma como foi implementado o trabalho social desenvolvido pelas empresas contratadas foi homogêneo em todos os empreendimentos, apesar da existência de um diagnóstico territorial, seguindo as especificações dos Termos de Referência. Além disso, o fato de não serem executados por equipes próprias da Secretaria, impossibilitou que fosse realizado por um período maior. Apesar da busca de resolutividade das equipes, as respostas às demandas dos moradores não foram atendidas no tempo do trabalho social. As autoras concluem que o TS tem legitimado as ações segregacionistas das políticas de habitação de interesse social.

É neste sentido que Paz et al. (2015) defende que a efetividade do TS está relacionada com a inserção nas estruturas administrativas da Secretaria, interferindo na própria política. A terceirização deveria ocorrer apenas de forma complementar e sob coordenação das equipes da prefeitura, articuladas com as políticas municipais e capacitação técnica e política. Além disso, ressalta que a intervenção deve abarcar o território e não apenas o empreendimento.

Outro aspecto que merece atenção em relação ao PMCMV diz respeito à qualidade das construções e a satisfação das necessidades dos moradores. Em uma pesquisa realizada por (LOPES; SHIMBO, 2015), foi constatado que as análises de conforto ambiental não foram adequadas em duas dimensões avaliadas. Quanto ao conforto térmico observou-se exposição solar nos cômodos de maior permanência e ausência de elemento de proteção solar. A dimensão acústica, por sua vez, indicou baixa capacidade de isolamento de ruídos em decorrência da solução construtiva de fechamentos. Apenas no conforto visual, os parâmetros de iluminação estavam condizentes com as normas técnicas.

Apesar do uso de material inferior àquele utilizado no mercado, quando da construção das unidades habitacionais voltados para a Faixa 1, os problemas que surgem são tidos como de mau uso dos moradores, em decorrência da adaptação de suas antigas moradias para a atual. De acordo com Cardoso, Mello e Jaenisch (2015, p.94) há um deslocamento de responsabilidade das construtoras para os moradores e prefeitura pois:

As referências feitas às práticas cotidianas dos moradores reforçam o interesse desses agentes em relativizar a questão da precariedade da construção e da necessidade de uma fiscalização mais rigorosa, deslocando e individualizando as responsabilidades para a figura do morador e para a incapacidade das equipes de trabalho social das Prefeituras em dar conta desta demanda.

Embora não parta de uma análise técnica, destaca-se algumas implicações para os moradores, tal como, por exemplo, a relação entre material utilizado e o público-alvo a que se destina. Poderíamos questionar se a qualidade da construção estaria relacionada a uma concepção de que se trata de moradia popular e que, portanto, não precisaria de uma obra bem acabada. Não se trataria, caso assim for, da garantia de um direito do cidadão, mas a concretização da benevolência de um Estado protetor. Além disso, pode indicar um rebaixamento do que seja moradia digna, pois quando comparada com a construção anterior ou o fato de possuírem uma “casa própria”, a unidade habitacional do PMCMV representaria uma melhoria para o morador. Tais aspectos, serão aprofundados na discussão sobre os desdobramentos psicossociais no próximo capítulo.

Outro aspecto importante para a discussão diz respeito às implicações do PMCMV na sociabilidade dos moradores, podendo ser compreendido em duas escalas distintas. A primeira diz respeito à relação com o entorno. A tipologia do condomínio, por exemplo, é criticada por Andrade (2015) pelo fato de fragmentar o espaço urbano e diminuir a possibilidade de diálogo do edifício e da rua, assim como da permeabilidade entre os loteamentos vizinhos e interação entre moradores. Já a relação dos moradores entre si de um mesmo conjunto habitacional é restringida pelo fato dos espaços públicos dos conjuntos serem tratados como áreas residuais, uma vez que são localizados nas bordas dos assentamentos (LIMA et al. 2015). De acordo com Pequeno e Rosa (2015, 159) a distância dos vínculos sociais existentes na moradia anterior e a baixa integração entre os moradores são fatores que podem promover a própria venda, afirmando que a “colocação dos imóveis à venda decorre muitas vezes da localização periférica e da distância dos vínculos sociais existentes no local anterior.”

A discussão sobre o PMCMV ficaria incompleta se não fosse levantada as modificações recentes no contexto sociopolítico brasileiro, uma vez que os impactos na vida dos brasileiros em geral e dos moradores do PMCMV em particular serão diversos. O *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e a entrada de seu sucessor mudou o panorama das políticas sociais a curto e médio prazo, com a intensificação da ideologia neoliberal. A falta de compromisso do Governo Temer promoveu um desmonte no Estado social, reduzindo direitos constitucionais sob a argumentação da necessidade de políticas austeras diante de crise econômica. As políticas sociais universalistas são consideradas como causas da crise,

fortalecendo concepções e ações focalistas e sustentando projetos liberais e conservadores, concretizado por meio de um golpe jurídico-político (REIS et al., 2016).

Recentemente, o PMCMV ampliou a faixa de renda para atender aos setores da classe média, ao mesmo tempo em que restringiu recursos voltados para os mais precarizados, atualizando ainda mais a lógica dos programas habitacionais anteriores. Além disso, a Emenda Constitucional N.º 95/2016 altera substancialmente as políticas sociais, congelando os gastos públicos durante 20 anos, podendo ser aumentado apenas nos limites da correção da inflação. Assim, os vazios assistenciais já existentes nestes espaços tendem a aumentar ao mesmo tempo em que reduz a perspectivas de implantação de serviços para atender as necessidades básicas dos moradores.

Os impactos no PMCMV podem ser acompanhados por meios das notícias nos meios de comunicação. A reportagem de Lu Aiko Otta publicada no dia 11 de novembro de 2018 intitulada “Minha Casa, Minha Vida’ para faixa de R\$ 2,6 mil é suspenso²³” aborda a falta de recursos destinadas para a recém criada Faixa 1,5. Com efeito, os contratos foram suspensos com previsão de retorno para 2019. Aborda também a dificuldade para reforçar o orçamento do Programa com intensa redução na Faixa 1 pelo fato dele necessitar de maiores subsídios do governo Federal.

Recentemente foi lançado uma reportagem na Revista Fórum²⁴ comentando sobre um protesto realizada pelas construtoras no dia da posse dos representantes eleitos ao Congresso Nacional em 2019, em decorrência dos cortes de verbas no PMCMV há mais de quatro meses. A suspensão no repasse das verbas do subsídio tem impedido o prosseguimento dos contratos, apesar da aprovação de crédito ao cliente. O que chama atenção na reportagem é que foi realizado pelos proprietários de construtoras, com participação de trabalhadores e não pelos moradores ou movimentos sociais. Reitera-se assim, o caráter do PMCMV ser mais uma política anticíclica econômica do que habitacional.

O governo Bolsonaro tem sinalizado algumas intenções em relação ao PMCMV como a questão da concessão de moradia (em que o Estado seria o proprietário e a população de baixa renda pagaria aluguel com valor simbólico) ou a melhoria habitacional de moradias

²³ Matéria intitulada 'Minha Casa, Minha Vida' para faixa de R\$ 2,6 mil é suspenso foi escrita por Lu Aiko Otta e publicada em 18/11/2018. Última visualização 20 de fevereiro em <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/caixa-suspende-contratacao-de-novas-unidades-do-minha-casa-minha-vida/faixa15,2987ee18b0295b5e5f87de77d1036e3cq4vwzj3s.html>>

²⁴ Matéria publicada no dia 01 de fevereiro de 2019 intitulada “Durante a posse, protesto contra corte de verbas do Minha Casa, Minha Vida”, podendo ser visualizada <https://www.revistaforum.com.br/durante-a-posse-protesto-contracorte-deverbas-do-minha-casa-minha-vida/>

precária. De fato concreto, existe cancelamentos de contratos, obras paralisadas além de um corte de 41% no orçamento para o ano de 2020, sendo o programa social com redução dos recursos mais acentuada.

Além disso, o avanço do neoliberalismo nas políticas sociais da América Latina é acompanhado de retrocessos no campo da seguridade social, direcionando recursos do fundo público para a reprodução intensificada do capital. Neste contexto, fortalece as orientações familistas de Políticas sociais que delegam mais responsabilidade para as famílias na provisão do bem-estar, além de promover uma naturalização da família no campo da reprodução social (ABRÃO; MIOTO,2017). Assim, a quebra ou enfraquecimento dos vínculos sócio familiares em decorrência do descolamento imposto pelo PMCMV diminui a proteção social dos moradores.

As particularidades do PMCMV no Brasil apontam para as contradições inerentes à implantação de um política pública. No próximo tópico será analisado a singularidades das políticas habitacionais no contexto teresinense, enfocando o PMCMV.

3.3 Políticas habitacionais em Teresina e a expansão urbana

Este tópico apresenta um histórico das principais políticas habitacionais realizadas na cidade de Teresina num recorte temporal de aproximadamente um século. Ele está dividido em duas partes a partir de um critério cronológico. Enquanto que a primeira retrata das primeiras intervenções ainda na década de 1930 até o final do século XX aproximadamente, a segunda retrata a discussão do PMCMV. Trata-se de uma perspectiva panorâmica não se detendo em minúcias ou avaliação das políticas desenvolvidas;

3.3.1. Primeiras intervenções até o final do século XX

Esta seção abordará as principais intervenções do Poder Público na cidade de Teresina visando o atendimento da demanda de moradias crescente na capital. Conforme foi se desenvolvendo, esta cidade foi atraindo migrantes que vieram de outras partes do Piauí ou até mesmo de estados próximos, ampliando seu déficit habitacional num curto espaço de tempo. Com efeito, urbanização promoveu uma elevada expansão urbana, ampliando seu perímetro urbano para espaço sem uma infraestrutura adequada capaz de atender as necessidades básicas

dos moradores, especialmente os pobres urbanos. A construção de grandes conjuntos habitacionais, aliás, influenciou sobremaneira nesse espraiamento urbano, aumentando o processo de segregação socioespacial, como se verá a seguir.

A construção da Vila Operária de Teresina a partir de 1932 será considerada como a primeira política habitacional na capital piauiense. Contou com o apoio do Poder Público no sentido de doação de um terreno com os títulos de posse de terra assegurados, mesmo que distante 2,5 km do centro. No entanto, toda a construção de moradias e aberturas das ruas foi realizada pelos próprios futuros moradores. Tratava-se, na verdade, de uma medida que visava afastar os trabalhadores do centro, tendo em vista o processo de embelezamento da cidade e valorização destas áreas. O terreno cedido era uma mata densa e não contava com infraestrutura básica de equipamentos urbanos. Não tinha sequer serviços de abastecimento de água e energia elétrica. A implantação dos serviços de saúde estava condicionada com a existência de 25 moradias de alvenaria, em um contexto com forte predomínio de casas de taipa, em decorrência da precarização dos trabalhadores. Apenas em 1937 surgem as primeiras reivindicações na Câmara Municipal de transportes públicos e escola (SANTOS, LIMA, 2014). Percebe-se, assim, tratar-se de uma medida higienista e segregadora, situando os trabalhadores em local afastado e sem equipamentos públicos.

Na literatura analisada não encontrou outra intervenção do Estado na questão habitacional até a segunda metade do século XX. A questão vai ganhando outros contornos com a intensificação do fluxo migratório decorrente da prosperidade econômica da capital e a construção de rodovias ligando diversas cidades. No entanto, o incremento econômico não foi suficiente para atender as demandas por melhorias de infraestrutura e qualidade de vida de uma população em crescimento constante. No período de 1960 até 1990, a capital piauiense apresentou uma taxa de crescimento populacional médio sempre superior a 50 % em cada década, com um ápice de 71,34% entre as décadas de 1970/1980. Este aumento, com efeito, foi acompanhado pela demanda por habitação, ampliando as ocupações em terrenos públicos e privados como também a construção de conjuntos habitacionais pelo Estado (LIMA; LOPES; FAÇANHA, 2017).

A “zona Sul” de Teresina apresentou-se como principal eixo de crescimento. Foram ampliadas as avenidas Miguel Rosa e Barão de Gurguéia, que foram interligadas à rodovias estaduais e federais, atraindo atividades de comércio e serviços. Funcionava também como porta de entrada para os imigrantes. Além disso, durante as décadas de 1950 e 1960 foram feitos intensos investimentos em infraestrutura, promovendo a especulação imobiliária. No final da década de 1960 foi implantado, por exemplo, a estação de energia da COHEBE (atual

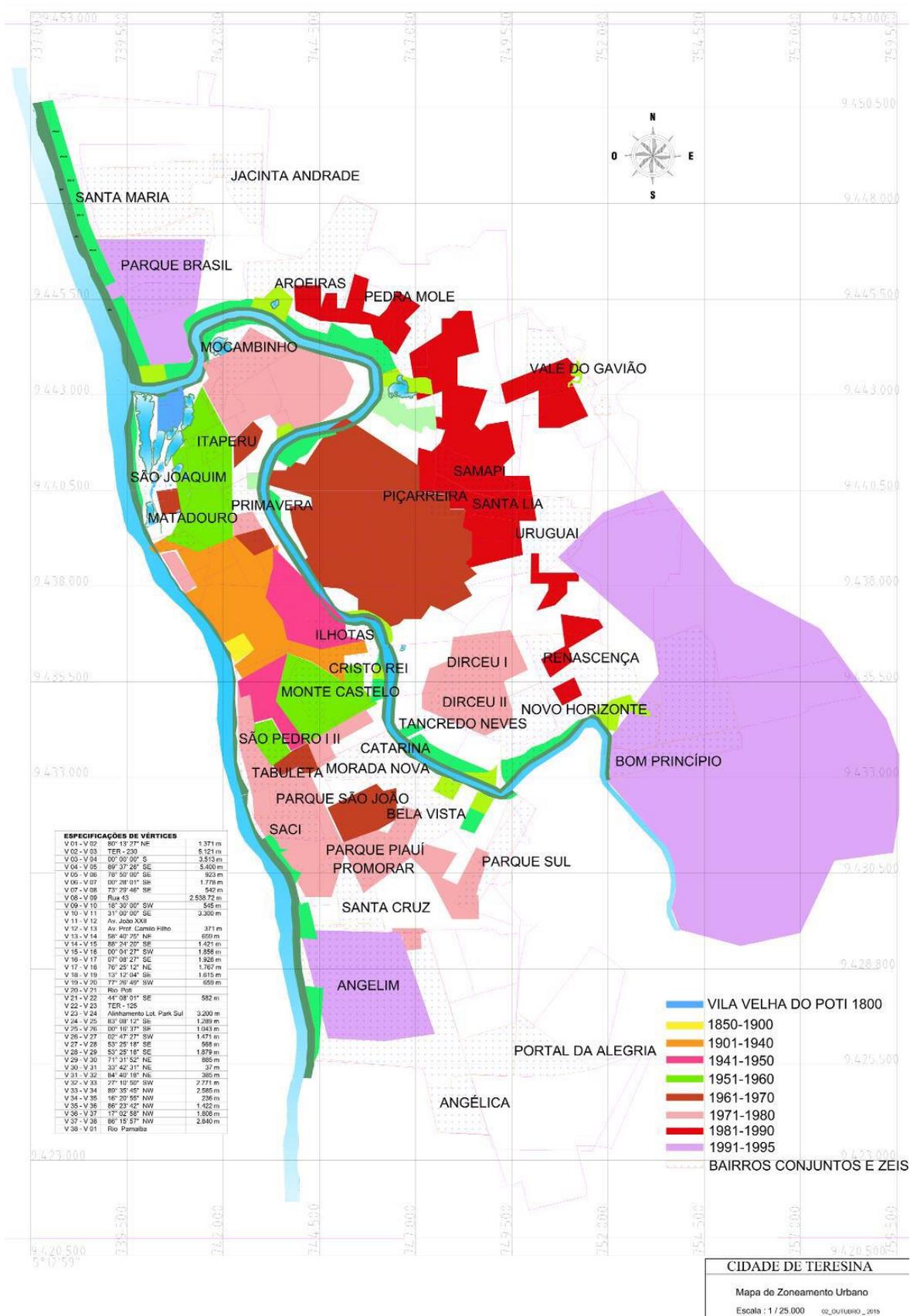
CHESF) e a instalação do Distrito Industrial (LIMA,2010; FAÇANHA, 1998). Ela é uma área em que historicamente tem se localizado os conjuntos habitacionais, transformando-se na região com maior densidade populacional, com uma média de 283 habitantes/há (ESPINDOLA; CARNEIRO; FAÇANHA, 2017).

O Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) de 1969 tinha como diretriz geral a consolidação de dinâmicas espaciais que já vinha processando na cidade. Apontava como área de expansão urbana de Teresina a “Zona” Leste e Sul, embora cada qual com uso e ocupação do solo diferenciado. Enquanto aquela estaria destinada para construção de uma área valorizada, com “zonas nobres” de lazer e recreação como também de instalação do campus universitário e Hotel de Turismo, a “Zona Sul” abrigaria conjuntos habitacionais destinados à grande parcela da população, especialmente a pobre. A “Zona norte,” por sua vez, concentraria atividade agrícola, em decorrência do baixo valor da terra e proximidade do mercado consumidor e mão de obra (RODRIGUES; VELOSO FILHO, 2015).

O Governo Federal favoreceu o espraiamento urbano através das políticas habitacionais. Na década de 1960 foram inaugurados 5 conjuntos, sendo 4 deles na zona Sul, a área em que mais concentrou tais construções (FAÇANHA, 2003). O conjunto Parque Piauí foi criado fora do sítio urbano com ausência de infraestrutura e serviços coletivos, condições para o surgimento de movimentos reivindicativos. Foi desse espaço que as lutas urbanas ganharam visibilidade pública. Em decorrência da situação de pobreza, quase todas as famílias estavam inadimplentes vivendo sob o risco de despejo. Diante da resistência dos moradores, o Governo agiu de forma repressiva (LIMA, 2010).

A urbanização de Teresina, além de ter crescido em taxas elevadas, ocorreu sem um planejamento adequado e atendimento das demandas de casas e serviços urbanos, numa expansão desordenada. De acordo com o estudo de Espindola, Carneiro e Façanha (2017) a área urbana da capital aumentou 51,03% entre de 1974 e 1990 (nesse mesmo período a taxa de crescimento populacional foi de 56,14%). Teve 35,2% de expansão entre 1990 e 2000 com 17, 8% de crescimento da população. Entre 2000 e 2010 a taxa foi de 23,12% e 11,74% de crescimento da população e de 2010 até 2014 a expansão foi de 17,64% (3,14% de crescimento da população). Ou seja, o espraiamento urbano tem sido maior que seu crescimento populacional. Podemos questionar sobre os interesses envolvidos nessa expansão urbana na capital do Piauí, pois não há pressão populacional que indicasse uma necessidade que eleva os custos de infraestrutura ao poder público. A figura 2 (na página seguinte) nos mostra como foi a evolução da expansão urbana em Teresina desde sua fundação até final do século XX.

Figura 2 – Evolução urbana de Teresina



Fonte: Prefeitura Municipal de Teresina (2015) apud Medeiros, Matos e Lopes (2018).

De acordo com Lima (2003, p.43) a expansão urbana em Teresina foi marcada pela exclusão e segregação da população pobre, pois: “assim, sem obedecer, aparentemente, a quaisquer critérios de organização, os conjuntos habitacionais foram constituindo áreas segregadas e demarcando as fronteiras socioespaciais dos diferentes segmentos da sociedade”. A sua configuração urbana muda de maneira desigual. Os investimentos em infraestrutura e urbanização dos bairros e favelas não chegam a grande contingente populacional, que em sua maioria via aprofundar a pobreza e condições de vida precárias em que estavam submetidos.

As políticas habitacionais da década de 1970 continuaram empurrando os pobres para as franjas urbanas da cidade, em locais com baixa condição de habitabilidade e sem o título de propriedade da terra. Neste período, a Companhia de Habitação do Piauí (COHAB-PI) passou a receber recursos do BNH e exercer a função de agente financeiro e promotor imobiliário, sendo responsável pela construção de conjuntos habitacionais em todo estado do Piauí. Em Teresina, destacam-se os conjuntos habitacionais Bela Vista I (1977), Saci (1978), Itararé (1978), construídos fora do adensamento urbano, provocando grandes vazios urbanos até a área central da cidade (LIMA, 2010; FAÇANHA, 1998). Sousa Neto (2016) ressalta que tendo o fato do Conjunto Itararé (posteriormente foi denominado de Dirceu Arcoverde) ter sido entregue para a população sem a infraestrutura urbana e equipamento e serviços urbanos, indica que não havia uma preocupação social do Estado, resumindo-se apenas no fornecimento de casa e não na satisfação das demandas sociais da população. Dessa forma, o conjunto era apresentado como espaço não desejado.

Um fato interessante foi o critério de seletividade adotado na elaboração da política pública. Para as famílias se inscreverem no cadastro deviam possuir declaração de renda. No entanto, num contexto em que a maior parte dos trabalhadores pobres estava ocupado no setor informal da economia, tal exigência apresentava-se como exclusão. Com efeito, muitos funcionários públicos do estado passaram a morar no Dirceu. Somente num segundo momento vieram aqueles que não poderiam comprovar renda. É importante frisar que as moradias construídas pelo BNH estavam baseadas na lógica empresarial e não social. O valor das mensalidades era fator que incomodava as famílias (SOUSA NETO, 2015). Fazendo uma análise deste contexto histórico Lima (2010, p.69) pondera que:

Reafirmava-se, assim, a natureza econômica da política a qual não respondia às necessidades de uma intervenção estatal nem na problemática habitacional nem na questão urbana. Manifestava-se, pois, a adesão do Estado aos requerimentos da acumulação, de sorte que a explosão dos programas verificados no Piauí a partir de 1975, não viria a atender à carência de moradia da grande massa empobrecida, mas, ao contrário. Disso, trazia embutida sua exclusão definitiva das ações governamentais voltadas para a habitação.

No final de década de 1970 o Governo Federal implementa o Programa de Erradicação de Sub-habitação (PROMORAR), que levou um título de conjunto habitacional promovido pela COHAB-PI, com a intenção de alojar famílias provenientes de 5 favelas distintas, numa estratégia de segregação residencial (FAÇANHA, 1998).

Em seu estudo sobre a Favela COHEBE em Teresina, Lima (2010) afirmou que a mudança para um conjunto habitacional do PROMORAR representava prestações do BNH, com seus possíveis aumentos, além de contas de água e luz. Por isso os movimentos organizados e equipe da Igreja, insistiam na doação de terrenos como principal estratégia. Ressalta-se que a maioria das famílias não possuíam salários fixos e que não podiam comprometer a renda com as prestações. Com efeito, após um tempo morando no conjunto, alguns moradores perceberam a transferência como desastrosa em decorrência do fato de terem se tornado mutuários do BNH, sujeitos a correção monetária e reajustes de prestações e saldo devedor. Alguns deles acabaram mudando-se para uma favela próxima.

A década de 1970, no entanto, não foi marcada apenas pela construção de grandes conjuntos habitacionais. Durante o primeiro mandato de Wall Ferraz em Teresina (1975-1978) chegou a realizar melhorias habitacionais para setores de baixa renda. Um deles foi a construção de um projeto de moradia pelos próprios moradores no bairro Satélite, onde a Prefeitura doou terreno e material de construção, além de acompanhar as edificações. Tratava-se de uma proposta de desfavelizar a cidade. No final de seu mandato, por sua vez, apostou no remanejamento das famílias para os conjuntos habitacionais, sem levar em consideração outras mediações, tais como desemprego e condições de saúde e educação, restringindo a questão urbana aos aspectos habitacionais (LIMA, 2010).

A construção dos conjuntos habitacionais neste período induziu um espraiamento da malha urbana, expandindo a área física da cidade. Em Teresina, a maioria deles foi construída na “Zona Sul” de Teresina, considerado como o principal corredor de expansão da cidade, pois do total de 11 conjuntos habitacionais construídos na década de 1970, 8 estavam localizados na zona Sul (FAÇANHA, 1998). O quadro 3 mostra os conjuntos habitacionais construídos pela COHAB durante as décadas de 1970 e 1980.

Quadro 3 – Conjuntos habitacionais construídos em Teresina nas décadas de 1970 e 1980

CONJUNTO	ANO	ZONA	Nº DE UNID.	CONJUNTO	ANO	ZONA	Nº DE UNID.
Cristo Rei	1975	Sul	92	Mocambinho I	1982	Norte	3.031
Stand-Tiro	1977	Sul	40	Catarina	1983	Sul	120
São Pedro I	1977	Sul	66	Mocambinho II	1984	Norte	976
Bela Vista I	1977	Sul	912	Boa esperança	1984	Leste	150
Ampliação Parque Piauí	1977	Sul	500	São Joaquim	1985	Norte	824
União	1977	Norte	80	Tancredo Neves	1985	Sul	756
Saci	1978	Sul	2.034	MocambinhoIII	1985	Norte	1.128
Itararé	1978	Leste	3.040	P. Militar	1985	Leste	85
São Pedro II	1979	Sul	109	Boa Esperança II	1985	Leste	104
DER	1979	Sul	70	Novo Horizonte	1986	Leste	300
Primavera	1979	Norte	100	Renascença I	1986	Leste	900
Itararé II	1980	Leste	4.254	Morada Nova	1988	Sul	984
Itapecuru	1980	Norte	164	Renascença	1989	Leste	1.450
União II	1981	Norte	100	Morada Nova II	1989	Sul	564
Cíntia Portela	1981	Norte	176	Angelim II	1989	Sul	264
João Emílio Falcão	1982	Sul	976	Morada Nova III	1989	Sul	624
Promorar-Angelim	1982	Sul	4.696	Santa Fé	1989	Sul	533
TOTAL			17.409	TOTAL			12.793

FONTE: FAÇANHA (1988)

O I Plano Estrutural de Teresina (PET) elaborado em 1977 previa a expansão da capital em dois eixos. A “Zona Sul” estava voltada para as políticas habitacionais para população de baixa renda implantada pelo poder Público. A “Zona Leste”, por sua vez, estava direcionada para empreendimentos destinados à uma classe elitizada. Já II Plano Estrutural de Teresina (PET), lançado em 1988, traz a diretriz de descentralização de atividade e serviço, especialmente aquelas polarizadoras, de forma articulada. Previa, assim, a implantação de

infraestrutura, equipamentos sociais e áreas livres, em várias áreas da cidade, inclusive bairros distantes do centro. Buscava superar a saturação presente no centro, diagnosticada inclusive no I PET. A “Zona Sul” não tem mais o destaque como área de expansão urbana, priorizando as “Zonas” Leste e Sudeste, recém criada (RODRIGUES; VELOSO FILHO, 2015).

Na década de 1980 ocorreram transformações no tecido urbano de Teresina, com grande expansão de sua área urbana e espraimentos das atividades comerciais. Neste processo destacam-se os grandes vazios urbanos, construção de conjuntos habitacionais e agravamento das condições de vida da população. Na década de 1980 foram construídas 23.179 unidades habitacionais. Observa-se uma tendência de diminuição dos tamanhos dos conjuntos habitacionais que não se situava tão afastados quanto os das décadas anteriores. Entre os conjuntos habitacionais construídos pela COHAB-PI destacam-se: Bela Vista II (1982), PROMORAR (1982), Itaperu (1980), Mocambinho (1982) Boa Esperança I e II (1984-85), Tancredo Neves (1985), Novo Horizonte (1986) e Renascença (1986) (FAÇANHA, 1998).

Fazendo uma análise geral das políticas habitacionais em Teresina a “Zona Sul” foi a que mais recebeu conjuntos habitacionais, principalmente na década de 1980, concentrando dois terços neste período. A Sudeste foi a segunda, com grande expressividade na década de 1970. Apesar de pouco representativa ao longo do tempo, a “Zona Norte” tem uma intensa elevação na década de 1980. Já a “Zona Leste” teve um caráter diferenciado em relação às demais, pois, seu principal agente transformador foi o promotor imobiliário, ao invés do Estado, voltando-se para população com maior poder aquisitivo (RODRIGUES; VELOSO FILHO, 2016). Até 1990 foram construídos 43 conjuntos pelo BNH totalizando 34.594 moradias, embora localizados distantes da mancha urbana consolidada da época. De acordo com Lima, Lopes e Façanha (2017, p.47) a extensão gradativa de obras e serviços, por sua vez, favorecia a especulação imobiliária de terrenos intermediário, além de que “as cidades se espalham por espaços cada vez maiores, deixando grandes vazios demográficos e construtivos, que fragmentam o tecido urbano, criando segregação e restrições de acesso a serviços, devido a custos de implantação e de manutenção”.

A década de 1990 representou uma mudança na condução das políticas habitacionais em Teresina. De um lado, foram construídos 25 conjuntos habitacionais em menor escala e com financiamento diversificado, contando com auto financiamento, Habitar- Brasil e IAPEP (FAÇANHA, 2003). Não era mais a lógica de grandes construções. Outra inovação é a maior participação do município na implementação de políticas de desenvolvimento urbano.

De acordo com Afonso (2012), Teresina vem desenvolvendo desde 1996 o Programa Moradia Digna, composto de 4 projetos: 1) Morar legal (regularização fundiária via títulos de

Cessão de Posse e Uso Real da Terra); 2) Lotes Urbanizados; 3) Minha casa (transferência de famílias cadastradas em terrenos onde serão construídas moradias com material fornecido pela prefeitura no valor de um terço do total, com projetos uniformizados e moradias de 28,83m²; 4) Morar melhor (melhoria habitacional para família residentes em casas de taipa).

Em 1997, a prefeitura lança o Plano Municipal de Habitação, com a proposta de urbanização de favelas denominado de Projeto Vila-Bairro num contexto de ausência de uma política nacional de enfrentamentos dos problemas habitacionais e fundiários. Objetivava integrar a “cidade ilegal” à cidade formal, mediante ações de regularização fundiária e acesso à terra urbana. Nesse processo, os moradores permaneceriam no mesmo local, onde seriam implantadas infraestrutura física e social, tais como: abastecimento de energia e água; implantação de equipamento coletivos e projetos de geração de renda. Previam ações nos 155 assentamentos urbanos, abrangendo uma população de 116.000 habitantes aproximadamente, agrupados em 50 núcleos territoriais, levando em conta aspectos como densidade, localização, proximidade, capacidade de atendimentos dos serviços urbanos etc. Propunha a integralidade e intersectorialidade das ações (LIMA, 2007; RODRIGUES NETO; LIMA, 2007).

Foi considerado inovador pelo fato de não estar mais baseada na lógica da remoção, considerada como fonte de desigualdades. Tratava-se em teoria de um projeto numa perspectiva integradora, pois além de prever ações de natureza físico-urbanísticas incorporava ações geração de emprego e renda e educação ambiental, ambas com a participação da comunidade. Na prática, no entanto serviu apenas para melhorar as condições de vida da grande parcela da população, embora não resolvesse o problema da exclusão urbana. Em sua análise crítica acerca do Projeto Vila Bairro, Lima (2008, p.10) afirma que:

Ao dar visibilidade à ação de urbanização de favelas, reconhece-se o caráter legítimo das ocupações de terras e da existência de outra cidade, a dos pobres, institucionalizando a responsabilidade do Estado para com esse segmento social. No entanto, em que pese a peculiaridade dessa intervenção em relação a práticas anteriores, a concepção multissetorial e integrada foi enormemente afetada por condicionalidades externas, implicando constrangimentos no atendimento das demandas, que não ocorriam no ritmo desejado pelas comunidades locais, sem mencionar que, no desempenho das ações, constatou-se uma focalização nos aspectos físico-urbanísticos que sobrepujou os de caráter social e ambiental, previstos como o suporte da proposta.

Um dos principais entraves do Vila-Bairro estava no financiamento, uma vez que dependia fortemente da capacidade de endividamento do município, que cobria apenas 10% com recursos próprios. Com efeito, os atrasos constantes na liberação de recursos repercutiam no cronograma de execução e o tempo de existência do projeto estava condicionada aos contratos firmados. Ou seja, a restrição temporal não possibilitava uma continuidade ao ponto

de consolidá-lo. Apesar disso, foi considerado como a mais abrangente intervenção do poder público em um curto espaço de tempo (LIMA, 2008; 2007).

O projeto Vila-Bairro foi criticado também pela má distribuição de seus recursos pois 81% deles foram destinados para infraestrutura física, ficando poucos recursos para ações como geração de emprego e renda ou educação habitacional, reduzindo assim o impacto nas condições de vida da população local. Além disso, dos recursos para a parte de infraestrutura, foi observado -se uma prioridade para a construção de pavimentação poliédrica em detrimento de ações de regularização fundiárias, cujos gastos foram de 21% e 3,91% respectivamente. No que diz respeito à melhoria habitacional, foram aplicados apenas 25% do previsto originalmente. Apesar de já escassa, o orçamento previsto para ações de regularização fundiária (3,9% do total), foi aplicado apenas um terço na prática (LIMA, 2008).

De acordo com a pesquisa realizada por Afonso (2012) as habitações de interesse social analisadas em Teresina não possuem qualidades arquitetônicas, pois são padronizadas numa paisagem monótona, cujo desdobramento é a falta de identidade dos moradores para com esses espaços. Além disso, foram observados vários problemas urbanísticos, como a falta de infraestrutura e equipamentos sociais. Foi constatado também que as ações em nível municipal reproduzem um modelo desvinculado da realidade socioculturais e aspectos geográficos locais com repercussão negativa na sustentabilidade do empreendimento. São devastadas grandes áreas para a construção de casas padronizadas desprovidas de áreas verdes ou parques, assim como de equipamento coletivos, formando uma paisagem árida.

Neste sentido, ainda Afonso (2012) ressaltou a necessidade de uma articulação entre as esferas estaduais e municipais para a construção de conjunto habitacionais mais humanos, ou seja, com melhor qualidade de vida. Adverte que não se deve restringir a moradia apenas a construção de casas impessoais, mais que produzam bairros com parques, equipamentos públicos, escolas, áreas verdes, espaços de lazer, entre outros.

No que pese a continuidade de alguns programas habitacionais executados pelo Município, no século XXI a principal ação é a implantação do PMCMV. Conforme se verá a seguir, ele tem promovido uma expansão do perímetro urbano, intensificando o processo de segregação socioespacial, presente desde a construção da Vila Operária na década de 1930.

3.3.2. PMCMV em Teresina

A implementação de uma política pública sempre apresenta particularidades e contradições. Conforme será exposto neste tópico, tal situação não foi diferente na implementação do PMCMV no Piauí e principalmente em Teresina. Tal caracterização não serve apenas para situar o objeto de estudo desta pesquisa, como uma espécie de pano fundo. Embora esse movimento seja necessário, as informações a seguir apontam para a importância da escala utilizada para a análise de um determinado fenômeno. No caso específico, veremos que embora seja um programa nacional, ele se expressa de formas peculiares de acordo com determinados contextos.

Os dados sobre o Programa no contexto do Piauí apresenta uma particularidade quando comparado com o cenário nacional. Enquanto que a maior parte das unidades habitacionais do Programa no Brasil foram contratadas nas Faixas 2 e 3, que somadas representam aproximadamente 63%, no Piauí realidade foi inversa, pois foram contratadas 60% na Faixa 1 de um total de 93.005 unidades. Com efeito, aproximou-se mais da configuração do déficit habitacional, embora ainda longe do necessário para reverter a desigualdade histórica. Outro dado interessante sobre a realidade piauiense, diz respeito à concentração dos recursos uma vez que um mesmo grupo familiar (BETACON, MAFRENSE, NPJ) concentrou 21,45% dos recursos totais contratados no Estado (CASTRO JUNIOR, 2018).

Os recursos federais do PMCMV que foram contratados no Piauí concentraram-se em Teresina. A partir dos dados da Caixa Econômica Federal, Carvalho (2014) identificou que dos 63 empreendimentos contratados no Piauí (abarcando 31.716 unidades habitacionais), 28 deles era em Teresina, totalizando 18.272 unidades. Em relação aos empreendimentos situados na Faixa 1, percebe-se situação semelhante. De acordo com os dados de Cardoso e Aragão (2013), do total de 32 conjuntos habitacionais no Estado 17 estavam localizados na capital. Um lista com todos os empreendimentos da Faixa 1 em Teresina estão no Quadro 4.

Tal concentração pode ser explicada pela concentração do déficit habitacional, como também por questões eleitoreiras e pela perspectiva de maiores ganhos dada a dinâmica do mercado de terras, localizadas nas áreas de expansão de periferias. Ressalta-se a alteração do perímetro urbano por meio de alteração na legislação. Tal como destaca Lima (2018, p.264):

Destarte, sem o controle social dos conselhos gestores e a não aplicação da legislação urbana, as periferias de Teresina, assim como ocorre em outras capitais do país, transformaram-se em lugar privilegiado das construtoras para instalarem os empreendimentos da faixa popular do PMCMV(...).

Quadro 4 – Empreendimentos da Faixa 1 do PMCMV construídos em Teresina

EMPREENHIMENTOS	BAIRRO	ZONA	UNIDADES HABITACIONAIS
Conj. Hab. Jornalista Paulo de Tarso	Aroeiras	Norte	263
Conjunto Habitacional Vila Nova	Aroeiras	Norte	487
Residencial Inglaterra	Aroeiras	Norte	350
Conjunto Residencial Tabajaras	Pedra Mole	Leste	144
Residencial Miriam Pacheco	Vale do Gavião	Leste	219
Residencial Sigefredo Pacheco I	Vale do Gavião	Leste	500
Residencial Sigefredo Pacheco II	Vale do Gavião	Leste	500
Residencial Wilson Martins Filho	Vale do Gavião	Leste	455
Residencial Nova Alegria II	São Lourenço	Sul	500
Residencial Bem viver	Catarina	Sul	400
Residencial Cidade Sul	Parque Juliana	Sul	250
Residencial Teresina Sul I	Angélica	Sul	500
Residencial Teresina Sul II	Angélica	Sul	500
Residencial Portal da Alegria III	Zona Rural	Rural	450
Residencial Portal da Alegria IV	Zona Rural	Rural	450
Residencial Edgar Gayoso	Chapadinha	Norte	459
Residencial Professor Wall Ferraz	Pedra Miúda	Sul	928
Residencial Judith Nunes	Pedra Miúda	Sul	804
Residencial F.º das Chagas Oliveira	Parque Sul	Sul	400
Bosque Sul	Angélica	Sul	1.424
Residencial Portal da Alegria VI -A	Zona Rural	Rural	1.344
Residencial Portal da Alegria VI- B	Zona Rural	Rural	1.344
Residencial Jardim dos Caneleiros - B	Zona Rural	Rural	576
Residencial Jardim dos Caneleiros - A	Zona Rural	Rural	720
Residencial Jardim dos Ipês	Zona Rural	Rural	720
Residencial Orgulho do Piauí	Zona Rural	Rural	1.368
Residencial Sigefredo Pacheco III	Vale do Gavião	Leste	1.016
Residencial Angicos	Porto Alegre	Sul	1.296
TOTAL			18.377

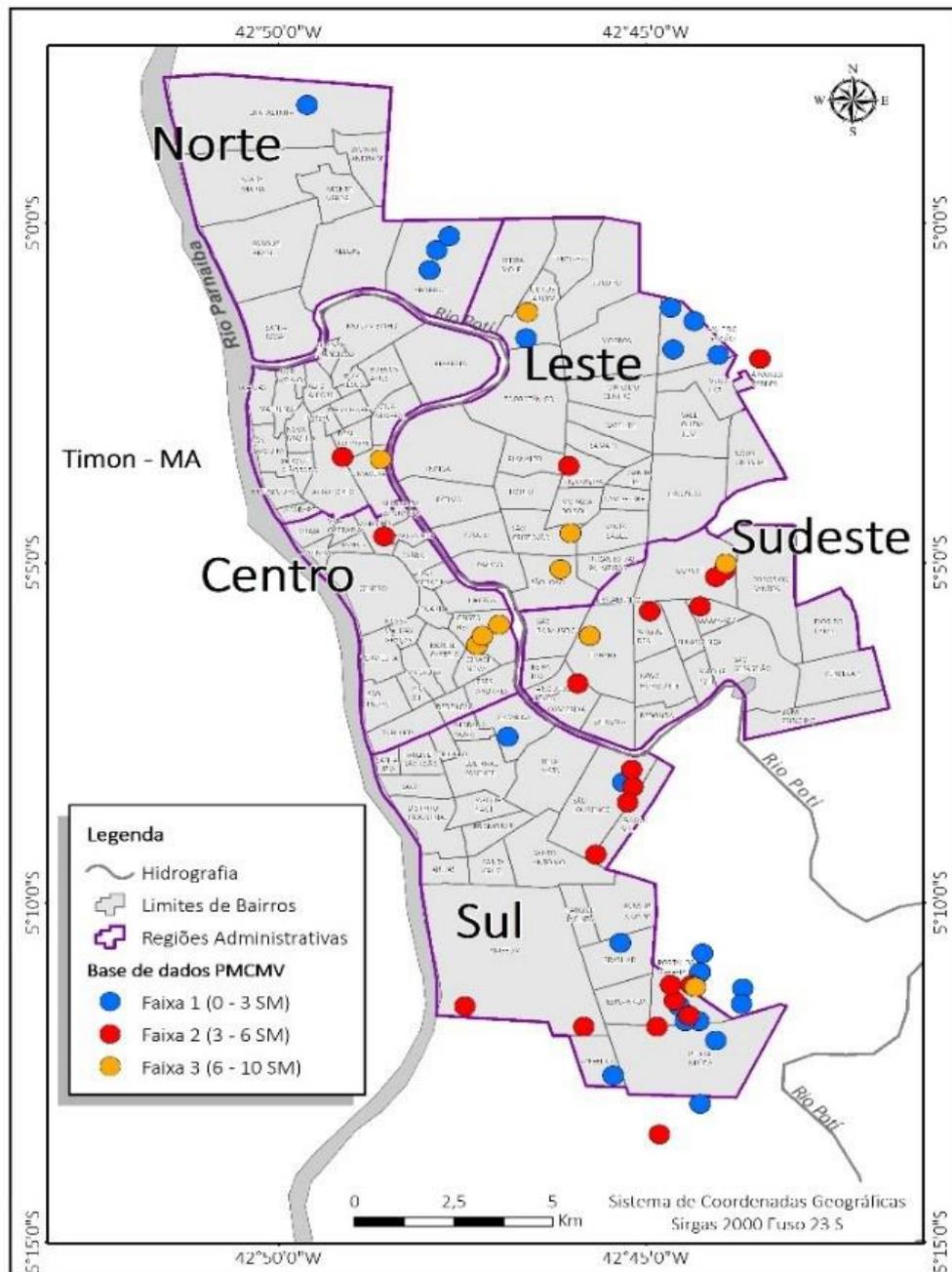
FONTE: CEF (2018), atualizado

Os dados da pesquisa realizado por Lima (2018) sobre os PMCMV em Teresina apontam que até 2012 os empreendimentos contratados estavam concentrados na Faixa 1 do Programa com um pouco mais de 67% do total. A maioria deles foram construídos na tipologia de casas horizontais, com grandes unidades habitacionais por conjunto. Aliás, quanto menor a faixa de renda, maior a quantidade de moradias e extensão das terras. Outro aspecto interessante foi a tendência de concentração dos conjuntos habitacionais na Faixa 1, especialmente na “Zona Sul”. Destaca-se o bairro Portal da Alegria com a construção de 7.023 unidades habitacionais divididos em 14 empreendimentos e o Orgulho do Piauí e Teresina Sul com respectivamente 1368 e 1000 moradias. Estes dados confirmam uma tendência histórica no município de localizar prioritariamente os conjuntos habitacionais na zona Sul, sendo um importante vetor de expansão urbana na região.

Uma análise dos números do PMCMV apresentam dados interessantes para uma reflexão. Se considerarmos uma média de 4 habitantes por unidades habitacionais construídas pelo PMCMV teremos uma população de aproximadamente 73.500 habitantes. Ao fazermos uma comparação com outros municípios piauienses seria como se tivessem sido construídas moradias para abranger toda a população de Piri-piri (63.694) e Monsenhor Gil (10.565) juntos. Se focalizarmos apenas aqueles construídos na Região Sul, teríamos um impacto de aproximadamente 55 mil pessoas em menos de 10 anos, o que seria quase a população da quinta maior cidade do Estado: Floriano. Embora as construções do PMCMV não impliquem teoricamente o aumento populacional da cidade, implica num excessiva concentração de moradores em um espaço circunscrito da cidade. Ou seja, trata-se de um número elevado de pessoas demandando serviços e equipamentos público para áreas onde já havia uma baixa densidade de urbanização.

Por meio de um mapa sobre a localização dos empreendimentos divididos pela faixa do Programa, percebe-se claramente a dispersão da Faixa 1 nos espaços periféricos com intensa concentração deles na região Sul, conforme pode ser visualizado na figura 3. Podemos afirmar, no entanto, que a expansão da cidade pela região Sul não é uma novidade pois é um processo que ocorre desde a década de 1970. O intenso crescimento populacional na cidade, em grande parte em decorrência da imigração, concentrou-se nesta região. Muitos que vinham do sul do Piauí, acabaram se alojando por aí, ampliando o espaço urbano da capital, juntamente com a construção de grandes conjuntos habitacionais (LIMA, 2018; SILVA, 2017). O mapa a seguir nos mostra que quanto maior a faixa de renda do PMCMV, maior a proximidade em áreas centrais ou com elevada infraestrutura.

Figura 3 – Localização dos empreendimentos do PMCMV em Teresina



Fonte: Lima (2018)

A localização dos empreendimentos do PMCMV em Teresina apresenta uma dupla lógica, tendo como base o critério de renda. Os empreendimentos voltados para a Faixa 2 e 3 tendem a dispersão, em áreas urbanizadas e consolidadas. Já àqueles destinadas à baixa renda tende-se a concentrar nas periferias e franjas urbanas em grandes glebas de terra. Lima (2018, p.267) chama atenção para o fato de que:

A distribuição dos empreendimentos no espaço urbano expressa uma forma de inserção marcada por duas clivagens: o valor da terra e a renda dos beneficiários. Essa conjugação gera um padrão periférico de inserção dos empreendimentos do PMCMV. É, portanto, flagrante a configuração de um padrão de intervenção com efeitos perversos sobre as condições de moradia das famílias de baixa renda.

Outro dado interessante diz respeito à propriedade dos terrenos. De acordo com Castro Junior (2018) dos 42 loteamentos em Teresina, trinta e quatro são pertencentes à construtoras ou imobiliárias, apontando para uma concentração entre o capital incorporador e construtor. Em sua maioria, aliás, já detinham a posse do terreno no início de 2001 e não tinha encontrado uma oportunidade atraente para capitalizar o solo em construção, tendo em consideração o poder aquisitivo da demanda e da disponibilidade de créditos. Dessa forma, o PMCMV apresentava mercado sem risco e taxa assegurada de retorno do capital investido, dada a dependência do fundo público assegurando a reprodução ampliada do capital. O próprio terreno do Residencial Teresina Sul era de propriedade ociosa da própria construtora, que até então não possuía atrativos para comercialização.

Tendo em consideração que a aprovação do projeto junto a CEF dependia da localização em áreas urbanizadas ou com a existência de infraestrutura básica assegurada aos futuros moradores, as construtoras tiveram que construir, em sua maioria essas condições, incidindo nos próprios custos do empreendimento. Todos os conjuntos habitacionais do PMCMV na Faixa 1 em Teresina não tiveram o abastecimento de água pelo sistema convencional, em decorrência da localização e capacidade de investimento da concessionária. Foi-se implantado poços tubulares, com a benfeitorias realizadas pelas próprias construtoras. Situação análoga aconteceu com o sistema de esgoto, no qual as empresas instalaram fossa séptica, estação de tratamento de esgoto (quando maior de 500 unidades) ou obra complementar ao sistema de esgoto. As construtoras montaram a rede elétrica e de iluminação pública que depois foi entregue para a Concessionária responsável, apesar de ser atribuição do poder público municipal, de acordo com normativas federais. Por fim, realizaram a pavimentação sem apoio de recursos municipais para garantir a mobilidade dos moradores e a implantação de outros serviços: coleta de lixo, transporte público, entrega de correspondência e objetos etc. (CASTRO JUNIOR, 2018).

Do total de unidades habitacionais construídas em Teresina na Faixa 1, modalidade Empresas foram utilizados o sistema pré-fabricado de concreto armado em bloco cerâmico em 17.405 unidades habitacionais (quase 95%). Trata-se de sistema construtivo que diminui custos e tempo de construção da obra, devido a redução de desperdício de obras e contratação

de trabalhadores. Amplia-se, assim, a rentabilidade do processo construtivo. No entanto, em conversas informais com moradores, foi relatada dificuldade de pendurar um prego na parede com o uso de martelo. Quando era o caso, tinham que utilizar de uma furadeira para pregar um simples quadro. Nota-se a preponderância do capital em utilizar meios que maximizem os lucros e as particularidades da moradia como mercadoria especial (CASTRO JUNIOR, 2018).

Num estudo avaliativo sobre o Trabalho Social em dois empreendimentos do PMCMV em Teresina, Passos e Lima (2018) observaram que a participação e mobilização dos moradores foram restritas à simples presença deles nas atividades propostas da equipe na forma de palestras e cursos de pequena duração. Os moradores não decidiram, por exemplo, sobre a condução do processo. Ressalta-se, por sua vez, a restrição do tempo e realização de determinadas ações impostas pela CEF, que dificultou processos de mobilização comunitária e o encaminhamento das demandas dos moradores relacionadas aos acessos à infraestrutura e equipamentos e serviços públicos. No entanto, os relatórios pós-ocupação indicava uma “acomodação” dos moradores. Mas para Passos e Lima (2018, p.204):

Os relatórios, entretanto, não revelam uma preocupação da equipe em procurar investigar e refletir sobre a ausência dos moradores nas atividades realizadas. O que leva a reprodução de um discurso de desinteresse da comunidade em participar. O fato, inclusive, de a população ter sido excluída na fase inicial do processo pode ter refletido na inserção dos moradores nas discussões dos problemas locais. Trata-se de culpabilizar os beneficiários por não responderem às expectativas.

A pesquisa de Passos e Lima (2018) indicou também que a maioria dos entrevistados (59%) não participaram de atividades para discutir a respeito da nova moradia e convivência entre os moradores, determinadas pelo PMCMV. Outros 21% não souberam responder. Com efeito, muitos não conheciam as normas do Programa. Em relação às redes de apoio dos moradores chama atenção o fato de 49% recorrerem aos seus familiares e 30% à vizinhança, indicando a consolidação de uma base de proteção territorial.

Diante do que foi exposto, percebe-se a particularidade das políticas habitacionais em Teresina na qual a região Sul foi o principal vetor de expansão urbana em decorrência das construções dos conjuntos habitacionais. De uma maneira geral foram construídos distantes do centro urbano e em áreas com baixa densidade de equipamentos públicos. O PMCMV atualizou este processo histórico ao invés de concentrar-se nos vazios urbanos. Toda essa realidade material é a condição concreta a partir da qual os sujeitos vão construindo suas existências, determinando suas formas de pensar, sentir e agir sobre o mundo, como será melhor discutido no capítulo a seguir.

4 EXPERIÊNCIA E IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS

Este capítulo realiza uma discussão sobre os aspectos da subjetividade produzidos a partir da relação dialética com a realidade concreta na qual os sujeitos estão inseridos. Se os outros dois capítulos descreveram um conjunto de determinações objetivas e contraditórias da sociedade capitalista, levando em consideração a exploração do trabalho pelo capital, a seguir será debatido suas implicações nos modos os sujeitos pensar, sentir e agir sobre a realidade. Para esta empreitada, foram utilizados alguns conceitos e categorias que estão relacionados entre si. A separação em tópicos é apenas para uma exposição didática.

O primeiro tópico aborda o conceito de experiência em E. P. Thompson, considerado como um mediador na relação entre ser social e consciência social, numa perspectiva dialética entre ambos, e não determinista e linear. Além disso, possibilita o resgate do agir humano, enquanto um sujeito concreto em condições de existência real. Tal aspecto é interessante na medida em que abre uma possibilidade de transformação da realidade social e não uma simples determinação e adequação a ela. No entanto, é importante ressaltar que trata-se apenas de condições históricas de possibilidade e que não vai necessariamente se concretizar. Existem diversos outros mediadores que atuam neste processo.

Assim, os tópicos seguintes realizam uma discussão abordando um conjunto de mediadores e processos contraditórios que determinam implicações psissociais relevantes. A experiência dos sujeitos na realidade concreta produz uma consciência sobre esta mesma realidade, embora não como uma cópia fiel, mas sempre de maneira dialética. Esta interação alíás, produz vários processos psicológicos, tais como: sentimentos, vontade, memória, etc. Por sua vez, este mesmo processos são determinados por um conjunto de mediadores que interferem nas formas do sujeito pensar, sentir e agir. Neste estudo, ressaltou-se os aspectos da ideologia (enfocando a dominantes) e a alienação, enquanto dimensões fundamentais do sociedade capitalista. Por sua vez, ressalta-se que eles são determinados pela contradição fundamental da sociedade capitalista, abordada especialmente no primeiro capítulo.

De uma maneira em geral, pode-se dizer que ele se inicia com uma discussão a partir dos estudos do materialismo histórico e dialéticos em diversos outros campos do saber (como a história, serviços social e a filosofia) finalizando com seu desdobramento no campo da psicologia, principalmente tal como ela foi apropriada pelo psicólogo Martin-Baró (1941-1989), na construção de sua Psicologia da Libertação.

4.1. Conceito de experiência em E. P. Thompson

O conceito central para a análise das implicações psicossociais em decorrência da segregação socioespacial será o de experiência tal como proposto pelo historiador marxista Edward Palmer Thompson (1924-1993). Esta pesquisa assume como pressuposto que as experiências que o sujeito tem da realidade social no qual está inserido será determinante na produção de processos psicológicos, influenciando formas de pensar, sentir e agir sobre o mundo. Assim, tal categoria atua como um mediador importante entre o ser social e as implicações psicossociais, que serão melhores discutidas adiante. Dessa forma, este tópico focalizará no conceito de experiência cuja compreensão prescinde de uma discussão sobre a querela em relação à penetração do estruturalismo no interior do marxismo, especialmente na figura de Louis Althusser (1918-1990). Para a fluidez da leitura e evitar repetições desnecessárias a categoria de experiência aqui trabalhada remeterá sempre à concepção thompsoniana.

Thompson (1981) realiza uma distinção entre o que ele denomina de marxismo (uma espécie de sistema formal e fechado) no qual estaria vinculado Althusser, e a tradição marxista de pesquisa que desenvolve conceitos de Marx a partir da base empírica, ou seja, da própria realidade social em constante movimento. Não se trata de uma defesa incontestada do pensamento elaborado pelo filósofo alemão do século XIX, mas de uma ênfase nos aspectos metodológicos de construção das ideias a partir da realidade concreta. Neste sentido, Carvalho (2013) ressalta a coerência do pensamento de Thompson com o de Marx, pois ambos tomam a realidade sócio histórica do objeto como ponto de partida do conhecimento cuja apreensão será sempre especificada e modificada pelas experiências do sujeito.

O marxismo estruturalista do filósofo francês era considerado por Thompson como uma agressão teórica e política que promovia uma separação entre fato e valor como também entre pensamento e realidade, com o objetivo de alcançar o rigor formal do procedimento para a garantia da veracidade do objeto de conhecimento. Além disso, ele critica o estruturalismo althusseriano, pelo fato dele ter realizado duras críticas ao historicismo, humanismo e moralismo, questões caras para o historiador inglês, uma vez que defendia a centralidade da história e do agir humano (MÜLLER, 2007). Aliás, boa parte de sua obra trata-se de um esforço de resgatar a historicidade dos processos sociais e de conceitos daí decorrentes, como também ressaltar aspectos da ação humana na construção da história pelos próprios sujeitos e não simples vetores do modo de produção. Estes dois pontos devem ficar bastante claros para compreensão de seu pensamento. Neste sentido Freitas (1994) afirma que a teoria

thompsoniana não buscou apenas revisar os pressupostos do pensamento elaborado por Marx, mas também resgatar a dimensão subjetiva na conformação dos arranjos estruturais objetivos e vice-versa, de forma que os sujeitos não fossem considerados como meros vetores de uma estrutura.

Para o historiador marxista, o pensamento estruturalista de Althusser expressava um marxismo vulgar com contornos do stalinismo e seria uma espécie de manifestação teórica daquele contexto soviético e, portanto altamente ofensivo em termos políticos (CARVALHO, 2013). Aliás, Thompson (1981) afirma textualmente que o althusserianismo é o stalinismo teorizado como ideologia, considerado como um marxismo fechado, resvalando numa perspectiva idealista. De forma irônica pontua que a tradição marxista sofreu um ataque teórico e político pela própria retaguarda que pretendia ser mais marxista que Marx, e não pela burguesia, como seria de se supor. Além disso, critica o fato de que a postura do pensador francês de afastamento da luta política do proletariado e a concepção de que os males sociais são intransponíveis no capitalismo promove uma passividade. Neste sentido, Thompson (1981, p.206) nos alerta sobre o que as implicações “teorização do stalinismo” para a classe trabalhadora:

Mas o althuerianismo é algo mais sério. Reforça e reproduz a passividade efetiva ante a ‘estrutura’ que nos mantém todos aprisionados. Reforça a ruptura entre a teoria e a prática. Afasta os bem intencionados do engajamento teórico ativo. E, ao nível do mais vulgar discurso político, proporciona legitimações ideológicas a todas as mais estúpidas e perigosas meias-verdades que supúnhamos finalmente banidas.

Nesse sentido, Thompson critica a despreocupação de Althusser com o ser social e a história que transformou a teoria comunista em uma religião desumanizante e eivada de caráter revolucionário. Com efeito, tal pensamento impediria a efetivação de um projeto intelectual de oposição ou negação ao sistema capitalista. Em contraposição à tal perspectiva, o historiador marxista pensava que sua teoria poderia complementar a experiência de vida dos trabalhadores, oferecendo um princípio democrático. Acreditava ainda que a ciência deve possibilitar a elaboração de um projeto que sirva de contraponto às práticas do sistema dominante, especialmente na perspectiva da emancipação humana (MÜLLER, 2013; 2007; MORAES; MÜLLER, 2009).

Com efeito, Thompson realizou uma crítica ao autoritarismo do regime stalinista e a crise dos ideais comunistas a partir da experiência concreta da União Soviética, pois acreditava que o próprio partido ou burocracia pode levar a classe trabalhadora à alienação, e

não à emancipação humana²⁵, tal como se supunha e era divulgado por muitos intelectuais ligados ao Partido Comunista (MÜLLER, 2013).

Outro aspecto criticado duramente por Thompson diz respeito à analogia estática entre base e superestrutura (tal como proposta pelo estruturalismo althusseriano), desconsiderando o caráter de processo contraditório. Considerada como mais próxima da concepção burguesa, expressaria mais um positivismo ou utilitarismo do que uma tradição marxista. Nesse sentido, Thompson realiza uma crítica à ideia de que o econômico vem sempre antes das normas e sistemas de valores, ressaltando a simultaneidade das relações de produção em todas as áreas da vida social (MORAES; MÜLLER, 2009). Como se verá a seguir, Thompson insere a discussão sobre valores no interior da tradição marxista, rendendo-lhe diversas críticas.

O principal foco dos estudos de Thompson era analisar os sujeitos na construção de seus destinos numa perspectiva de combater a crescente desumanização das relações sociais que compreendia em seu tempo. Daí sua ênfase em articular os processos sociais com teorias; aspirações políticas com processos históricos, além de promover um diálogo constante e profícuo entre teoria e evidência, sempre destacando as relações entre o humano e o histórico (MORAES; MÜLLER, 2009). Neste sentido, critica a concepção de história para Althusser compreendida como um processo sem sujeito, no qual as pessoas seriam meros suportes para a estrutura produtiva, tendo esta uma precedência sobre o processo histórico. Em tal contexto, as pessoas são consideradas como incapazes de pensar e agir na perspectiva da transformação social, apenas atuar dentro dos limites impostos pela estrutura. Por outro lado, Thompson enfatiza o uso de conceitos mediadores (tais como necessidade, classe, experiência) como forma de compreender a estrutura como processo e os homens e mulheres como sujeitos construtores de seu destino.

Ao se considerarem as pessoas como meros suportes para o crescimento do mercado ou do Estado nega-se o agir humano e desqualificam o processo histórico, reificando ambos. Müller (2013, p.285) afirma que:

²⁵ De acordo com Duayer e Medeiros (2008) a questão da emancipação humana é o fundamento da teoria social crítica elaborada por Marx, que remete à uma outra sociabilidade, diferente daquela subordinada aos processos de circulação e valorização do capital, uma vez que esta reduz os sujeitos à mera condição de trabalhadores, podendo impor restrições à reprodução de sua própria existência individual e social. A emancipação humana é alcançada por meio da superação do estranhamento (determinações estruturais objetivas e concretas voltadas para a reprodução ampliada do capital) com uma produção coletiva voltada para o atendimento das necessidades humanas, organizada de forma livre, consciente e associada. Neste sentido, por meio da socialização dos meios de produção e abolição da propriedade privada e da exploração do trabalho é possível a construção de uma sociedade substantivamente igualitária e livre, no qual os sujeitos poderão realizar suas potencialidades e capacidades por meio do trabalho, de acordo com determinadas condições concretas e históricas. Por sua vez, o trabalho apresentará como necessidade vital e não mais meio de vida. (PEREIRA, 2013b)

De acordo com Thompson, o entendimento althusseriano do marxismo, seu desprezo pela história e a subsunção do agir humano à estrutura fragilizam as bases dessa tradição. Com a difusão do esquema conceitual de Althusser nos diferentes circuitos acadêmicos, teria crescido a aceitação da crença de o “o povo” não faz sua própria história e “as pessoas” seriam meros portadores de estruturas e consequentemente, o “verdadeiro objeto da história” (“evidência histórica” seria inacessível ao conhecimento).

Ao ressaltar a agência humana e o processo na história humana, Thompson (1981) afirma que a concepção de Althusser de Homem enquanto “Träger” se assemelha com as concepções burguesas de que eles são meras funções atribuídas pelo mercado, ou seja, suporte das necessidades do capital. Enfatiza, portanto, não os homens reais e concretos, mas os lugares e funções que serão ocupados pelos agentes da produção, determinados pelas estruturas das relações de produção. Assim, realiza uma distinção metafórica entre “jogar um jogo” (no sentido de que homens e mulheres continuam sujeitos de sua própria história, embora dentro dos limites da estruturação dos acontecimentos históricos) e “ser jogado” (perspectiva estruturalista, sendo meros vetores do modo de produção).

A obra de Thompson analisa as relações sociais de produção e de reprodução da vida ampliada numa perspectiva que articula os aspectos sociais, econômicos e culturais. Na sua análise da consciência de classe, por exemplo, leva em consideração a forma como os sujeitos históricos experienciam e compartilham o processo social em sua totalidade no qual estão inseridos, tendo como ponto fulcral sua organização política, social, econômica e cultural. A experiência, dessa forma, está relacionada com a identidade de interesses em suas relações intraclasse, em contraposição aos interesses da outra classe, forjadas no conflito entre capital e trabalho, tal como se verá adiante. (SILVEIRA, 2014).

Minella (2012) afirma que embora a categoria da experiência esteja presente de forma central a partir do livro clássico *A Formação da Classe Operária Inglesa* de 1963, é apenas em uma publicação de 1978, *A Miséria da Teoria*, que Thompson apresenta uma discussão explícita sobre ela. Nos seus livros de caráter histórico ele não realiza uma discussão propedêutica sobre as categorias utilizadas, embora elas estejam presentes e sejam sustentação de toda a argumentação do autor. Assim, será no seu livro de caráter epistemológico e metodológico no qual sistematiza sua profunda crítica ao pensamento de Althusser, que Thompson realiza uma discussão sistemática sobre tal categoria.

Thompson (1981) considerava o conceito de “experiência humana” como um termo ausente em Marx que ampliaria a compreensão sobre a sociedade e suas histórias e mais particularmente sobre os homens e mulheres. A obstinação de Marx em compreender o circuito do capital em sua crítica a Economia Política não teria desenvolvido termos para

análise de certos aspectos das sociedades que influenciam no seu processo histórico, cuja análise demandaria outros vocabulários tais como normas, valores, obrigações, expectativas, tabus etc. Dessa forma, critica a passagem dos estudos acerca dos circuitos do capital para a compreensão do capitalismo em sua totalidade, quando afirma que:

(...) a totalidade da sociedade compreende muitas atividades e relações (de poder, de consciência, sexuais, culturais, normativas) que não são temas da Economia Política que foram *definidas fora* da Economia Política e para as quais ela não tem termos. Portanto, a Economia Política não pode mostrar o capitalismo como ‘capital na totalidade de suas relações’: não tem linguagem ou termos para fazer isto. Só um materialismo histórico que pudesse abarcar numa visão coerente todas as atividades e relações poderia fazê-lo” (p. 74)

Tendo em consideração a ênfase no economicismo, o exame sobre aspectos morais (incluindo as normas, relações afetivas e regras) foram reprimidos na tradição marxista. A moral em Marx, por exemplo, foi entendida como um aspecto derivativo das influências econômicas, de forma que esta tradição levou adiante uma compreensão economicista da realidade social. As questões econômicas eram tratadas de forma “científica”, sem nenhuma implicação valorativa. Por sua vez, quando os valores eram levados em consideração, eram associados com a moral burguesa, no sentido de ideologia, destinada ao indivíduo dessocializado e restrito ao seu espaço privado. Por outro lado, Thompson (1981) pontua que na obra *O Capital*, Marx não apenas apresenta uma crítica aos processos econômicos de exploração, mas expressa indignação diante do sofrimento, pobreza e desperdício das possibilidades humanas para os trabalhadores. Ou seja, há escolhas relativas a valores em sua produção teóricas, que não são deduzidas de procedimentos metodológicos. Além disso, os valores (produzidos a partir do vínculo com a vida material e relações materiais) são fundamentais para a organização dos processos produtivos, como também para os movimentos ou lutas proletárias, que foram impulsionadas por aspectos como solidariedade, coragem e auto sacrifício.

Na sua contraposição ao marxismo economista e em defesa do homem na sua totalidade, Thompson ressalta a importância da cultura, entendida como valores, conjuntos de normas, reciprocidade, obrigações familiares e parentescos. A própria luta de classes, por exemplo, não seria permeada apenas por conflitos de interesses, mas de valores também. A experiência vivida dos valores está relacionada com a consciência afetiva e moral, cuja base é a vida e relações materiais (SOARES, 2016).

Nos círculos acadêmicos a dimensão da subjetividade humana costuma ser restrita aos aspectos da consciência (mesmo que implique numa visão restrita sobre homens e mulheres

em sua totalidade). Sem desconsiderar os aspectos econômicos, Thompson (1981, p.189) além de resgatar a dimensão da cultura, resgata a dimensão da afetividade e dos sentimentos, de forma que os sujeitos seriam determinados pelos valores tanto quanto suas ideias, conforme pode ser visualizado no trecho a seguir:

E verificamos que, com ‘experiência’ e ‘cultura’, estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral.

Pesquisadores de sua obra ressaltam que a categoria da experiência é compreendida como um conceito de junção (ao lado de outros tais como classe, necessidade e determinação) que possibilita compreender a estrutura como um processo e inserir o sujeito na história, ao possibilitar o agir humano (MÜLLER, 2013; MORAES; MÜLLER, 2003). De acordo com Moraes e Müller (2009) a experiência pode ser compreendida como um mediador entre a produção e a prática social por meio da qual a própria produção é mantida, de forma que sem ela, a produção cessaria. Eles afirmam ainda que as situações e relações produtivas são experienciadas na forma de necessidade e interesses antagônicos, com repercussões dialéticas na consciência social e cultura, que em última instância determinam a ação do sujeito na realidade.

De acordo com Thompson (1981), a experiência não é somente um termo junção entre estrutura e processo, posto que também é de disjunção entre tradições alternativas e incompatíveis. Por meio desta categoria é possível realizar um diálogo entre as conceptualizações teóricas (as hipóteses elaboradas e não comprovadas de Marx, por exemplo) e a confrontação empírica (que pode vir a negá-las, se for o caso). Nesse processo, alguns conceitos não são apenas produzidos, mas o conjunto de conceitos podem sofrer modificações.

Aprofundando a discussão, Silva (2013) resalta que a noção de experiência pode ser definida como uma categoria analítica fundamental que realiza uma articulação entre a teoria abstrata e dados empíricos, com o objetivo de não reificar tanto a realidade quanto os sujeitos sociais. Esta noção em Thompson remota a duas dimensões. A primeira delas refere-se à prática concreta de um sujeito inserido em um determinado contexto histórico, capaz de moldar o espaço de vida. Por sua vez, uma análise sobre o sujeito deve levar em consideração a realidade concreta no qual ele está inserido, posto que influencia suas ações. O segundo

aspecto, por sua vez, ressalta que a experiência é modificada pela própria vida social, alterando as formas de pensar, sentir e agir: os processos psicológicos, em outras palavras. Tendo em consideração o movimento dialético que a experiência produz tanto na vida social quanto no sujeito, o autor conclui que a experiência ressalta a capacidade de transformação dos sujeitos diante dos processos e da própria história (sempre mediado pela experiência de situações e relações produtivas concreta) e não um simples vetor de uma estrutura, tal como pensava Althusser.

De acordo com Thompson (1981), por meio da categoria da experiência é possível compreender a resposta mental e emocional de sujeitos ou grupos diante dos acontecimentos concretos. O pensamento e o ser não são duas coisas separadas, pois sempre a realidade palpável é sentida na contemplação do real: há sempre um diálogo bidirecional entre consciência e ser. A experiência surge espontaneamente no ser social, tendo em consideração que todos os sujeitos são racionais e capazes de refletir sobre os acontecimentos experienciados. Por sua vez, a experiência do ser social impõe-se ao pensamento, modificando a consciência social, alterando sistemas conceituais e impondo-lhe novos problemas. Assim, Thompson (1981, p.16) afirma que existe uma relação intrínseca entre ser social, experiência e consciência social no sentido de que:

O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dá origem à experiência modificada: e essa experiência é determinante no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do matéria sob o qual se desenvolve os exercícios intelectuais mais elaborados .

A reação ou prática específica diante de uma determinada realidade social varia de acordo com a experiência humana, inserida em uma dada cultura ou laços socioculturais. Os sujeitos sociais constroem suas vidas a partir de determinadas condições concretas e será nesta mesma realidade social que ele atuará tendo em consideração as mediações de suas experiências. Não existe uma determinação direta entre o ser social e a consciência social, mas uma inter-relação dialética entre ambas, de forma sempre mediada. Com efeito, homens e mulheres não são subsumidos à estrutura. São, antes de tudo, sujeitos que constroem sua própria vida e história por meio da práxis e o agir humano (MORAES; MÜLLER, 2009).

De acordo com Soares (2016) Thompson critica a concepção de Althusser segundo a qual as estruturas sociais seriam os agentes da história, denominando isso de reificação do processo histórico. Nesta concepção, os homens e mulheres seriam apenas portadores ou vetores do social: uma história sem sujeitos ou ação humana. Pelo contrário, o historiador

inglês enfatiza que apesar de sofrer as determinações do ser social, os sujeitos não seriam reflexos dessa estrutura, mas poderiam agir de forma reflexiva sobre a realidade concreta, apontando para uma indeterminação histórica dos sujeitos, enquanto implicação política. Assim, Soares (2016, p. 46) conclui que:

Para Thompson, a experiência seria esse canal que possibilitaria um diálogo entre consciência e ser, pois a experiência exerce pressões na consciência, mas ao mesmo tempo, não a determinaria de todo, deixando aberto neste diálogo que a própria consciência trabalhe a experiência.

Numa forma de precisar sua conceituação, Thompson propôs dois níveis para a experiência. A vivida está relacionada com as condições nas quais se encontram o sujeito, ou seja, com as causas materiais que marcam as regularidades do social. Embora ela não se anuncia, a experiência vivida realiza pressões na consciência imposta sem contudo penetrar como “reflexo”: apenas propõe novas questões e fornece material para serem analisados. Já a experiência percebida, está relacionada com a forma pela qual a experiência é anexada à consciência, podendo sofrer interferências da ideologia, ou seja, impedindo que determinadas questões transformem a consciência social. Ou seja, a simples experiência da realidade não é condição suficiente para transformar a consciência sobre tal realidade. Um fato interessante é que a ideologia não pode adiar ou falsificar indefinidamente as pressões das causas materiais no campo da consciência, alterando a forma como a realidade é experienciada, apontando para momentos de abertura e oportunidades (MORAES;MÜLLER, 2003, 2009). Assim, podemos compreender que embora a ideologia possa obstaculizar os a mobilização da consciência decorrente da experiência do ser social, isso não implica que a realidade obscurecida por ela não possa ser criticada.

O estudo da experiência foca as ações humanas em seu dinamismo, inserido em seu contexto histórico concreto, de forma que se pode afirmar que tais ações humanas podem ser compreendidas enquanto um retrato de experiências sociais e históricas, sempre em movimento. As estruturas sociais existentes condicionam as experiências históricas que por sua vez, determinam a ação humana. (MELO JUNIOR, 2014). Moraes e Müller (2009) destacam a importância da história para se compreender os processos sociais no sentido de que ela demarca a ideia de processo e de práxis na compreensão de determinado fenômeno. Assim, a dimensão histórica aponta para as transformações, rupturas, contradições e tendências de forma que ela não se transforma em realidade reificada, ou pior ainda, que existem por si só e capaz de dominar as relações humanas.

Enquanto historiador, Thompson assumiu a tarefa de compreender a vida de homens e mulheres simples a partir das experiências concretas vivenciada em determinados períodos históricos. Buscava a reconstrução das vidas e ações da classe trabalhadora, resgatando modos de vida, valores estruturas de sentido etc. Tratava-se, portanto daquilo que ficou conhecido como uma história “vista de baixo” e não mais pelo ângulo das classes dominantes (FENELON, 1995).

Metodologicamente, o historiador inglês buscava compreender as experiências passadas a partir evidências históricas, por meio das quais o pesquisador realizava suposições provisórias. Os conceitos não são modelos a partir dos quais as evidências devem se adequar. Apresentam-se como “expectativas” ou tendências, uma vez que não impõe uma regra, que poderá estar permeada de irregularidades ou contradições. Assim, possuem extrema elasticidade (THOMPSON, 1981).

Thompson contrapõe-se à ideia de Althusser segundo a qual as evidências históricas devem ser ajustadas por um conhecimento legítimo. No processo de purificação das evidências realizado pelo estruturalismo, as experiências de vida (tais como valores, aspirações e atitudes) são expurgadas na medida em que não se encaixam, por assim dizer, na perspectiva teórica utilizada. Ele afirma, por sua vez, que devem-se analisar a evidência em suas múltiplas relações entre si, ressaltando as rupturas que promovem na consciência social existente (MÜLLER, 2007).

Dessa forma, a evidência não falava por si só, mas deveria ser interrogada, realizando sempre um diálogo entre o ser social e a consciência social como também entre a organização teórica e o caráter determinado do objeto, pelas diversas mediações que o produziu. Buscava sempre colocar em movimento a relação dialética entre teoria e prática ou entre conceitos e a realidade empírica, cuja síntese seria o conhecimento histórico. Este movimento é considerado imprescindível para a formulação de novas perspectivas teóricas e investigações empíricas (MINELLA, 2012).

Moraes e Müller (2009) afirma que embora as evidências possuam existência real, elas só se tornam cognoscíveis de acordo com certos procedimentos, sob vigilância de métodos históricos e tendo em consideração as perguntas e conceitos utilizados. As distintas formas de interrogar as evidências trazem aspectos distintos sobre elas. Contudo, apesar das diversas formas possíveis de interrogar as evidências, as teorias que não estão em conformidade com elas são consideradas falsas. Assim, eles concluem que o conhecimento histórico possui como característica a provisoriedade, devendo estar constantemente submetida à crítica da realidade concreta.

Em sua ênfase dos processos históricos, Thompson apresentou uma ideia inovadora, por assim dizer, na tradição marxista ao afirmar que a própria classe trabalhadora, é uma categoria histórica que teria surgido a partir de suas experiências comuns, articulando interesses comuns, sempre em oposição à outra classe. Além disso, ele ampliou as discussões dentro da tradição marxista, ao pontuar elementos culturais na forma de tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais, para além do aspecto econômico. Ou seja, pontuando aspectos qualitativos da classe trabalhadora (FENELON, 1995).

O conceito de classe em Thompson será analisado de acordo com a experiência, que é sempre estruturada em termos de classe social. De acordo com Freitas (1994, p.224) a classe é concebida como uma relação que se insere num contexto real e concreto que “refere-se, antes, a toda e qualquer experiência que venha a ser herdada ou vivida em comum por pessoas que partilham uma inserção comum na estrutura produtiva”. Por meio da experiência são construídos valores comuns conformando disposição para a ação coletiva, levando em consideração a identidade de interesse entre esses sujeitos, em antagonismo com outros, conforme foi afirmado anteriormente. Dessa forma, o conceito de classe não se resume na simples inserção em uma estrutura produtiva dada, mas leva em consideração também a forma como essas experiências são concretizadas em termos de tradição, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Thompson (1981) reforça a argumentação quando afirma que o interesse é aquilo que interessa à pessoa, e não os objetivos materiais que podem ser detectados cientificamente. Neste sentido é necessária analisar os modos de vida e as relações produtivas e famílias das pessoas.

O resgate da dinamicidade da classe social em Thompson vai para além do enquadramento em estrutura e categorias estáticas. É a partir de suas lutas históricas e cotidianas que surge a classe social e se constroem as ações coletivas, enquanto formas de se posicionarem perante situações históricas determinadas. Nesse sentido, a consciência de classe surge apenas a partir da luta de classe e do conflito de interesse, num processo que articula experiência concreta e cultura popular, deslocando aspectos da alienação na medida em que transforma os sujeitos nos construtores de sua própria vida (MELO JUNIOR, 2014). Tal forma de pensar está condizente com o pressuposto de Marx segundo o qual é o ser social que determina a consciência e não o contrário.

No seu estudo sobre a formação da classe operária inglesa, por exemplo, Thompson (1987) estabeleceu que entre os anos 1790 e 1830 começou a surgir uma consciência de classe entre os trabalhadores em decorrência da consciência de uma identidade de interesse de grupos de trabalhadores em relação antagônicas com os interesses de outra classe, produzindo

um padrão de relações sociais dentro de um determinado período histórico, posto que sempre em movimento dialético. A consciência de classe, por sua vez, ocorre quando esta experiência é traduzida em termos culturais, na forma de ideias, sistemas de valores e formas institucionais, entre outras.

Tendo em consideração a sua perspectiva de que a que a classe operária formou-se a si própria tanto quanto foi formada, Thompson (1988) afirma que isso não foi um processo determinado apenas por forças econômicas em cima de um material bruto, mas mediados por tradições culturais, costumes e políticas de um povo inglês livre. As transformações no modo de produção possibilitaram uma intensificação da exploração econômica e opressão política, como também de uma coesão social e cultural do explorado.

Thompson (1988) pontua que embora o padrão de vida dos operários ingleses tenha sido aumentado pela Revolução industrial o modo de vida experienciado pelos trabalhadores foi sentido de forma negativa. O aumento do consumo em critérios meramente quantitativo e acesso a bens e serviços possibilitado pelo rápido desenvolvimento das forças produtivas foi acompanhado da intensificação da exploração, miséria, insegurança, sensação de privação e de perda de direitos, vivenciado pelos operários como uma experiência catastrófica. De acordo com Thompson (1988, p.344) isso ocorreria, pois, “toda avaliação acerca da qualidade de vida requer antes a determinação da experiência de vida como um todo, relacionada com suas múltiplas satisfações ou privações, tanto culturais quanto materiais, do povo em questão”.

Assim, mesmo numa época de aumento da riqueza nacional o trabalhador vivia muito próximo à mera subsistência, equivalendo à um declínio do padrão de vida em termos psicológicos. A experiência de empobrecimento da classe trabalhadora foi sentida na forma de perda nas suas mais diversas manifestações, sendo um contexto necessário para o aumento da consciência política e do auto respeito da classe operária, buscando reafirmar seus direitos de forma mais organizada e disciplinada. Numa situação de extrema opressão e exploração, os operários ingleses começaram a se organizar politicamente, pois determinadas circunstâncias aparecia como intoleráveis (THOMPSON, 1988)

Conforme foi analisado, a experiência é uma importante categoria para a compreensão da relação entre ser social e consciência, que numa perspectiva dialética reconhece a importância do agir humano e da história. Por outro lado, tendo em consideração que a consciência é uma dimensão importante para a compreensão de processos psicossociais e a capacidade de organização e mobilização dos interesses dos trabalhadores sua discussão será realizada no próximo tópico.

4.2. Reflexões sobre consciência e alienação

A categoria da consciência é fundamental para a compreensão dos processos psicossociais, embora não seja o único. Como se verá no próximo tópico, existem outros processos psicológicos produzidos na interação do sujeito com a realidade concreta na qual está inserido. Por sua vez, por meio desta categoria entendemos que é possível compreender o movimento da consciência dos moradores em relação ao fato de habitarem um conjunto do PMCMV e como a ideologia da sociedade dominante influencia nesta forma de percepção, experiência e compreensão da realidade. Além disso, a discussão sobre o movimento da consciência aponta para aspectos como a dimensão sociopolítica, muito embora não seja condição necessária e suficiente para a organização e mobilização comunitária, pois existem outras dimensões além de outros processos psicológicos envolvidos.

A compreensão da consciência adotada nesta pesquisa está delimitada pelo seu entendimento enquanto um processo construído a partir da interação de um indivíduo com uma determinada sociedade. Nesta perspectiva, a consciência não existe por si só e independentemente da história humana, cujo desenvolvimento ocorreria, inclusive, de forma apartada das relações estabelecidas com os outros e com a natureza. Assim, Carvalho (2013) afirma que a própria consciência está diretamente relacionada com as atividades e o intercâmbio material entre os homens na produção das condições concretas da existência.

A própria premissa do pensamento marxiano, aliás, é o homem concreto em seu processo de desenvolvimento real sob condições concretas e materiais encontrada por cada geração como um dado existente. Assim, os homens são de acordo com a forma como produzem e se reproduzem materialmente na existência concreta, embora determinados pelo desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção. Na relação dialética entre o homem concreto e suas circunstâncias, existe uma primazia das condições materiais de existência, sintetizada na famosa frase de Marx e Engels (1998) “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.”

De acordo com a filosofia marxista, a consciência se constitui na unidade dialética entre objetividade e subjetividade, cujo elemento fundante é a realidade “em si”. A apropriação da realidade concreta (ou “em si”) pelos sujeitos produz a consciência ao mesmo tempo em que reproduz a própria realidade, mas num nível ontológico diferenciado, ou seja, uma realidade subjetiva qualitativamente diferente da realidade externa (BOCK; GONÇALVES, 2005). De acordo com Ponte, Bonfim e Pascual (2009), a apropriação da realidade é mediada pelos signos e instrumentos culturalmente produzidos, sendo base para a

constituição e desenvolvimento do psiquismo humano. No entanto, levando em consideração que um sistema de signos é uma criação ideológica pode-se dizer que toda apropriação subjetiva, baseado em significação, será permeada pela ideologia. Esta relação entre consciência, significação e ideologia será aprofundada adiante e será fundamental na compreensão da técnica de análise das entrevistas realizadas com os moradores do PMCMV.

O processo denominado de tomada de consciência transforma a realidade “em si”, existente independentemente do sujeito, em realidade “para si”. Não se trata de uma simples cópia ou reflexo, mas de um movimento dialético mediado por vários processos psicológicos que construirão idealmente a realidade ao mesmo tempo em que são produzidos por esta própria realidade. (TOASSA, 2006). Euzébios Filho (2016) chama atenção para o fato de que o “em si” da realidade se manifesta de várias formas nas consciências, pois não somente a realidade vai até a consciência, mas trata-se de um movimento dialético. Há, portanto, um deslocamento da consciência em relação à realidade, com uma autonomia relativa, podendo inclusive transformá-la, dependendo das mediações existentes.

Tendo em consideração que a consciência é um produto histórico e cultural resultante das relações estabelecidas entre os homens e a natureza, podemos estabelecer uma relação entre um modo de produção específico com suas formas particulares de produção da consciência. Com esse entendimento, serão ressaltados alguns aspectos relativos à produção material nas sociedades capitalistas, posto que sua forma de concretização produz um fenômeno próprio na consciência dos sujeitos desta sociedade.

Já nos Manuscritos de 1844, Marx afirma a naturalidade do ser humano, que é portador de necessidades, cuja satisfação ocorre pela apropriação de objetos ou seres humanos, mediado pelas relações sociais, uma vez que estas organizam e distribuem a produção destes. No entanto, uma vez que no capitalismo os meios de produção são apropriados privadamente pelos capitalistas, a atividade produtiva será marcada pela alienação²⁶. De acordo com Karl Marx, todas as formas de alienação tem como base a alienação econômica (VASCONCELOS, 2014).

A questão do estranhamento está relacionada com o fato de que o objeto produzido pelo trabalhador não só não lhe pertence como os próprios objetos de trabalho, além de ficar

²⁶ Embora Vasconcelos (2014), assim como vários outros autores, utiliza de maneira indistinta os conceitos de alienação e estranhamento, pensadores como Meszaros e Lukacs demarcam uma diferença entre ambos. A tradução dos Manuscritos Econômicos-Filosóficos (MARX, 2010) realizada por Jesus Ranieri direto do alemão já realiza esta diferenciação, por ocuparem lugares distintos no pensamento de Marx. De uma maneira sucinta, pode-se afirmar que enquanto a alienação está relacionada com um momento da objetivação humana no trabalho, o estranhamento é efeito da sociabilidade capitalista, baseada na propriedade privada dos meios de produção. No entanto, levando em consideração que o termo alienação foi utilizado por outros autores com o sentido de estranhamento, manterá a forma como foi utilizada pelo autor referenciado.

sob o domínio de seu produto. Um dos aspectos abordados neste processo é que a garantia da existência de vida do trabalhador está determinada pela existência de objetos por meio do qual ele realiza trabalho, de forma que para existir enquanto sujeito físico ele deverá existir primeiro como trabalhador, garantindo as condições necessárias para a sua existência. No entanto, na sociedade baseada na capital, quanto mais ele se desgasta trabalhando, mais poderoso se torna o mundo das coisas e mais empobrecido seu mundo interior. Além disso, o objeto exteriorizado adquire uma existência autônoma diante dele, e se lhe defronta de forma hostil e estranha. (MARX, 2010)

O estranhamento da atividade humana prática (trabalho) é examinado por Marx (2010) sob quatro aspectos. O primeiro dele está relacionado com o produto do trabalho humano, no qual este aparece como um objeto estranho e poderoso sobre ele, como uma potência que existe fora dele, determinando-o. O segundo aspecto diz respeito ao ato da produção no interior do próprio trabalho no sentido de uma atividade estranha não pertencente ao trabalhador ou até mesmo voltada contra ele mesmo. Outro aspecto está relacionado com um estranhamento do ser genérico do homem, de forma que o homem estranha a sua própria natureza e sua atividade vital. A sua atividade livre e consciente e sua capacidade de produzir para além das necessidades e carências imediatas segundo a medida de sua espécie (onde repousa seu caráter genérico) é reduzida para apenas um meio para a sua existência física, aproximando-se dos outros animais. Ou seja, nesta situação “o homem nada mais é que **trabalhador** e, como trabalhador suas propriedades humanas o são apenas na medida em que o são para o capital, que lhe é **estranho**” (MARX, 2010, p.91). Por fim, o quarto aspecto aponta para um estranhamento do homem pelo próprio homem, no sentido de que de frente a si mesmo, ele defronta-se com outro homem, ou seja, na relação para com outro homem. De acordo com Marx (2010, p.86):

Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, um poder estranho [que] está diante dele, então isto só é possível pelo fato de [o produto do trabalho] pertencer a um *outro homem fora o trabalhador*. Se sua atividade lhe é martírio, então ela tem de ser fruição para um outro e alegria de viver para um outro. Não os deuses, não a natureza, apenas o homem mesmo pode ser este poder estranho sobre o homem.

O estranhamento é um fenômeno presente em toda produção baseada no capital. Harvey (1980, p.268), por exemplo, realizou uma relação entre o processo de estranhamento na produção do espaço urbano afirmando que “nem a atividade de criação do espaço nem o produto final do espaço criado parecem estar sob nosso controle individual ou coletivo, mas é moldado por forças estranhas a nós”. Isso ocorreria, pois o próprio urbanismo é moldado a partir dos investimentos do capital fixo, ou seja, sujeito ao processo de produção no

capitalismo. Tal ponderação é interessante quando analisamos que a própria implantação do PMCMV no espaço urbano é determinada pelo capital e não para atendimento das necessidades humanas. Com efeito, o estranhamento no modo de produção capitalista é uma condição estrutural que determina também a produção do espaço urbano e da consciência.

Levando em consideração os conceitos próximos, Vasconcelos (2014) realiza uma distinção entre estranhamento e fetichismo. O termo “estranhamento” diz respeito à sociabilidade fundada na generalização do valor e da troca. Este vínculo social se expressa na forma de coisificação, no qual as relações humanas se apresentam como relação entre coisas. Já o estudo do fetichismo pressupõe o estranhamento e avança um pouco a partir de aprofundamentos da crítica da economia política. Nesse processo os aspectos qualitativos do valor de uso se apresentam apenas na forma quantitativa, tendo o dinheiro como equivalente geral e sem nenhuma conexão com as propriedades físicas das mercadorias ou de suas relações sociais. No entanto, a simples posse do dinheiro não implica no desenvolvimento da individualidade humana.

Aprofundando a discussão, Iasi (2006) realiza uma distinção entre alienação e ideologia, afirmando que a alienação possui forte carga emotiva e subjetiva, estando presente na primeira forma de manifestação da consciência, tal como será exposto a seguir. A ideologia, por sua vez, busca justificar as relações sociais de produção de um determinado modo de produção que assegura a dominação de uma classe sob a outra. Trata-se da universalização da visão de mundo da classe dominante que na sociedade capitalista é a que detém os meios de produção. Assim, age tendo a alienação como substrato. Por sua vez, a base para aceitação da ideologia é construída a partir de relações sociais estabelecidas pelos indivíduos desde sua infância, quando um conjunto de valores são interiorizados e considerados como naturais. Assim, tais pessoas assumem tais valores como seus, interpretando a realidade e a partir desses referenciais, com implicações no processo de tomada de consciência da realidade.

Foram realizados, aliás, outros estudos relacionando uma das bases do capitalismo e o desenvolvimento do sujeito, tendo como pressuposto o fato de que o estranhamento estava ancorado na dimensão econômica. O sistema de propriedade privada era criticado pelo fato de mutilar os homens reais e concretos, impedindo o pleno desenvolvimento da personalidade e sua felicidade. Neste sentido Schaff (1967, p.117) afirmava que no sistema capitalista, “o domínio da realidade sobre o homem, da realidade que escapou ao seu domínio, rouba-lhe a sua humanidade, limita o desenvolvimento da sua personalidade, faz do homem um acréscimo para o mundo das coisas: da máquina, do aparelho burocrático do Estado, etc.”.

Apesar da sua fundamental importância, ela não é a única mediação existente no estranhamento. O próprio Schaff (1967) questiona a tese marxiana segundo a qual a abolição da propriedade privada promoveria a superação de toda forma de alienação. Em sua análise das sociedades socialistas, o filósofo marxista polonês afirmou que apesar da abolição da propriedade privada não foi possível alcançar a emancipação humana, posto que a alienação ocorreria sob outras bases também. Deve-se levar em conta, também, o tempo de transição de uma sociedade capitalista para aquela sem propriedade privada e Estado. Além disso, a consciência social acompanha esse processo de forma mais lenta, em decorrência de seu conservantismo, não acompanhando o mesmo ritmo das transformações do ser social.

Feita esta pequena digressão em torno da temática do estranhamento/alienação retornaremos a discussão do movimento da consciência, tendo por base o livro “Ensaio sobre a Consciência e Emancipação” lançado em 2006 por Mauro Iasi. Neste estudo, ele descreveu o movimento da consciência cujo processo se inicia com a conformação do indivíduo a uma determinada ordem societária. A primeira forma de consciência é uma representação mental (subjativa) de uma realidade concreta (objetiva) mediada pela percepção das relações que estabelece com o mundo, seja a natureza ou demais seres humanos. Nesse momento capta apenas uma parte do todo, cuja compreensão da totalidade ocorre por ultrageneralização, sendo esta uma característica importante. Por sua vez, esta promove uma espécie de alívio existencial, diante da enorme insegurança dada a incontrolável força da natureza e do destino. Num segundo momento, as informações chegam ao indivíduo de forma sistematizada pelo conhecimento que busca justificar determinadas relações em cada época distintas. Nesse processo o homem tem projetado algo de humano para aquilo que vai além dele e da própria decisão do destino nas mãos de outrem, esperando por melhorias com passividade (IASI, 2006).

O desenvolvimento das contradições inerentes de uma sociedade promove um afastamento entre as relações sociais interiorizadas como ideologia (representação ideal de um determinado estágio das forças produtivas) e a forma como elas se efetivam na realidade concreta. Dessa forma, estão criadas as condições materiais para colocar a consciência em movimento, num estágio intermediário, caracterizado pela revolta diante de tal situação e a possibilidade de surgimento de uma classe social que anuncia um novo tipo de sociabilidade humana. Esta segunda forma, denominada de consciência em si, possui uma qualidade diferente no que diz respeito à identificação com as outras pessoas. Percebem a realidade social mediada por um grupo, de forma que sua situação não é considerada numa perspectiva individual, mas que também é vivenciada por outras pessoas. Os sujeitos passam a perceber

seus interesses próprios em antagonismo com outros interesses, numa perspectiva coletiva, criando as condições para buscar transformar tal realidade, e não apenas revoltar-se contra ela (IASI, 2006). Podemos relacionar este estágio com o as ideias de Thompson relativas à formação da classe operária, tendo a experiência como base.

Nesta fase, o sujeito possui consciência de uma parte da contradição fundamental da sociedade capitalista (produção social e acumulação privada), reivindicando melhorias, embora dentro dos limites da sociedade capitalista. Se estagnado na consciência em si, a consciência torna-se espectadora de uma realidade que não controla, resvalando num burocratismo e corporativismo. Outra possibilidade é a fragmentação da consciência cujos efeitos são a prevalência dos interesses individuais e conformação à sociedade que pretendia negar. Ou seja, imersa em sua particularidade não consegue superar aquilo que nega, por isso é considerada como intermediária. Embora não compreenda a realidade numa perspectiva individual ainda está nos limites das relações imediatas.

Ainda de acordo com Iasi (2006) a consciência para si (ou revolucionária) por seu turno, busca a transformação da sociedade e não apenas melhorias para indivíduos ou grupos, envolvendo ações coletivas e de classe. No entanto, o amadurecimento subjetivo dessa consciência varia de acordo com a vida e a percepção de cada indivíduo singular, podendo existir sujeitos revolucionários inseridos em grupos que partilham o primeiro estágio da consciência. Além disso, nem sempre ocorre que estão dadas as condições concretas para que tais processos revolucionários ocorram de fato. A nova consciência aparece apenas em sua forma embrionária, apresentando elementos da nova ordem de relações sociais. Nesse caso, caso o sujeito deverá buscar mediações políticas para levar o processo adiante. Caso não encontre, tais condições pode promover processos de ansiedade ou até mesmo depressão.

À medida que o sujeito se apropria da realidade concreta e das determinações que o constitui enquanto sujeito histórico promove um afastamento da realidade objetiva, possibilitando transformá-la de maneira cada vez mais consciente. De acordo com Euzébios Filho (2011) a consciência inicia seu movimento partindo de sua subordinação ao capital; passa por um rompimento com a ordem vigente, mas ainda circunscrita aos parâmetros do capitalismo indo em direção à luta de classe, na perspectiva de abolir a exploração de uma classe por outra. Neste movimento dividido esquematicamente em três momentos, parte-se da consciência de classe “em si” na direção de uma consciência de classe “para si”.

A consciência para si busca a emancipação humana tal como proposta por Marx. De acordo com o filósofo alemão os seres humanos emancipados assumiriam e controlariam sua própria história, embora sob determinadas circunstâncias históricas e base material, ou seja,

de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção. No caso específico da sociedade capitalista exige, portanto, a superação das mediações da mercadoria, do capital e do Estado. Neste sentido, Iasi (2006, p,59) afirma que:

A emancipação humana, fim da pré-história da humanidade, exige a superação das mediações que se interpõe entre o humano e seu mundo. Para que a humanidade, reconhecendo a história como sua própria obra, possa decidir dirigi-la para outro caminho, diferente do beco sem saída para o qual a sociedade capitalista mundial levou a espécie. Nos termos de Marx, assumir de forma consciente e planejada o controle do destino humano.

A tomada de consciência de classe “para si” está relacionada com a apropriação da realidade social, política e econômica, existente “em si”, ou seja, independente da vontade dos indivíduos. Não se trata de um traço da personalidade, pois vai além do indivíduo, em direção ao cenário estrutural da luta de classes. Por meio de uma práxis revolucionária, o sujeito apreende as contradições presentes na sociabilidade capitalista. (EUZÉBIOS FILHO, 2016). De acordo com Ratner (2015), a conscientização é um processo de movimento da consciência da natureza política da cultura e da subjetividade, apreendendo as raízes objetivas e subjetivas da alienação. Por meio dela é possível compreender os fenômenos sociais, políticos econômicos e da própria subjetividade como determinada pelas relações, valores, princípios e conceitos sociais.

De acordo com o que foi abordado sobre a consciência podemos afirmar que o movimento da consciência é um processo mediado por várias instâncias e determinações das mais diversas ordens. A construção de uma consciência para si e da emancipação humana não é um objetivo de fácil concretização na realidade histórica tendo em vista as mediações existentes neste processo e as conexões que elas estabelecem entre si. Contudo, Iasi (2006) afirma que a luta e a construção de seus elementos subjetivos necessários devem estar alicerçada nas condições objetivas dadas. A partir dela, deve-se buscar compreender suas contradições e movimentos com o objetivo de transformar determinada realidade.

Podemos compreender o movimento da consciência em si na direção da consciência para si a partir da sua realização na realidade concreta. Existem alguns mediadores que obstaculizam a passagem de um para o outro, tendo em consideração o objetivo de reproduzir a ordem socioeconômica vigente. Iasi (2006) afirma, por exemplo, que as ideias revolucionárias foram apropriadas no interior da sociedade capitalista, sob o viés da socialdemocracia, representando o fracasso da luta revolucionária. Trata-se de um meio de evitar a construção do socialismo por meio de medidas distributivas, permanecendo as relações de produção e propriedade capitalistas. Além disso, muda a identidade dos

trabalhadores para a de cidadãos cujas reivindicações ficam circunscrita na esfera dos direitos. De acordo com suas próprias palavras Iasi (2006, p.86) afirma que:

O horizonte de 'direitos' é delimitado pela ordem: receber salários pela venda de sua força de trabalho, ter acesso e consumir as mercadorias necessárias à reprodução dessa força de trabalho, morar, vestir-se, comer. Às vezes, podem até mesmo ousar pensar no futuro desde que não ultrapassem a ordem das mercadorias e do capital e com a condição de que seu sonho poderá ser dividido em prestações de um crediário.

Em uma discussão sobre a socialdemocracia Mézáros (2014) afirma que eles atuaram no interior do sistema capitalista porque não interferiam em seus imperativos materiais e políticos, uma vez que buscavam intervir na distribuição, sem alterar a estrutura da produção que a determina. A função protetora do Estado burguês é exercida até o limite de sua correspondência aos interesses objetivos da classe dominante em sua totalidade. Nesse processo o Estado sujeita vários interesses menores intervindo em grupos fragmentados e divididos, fragmentando a classe trabalhadora.

O Estado apresenta uma contradição inerente. Apesar de aparecer como uma entidade autônoma em relação às classes sociais, cujo fundamento permite uma dominação em relação à sociedade, ele articula e expressa os interesses da classe dominante. A própria ideologia busca universalizar os interesses de uma determinada classe em interesse geral, ou seja, do conjunto da sociedade. No entanto, não se trata de uma conspiração de uma classe sob a outra, pois para obter consentimento da maioria dos governados, a classe dominante concede benefícios e garantias aos trabalhadores, embora não toque no essencial do processo de acumulação capitalista. Com efeito, a melhoria na qualidade de vida da classe trabalhadora cria obstáculos para a mobilização da consciência no sentido de perceberem as contradições existentes na produção, pois permanecem alienado, embora com alguns benefícios concedidos pelo capital.

O Estado de bem-estar é um exemplo típico dessa estratégia de superação da contradição de base material na medida em que elas são deslocadas para a arena do quadro da superestrutura jurídica e política. A longa experiência dos governos escandinavos, por exemplo, não promoveu uma alteração estrutural na ordem socioeconômica estabelecida. Em países da América Latina que buscou transformações mais profundas foram brutalmente derrubados como no Chile e Brasil, por exemplo. Além disso, Mézáros (2014, p.123) afirma que existe uma enorme distância entre posse de direitos e a sua implementação concreta por meios de “práticas materialmente sustentadas e socialmente viáveis de satisfação humana”.

A política pública produz impactos na consciência dos indivíduos em relação a si mesmos e aos outros. Podemos situar a Política Habitacional do PMCMV dentro deste contexto da garantia de direitos, amparados legalmente pelo Estado. Trata-se de um processo contraditório cujas mediações devem ser expostas e analisadas. A crítica realizada sobre a permanência da contradição fundamental da sociedade capitalistas pelas políticas públicas que afiançam direitos, não resvala sobre a sua importância para os trabalhadores. A garantia de uma moradia aos trabalhadores é benéfica para sua própria reprodução simples. O fato fundamental é que tal política não altera os mecanismos de exploração a que estão submetidos a classe trabalhadora. Embora com moradias, continuam explorados. Aliás, a própria habitação pode ser utilizada como estratégia para arrefecer a luta de classe da sociedade capitalista. Essa questão retornará com o debate sobre a ideologia no próximo tópico.

A consciência política dos moradores mediada pelo PMCMV pode, por exemplo, promover posicionamentos de negação ou consentimento da ordem estabelecida. Dessa forma, um direito social garantido por meio da luta de classe pode ser experienciado como um favor do Estado diante de suas necessidades básicas ou como uma conquista da classe trabalhadora. Esta diferenciação é fundamental para analisar as posturas dos sujeitos diante de sua realidade concreta de exploração e opressão. As transformações nos modos de viver e habitar a cidade poderão apontar para novas perspectivas voltadas para a construção de uma cidade cada vez democrática e inclusiva voltada para as pessoas e com o reconhecimento social de suas necessidades básicas, ou seja, na perspectiva da emancipação humana.

Tendo em consideração as contradições da política habitacional (formando uma unidade dialética), podemos indagar se a moradia nesta política será posta como uma mercadoria (de forma que os beneficiários desta política sejam transformados em consumidores) ou como um direito social conquistado mediante lutas da classe trabalhadora, transformando os moradores em cidadãos. Além disso, podemos questionar se ela mobiliza o sujeito ou grupo social numa perspectiva de luta de classe, fortalecendo a consciência de classe dos moradores e a reivindicação de outros direitos sociais ou se atua para inculcar valores individualistas e modos de vida burguês em seus moradores, dentro dos parâmetros da propriedade privada, sendo a moradia um produto a ser consumido.

No caso específico do argumento que queremos afirmar neste trabalho de tese, podemos refletir sobre as implicações das experiências dos moradores em espaços segregados, enquanto uma expressão da questão social nas formas de pensar, sentir e agir dos sujeitos, ou seja, na consciência que eles possuem sobre a própria realidade em que vive. A segregação socioespacial é um fato para muitos moradores dos empreendimentos do

PMCMV, ou seja, trata-se de uma realidade concreta. Sendo coerentes com a perspectiva teórica adotada e exposta acima, podemos afirmar que existe uma relação entre ambas, embora não seja o único mediador a determinar a consciência dos moradores. A ideologia é um mediador importante neste processo, uma vez que tem implicações psicossociais como aqueles expressos no movimento de consciência de classe “em si” em direção à consciência “para si” (e a participação sociopolítica dos moradores) como também sobre a forma de compreender a realidade no qual estão inseridos. A seguir será abordado brevemente sobre tal processo.

4.3. Mediação da ideologia e processos psicossociais

Outro aspecto importante a ser levado em consideração numa discussão sobre a consciência, diz respeito à ideologia. Neste sentido este tópico realiza uma discussão sobre ela dentro de um debate crítico da sociedade capitalista, ou seja, levando em consideração as determinações da relação entre capital e trabalho. Ressalta-se que trata-se de uma mediação importante para compreender o movimento da consciência dos moradores e as formas de pensar, sentir e agir sobre a realidade social concreta. Embora a experiência vivida dos sujeitos, tal como proposta por Thompson, possa levantar algumas contradições da sociedade capitalista, a ideologia dominante cria barreira para que tome consciência, atuando na própria reprodução da sociedade capitalista.

A discussão sobre a ideologia é bastante complexa, abarcando vários entendimentos, inclusive antagônicos entre si. Iasi (2006) já adverte sobre a problemática ao afirmar que nem sempre o sentido comum de um termo possui o mesmo significado enquanto uma categoria ou um conceito inserido no interior de uma concepção teórica coerente. O uso comum do termo ideologia está ligado ao seu surgimento em 1795 por Destruitt de Tracy, onde ela é empregada como a ciência ou teoria geral das ideias cujas contribuições permitiriam fornecer base para o conhecimento científico e compreensão da natureza do homem. Apesar de que a concepção original estava relacionada com um conjunto de ideias tidas como universais foram surgindo várias outras concepções e sentidos acerca dela.

O conceito de ideologia não apresentou um percurso linear em sua história, pois passou por mudanças tanto em seus conteúdos quanto no que diz respeito à valoração,

variando de aspectos positivos até negativos, passando pela neutralidade. Guareschi, Roso e Amon, (2016) destacam que o próprio termo “ideologia” apresenta vários sentidos na obra de Marx. O primeiro diz respeito à crítica aos hegelianos e a valorização exacerbada em relação às ideias²⁷. Outro sentido aponta para uma relação com a consciência de classe, cujos sistemas de ideias deformam a realidade produzindo uma falsa consciência. Por fim, a ideologia se apresenta também como construções simbólicas, valores e tradições que dificultam uma compreensão das relações de classe e da perspectiva de mudança social.

De acordo com Mészáros (2014) ela é considerada como uma forma de consciência social que orienta a prática social dos sujeitos. No caso de uma sociedade dilacerada por contradições e antagonismos internos e estruturais, ela permite tornar conscientes os conflitos e os interesses de classe, realizando uma mediação em relação ao conflito fundamental próprio da estrutura social: controle do metabolismo social das relações de produção. É por meio da ideologia, portanto, que as classes sociais se inter-relacionam e disputam os interesses sociais antagônicos e são colocadas as margens de ações historicamente construídas. Contudo, é importante ressaltar que esta concepção não aborda a ideologia como sinônimo de mistificação da realidade, embora possa vir a ser, como é o caso da ideologia dominante.

Ancorado na perspectiva de marxiana, Iasi (2006) afirma que as ideias são entendidas como manifestação ideal das relações materiais. As relações materiais dominantes, por sua vez, produzem a ideologia dominante como justificativa de dominação de uma classe sobre a outra. Embora sejam ideias de uma classe, apresentam-se como universais. Daí seu caráter de naturalização e velamento da realidade de dominação que busca encobrir. Numa ideologia dominante, as relações sociais e os homens aparecem de forma invertida.

Schaff (1967) reforça a argumentação quando afirma que a ideologia é um reflexo da realidade objetiva, condicionado socialmente pelos interesses do homem que numa sociedade capitalista será sempre o interesse de classe. Embora seja determinada pela base econômica ela adquire certa autonomia no sentido de resistir a mudanças quando de alteração na dimensão econômica. Por sua vez, isso não implica em afirmar que embora esteja vinculada a superestrutura da sociedade, ela não interfira na base econômica, podendo, possuir força

²⁷ Marx e Engels (1998, p.19) criticam os jovens hegelianos pelo fato de seu pensamento estarem circunscrita ao mundo das representações, ou seja, aos produtos da consciência, sem nenhuma relação com a realidade material. Com efeito, tais ideias ou conceitos ganham autonomia da realidade concreta que a produziu, sendo meras abstrações. As ideias são desvinculadas dos homens concretos das condições a partir da qual elas surgiram e posteriormente, são estabelecidos um vínculo místico entre os sucessivos conceitos, ganhando a aparência de que eles são desenvolvimento de um determinado conceito, ou seja, diversos momentos do pensamento. Por fim, este conceito que determina a si mesma é transformado numa “substância” ou serão representado por alguns guardiões, como os filósofos ou ideólogos (MARX; ENGELS, 1998).

material, quando atinge as massas. Trata-se de uma unidade dialética entre a base econômica e a ideologia.

Visando ocultar essas relações de dominação imposta de uma determinada classe sobre a outra, típicas do modo de produção capitalista, a ideologia assume um papel importante na reprodução dessas relações assim como na reprodução da alienação social do indivíduo nestas sociedades (VASCONCELOS, 2014). De acordo com o próprio Marx e Engels (1998) a classe que detém o poder material dominante de uma determinada sociedade, detém também o poder espiritual dominante, de tal modo que a ideologia dominante são a expressão ideal das relações materiais dominantes, ou ideias de dominação. No entanto, elas não se apresentam como sendo ideias de uma classe, tal como foi afirmando por Marx E Engels (1998, p. 50 quando afirmam que:

Com efeito, cada nova classe que toma o lugar daquele que dominava antes dela é obrigada, mesmo que seja apenas para atingir seus fins, a representar o seu interesse como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade ou, para exprimir as coisas no plano das ideias: essa classe é obrigada a dar aos seus pensamentos a forma de universalidade e representa-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos universalmente válidos.

O discurso dominante compreende a ideologia de uma forma negativa e meramente teórica, a partir da qual pensadores supra-ideológicos poderão desvelar seus véus enganadores em direção à verdade. Nesse sentido, a ideologia é identificada como uma “falsa consciência” sobre a realidade, devendo ser combatida. Além disso, o entendimento contemplativo de que a verdade é uma questão teórica e não prática despreza a possibilidade de engajar-se em empreendimentos práticos voltados para alterar acontecimentos históricos. Com efeito, os aspectos de emancipação e autonomia diante da realidade contraditória e conflituosa eram negados e corrigidos mediante propostas educativas e individuais, conformando os indivíduos aos imperativos estruturais da sociedade ao mesmo tempo em que promove uma estabilidade social desejável ao sistema capitalista. (MÉSZÁROS, 2014). Neste sentido a própria ideologia assume um papel fundamental na reprodução da sociedade capitalista, incluindo suas contradições.

Pode-se afirmar que a ideologia dominante não é o reflexo verdadeiro do mundo social, mas apenas uma explicação plausível com o objetivo de promover estabilidade ao mundo social, atenuando os conflitos inerentes de uma sociedade dividida em classes. Tal procedimento é realizado desistoricizando a realidade e desconsiderando as contradições objetivas da ordem social capitalista, cuja eficácia está relacionada com um intermediário prático-material correspondente, naquilo que Mézáros (2014, p.476) denomina de

“articulação material teoricamente articulada e praticamente efetiva”. É neste sentido que o filósofo húngaro afirma que as ideologias dominantes possuem uma posição privilegiada, pois possuem o apoio das principais instituições econômicas, culturais e políticas, que atuam como mecanismos auto reprodutivos fundamentais da mesma sociedade que a produziu. Embora, a classe dominante defenda uma postura meramente teórica na sua compreensão sobre a ideologia, esta possui um efeito prática na realidade concreta, cuja mediações e contradições devem ser analisadas, principalmente se levarmos em consideração um posicionamento crítico e transformador da sociedade capitalista.

A racionalização ideológica da ordem existente, por exemplo, busca liquidar a dimensão histórica, especialmente naquelas presentes em aspirações hegemônicas da classe trabalhadora, que apresentam uma alternativa ao sistema estabelecido. Nesta perspectiva, por exemplo, as necessidades básicas são consideradas como imutáveis ao mesmo tempo em que afirmam a insuperabilidade do modo de produção capitalista, tido como naturalmente necessário para a satisfação daquelas necessidades. Com efeito, os problemas sociais são analisados como uma questão tecnológico-científica, apartados de relações sociais historicamente estabelecidas e altamente conflitivas, que seriam solucionadas por meios meramente instrumentais (MÉSZÁROS, 2014). Nesta perspectiva, as críticas realizadas possibilitam apenas reformar o próprio capitalismo, reproduzindo suas contradições e desigualdades estruturais.

De acordo com Vasconcelos (2014) a ideologia apresenta-se como um poder social estranho ao próprio homem, escapando à sua própria vontade. Uma de suas formas de se expressar é mediante a inversão. Com uma compreensão parecida, Iasi (2006, p.98) ressalta que as criações humanas no capitalismo assumem feições que acabam controlando as relações humanas e determinando seu ser. Ganha cada vez mais força a ideia de que o mercado e o Estado são insubstituíveis, mesmo tendo sido um produto da atividade humana em um determinado momento histórico. Além disso, ressalta-se o fato de que os proletários estão presos na relação fundamental do capitalismo de tal forma que a crise do capital é sentida como a crise do trabalho, em sua forma assalariada, “gerando a ilusão de que a destruição da ordem capitalista é a sua própria destruição”. Trata-se de um efeito ideológico, pois a crise do capital não representa a crise do trabalho. Pelo contrário, caberiam aos trabalhadores lutar pela superação do capital para promover uma sociedade emancipada. Esta possibilidade perpassa a negação da totalidade do sistema capitalista de forma autônoma, representando os interesses gerais a partir de seus próprios interesses e não com os da burguesia.

No entanto, o poder da ideologia dominante mistifica a realidade social com o objetivo de estabelecer um consenso no interior da sociedade de classe. Mesmo aqueles que sofrem com as consequências da ordem estabelecida, passam a endossar seus valores e práticas. A busca de consensos capitalistas não é uma novidade no sistema capitalista, sendo utilizada muitas vezes como uma alternativa diante da imposição de relações de poder, tal como ocorre com o uso de forças policiais. Tendo em consideração que seu poder se origina de uma base socioeconômica, sua compreensão e transformação deve-se remeter a ela. Há uma afinidade estrutural entre as mistificações e inversões práticas e as conceituações ideológicas. Dessa forma, a capacidade de transformação de uma ideologia crítica não deve restringir-se aos aspectos meramente ideológicos, mas promover uma negação prática e materialmente eficaz das estruturas reprodutivas da sociedade, ou seja, uma transformação da realidade concreta que as engendrou (MÉSZÁROS, 2014; VASCONCELOS, 2014). Conforme afirmam Marx e Engels (1998) as formas e os produtos da consciência não podem ser resolvidos por meio da crítica, mas sim da revolução, ou seja das condições concretas de produção dos meios de vida e da própria vida (relações reais existentes) a partir da qual surgiram as representações da consciência.

Podemos afirmar que a ideologia não se resume numa simples representação ideal da uma realidade material. À medida que ela determina práticas sociais a ideologia estabelece também formas de ações humanas perante esta mesma realidade, ou seja determinam formas de pensar, sentir e agir sobre a realidade concreta. Neste sentido, a ideologia dominante não promove práticas com o objetivo de transformar a realidade social na perspectiva da emancipação humana, modificando as relações sociais de produção. Pelo contrário, trata-se de práticas sociais que atuam na realidade concreta sem alterar as condições que possibilitaram o surgimento de tal ideologia, ou pelo menos que as modificações ocorram dentro de seus limites, sem questionar os fundamentos desta mesma sociedade. Em outras palavras, atuam dialeticamente na reprodução dessa mesma sociedade capitalista. Tal discussão será retomada adiante quando analisada o conceito de fatalismo.

Mészáros (2014) afirma categoricamente que tudo em nossa sociedade está impregnado de ideologia, afastando a concepção de que toda ideologia é ocultamento da realidade opressora. O fato de não percebê-la não significa afirmar que ela não exista, mas apenas que está presente de forma oculta. Quando evidenciados, os pressupostos e os valores relativos à ordem dominante são considerados como verdadeiros, enquanto que aqueles que apontam para uma outra sociabilidade são tidos como falso. Dessa forma, a ideologia dominante buscará a reprodução da ordem socioeconômica estabelecida, promovendo

discursos ideológicos acerca de uma unidade orgânica na sociedade (legitimando suas reivindicações de classe enquanto interesse comum), ao mesmo tempo em que desempenha um papel importante em reajustes estruturais.

De acordo com Guareschi, Roso e Amon (2016), a ideologia para Lenin e Lukács, resguardada as diferenças entre estes pensadores, tem um sentido ampliado, abarcando um conjunto de ideias que promovem o interesse de classe, a partir de um aspecto da vida social e não necessariamente como algo a ser combatido. A “ideologia proletária” se apresenta como antiideológica no sentido de que não se propõe a velar uma realidade com o objetivo de legitimar a dominação proletária sob a burguesia. Pelo contrário, busca revelar e eliminar as relações de exploração e dominação, por meio da livre associação dos produtores. No entanto, em decorrência da associação entre o stalinismo e a “ideologia proletária” Iasi (2006) prefere utilizar o termo consciência social para evitar qualquer ambiguidade com o termo anterior.

A concepção de ideologia adotada nesta pesquisa parte das considerações de Gramsci ou Lukács²⁸, que não reduzia à questão da “falsa consciência²⁹”, mas possuindo uma função prático social de determinadas formas de consciência na orientação da práxis humana. Nesse caso, os próprios trabalhadores possuiriam sua ideologia, condizentes com seus interesses de classe. Nesta perspectiva, a ideologia teria a função de organizar e articular o movimento de luta da classe trabalhadora, influenciando no movimento de sua consciência em direção à consciência “para si”. No entanto, a questão ganha outros contornos, quando os trabalhadores se apropriam da ideologia da classe dominante como se fossem a sua, tal como ocorre às vezes com a questão da moradia.

Aproximando tal debate para o objeto aqui em análise, a ideologia da casa própria pode ser compreendida como uma estratégia de cooptação dos trabalhadores na sua luta pela moradia, justificando ou obscurecendo uma realidade exploradora e opressiva, decorrentes da exploração do trabalho pelo capital. Bastante difundida no contexto repressivo da ditadura militar brasileira, a moradia foi considerada como um status a ser perseguido por todos, inclusive pelos trabalhadores. O tempo necessário para o financiamento desta propriedade

²⁸ Gramsci, assim como Lukács compreende a ideologia para além dos limites estreitos de uma falsa consciência, ao abordar sua função prático social de determinadas formas de consciência na orientação da práxis humana. Para cada formação classista haverá uma consciência social correspondente, organizando a prática social de acordo com seus interesses práticos de determinada classe social, ou seja, inseridos na contradição impostos pelos antagonismos da produção social. A ideologia pode ser compreendida como um terreno no qual os sujeitos tomam consciência de seu próprio ser social, suas tarefas históricas e de sua força (PEREZ, 2018; SILVEIRA JUNIOR, 2014)

²⁹ Para melhorar o entendimento, ressalta-se que esta pesquisa adotou o sentido de “falsa consciência” quando se tratar apenas da ideologia da classe dominante, atuando como o “freio” no movimento da consciência, com o objetivo de reprodução da sociedade capitalista.

privada praticamente coincide com o tempo em que o trabalhador vende sua força de trabalho no mercado, tornando-o mais dependente deste e, portanto submisso e conformado com a situação de exploração e opressão (SILVA, 1989). Em caso de tornar-se desempregado terá maior dificuldade de conseguir saldar as prestações do imóvel. Com efeito, o horizonte de luta se reduz da transformação da realidade social para a melhoria na habitação e infraestrutura.

Contudo, a ideologia da casa própria encerra uma contradição, não sendo apenas o aspecto ideal de relações de dominação capitalista, baseada na propriedade privada. Do ponto de vista da classe trabalhadora, a casa própria representa uma segurança diante dos vários riscos sociais e preocupação à que ela está submetida. Tal aspecto é ressaltado por Bonates (2009, p.31) quando afirma que:

Assim, a propriedade privada insere na mentalidade do proprietário a sensação de segurança, pois, caso ele seja demitido, ainda assim terá onde morar. Além da segurança, a casa própria reproduz os valores burgueses, como a questão do status: um proletário que adquire a sua casa própria passa a acreditar que está progredindo no emprego e ascendendo socialmente. A propriedade privada utilizada como instrumento visando a preservação do patrimônio da classe dominante é também um valor burguês reproduzido, pois incute no trabalhador a importância de também ser proprietário da casa própria (BONATES, 2009, p. 31).

Outro aspecto que pode ser levantado, se considerarmos a ideologia da casa própria numa perspectiva da classe trabalhadora, é que ela representa a redução de gastos no sentido não pagarem mais aluguel, especialmente num contexto de alta dos valores. Outro ponto que merece destaque é a segurança diante da possibilidade de remoção, seja por falta de pagamento de aluguel, por morar em habitação cedida ou por desapropriação. Em todo o caso, podemos apontar para uma diferença significativa. Para os trabalhadores, a casa própria é valorizada a partir de seu valor de uso, e não como uma mercadoria desejada por seu valor de troca. Podemos ponderar que um trabalhador que busca aumentar sua renda mediante o mercado habitacional ou especulação imobiliária, apropriou-se da ideologia dominante.

De acordo com Gonçalves (2010) a implementação de uma política pública intervém na realidade em suas duas dimensões (objetiva e subjetiva). No caso específico, a provisão de moradia não modifica apenas o espaço urbano, mas também a apropriação do território e da própria política pelos moradores, produzindo processos psicológicos, tais como percepções, sentimentos, pensamento, motivação, imaginação, consciência etc. Embora não se trata de um determinismo causal e linear, os aspectos objetivos conformam a maneira do sujeito se relacionar no mundo. A construção do sujeito histórico ocorre, portanto, na dialética do lugar concreto, construído e ocupado por ele e sua posição no contexto social e material.

Harvey (1980) considera o urbanismo relacionado com a ideologia, no sentido de possuir a função de moldar modos de vida de uma determinada população. O espaço criado pela sociedade reflete a ideologia dos grupos dominantes ao mesmo em que afeta as relações sociais. Os espaços sociais são tomados por um conjunto de imagens e sentimentos individuais, determinados pela ideologia, não se restringindo na sua dimensão euclidiana, tal como costuma ser pensada por urbanistas.

Dattwyler, Peterson e Rivas (2017) afirmam que o Estado neoliberal modificou suas políticas sociais com o objetivo de imprimir aquilo que eles denominaram de políticas de “rosto humano”. Trata-se uma estratégia para garantir sua hegemonia ideológica ao mesmo tempo em que garante as relações sociais de produção capitalistas. Mesmo “humanizado” (de acordo com a concepção utilizada pelos autores), o neoliberalismo transformou o conteúdo social do direito à cidade de acordo com as finalidades políticas e econômicas. A noção de direitos, por exemplo, é restringido no acesso aos bens e serviços, medido em distâncias euclidianas. Além disso, as políticas habitacionais têm convertido os grupos sociais vulneráveis do mercado de trabalho e consumo em sujeitos de crédito.

Assim, pode-se afirmar que os aspectos da ideologia e da alienação, ambos relacionados entre si, interferem no processo de conscientização acerca dos determinantes sociais relacionados com a moradia. A intervenção do Estado neste caso específico pode produzir um movimento contraditório na consciência. Se de uma lado, pode impor obstáculos para o processo de movimento da consciência, pode favorecer que a moradia seja entendida na perspectiva de um direito social conquistado pela mobilização dos trabalhadores. A partir do estudo a ser desenvolvido, podemos refletir como o precário atendimento das necessidades básicas dos sujeitos repercute nos movimentos reivindicatórios e ou quais as mediações que estão envolvidas neste processo.

Nessa mesma direção, Rosa (2013, p.537) afirma que nas pesquisas realizadas baseadas na cognição política, a ideologia é considerada como uma forma de cognição social, fornecendo “sistemas de referência com os quais poderíamos diminuir nossos níveis de incerteza, ansiedade e medo diante da complexidade do real e de seus estímulos”. Dessa forma, podemos afirmar que cumpre uma função importante nas atividades cotidianas dos sujeitos.

O próximo tópico aprofundará as discussões desenvolvidas ao longo deste capítulo, ressaltando as implicações psicossociais decorrentes da sociabilidade capitalista sobre uma perspectiva crítica.

4.4. Implicações psicossociais e fatalismo

Este tópico inicia como uma espécie de síntese das discussões sobre experiência, alienação e ideologia, aprofundando determinados aspectos no que diz respeito às suas implicações psicossociais, principalmente por meio da categoria do fatalismo. Tais categorias, por sua vez, foram analisadas levando em consideração as contradições do modo de produção capitalista, uma vez que são referem-se à processos produzidos no seu interior. Este tópico inicia com um debate sobre a compreensão do sujeito numa perspectiva marxista para em seguida abordar as implicações psicossociais, incluindo o fatalismo. Finaliza com a descrição de experiências vivenciadas pelos moradores de diversos conjuntos habitacionais construídos pelo PMCMV, extraídos da própria literatura acadêmica. Pretende-se dessa forma, aproximar os aspectos teóricos desenvolvidos com os dados empíricos levantados em outras pesquisas de campo.

Os aspectos psicossociais são produzidos a partir da experiência concreta dos sujeitos numa determinada realidade social, de forma que sua compreensão deve estar inserida na totalidade das relações sociais, pois são processos construídos historicamente e concretizados a partir de várias mediações. Conforme já foi descrito anteriormente, a experiência na perspectiva de E.P. Thompson é entendida como uma práxis social cujo fundamento ontológico é o trabalho (ALVES, ARAÚJO, 2013) Não se trata de uma experiência puramente subjetiva, mas produzida dentro de uma totalidade social concreta e em constante movimento.

Existe uma relação dialética entre uma realidade objetiva, material e social com uma determinada experiência dos sujeitos, a partir da qual são produzidos significados, sentimentos, imagens, ideias, determinando seu modo de pensar, sentir e agir sobre esta mesma realidade. A dimensão subjetiva da realidade é um produto das relações estabelecidas pelos sujeitos, pois de acordo com Nascimento, Sarubbi e Souza, (2009, p. 16):

O mundo psicológico se organiza a partir das vivências dos sujeitos. Estas são o conjunto de atividades e relações que ao serem exercidas pelos sujeitos se organizam e se estruturam como conteúdos singulares. Subjetividade e objetividade se constituem uma à outra sem se confundirem. O mundo psicológico é um mundo em relação dialética com o mundo social.

A compreensão do indivíduo na perspectiva marxista não ressalta apenas a relação que ele estabelece com a natureza ou com a sociedade, mas principalmente a mediação realizada pelo trabalho ou práxis humana, que transforma a realidade objetiva a partir de determinadas

relações sociais com o objetivo de criar suas condições de existência. Pode-se dizer que por meio do trabalho, o indivíduo cria a realidade humana. Nesse processo, o próprio homem transforma-se a si próprio, sendo sua autocriação dentro das determinações da realidade social (SCHAFF, 1967). Nesta mesma linha de raciocínio Vasconcelos (2014) afirma que a práxis (social) é condição para o desenvolvimento da individualidade humana e sua autotransformação. Por meio dela, os indivíduos podem transformar a realidade e as contingências à que está submetido e, neste processo transformar-se a si próprio. Portanto, a essência humana não se apresenta de forma abstrata e a-histórica, mas determinada pelas relações sociais inseridas em determinada forma de sociedade.

Contudo, vale ressaltar que o conjunto de relações sociais produzidas historicamente pelos homens tendo em consideração a produção social da existência constitui a estrutura econômica da sociedade, a partir da qual serão produzidas a superestrutura jurídica e política, como também a consciência social (VASCONCELOS, 2014). Schaff (1967) destaca que a influência recíproca entre base e superestrutura não ocorre de forma direta e mecânica, mas sempre mediada pelo homem, que em última análise é o produtor de ambas. A modificação na base pode promover alterações diversas na consciência social ou ideologia, em diferentes meios e formas diversas. No entanto, tendo em consideração que as condições sociais são condições de classe, a classe social no qual determinado indivíduo está inserida é fator determinante de sua constituição enquanto indivíduo. Assim, as possibilidades do pleno desenvolvimento da personalidade são determinadas pela sociedade, podendo ser restrita em decorrência da alienação, como ocorre nas sociedades capitalistas.

A reprodução da vida cotidiana no modo de produção capitalista está relacionada com a produção de mercadoria, mediante o sistema de circulação de capital. Isso não implica dizer, no entanto, que tudo pode ser reduzido a uma simples manifestação da circulação do capital, mesmo que de forma indireta (HARVEY, 2005). No entanto, embora não seja o único determinante da reprodução da vida humana, o capital tem importância fundamental neste processo, na medida em que produz uma sociedade inerentemente desigual e a alienação.

Sawaia (2009) apresenta uma consideração interessante acerca do desdobramento da desigualdade social nas emoções do sujeito, produzindo o que ela denomina de sofrimento ético-político. Ao reduzir o potencial de ser afetado pela realidade e conseqüentemente ampliar nosso potencial de ação, o sujeito se vê amedrontado, paralisado e, portanto mais suscetível de submissão à realidade. Nesse processo de alienação não se trata apenas de não reconhecer as forças externas que o domina, mas em passar a desejar a própria dominação.

Embora a autora parta de outro referencial teórico, podemos fazer um paralelo com o conceito de alienação que será exposto a seguir.

Em relação aos efeitos de uma realidade injusta e desigual no psiquismo do indivíduo Martin-Baró (1973) denuncia que o processo de pauperização da classe trabalhadora produz uma imagem desvalorizadora de si com sentimentos de impotência, menos valia, e passividade diante desta realidade, alimentados por um poderoso *feedback* negativo. A imagem depreciada de grande parte da população terá efeito não somente na estrutura vital de significação, mas na autoimagem autodepreciativa desses sujeitos e sua paralisação diante de projetos existenciais alternativos. Assim, a dominação e opressão materialmente posta têm suas refrações num psiquismo dominado, oprimido, conformado e resignado com a realidade em que vive, possibilitando a reprodução da sociedade capitalista.

A dimensão subjetiva da desigualdade social foi analisada numa pesquisa realizada por Nascimento, Sarubbi e Souza (2009) com grupos de mulheres e outro de homens, moradores de uma comunidade com alto índice de vulnerabilidade social, levando em consideração aspectos como desejo, afetividade, economia e direitos sociais. A investigação constatou um sentimento de humilhação acompanhado com a ideia de que não se gosta de pobres ou de falta de respeito para com eles. Outro sentimento pesquisado foi o preconceito vivenciado em relação ao fato de serem pobres e ao próprio local de moradia. Houve, por fim um sentimento de desvalorização e inferioridade quando se comparam com os demais membros da cidade, levando-os ao isolamento. Nascimento, Sarubbi e Souza (2009, p. 35) concluem que é “difícil para eles, portanto, conceberem projetos de enfrentamento diante dessa situação de desigualdade, fragilidade e humilhação”.

A experiência da desigualdade social pode variar também em relação ao gênero dos sujeitos. Os dados da pesquisa de Nascimento, Sarubbi e Souza (2009) relativos ao grupo de mulheres indicaram a relação de vizinhança como uma estratégia diante das precariedades do bairro. Sentem-se orgulhosas por terem permanecido num bairro com alto índice de vulnerabilidade. Isso não implica, contudo, afirmar que houve uma mobilização coletiva com o objetivo de lutar por melhorias no bairro. O grupo de homens, por sua vez, relatou dois aspectos contraditórios entre si: 1) apesar dos esforços empreendidos não conseguem melhorar de vida ou alcançarem seus sonhos, devido à uma estrutura social injusta; 2) a pobreza é decorrente da falta de esforço pessoal, atribuindo a si próprio a responsabilidade de superá-la, sendo um fator de sofrimento.

A naturalização dos fenômenos sociais realizada pela ideologia dominante produz a concepção de que não existe alternativa possível para o mundo marcado por injustiça e

desigualdades sociais. Ou seja, transforma a imposição de uma classe em algo normal e natural cujo efeito é alienação e a desumanização das pessoas quando estas interiorizam tais representações sociais, aceitando a dominação, mesmo que tacitamente. O pensamento conformista conduz à inibição da consciência como construtora da realidade, levando ao conformismo social e não ao movimento da consciência, tal como foi abordado em outro tópico (RODRIGUÉZ, 2015). Trata-se, portanto, de um mecanismo importante na reprodução da realidade social excludente, determinando formas de existências marcadas pelo individualismo e automatismo da vida cotidiana, sem uma reflexão sobre a realidade contraditória experienciada por eles (EUZÉBIOS FILHO, 2016; GONÇALVES, 2010).

Dessa forma, a ideologia dominante obstaculiza o processo de tomada de consciência de classe, produzindo uma dependência política que repercute no comportamento político dos sujeitos. O obscurecimento das determinações sociais da pobreza e da desigualdade social despolitiza a questão social e ameniza a luta de classe (EUZÉBIOS FILHO, 2016). Costa (2015) destaca que a ideologia (dominante) pode ser compreendida como um fenômeno político que atua na mediação social, promovendo efeitos tanto na sociedade quanto no indivíduo. Como forma de exemplo, ele cita a ideologia da “mentalidade dependente” e de menos-valia dos povos latino-americanos enquanto um produto de processos de dominação que ocorrem nesta região. Trata-se de um efeito da ideologia dominante na autoimagem e consciência social possível dos sujeitos, uma vez que existem processos de resistência. Dessa forma, para superar tais problemáticas, devem-se analisar os modos de concretização da ideologia na realidade social, e não simplesmente uma crítica meramente teórica..

Os estudos sobre o que há de ideológico na ação humana enfatizam não apenas o comportamento externo, mas o conteúdo e seu significado, relacionado com os interesses e valores dominantes. Para Martin-Baró (2017b) a ação humana é ideológica quando marcada por valores e conteúdos históricos relativos à determinados interesses e estrutura social, nem sempre conscientes ao sujeito. A ideologia dá sentido às ações humanas, com seus respectivos esquemas cognitivos e valorativos, produzindo formas concretas de viver, pensar e sentir a realidade. Nesse processo, as forças sociais objetivas são convertidas em subjetividades individuais. A falsa consciência, por sua vez, é uma distorção entre configuração da realidade e a sua representação na consciência operacionalizada pela ideologia dominante. Esta se utiliza do senso comum para ocultar os interesses dominantes de uma classe que são tidos como óbvios e naturais. Quando são traduzidos na forma de hábitos, rotinas e senso comum, pode-se dizer que a dominação adquiriu estabilidade, estabelecendo raízes na sociedade. (MARTIN-BARÓ, 2017a; 2017c). Embora seja mais difícil estabelecer mudanças sob estas

condições, não significa tratar-se de um ordem insuperável, uma vez que foi criado pelo próprio homem, e que portanto pode ser transformado por ele também.

A expressão psicológica da alienação sobre o psiquismo do sujeito é denominada pelo psicólogo Martin-Baró de fatalismo. Trata-se de uma dimensão psicossocial e ideológica que garante a reprodução da sociedade capitalista, por meio de um sentimento de desvalorização do sujeito e posturas conformistas, submissa e resignada. Uma consciência fatalista, por exemplo, fica imersa na cotidianidade e imediatividade, dificultando a elaboração do pensamento crítico, a indignação e a ação transformadora, principalmente.

Os determinantes do fatalismo estão nos fatores sociológicos objetivos da opressão, reduzindo a capacidade dos seres humanos de explicar o mundo, desenvolvendo uma atitude de resignação. Com efeito, reforça as condições de opressão da sociedade, uma vez que dificulta a capacidade de compreender o mundo social, questiona-lo e enfrentar tal situação, propondo projetos alternativos. Não se trata de uma transmissão de valores, mas da sua própria percepção diante de uma realidade experienciada, embora determinada socialmente, pois a organização da sociedade favorece um conjunto de atitudes em detrimento de outras. A superação dessa situação passa pela experiência de mudança de seu próprio mundo e das determinações em relação ao seu futuro (RATNER,2015).

A aceitação ideológica do fatalismo é um instrumento de dominação, uma vez que a justificação da postura de conformismo e resignação reduz a necessidade de coerção repressiva, como também induz um comportamento dócil, mesmo diante de uma realidade opressora. Em decorrência da mistificação ideológica a maioria das consciências não consegue perceber a relação entre funcionamento psicológico e fatores sociais opressivos e se organizarem coletivamente na perspectiva da transformação da realidade opressora e injusta em que estão inseridos (MARTIN-BARO, 2017c). Para transformar esta realidade faz-se necessário o fortalecimento da identidade de classe trabalhadora e o controle dos recursos sociais pelo povo oprimido. A conscientização, nesta perspectiva, seria uma espécie de contraposição em relação ao fatalismo.

A alienação decorrente da desigualdade social de acordo com Gonçalves (2010) promove uma desarticulação entre atividade e consciência, produzindo uma afetividade amortecida e identidade estagnada. Nesse sentido, uma compreensão dos fenômenos psicológicos articulados com a realidade histórica e material que os produziu, permite não apenas apontar para a construção da alienação, mas criar estratégias para superá-la; apontando para outros horizontes de ação na perspectiva da autonomia ou alternativas de vida (RODRIGUÉZ, 2015).

Na análise sobre a formação da classe operária inglesa, Thompsom (1988) enumera diversos elementos concretos e reais que possibilitaram o aumento do fatalismo, tais como: analfabetismo, emigrações dos jovens da vila para as cidades, severas punições, dependência do proprietário rural e pároco. Afirma que as energias e emoções ameaçadoras para a ordem social ou consideradas improdutivas tinham escapes em pequenos momentos determinados e circunscritos, de forma que o redirecionamento de tais impulsos era conseguido à custa de uma desorganização da personalidade humana.

Em outra discussão, Thompsom (1987) aponta que a perspectiva de que o além deste mundo é muito mais importante e segura era uma espécie de compensação emocional, no sentido de que gozariam uma recompensa depois, ao mesmo tempo em que imaginavam seus inimigos atuais em tormentos futuros. Assim, reforça o fatalismo dos pobres. No entanto, em contextos de surgimento de agitações de massas, forças ativas surgem fazendo com que os cristãos lutem contra os “demônios” do mundo real.

A partir de todas essas considerações precedentes, podemos refletir sobre os impactos das condições materiais e concretas de vida dos trabalhadores no seu psiquismo. O espaço urbano entendido como algo produzido e apropriado é um meio pelo qual e sobre o qual os sujeitos realizam a construção de suas representações e emoções. Haveria, portanto, uma relação intrínseca entre produção do espaço e da subjetividade, de forma que as transformações na cidade modificam a própria experiência urbana dos sujeitos que nela habitam. A partir da cidade vivida e apropriada são produzidos distintos modos de conceber e sentir a própria cidade, com outros modos de vida, padrões de sociabilidade, representações e emoções (Nogueira, 2009). Dessa forma, a existência de espaços desiguais possibilitam condições para diferentes modos de viver a cidade.

Salgueiro (2005) enfatiza a importância das práticas sociais de satisfação das necessidades individuais e coletivas na apropriação e reprodução do lugar. Os usos e funções diferenciadas do espaço produzem, por sua vez, diferentes espacialidades e temporalidades, de forma que um determinado espaço geométrico pode ser apropriado de formas diversas, variando em seu sentido e representação, inclusive. Percebe-se, assim, a importância da experiência para se compreender as implicações psicossociais da segregação socioespacial.

Mendonça e Lacerda Junior (2015) realizaram um estudo sobre a questão habitacional a partir das pesquisas desenvolvidas por Martin-Baró. Para o psicólogo espanhol, uma sociedade desigual e injusta produz consequências psicológicas negativas, especialmente nos setores populares que são mais afetados pela distribuição territorial das moradias, em decorrência do processo de opressão e exploração e do antagonismo de classe social.

Estudando algumas determinações da realidade concreta e objetiva sobre os processos psicológicos, ele percebeu que um contexto de opressão e dominação produzia sentimentos de impotência, autodesvalorização, conformismo, coisificação, mudanças perceptivas e cognitivas, entre outros.

Conforme já foi discutido anteriormente, as empreiteiras são as principais protagonistas na fase de planejamento e execução, sem o conhecimento de particularidades e singularidades do público-alvo da política. Apesar do reconhecimento acerca da percepção, valores e necessidades do público alvo serem importantes, a perspectiva dos moradores nem sempre é levada em consideração, de forma que elas não são transformadas em pré-requisitos para os projetos habitacionais. De uma maneira em geral, os empreendimentos são construídos de forma padronizada em todo território nacional, não se adequando às especificidades do público-alvo. No entanto, quando as soluções técnicas não atendem as necessidades dos clientes, acarreta em desperdício de recursos, tempo e qualidade nos empreendimentos habitacionais de interesse social (REIS; SILVEIRA; MOREIRA, 2015; MENEZES; MOURÃO, 2017).

Na maioria das vezes, o processo de seleção dos beneficiários ocorre quando as obras já estão avançadas, de forma que moradores são pensados na perspectiva de um mero consumidor e não de um cidadão que define sobre a forma de habitar, ou seja, na garantia do direito à cidade. Assim, ressalta-se a importância de se levar em conta as necessidades e expectativas do cliente final pela equipe responsável pelo projeto, desde sua fase inicial (LIMA; FORMOSO; ECHEVESTE, 2011).

A psicologia ambiental, por sua vez, comunitária enfatiza que a participação dos usuários nas decisões de todo o processo de construção e administração da moradia promovem o bem-estar individual e social como também a satisfação residencial. Esta é fortalecida com a participação dos moradores sobre os tipos e qualidade dos serviços públicos no entorno. Quando as pessoas se apropriam de um terreno apesar das condições precárias do entorno pode gerar um sentimento de satisfação ao lugar. (WIESENFELD; MARTINEZ, 2014). Tais aspectos são interessantes para compreender a dinâmica relativa à questão da moradia. Alguns conjuntos habitacionais são construídos de uma forma que criam barreiras para a apropriação dos moradores naquele lugar. Com efeito, alguns acabam retornando para seu antigo lugar de moradia, apesar da casa possuir uma estrutura precária.

A maioria dos empreendimentos estudados por ROLNIK et al. (2015b) eram homogêneos não levando em consideração as particularidades regionais ou singularidades das necessidades das famílias. Mais de um terço das pessoas que foram reassentadas ou que

manifestaram intenção de mudar de local de moradia criticaram a falta de espaço, principalmente quando comparada com sua situação anterior. A falta de quintal por exemplo, representa a ausência de um espaço para realização de determinadas atividades (como brincar ou estender roupas) ou a possibilidade de ampliação da moradia (seja para se adequar ao tamanho da família ou para realização de atividade geradoras de renda). Ressalta-se que tal aspecto não foi um problema para os moradores do Residencial Teresina Sul, uma vez que a habitação apresentava-se na disposição de moradia horizontal unifamiliar, contando com ampla área livre e privativa.

Em outra pesquisa junto com os moradores do PMCMV, Rolnik et al. (2015a) analisaram várias dimensões, sendo a habitabilidade uma delas. Ela está relacionada com as condições físicas, sanitária e de conforto na perspectiva do atendimento às necessidades físicas, sociais e psicológicas dos moradores, capazes de promover a dignidade humana. A pesquisa destacou aspectos como o excesso de ruído em decorrência do precário isolamento acústico, umidade, questões hidráulicas, conforto térmico etc. que podem aumentar com o uso constante.

Outro aspecto da habitabilidade diz respeito à dimensão dos imóveis que, deve estar condizente com a realidade do grupo familiar. Tendo em consideração as especificações mínimas estabelecidas pelos agentes fiscalizadores a maioria das moradias do PMCMV tem dois quartos, determinado a partir de um único modelo de família. No entanto, tal fato desconsidera uma variedade de arranjos familiares ou a situação de famílias com mais de quatro pessoas, promovendo um adensamento domiciliar. A maioria das famílias acima de 5 pessoas tende a considerar a dimensão da moradia como inadequada (57%), diferente daquelas com até 4 pessoas (21%) (ROLNIK et al., 2015). No entanto, Andrade (2015) pondera que o sistema construtivo (alvenaria autoportante) do PMCMV não comporta modificações impondo limitações estruturais para a adequações do espaço de acordo com as necessidades das famílias (ANDRADE, 2015).

Considerando a importância do lazer e do brincar no desenvolvimento sócio cognitivo e psicomotor da criança Müller e Lima (2017) pesquisaram sobre o espaço projetado para as brincadeiras infantis e socialização em conjuntos do PMCMV, cuja necessidade é ressaltada com o fato de que os empreendimentos são construídos em áreas com baixa densidade de equipamentos públicos e coletivos. No entanto, a obrigatoriedade desses espaços foi instituída apenas em 2013 por meio da Portaria nº 168. A pesquisa indicou que de uma maneira geral elas não atendem de forma plena as necessidades de desenvolvimento infantil. Foi constatado também um paradoxo relacionado com a tipologia utilizada. Apesar de haver maior área livre

e destinada para atividades de lazer no conjunto horizontal aberto, as crianças restringiam o brincar nos espaços livre do próprio lote em que moravam. Os principais motivos elencados foram a violência, distâncias e por ser considerado inadequados para crianças em decorrência da apropriação do espaço por adolescentes e adultos. Já no condomínio vertical e fechado, havia uma apropriação maior do número de crianças brincando, embora mais nas áreas de uso comum do que naquelas destinadas ao lazer infantil propriamente dito. Tal dado aponta para um descompasso entre projeto e apropriação dos espaços públicos.

A mudança para um conjunto habitacional de interesse social não promove apenas uma reconfiguração espacial, mas requerem dos beneficiários uma readequação à experiência cotidiana neste novo local de moradia, que serão discutidos a seguir.

O fato de morar em um espaço com baixa densidade de equipamentos e serviços públicos, tal como aponta a literatura, impõe novas condições materiais para o sujeito (MENEZES, 2016; CARVALHO; STEPHAN, 2016; BRASIL, 2014; RIZEK; AMORE, CAMARGO, 2014). Com efeito, é possível perceber a relação entre a condição concreta da segregação socioespacial imposta pela implementação de uma política habitacional direcionada pela ótica do capital e as experiências dos sujeitos nesses lugares. O conjunto habitacional do PMCMV determina condições concretas de reprodução social dos moradores. A experiência de localização em espaços periféricos e com baixa densidade de equipamentos e serviços públicos, por sua vez, produzem diversas implicações psicossociais, determinando as formas de pensar, sentir e agir dos moradores em uma realidade social específica. Não se trata, contudo, de um processo linear e unilateral, mas contraditório e atravessado diversas mediações, variando de acordo com os contextos em questão.

Assim, a contribuição específica desta pesquisa para o debate acadêmico, apontando para uma outra abordagem acerca do PMCMV está relacionada com as implicações psicossociais, enfocando principalmente o movimento da consciência dos moradores beneficiários de uma política habitacional e organização sociopolítica no sentido de reivindicar melhorias para o conjunto habitacional ou até mesmo numa perspectiva de classe social. Todos esses aspectos serão analisados a partir das singularidades do Residencial Teresina Sul I e II, indicando as principais experiências dos moradores e as mediações que atuaram nesse processo. Os próximos capítulos em diante apresentaram as informações produzidas a partir do contato com a realidade concreta dos moradores analisadas a partir do referencial teórico já exposto.

5. FAMILIARIZAÇÃO COM O CAMPO DE PESQUISA

Este capítulo tem como objetivo fazer uma aproximação com o campo empírico da pesquisa, iniciando com uma contextualização breve da cidade de Teresina-PI, onde o Residencial Teresina Sul I e II encontra-se inserido. São apresentados dados sócio demográficos da capital piauiense, enfocando na questão e déficit habitacionais do município. Para tanto, foram pesquisadas fontes secundárias presentes do IBGE, Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) de Teresina e algumas pesquisas acadêmicas. Em seguida, é apresentado um histórico da comunidade pesquisada, narrado a partir das notícias de jornais ou portais, possibilitando conhecer a sua constituição; e ainda relata os principais acontecimentos do Residencial, que também foram mencionados pelos moradores durante as conversas informais e nas entrevistas individuais. Para realizar uma comparação entre os dois Residenciais quanto ao critério de renda, foi realizada uma análise estatística. Além disso, apresenta um mapeamento dos principais grupos atuantes na comunidade. Por fim, apresenta um relato do percurso da pesquisa no campo, apontando as dificuldades e soluções encontradas, seguidas de uma reflexão, quando pertinente.

Para a leitura ficar mais fluida, preferiu-se utilizar várias denominações em relação aos Residenciais Teresina Sul I e II, como simplesmente, Residencial ou Teresina Sul, ambos referem aos dois tomados em conjuntos.

5.1. Aspectos gerais de Teresina

A cidade de Teresina é a capital do Estado do Piauí e situa-se no Território de Cidadania denominado de Entre Rios. De acordo com as informações levantadas no site do IBGE, o município conta com extensão territorial de 1.391,981 Km² e uma população estimada de 861.442 pessoas em 2018. O seu IDH vem crescendo paulatinamente de forma que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal evoluiu de 0,509 em 1991 para 0,751 em 2010. Teresina possui um IDH superior ao do Piauí e Brasil (0,646 e 0,699 respectivamente) ocupando a 526^a posição num ranking com todos os municípios brasileiros.

De acordo com dados do Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil, a renda per capita média de Teresina em 2010 situa-se por volta de R\$757,57, ficando atrás de várias cidades piauienses, como Baixa Grande do Ribeiro, Uruçuí, Santa Filomena, Bom Jesus,

pertencentes à região da soja no estado. Apesar da redução do índice GINI que saiu de 0,65 em 2000 para 0,61 em 2010 a renda é extremamente concentrada. Este fato pode ser analisado sob vários ângulos: 1) 10% mais ricos concentram mais da metade da renda; 2) 60 % da população possui 17,9% da renda; 3) 82,9% da população ocupada ganham até 3 salários mínimos. Ou seja, trata-se de uma distribuição desigual da renda.

A questão das vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias que moram em Teresina pode ser medida por meio do banco de dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)³⁰. De acordo com informações do Relatório sobre Bolsa Famílias e Cadastro Único com base em novembro de 2018, o município apresenta 102.712 famílias de baixa renda devidamente cadastrada, abrangendo uma população de 283.724 pessoas, ou seja, representa quase um terço de todos os habitantes de Teresina. Do universo de famílias cadastradas, 56.224 são beneficiárias do Programa Bolsa-Família (PBF) com benefício médio de R\$ 184,96.

No que diz respeito à moradia, Teresina possui 222.154 domicílios sendo que 94,6% desses estão concentrados na zona urbana. Do total de domicílios, aproximadamente 79,5% são próprios, 13,5% são alugados e 5,5% são cedidos. O total de domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormal na capital é de 34.995, abrangendo um total de 130.647 moradores (IBGE, 2010). Se levado em consideração as regiões administrativas verifica-se a seguinte distribuição no espaço urbano de Teresina:

Quadro 5 – Distribuição dos aglomerados subnormais por região administrativa

REGIÃO ADMINISTRATIVA	AGLOMERADOS SUBNORMAIS
Centro/Norte	7.756
Leste	10.906
Sudeste	4.499
Sul	11.635
Rural	129

Fonte: (IBGE, 2010)

³⁰., O CadÚnico é um instrumento padronizado em todo território nacional que possibilita caracterizar as famílias de baixa renda. É considerado uma porta de acesso aos Programas e Benefícios Sociais tais como o PMCMV, sendo que o Programa Bolsa Família é o mais popularizado de todos. Assim, o cadastro das famílias contempladas pelo sorteio é um requisito para a aquisição da moradia pelo PMCMV na Faixa 1. Caso não possua no momento da entrega dos documentos à CEF perde-se o direito à moradia.

De acordo com o diagnóstico do PLHIS de Teresina realizado em 2012, o déficit habitacional de Teresina variava de 55.305 a partir de dados oficiais disponibilizado por instituições públicas e 26.655 obtidos a partir das oficinas realizadas para a elaboração do referido plano. Essa discrepância serve apenas para ilustrar a variação dos dados em decorrência da metodologia utilizada. Nesta pesquisa, portanto, serão considerados apenas os dados oficiais. Quando levado em consideração uma projeção futura para 2023, estimou-se um aumento de 11.081 por reposição por obsolescência e 8.030 por crescimento populacional. Assim, acumulando com a demanda atual, a previsão era de um déficit total de 74.416 moradias em 2023. A questão do déficit habitacional ganha outros contornos quando levado em consideração a existência de 20.349 domicílios vagos, de acordo com dados do Censo 2010 (PLHIS, 2012b).

Neste contexto, o PLHIS apresenta três cenários para lidar com déficit habitacional até 2023, com cumprimento das metas diferenciadas. O mais conservador dele indica um atendimento de apenas 60% do déficit. Estaria relacionado a deterioração das condições econômicas. O cenário realista aponta para a superação do atual déficit, desconsiderando o aumento futuro. Já num cenário otimista, a projeção é de atendimento das demandas atuais e futuras, incluindo a taxa de obsolescência das moradias (PLHIS, 2012). Dentre as Diretrizes previstas no PLHIS de Teresina encontra-se o mapeamento das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) para garantia da reserva de terras para a produção de habitação de interesse social, ofertar diferentes tipologias habitacionais para atender a diversidade da demanda e “integrar ações de Política de Habitação com as demais Políticas setoriais a fim de garantir direitos à habitação e à cidade, bem como acesso a equipamentos sociais, infraestrutura; mobilidade e proteção ao meio ambiente” (PLHIS, 2012b, p.20).

O próprio plano reconhece a dificuldade do orçamento público municipal para o atendimento das demandas habitacionais, indicando a necessidade de recursos de outras esferas administrativas. A maioria dos programas habitacionais existentes na cidade, aliás, é operacionalizada com repasse do Governo Federal, embora sejam despendidos também recursos municipais via Orçamento Popular e Fundo Municipal de Habitação. Além disso, o Teresina não possui uma política efetiva para o enfrentamento da questão fundiária e imobiliária. Dessa forma, promove diversos transtornos para a cidade tais como a desarticulação com o sistema viário e expansão excessiva da malha urbano, onerando o poder público (PLHIS, 2012b).

Até 2012 não existia no Município de Teresina um órgão responsável diretamente pelas políticas habitacionais, sendo suas ações divididas entre as quatro Superintendências de

Desenvolvimento Urbano (SDU) e a de Desenvolvimento Rural (SDR). Esta dispersão prejudica na avaliação da questão habitacional no município em sua totalidade. Além disso, não possuem mecanismos de participação e controle sociais tais como um Conselho da Cidade ou de Habitação (AFONSO, 2012). Castro Junior (2018) afirma que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEMDUH) foi criada apenas em 2013 pela Lei nº 4.359. Antes disso, PMCMV era administrada pela Secretaria Municipal de Trabalho, Cidadania e Assistência Social (SEMTCAS³¹).

É neste contexto municipal que foi aprovada a construção do Residencial Teresina Sul I e II e a entrega das chaves aos moradores. A seguir, será narrada a história da comunidade e os principais grupos comunitários existentes no território.

5.2 História do Residencial Teresina Sul I e II

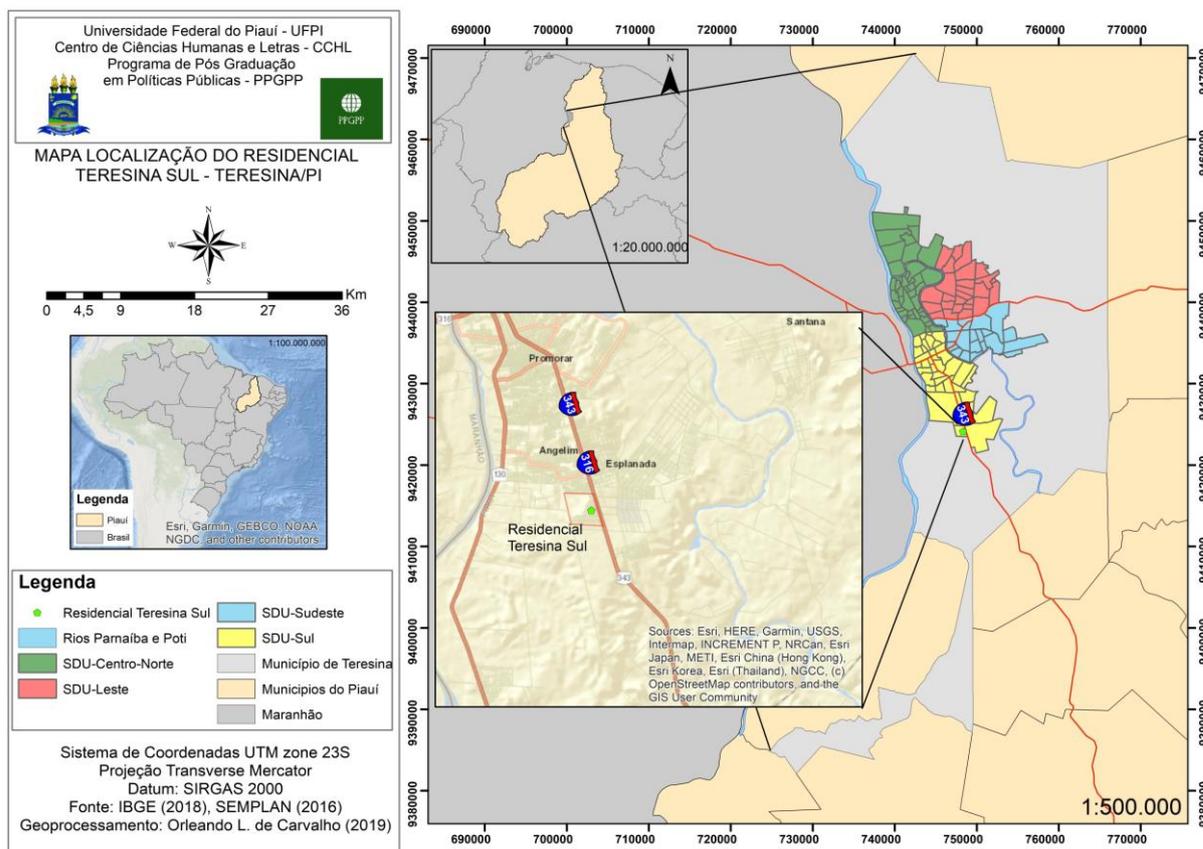
A história do Residencial Teresina Sul I e II inicia-se em setembro de 2010 quando da data de contratação pelas construtoras Imobiliária Garantia e Betacon, respectivamente. Cada qual se responsabilizou pela construção de 500 unidades habitacionais, totalizando 1000 residências em área contígua com o custo total de R\$ 37.554.070,00. O Residencial está localizado no Bairro Angélica, criado pela Lei nº 4.423 de 16 de julho de 2013 a partir de terras transformadas em áreas urbanas desde 2004. Em relação à sua localização destaca-se o fato de sua proximidade à BR-316, logo após o posto da Polícia Rodoviária Federal. A figura 4 situa o Residencial apontando para a vizinhança como as vilas Palitolândia e Irmã Dulce e o bairro Esplanada ao norte e o Residencial Bosque Sul ao oeste, inaugurado em 2016.

Minha primeira inserção na comunidade propriamente dita ocorreu mediada pela presidente da Associação dos Moradores do Residencial Teresina Sul I e II, na qual fez um breve panorama da comunidade, pontuando as dificuldades de acessos aos principais equipamentos e serviços públicos. Foram abordados também os grupos existentes no território, tais como o grupo de “peladeiros” e a Escola de Futebol, que movimentam a comunidade nos finais de semana. Os demais grupos atuantes serão descritos com maiores detalhes mais adiante. Um aspecto que chamou a minha atenção numa visualização rápida pela comunidade foi a quantidade de igrejas evangélicas, cujo número se aproxima de 10 num

³¹ A partir de 2017 a Secretária incorporou outras responsabilidades, como a Guarda Municipal e passou a ser denominada de Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas.

conjunto residencial de mil casas. As casas dos moradores são transformadas de forma parcial ou totalmente em templos religiosos.

Figura 4 – Localização do Residencial Teresina Sul



Durante uma das primeiras conversas informais com morador foi pontuado certa desconfiança em relação ao sorteio do PMCMV, relatando casos de pessoas que não precisariam acessar a moradia por meio de políticas públicas de habitação voltada para pessoas de baixa renda. Para além daqueles que de fato estavam dentro dos critérios estabelecidos havia um grupo de pessoas que foram inseridos a partir de relações pessoais com políticos. Além disso, tendo em consideração que haviam dois empreendimentos contíguos (Residencial Teresina Sul I e II), a localização destas pessoas teria ocorrido de forma desigual no espaço. De acordo com o morador, o Residencial Teresina Sul II teria abrigado muitas pessoas que não possuiriam demanda para uma moradia de habitação de interesse social. Muitos seriam apadrinhados políticos e já possuiriam moradia, inclusive em outros municípios.

Intrigado com esse comentário e da posse da lista dos beneficiários disponibilizada pela CEF com dados relativos a renda dos moradores, foi realizado uma análise estatística.

Buscou-se elementos que pudessem corroborar a desconfiança do morador, embora não possa ser afirmado nada em definitivo. Nesse sentido, foi realizada uma análise variância e aplicou-se o Teste de Tukey para comparar as médias entre os Residenciais Teresina Sul I e o II. O valor de alpha foi 0,01, garantindo uma elevada precisão estatística. Constatou-se que o Residencial Teresina Sul II que possui uma renda média declarada de R\$ 660,28 foi superior ao Teresina Sul I, cujo valor foi de R\$ 574,39. A diferença da renda média entre ambos foi de 15%, considerada significativa do ponto de vista estatístico.

Se aprofundarmos nos dados sobre a renda ainda, podemos perceber uma enorme desigualdade existente entre os moradores no interior de uma mesma faixa do PMCMV. Enquanto que a menor renda declarada foi de R\$ 40,00 a maior atingiu o limite permitido pelo Programa na época. Ou seja, a diferença entre ambas é de 40 vezes, indicando uma grande variação. Um dado curioso é que a amplitude de variação é maior no Teresina Sul I, sendo de R\$1.560,00 (e desvio padrão de R\$ 318,20). Já no Teresina Sul II foi de R\$1.464,19 (e desvio padrão de R\$ 314,56)

Um pouco antes da entrega das chaves, mais exatamente no dia 7 de maio de 2012, a Prefeitura de Teresina por meio da SEMTCAS abriu processo licitatório para a realização do Trabalho Social em alguns empreendimentos do PMCMV, entre os quais se encontrava o Residencial Teresina Sul I e II. Destaca-se que a licitação foi iniciada no mesmo mês em que as famílias firmavam o contrato com a CEF, muito embora, a normativa previa que o trabalho social tivesse início com pelo menos 90 dias antes (PASSOS; LIMA, 2018). Levando em consideração todo o trâmite burocrático, o início das atividades pela agente executora do Trabalho Social ocorreu em setembro. Ou seja, ocorreu no momento em que deveria estar encerrando as atividades previstas no prazo de seis meses.

A inauguração do Residencial Teresina, por sua vez, foi realizada sem a existência dos principais equipamentos e serviços públicos, destacando-se a ausência de uma Unidade Básica e uma creche voltada para a comunidade. Embora exista uma área institucional para abrigar os equipamentos públicos existe uma construção iniciada ainda em 2013, cuja obra ainda não foi concluída como é o caso da creche.

Durante a fase de familiarização do Residencial Teresina Sul foram encontradas poucas reportagens que citavam o empreendimento. Por sua vez, percebeu-se que as manchetes foram alterando em seu conteúdo ao longo do tempo, ao mesmo tempo que apontava para uma cronologia de fatos. Dessa forma, foi pensado na elaboração de uma breve história da comunidade a partir de notícias de jornais e portais de comunicação que revelam

alguns acontecimentos marcantes da vida comunitária, que foram expressos durante das conversas informais com os moradores, inclusive.

O que se pretende a seguir, não é um estudo exaustivo ou semiótico do material encontrado, mas apenas apresentar um conjunto de informações iniciais que propiciou meu primeiro contato com a realidade concreta que seria estudada. É uma reconstrução, por assim, dizer, de meu processo de inserção no Residencial. A narrativa pode ser dividida em vários blocos, de acordo com os principais temas que apareceram: 1) famílias desabrigadas em decorrência de casas desabadas do próprio Residencial; 2) precariedade no acesso aos equipamentos públicos; 3) dificuldade no abastecimento de água; 4) violência na comunidade.

A história se inicia com em uma ação conjunta entre a Caixa Econômica Federal e Prefeitura de Teresina, a assinatura do contrato das mil famílias que foram sorteadas para morarem no Residencial Teresina Sul I e II. O fato foi noticiado pelo Portal GP1³² no dia 23 de maio de 2012, no qual explicava que a ação ocorreu em dois dias, sendo um para cada residencial e que a previsão de entrega das chaves seria 11 de julho daquele ano. As pessoas entrevistadas mostravam emoção por adquirirem uma propriedade com alto valor no mercado e que dificilmente acessariam de outra forma ou pelo fato de sair da condição da coabitação.

Ao que parece, o clima de entusiasmo não demorou muito, pelo menos para alguns moradores. De acordo com matéria publicada no Portal Vi³³ Agora no dia 03/10/2013, um grupo de 15 famílias estava morando há mais de seis meses num galpão, que serviu de apoio para a construção do empreendimento, após suas casas terem sido destruídas pela chuva. Num primeiro momento, elas teriam ocupados casas vazias, sendo retiradas por força policial. Após procurarem a Superintendência de Desenvolvimento Urbano (SDU) Sul e não obterem respostas para sua demanda, encaminharam o caso para o Ministério Público Federal (MPF) e num momento posterior contou com mediação de uma vereadora.

Em outra matéria sobre a mesma situação foi publicada em televisão na TV Clube³⁴ no dia 27/12/2013 indicando que até então, a questão desses moradores não tinha sido

³² Matéria intitulada: Famílias contempladas nos conjuntos Residenciais Teresina Sul I e II assinam contratos. Última visualização em 12/02/2019 <https://www.gp1.com.br/noticias/familias-contempladas-nos-conjuntos-residenciais-teresina-sul-i-e-ii-assinam-contratos-250379.html>

³³ Matéria intitulada “Famílias do Residencial Teresina Sul vivem há 6 meses em galpão e cobram solução de Firmino Filho”. Última visualização em 12/02/2019. <https://www.viagora.com.br/noticias/familias-do-residencial-teresina-sul-vivem-ha-6-meses-em-galpao-e-cobram-solucao-de-firmino-filho-43535.html>

³⁴ Matéria intitulada “Famílias retiradas de casas do Residencial Teresina Sul vivem em galpão improvisado”. Última visualização em 12/02/2019 em <http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-1edicao/videos/v/familias-retiradas-de-casas-do-residencial-teresina-sul-vivem-em-galpao-improvisado/3044192/>

equacionada pelo poder público. Moradores entrevistados expressaram sofrimento perante as dificuldades, assim como fizeram denúncias em relação ao PMCMV.

Podemos fazer uma reflexão a partir dessas situações experienciadas por moradores do Residencial Teresina Sul. Logo de início, podemos meditar sobre a qualidade do material utilizado e das construções. Como minha formação acadêmica não permite fazer uma análise mais rigorosa, podemos ponderar sobre o fato de 15 moradias terem desabado com menos de um ano de inauguração. Uma única estação chuvosa foi suficiente para derrubar um conjunto de paredes pré-fabricadas em concreto armado. Nesse sentido, podemos questionar a ideologia de que o mercado produz com melhor qualidade do que o setor público, embora não se trata de afirmar o contrário também, mas apenas apontar para a contradição do processo. Por sua vez, podemos levantar algumas possibilidades do que pode ter acontecido. Será que a padronização dos projetos utilizados ao longo do território nacional não levou em consideração aspectos singulares do terreno? O plano de drenagem não foi bem executado? Teria sido utilizado algum material de qualidade inferior com o objetivo de maximizar o lucro das empresas? Ocorreu uma falha na fiscalização? Ou apenas um acidente mesmo? Embora sejam questões pertinentes sobre as habitações de interesse social, não serão aprofundadas nesta pesquisa por não fazer parte dos seus objetivos.

Podemos também tecer considerações sobre a situação em que ficaram submetidos os moradores e a demora, apesar da indicação de que medidas urgentes fossem tomadas. Foram pelo menos nove meses em que famílias dividiam um espaço de 12 metros quadrados, num espaço sem nenhuma divisão interna. Todos os objetos eram amontoados do jeito que podiam. A situação como um todo foi abordada na reportagem como uma situação desrespeito ao cidadão, promovendo de sofrimento e indignação na população.

Outro conjunto de reportagem mostra a dificuldade dos moradores em acessarem os serviços públicos de saúde para atenderem suas demandas. Na matéria do dia 16 de junho de 2015 do Portal Capital Teresina³⁵ relata a recusa do atendimento nos postos de saúde, tendo que procurar os serviços nos hospitais mais próximos. A falta de equipes do Estratégia de Saúde da Família (ESF) tem prejudicado o acesso aos serviços de saúde, como o caso exposto na reportagem de uma cadeirante que utiliza medicamentos de uso contínuo. Além disso, foi cobrado a conclusão da Unidade Básica de Saúde (UBS).

³⁵Matéria intitulada: “Postos de saúde recusam atendimento a moradores de residencial na zona Sul”. Última visualização em 14/02/2019. <<http://www.capitalteresina.com.br/noticias/teresina/postos-de-saude-recusam-atendimento-a-moradores-de-residencial-na-zona-sul-28495.html>>

Em uma perspectiva histórica, visualizamos que mesmo após três anos de inauguração do empreendimento, os moradores apresentavam dificuldade de acesso aos serviços de saúde. Essa discussão vai para além da construção do prédio físico para ofertar serviços de saúde, embora fosse o ideal, por assim dizer. Poderia ser alocada uma equipe em outra UBS, tal como foi a solução efetivada em novembro de 2017. Outra possibilidade ainda, era a organização de fluxos para o atendimento dos moradores do Residencial Teresina Sul, como a destinação de um dia por semana, por exemplo. A situação fica mais complexa se levarmos em consideração que a contratação da construção do Teresina Sul aconteceu ainda em 2010. Há uma maior temporalidade, assim, para que o poder público realizasse um planejamento visando o atendimento das necessidades básicas da população. Ou seja, o aumento da demanda para aquela localização já era prevista antes mesmo de sua inauguração.

Os moradores do Residencial enfrentaram problemas de abastecimento de água, cujo fato foi relatado também em conversas informais com os moradores. No dia 12 de agosto de 2016, foi transmitida uma matéria na TV Cidade Verde³⁶ na qual abordou sobre as dificuldades constantes e que estavam há mais de dez dias sem fornecimento de água no Teresina Sul, especialmente aqueles que moram na parte mais alta do conjunto. Moradores ficavam acordados durante a noite com o objetivo de encherem baldes com água, assegurando recursos para suas necessidades diárias. De acordo com os entrevistados, a situação era decorrente do desvio da água para a Palitolândia, vila próximo ao Residencial.

Esta situação aponta para a dificuldade do fornecimento de água pela empresa concessionária em áreas de expansão urbana. Como já foi abordado, a solução encontrada para a maioria dos empreendimentos do PMCMV em Teresina foi a construção de poços tubulares e não a interligação pelo sistema geral de abastecimento. Assim, a ampliação da rede para atender uma nova área, devia vir acompanhada de um estudo sobre a capacidade do poço tubular em questão. Dependendo da situação, fazia-se necessária a abertura outro poço, ou pelo menos outra medida, para não comprometer o atendimento de uma área já atendida;

Por fim, várias reportagens abordam sobre a violência experienciada pelos moradores. Apesar de haver notícias desde o ano de 2015, elas parecem ter ficado mais constantes a partir de 2017. No entanto, cabe indagar se houve um aumento real da violência por lá, ou uma mobilização dos moradores para atrair atenção da mídia no sentido de denunciar a situação de insegurança em que vivem. Tais hipóteses, por sua vez, não são excludentes. Das notícias

³⁶ Matéria intitulada “(Residencial Teresina Sul está sem água há 10 dias”. Última visualização em 14/02/2019 <https://www.youtube.com/watch?v=ZXy_5eMn4N4

sobre o Residencial, elas foram as que mais apareceram, produzindo uma sensação de insegurança para quem lê. Tais discursos foram também expressos em conversas informais

A mais antiga foi publicada no Portal Meio Norte³⁷ com a manchete no dia 26/02/2015, abordando a onda de assaltos constantes, especialmente nos pontos de ônibus, provocando clima de medo na população. Foi ressaltada a falta de policiamento constante nas ruas em decorrência da distância. Dessa forma, pode-se visualizar um dos efeitos da segregação socioespacial. Por volta de 15 dias depois foi veiculada na TV Antena 10³⁸ um assalto ao ônibus que faz linha ao Teresina Sul, com imagens gravadas do transporte público. No ano seguinte, foi veiculada no dia 10/08/2017 uma notícia³⁹ pela TV Antena 10, notícia abordando a prisão que ocorreu no Teresina Sul, em decorrência do tráfico de drogas.

Em 2018 surgiram várias reportagens sobre a violência ao mesmo tempo em que mostram a reação dos moradores. Em primeiro de outubro foi veiculada uma reportagem na TV Cidade Verde⁴⁰ sobre nova onda de assaltos e arrombamentos tanto nas casas quanto nos comércios. Foi abordado também um protesto realizado pelos moradores na forma de caminhada, finalizando com a garantia de ronda ostensiva pela Polícia Militar. No dia 07 de dezembro de 2018 foi publicado a mesma notícia, intitulada “Moradores do Teresina Sul fazem manifestação na BR 316” em portais diferentes (Portal R10⁴¹ e Portal C7⁴²). Elas abordavam a manifestação dos moradores do Teresina Sul em decorrência das violências constantes em que um grupo bloqueou as BR- 316, ateando fogo em pneus e madeira.

Embora não seja uma reportagem, é interessante mencionar uma página do Facebook⁴³ intitulada Residencial Teresina Sul Meu amor, encontrada durante a fase de familiarização. Contendo atividades artísticas, esportivas e exposição de produtos à venda, indicam que nem tudo é sofrimento ou dificuldade na comunidade.

³⁷ Matéria intitulada “Moradores do Residencial Teresina Sul pedem ajuda do Poder Público por conta dos inúmeros assaltos”. Última visualização em 14/02/2019 em <<http://www.meionorte.com/programas/agora/moradores-do-residencial-teresina-sul-pedem-ajuda-do-poder-publico-por-conta-de-inumeros-assaltos-311648>>

³⁸ Reportagem intitulada “Assalto ao ônibus do residencial Teresina Sul”. Última visualização em 14/02/2019 em <https://www.youtube.com/watch?v=ONsl7dkBjI8>

³⁹ Reportagem intitulada “Prisão Teresina Sul”. Última visualização em 14/04/2019 <<https://www.youtube.com/watch?v=weYbxS-4gwQ>>

⁴⁰ Intitulada “Moradores fazem protestos contra assaltos no Teresina Sul. Última visualização em 14/02/2019 <<https://cidadeverde.com/cvplay/v/35093/moradores-fazem-protesto-contr-assaltos-no-teresina-sul>>

⁴¹ Última visualização em 14/02/2019 em <<https://www.portalr10.com/noticia/17648/moradores-do-teresina-sul-fazem-manifestao-na-br-316>>

⁴² Última visualização em 14/02/2019 em <http://www.portalc7.com.br/noticia/3078/moradores-do-teresina-sul-fazem-manifestaaao-na-br-316>>

⁴³ Última visualização em 14/02/2019 em <<https://pt-br.facebook.com/teresinasul/>>

5.3 Grupos Comunitários do Território

Conselho Comunitário de Residencial Teresina Sul I e II – CONCRETES-

O CONCRETES é uma entidade organizada por moradores do Residencial Teresina atuante na comunidade desde 2014, apesar de não possuir sede própria. Foi registrada enquanto Pessoa Jurídica no ano seguinte e possui uma direção composta com sete membros. Trata-se da primeira organização reconhecida legalmente na comunidade. Antes dela, havia uma organização de moradores que organizavam politicamente a comunidade, ao mesmo tempo em que realizam diversas atividades, mas não chegou a ser formalizada.

Um dos principais projetos apoiado e concretizado pelo CONCRETES de forma regular é o Mirim Cidadão, com atuação há mais de quatro anos juntamente com as crianças e adolescentes do Residencial com a idade entre sete e dezessete anos. Trata-se de um Projeto em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí realizada no Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU) Porto Alegre, um bairro próximo. Como o Projeto contempla pessoas da vizinhança, possuem um total de 350 pessoas inscritas, das quais 150 são do Residencial. A forma de acesso é a demanda espontânea. São realizadas diversas atividades: pedagógicas, esportivas, recreativas e artísticas, com o objetivo de desenvolver as potencialidades e habilidades do ser em desenvolvimento. As atividades terminam com alimentação, preparado no próprio local.

As atividades artísticas desenvolvidas pelo projeto são apresentadas de forma esporádicas, contando com o apoio logístico para as crianças e adolescentes. Durante uma Feira do Empreendedorismo realizada no Portal da Alegria 6-B, enquanto uma ação do Trabalho Social desenvolvido por lá, a banda instrumental foi convidada a se apresentarem. conforme pode ser visualizado na figura 5. Ao fim, todos receberam lanche.

Além disso, o CONCRETES promove atividades com atividades de alfabetização de pessoas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), como também firma parcerias para a realização de cursos profissionalizantes. Entre agosto e outubro de 2018, por exemplo, foi ofertado o Curso de Recepcionista em parceria com a Fundação Wall Ferraz⁴⁴,

⁴⁴ Instituição da Administração indireta do Município de Teresina com o objetivo de capacitação e qualificação voltados para inserção no mercado de trabalho

Figura 5 – Apresentação musical do Cidadão mirim numa Feira do Empreendedorismo



Fonte: Arquivo pessoal

Associação de Moradores do Residencial Teresina Sul I e II – AMORETES

A AMORETES foi fundada em 2017 e funciona em sede provisória. A sua história inicia com a saída de algumas de algumas pessoas que faziam parte do CONCRETES. Essa desagregação entre as lideranças é fundamental para conhecer as movimentação e organização dos moradores do Residencial Teresina Sul, pois tem dificultado uma articulação entre ambas com objetivo comum de lutar por melhorias para o Residencial.

Por ser uma entidade representativa dos moradores realiza interlocução com o poder público. A mais recente deles foi a reivindicação de um grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV⁴⁵) ofertado pela política de Assistência Social do municipal por meio dos CRAS. Embora voltado inicialmente para os idosos, a expectativa é que amplie abarcando os adolescentes futuramente.

Outra forma de intervenção é a realização de atividades festivas voltadas para datas comemorativas tais como o dia das mães, crianças mulheres e de final de ano. Estas ocasiões com a participação de políticos da cidade.

⁴⁵ O SCFV é um serviço da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social, ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias. Por meio diversas atividades grupais busca fortalecer as relações familiares e comunitárias.

Associação Beneficente da Paz - APAZ

A APAZ é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, que atua na comunidade desde 2013 tendo se tornada Pessoa Jurídica em 2017. Realiza diversos trabalhos voltados para crianças e adolescentes. Inicialmente estava vinculada com a Igreja Evangélica Assembleia de Deus- Madureira, com as atividades voltadas para seus frequentadores. No entanto, após a regularização jurídica ampliou o público-alvo, abarcando toda comunidade interessada. De acordo com os idealizadores, ela surgiu diante da necessidade de ajudar o Residencial que se encontrava sem infraestrutura de creches, saúde e áreas de lazer, havendo poucas opções para as crianças e adolescentes.

A entidade já realizou cursos em parcerias com instituições públicas e possui diversos projetos. O Projeto ACORDES possuía em novembro de 2018 grupos de coral para o público infantil e infanto-juvenil, com periodicidade de duas vezes por semana. Outro era a musicalização. Aguardavam receber apoio na forma de instrumentos musicais para ampliar suas atividades, com previsão de iniciar ainda em 2019 as oficinas de flauta doce e aulas de violão, ambos para trinta pessoas. Havia também a expectativa de receberem violino e violoncelo, a partir do qual abririam novas turmas.

Para o ano de 2019 estava previsto realizar parcerias com faculdades com o objetivo de realizar um Projeto de Reforço Escolar, para acompanhamento pedagógico. Havia expectativa de inauguração de uma Creche Comunitária e ofertarem alfabetização por meio da Modalidade EJA.

Projeto Esportivo Quartel General da Luta- Teresina Sul

O QG da Luta é um projeto social que atua em várias áreas de Teresina. No Residencial Teresina Sul, ele iniciou suas atividades em 2013 pela iniciativa de um morador que já havia sido aluno do projeto em circunstância anterior. O projeto possui como público alvo as crianças e adolescentes entre 9 e 14 anos, cuja forma de acesso da população é por demanda espontânea. Os treinos são realizados três vezes durante a semana, nem sempre em horários fixos. Por se tratar de uma atividade totalmente gratuita, o fornecimento de lanches aos participantes do projeto ocorre por meio de parcerias. Os alunos chegam a participar de eventos e competições.

Projeto Dançar

O Projeto Dançar é um empreendimento de natureza privada que teve início em maio de 2018 e realiza atividades de danças voltadas para o público infantil. Atende a comunidade por meio de procura espontânea, cobrando mensalidade a preço acessível. Apresenta uma atividade artística sem a necessidade de se deslocar até outros locais.

Grupo das Divas

O Grupo das Divas é organizado por quatro mulheres da própria comunidade e realiza atividades voltadas para o público feminino. Elas têm um grupo de dança, que se reúne semanalmente, e um time de futebol. Durante a inserção na comunidade, buscou-se uma aproximação com elas, enquanto uma parte do processo de mapeamento da comunidade. No entanto, não foi possível conhecer o projeto de perto ou realizar entrevistas com elas. Foram convidadas a participarem do grupo focal, tendo manifestado interesse em participar.

Durante a articulação, senti que o grupo não se resumia apenas aos encontros para dançar ou jogar futebol. Tive a impressão (e posso estar enganado) é de que elas funcionam como um grupo de apoio dividindo as decisões do grupo. A minha aproximação com o grupo teve que ser autorizada em uma reunião entre elas, após questionamentos sobre os objetivos da pesquisa. Outro fato interessante é que em reportagem sobre violência e falta de água na comunidade, elas deram entrevistas, enquanto moradoras, relatando a situação e reivindicando melhorias para o Residencial. Parecia, portanto, assumir um protagonismo.

5.4. Percursos da pesquisa de campo

Embora toda pesquisa possua um planejamento direcionando seus procedimentos operacionais, isso não significa que ela seja um espécie de “camisa de força”, não podendo ser modificada. Durante a inserção no campo de pesquisa, são encontradas barreiras no acesso à informação, como também dificuldades de levar adiante aquilo que foi proposto inicialmente, indicando transformações no sentido de acessar a realidade de forma adequada. Neste processo surgem indagações interessantes que possibilitam uma reflexão sobre o desenvolvimento da pesquisa. A seguir estão relatados alguns acontecimentos relevantes do transcurso no campo pesquisados, situados de forma cronológica.

Um aspecto interessante digno de nota está relacionado com a burocracia para se acessar documentos e informações públicas. A primeira solicitação de documentos juntamente à SEMDUH, por exemplo, ocorreu por meio de ofício escrito pelo próprio pesquisador. Ele foi negado com a justificativa que deveria partir da Coordenação do Programa de Pós-Graduação, uma vez que eu me apresentei como pesquisador vinculado a ele. Fiquei me questionando se a simples requisição de um documento público pode ser negado à um cidadão, pelo simples fato de ter se apresentado como pesquisador sem o aval da instituição a qual ele está vinculado. Dessa forma, o fato de ser um cidadão não foi suficiente para acessar à um documento público, sendo necessária a intermediação de uma outra instituição.

Apesar da discussão sobre desburocratização do acesso à informação pública, um fato específico chamou atenção pelo cumprimento da norma prescrita ou pelo menos de certa cultura administrativa. Ao solicitar o Plano Local de Habitação de Interesse Social – Produto 2 à instituição conveniada, contratada para realizar o projeto, foi afirmado que o requerimento deveria ser encaminhado para a SEMDUH. Por ser uma empresa privada deveriam pedir solicitação ao órgão contratante para liberar o documento, mesmo que ele sendo público. Acompanhando a solicitação juntamente com a SEMDUH, a pessoa responsável localizou o referido documento, mas disse que não poderia disponibilizar naquele momento, pois o ofício ainda não tinha chegado em sua mesa. Apesar de ter ciência do processo não poderia despachar. Deveria ir num outro dia, tal como foi realizado.

Durante o transcurso da pesquisa encontra-se também dificuldades de ordem técnica. Durante a fase de familiarização buscou-se acessar as informações presentes no CadÚnico com a perspectiva de melhor caracterizar o perfil socioeconômico da população. No entanto, esbarrou-se numa dificuldade de ordem técnica. A partir da solicitação à atual Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas foi encaminhado uma relação com apenas 50 pessoas do Residencial Teresina Sul, devidamente inseridas no CadÚnico. Este dado de pesquisa é interessante, pois ele era para constar todas as 1.000 famílias, por se tratar de um pré-requisito para receberem a moradia pelo PMCMV. Aqueles que foram sorteados e não tinham o cadastrado até então eram obrigados a realizar. Caso contrário, perderiam o benefício.

No entanto, entendemos que não se trata de um erro na sintetização da informação. Em sua maioria (se não todos) a questão está no percurso da informação do usuário ao momento em que ela é digitada no sistema. Os usuários usam escalas variadas em relação ao seu endereço. Alguns, por exemplo, utilizam o Residencial enquanto outros abordam o bairro a que pertencem. Assim, somente pela quadra e número da casa não é possível identificar se se

trata do Residencial Teresina Sul ou não. Outra hipótese diz respeito ao fato de o cadastro estar desatualizado, podendo ocorrer principalmente entre aquelas famílias que não são beneficiárias do Programa Bolsa-Família (PBF). Apesar de todos os moradores do PMCMV terem o realizado o CadÚnico, apenas aqueles que estão de acordo com o critério do PBF receberão o benefício deste.

Além destes aspectos, a inserção no campo de pesquisa indica modificações no próprio planejamento da pesquisa, tal como ocorreu a partir da aproximação com o Residencial Teresina Sul. Embora a proposta inicial tenha sido realizar um grupo focal com os moradores, as dificuldades fizeram com que fossem realizadas entrevistas individuais, cujo processo será exposto a seguir.

Uma primeira dificuldade encontrada estava relacionada com o local para a realização da atividade. Não havia um prédio público. O único espaço coletivo era o “Galpão”, onde serviu de apoio para a construção do conjunto. Trata-se de um espaço coberto e aberto (no sentido de não possuir paredes laterais) que não foi apropriado pela comunidade. Grande parte do material já havia sido retirado. Embora fosse um espaço onde foram realizadas reuniões ou atividades de dança no passado, ficou estigmatizado por ser um espaço de consumo e venda de drogas. Tendo em consideração a sensação de insegurança não foi considerada uma opção viável para realização do grupo focal.

Dessa forma, iniciamos a busca por um lugar na comunidade. A sede da Associação dos moradores funciona provisoriamente na casa da presidente. No entanto, também não se tornava uma opção viável, pois existe um conflito entre a Associação e o Conselho, sem um diálogo entre as duas. Nesse sentido, foi pensado que seria interessante realizar no espaço neutro, por assim dizer, com o entendimento de que algumas pessoas poderiam deixar de ir, caso fosse realizada lá. Situação análoga aconteceu com as instituições religiosas. Conversando com moradores relataram que não seria interessante.

Houve uma situação em que a pessoa confirmou que a reunião poderia ser feita na própria casa tendo em consideração que havia um espaço coberto que serviria de proteção diante de possível chuva. No entanto, acabou esquecendo-se do compromisso no dia marcado, não havendo ninguém na casa. Este fato nos leva ao segundo ponto em questão: o baixo comparecimento.

Os convites eram realizados aos possíveis participantes durante a semana e solicitados a confirmarem na véspera. Nem sempre aqueles que confirmavam, apareciam. Foram realizadas tentativas durante três sábados seguidos, tendo atingido o máximo de cinco pessoas, sendo que o último chegou na hora em que o grupo estava quase se despedindo.

Embora houvesse a expectativa de juntar uma quantidade razoável para um momento no grupo, a perspectiva de realizar três sessões parecia mais difícil.

No entanto, não foram momentos desperdiçados, por assim dizer. Enquanto esperávamos as pessoas chegarem ou até mesmo depois de decidido que o grupo focal não ocorreria naquele dia, dialogávamos de forma fluida. Às vezes era conversado sobre situações do cotidiano ou sobre aspectos do próprio residencial. Foi um momento interessante por dois motivos. Primeiro por permitir uma aproximação maior com os sujeitos pesquisados criando vínculos que deixava o clima da pesquisa mais amistoso. E segundo, foram produzidas informações interessantes para a pesquisa que ajudaram a compreender melhor a comunidade e refletir sobre a elaboração do roteiro de entrevista.

A dificuldade na construção do grupo focal provocou diversas reflexões. Primeiramente, a motivação de participar de uma pesquisa. Esta é um desejo do pesquisador e não necessariamente dos sujeitos pesquisados. O simples fato de estarem no critério de inclusão da pesquisa não faz com as pessoas tenham interesse em participar e contribuir. A aceitação, seguida do não comparecimento pode ser um subterfúgio encontrado pelos moradores para não participarem e não recusarem o convite ao mesmo tempo.

Além disso, o fato de o encontro ter sido marcada para um sábado à tarde pode ter sido um aspecto importante. É um momento em que a pessoa tem para descansar ou fazer outras atividades que são deixadas para o fim de semana. Por sua vez, a data foi pensada levando-se em consideração que alguns sujeitos trabalham durante a semana toda. Por fim, alguns sujeitos indicaram certo incômodo em relação ao fato dela ser um grupo e ter que falar diante de pessoas que não conheciam. Não se trata, contudo, apenas de uma mera questão individual. A baixa frequência poderia indicar também uma baixa participação dos moradores nas atividades comunitária como um todo. Uma comunidade que não costuma se reunir para discutir e refletirem de forma coletiva sobre a situação em que vivem.

Depois do sexto entrevistado, percebemos que eles tinham pelo menos a renda familiar de um salário. Não havia entrevistado pessoas que sobreviviam unicamente com o benefício do PBF. No entanto, a literatura sobre o PMCMV apontava as dificuldades e contradições vivenciadas pelas famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência da baixa renda. Dessa forma foi realizado uma articulação com CRAS com o objetivo de que eles indicassem famílias beneficiárias do bolsa-família. Tratava-se de uma estratégia de captar outras experiências.

Com efeito, o tópico guia que seria utilizado para o grupo focal foi transformado, por assim dizer, num roteiro de entrevista individual, com o objetivo de adaptar à nova técnica

utilizada. Ao se analisar a lista dos moradores que foram convidados a participar do grupo focal, observou-se que existia certa afinidade entre alguns deles. Com efeito, pensou-se em fazer a entrevista na forma de dupla, com o entendimento próximo ao grupo focal. A fala de uma pessoa estimulava o outro a falar, pois poderia remeter a lembranças, pontuar o contraditório ou reduzir a ansiedade diante da situação.

Diante de tudo isso, podemos ponderar que apesar da realidade concreta escapar a qualquer planejamento, não significa que ele deva ser desprezado, apenas maleável diante das situações inesperadas. Podemos observar movimentos de aproximação e afastamento, neste tópico, diante de uma realidade (supostamente) planejada ou até da falta de planejamento, expressos de várias formas: moradores que foram morar em galpão pois sua casa recém-inaugurada desabou ou na falta de água durante mais de 10 dias. No âmbito do imprevisível, podemos destacar também os grupos comunitários que foram surgindo na comunidade.

As dificuldades de encontrar um espaço coletivo na comunidade e de formação de um grupo focal, aliás, coincidem com a realidade concreta experienciada pelos seus moradores e que são barreiras para a superação de suas dificuldades. Os próximos capítulos retratam o cotidiano dos moradores a partir da sua realidade concreta, abordando as determinações do próprio PMCMV e do próprio Residencial Teresina Sul, marcados pela baixa densidade de equipamentos e serviços públicos como também determinante de diversas distâncias.

6 EXPERIÊNCIAS DOS MORADORES NO PMCMV: particularização da segregação socioespacial

A análise da segregação socioespacial tal como proposta no método descrito na introdução deste trabalho de tese será realizada tendo como fundamento o método materialista histórico e dialético, buscando captar seu movimento entre o universal, particular e o singular. Neste sentido, este capítulo aborda um conjunto de mediações que particularizam o fenômeno em questão. Estrategicamente para captarmos a experiência de segregação socioespacial tivemos que considerar a própria experiência de morar num conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida, uma vez que ela determina formas de pensar, sentir e agir desses sujeitos no espaço em que habitam. É sobre isso, portanto que trata o presente capítulo, uma vez que foi por meio do PMCMV que os moradores concretizaram o direito à moradia, mesmo que num espaço segregado socioespacialmente.

Para este capítulo foi realizada uma análise de conteúdo das entrevistas com os moradores com o objetivo de captar determinações das experiências dos moradores e suas implicações psicossociais. Tratava-se de um conjunto de mediações fundamentais para os moradores do Residencial, sem necessariamente estarem relacionados com a experiência de segregação socioespacial, mas simplesmente por estarem vinculados à um programa habitacional. Neste sentido foram elaborados três categorias de análise, conforme pode ser visualizado no quadro a seguir:

Quadro 6: Categorias da experiências dos moradores no PMCMV

CATEGORIA	CARACTERÍSTICAS
Representações acerca da casa própria	<ul style="list-style-type: none"> - um sonho que nem todos têm condições de acessar - propriedade privada na perspectiva do valor de uso - saída do elevado valor do aluguel - permanência no lugar
Casas vazias num conjunto habitacional de interesse social	<ul style="list-style-type: none"> - adquirem a moradia mesmo estando fora dos critérios do programa - sentimento de injustiça, tristeza e impotência
Prestações do PMCMV e suas repercussões	<ul style="list-style-type: none"> - impacto varia de acordo com a história de vida anterior - naturalização das prestações como contrapartida

Por meio do conjunto das entrevistas realizadas foi possível verificar que antes mesmo de terem que se deslocar de onde viviam para receberem o imóvel do Programa, esses moradores tinham desejos e representações acerca da casa própria, determinadas pelas condições concretas de existência desses sujeitos. Trata-se de um ponto fundamental, uma vez que a casa própria é um mediador importante no fenômeno investigado nesta pesquisa, conforme problematizado nos capítulos anteriores. Com efeito, o primeiro tópico deste capítulo aborda as representações da casa própria elaborada pelos moradores do PMCMV. Os demais tópicos, por sua vez, abordam a experiência dos moradores a partir da forma como ela se concretizou na realidade estudada. De forma mais específica, o segundo tópico analisa vários aspectos relacionados com a existência de casas vazias no Residencial, seguido de uma discussão sobre o pagamento do financiamento do imóvel.

Assim, este capítulo circunscreve um quadro de analisadores a partir do qual as experiências da segregação socioespacial se efetivam, de forma que esta não pode ser compreendida fora das determinações do PMCMV e as experiências que ele determina.

6.1 Representações acerca da casa própria

Este tópico aborda as representações da casa própria realizada pelos próprios moradores, ou seja, numa perspectiva da classe trabalhadora. Trata-se de uma construção ideal realizada pelos moradores a partir de suas experiências, incluindo as experiências que antecedem à mudança para o Residencial. Por sua vez, tais representações determinam formas do sujeito se relacionar com a sua moradia e seu entorno, promovendo compreensão e justificações para sua condição concreta de existência. É importante ressaltar que a compreensão de totalidade desse processo abarca algumas mediações como a ideologia da casa própria, determinando algumas concepções. Isso não indica, por seu turno, se tratar de um processo linear, mas de um movimento dialético e contraditório.

A história dos moradores do Residencial Teresina Sul I e II inicia com a realização de um cadastro na Prefeitura com o objetivo de concretizar o direito à moradia, conforme assegura a Constituição Federal vigente no país. Ou seja, a própria inscrição no órgão municipal responsável indica uma expectativa de realização do tão disseminado “sonho da casa própria”, conforme foi relatado pela maioria dos entrevistados. No entanto, a casa própria apresenta diversas representações para os moradores de uma política habitacional.

Teoricamente, uma das condições para a inscrição no PMCMV é não ser proprietário de um imóvel. Ao longo da pesquisa de campo escutamos diversas histórias de moradores que tentaram adquirir uma casa própria antes mesmo do cadastro, porém faltaram recursos para a aquisição de terreno e material de construção. Mesmo assim o desejo persistia. Esta dificuldade é ressaltada na fala de uma moradora que pagava um valor módico (por ser bem abaixo do valor de mercado) quando afirma que a casa própria é

um sonho que a gente conquistou na vida da gente né? Um sonho que nem todos tem como comprar, especialmente um pobre como eu (C, 31 anos)

Quando analisado mais detidamente, este simples trecho aponta para uma discussão interessante sobre a sociedade capitalista. O que se apresenta como uma possibilidade de aquisição da casa própria para as classes populares em condição de vulnerabilidade social e pobreza, especialmente aqueles que são superexplorados no trabalho ou que nem sequer tem o direito ao trabalho, é pela intervenção do Estado. Devido aos baixos salários ou renda família e o alto valor da mercadoria moradia, muitos trabalhadores não tem condição de acessar por meio do mercado, restando-lhe outras opções de que não a casa própria adquirida via mercado, tais como: 1) aluguel; 2) morar com parentes ou casa cedida; 3) além da instalação da moradia em áreas de risco, ou em terrenos objeto de invasões ou de ocupações, etc.

É interessante pontuar que na trajetória de moradia dos moradores das habitações de interesse social são comuns as experiências de insegurança, em suas mais variadas facetas: 1) risco iminente de desabamento da construção ou deslizamento do terreno; 2) solicitação de reintegração de posse de terrenos ocupados, podendo haver ações truculentas de retirada; 3) solicitação da moradia quando ela encontrava-se cedida; 4) preços elevados dos aluguéis; 5) perda da capacidade de trabalho no futuro, entre outros.

De uma maneira em geral os moradores representaram a casa própria como um sonho conquistado, sendo algo desejado por muitos deles. Para os trabalhadores este sonho surge das condições concretas de dificuldades em que estão submetidos. O interessante é que para alguns esse sonho foi realizado apenas por meio de uma política pública, posto que por meio de seus próprios recursos não conseguiriam concretizá-lo. A própria ideologia da casa própria tem um papel fundamental neste processo e encontra ressonância na experiência dos moradores, de forma a não perceberem outras formas de segurança de posse. Ou seja, passam a desejar a casa própria como única possibilidade de segurança diante das várias experiências de provisoriedade da moradia.

Esta ideia de um Estado que responde as demandas dos moradores pode promover uma implicação sociopolítica, tal como abordado por Bonates (2009). De acordo com a pesquisadora, os moradores produzem uma representação de que o Estado é eficiente, podendo aliar-se a ele na busca pela garantia da ordem social. Porém, para alguns ficam oculto o fato de que a moradia na relação Estado-Capital constitui-se numa mercadoria com alto valor agregado no mercado. O ideal da casa própria tomado como objeto em si de aspiração acaba por relativizar as dificuldades encontradas pela baixa urbanização e as condições de vida daí decorrentes, que impelem os moradores à experiência de segregação.

Ainda neste mesmo sentido, podemos resgatar a discussão de Santos et al. (2014) sobre o fato da casa própria reproduzir a ideologia da democracia capitalista de amparar as demandas da classe trabalhadora. Esse aspecto produz várias implicações. Primeiramente não realizam uma crítica à própria sociedade capitalista em sua totalidade no sentido de superar as contradições do modo de produção imposto pelo capital, tal como a exploração em que estão submetidos. Portanto, como consequência, têm-se a falsa ideia ou aspiração de que as dificuldades experienciadas pelos moradores poderão ser resolvidas no interior do capitalismo por meio de alguns ajustes. Nesse aspecto, podemos levar em consideração a argumentação de Abreu (2015) quando afirma que, ao mesmo tempo em que responde a uma necessidade social, a casa própria desmobiliza a luta dos trabalhadores na perspectiva da demanda universal de socialização da terra, na medida em que transforma os trabalhadores em pequenos proprietários. No entanto, permanece em sua situação de exploração.

Um fato interessante é que mesmo após a aquisição da moradia mediante o Estado, alguns moradores duvidaram desta realidade, tendo em consideração a história de vida pessoal (e da classe trabalhadora em sua totalidade). Para eles, o tal do sonho parece que ainda não se concretizou, no sentido de que apesar de já estarem dentro da moradia tem o sentimento de que não é verdade ainda. O trecho a seguir é bastante significativo a este respeito:

Eu olho assim pra casa e não acredito que é minha. Pelo que eu 'tava' passando na casa (pausa). Até hoje eu fico pensando assim: 'Meu Deus essa casa realmente, será que é minha? Ainda hoje eu tenho essa sensação, assim, de olhar pra ela e não achar que é minha. (B, 50 anos)

Tal indagação trata-se de uma implicação psicossocial interessante, pois ao mesmo tempo em que desejam a moradia própria, a experiência tem mostrado que ela é algo difícil de ser alcançada, ou praticamente impossível para quem tem baixa renda. O horizonte de possibilidade para os sujeitos nestas condições parece se rebaixar, de forma que duvidam da própria efetivação do direito à moradia, expresso na forma de um sentimento de inacreditável,

mesmo que habitando na própria casa. Trata-se de uma contradição, na medida em que desejada pelo trabalhador, a casa própria se apresenta como um objeto praticamente impossível, levando em consideração o contexto concreto no qual se encontra. As experiências a partir destas condições delimitam um horizonte de perspectiva de sempre viver em casa com posse precária ou cuja propriedade privada não lhe pertence. É como se estivesse condenado a morar sempre em casa de aluguel, cedida ou de posse instável.

Quanto aos sentidos que os moradores possuem sobre a casa própria, o conjunto das entrevistas indicou as seguintes representações: a ideia de propriedade, o fato de não ter que pagar aluguel e o sentimento de permanência no lugar. O primeiro deles está relacionado com a noção de propriedade, considerada como um “local que pode chamar de seu (E2, 25 anos)” e poder cuidar, fazer reformas ou mudanças no sentido de se apropriar do espaço para atender as necessidades individual ou familiar. Em casa cedida alugada, não faria sentido ampliar um quarto, por exemplo, sabendo que a qualquer momento podem sair da casa e o investimento será apropriado pelo proprietário. Foi considerado também com uma conquista a partir do qual pode realizar outras, tal como um ponto de apoio para o sujeito.

Esta noção de propriedade, por sua vez, não pode ser encarada na perspectiva de uma mercadoria que se adquire com o objetivo de valorizar e ampliar seu valor de troca no mercado. Resgatando a contradição fundamental do capitalismo, podemos afirmar que se trata de um ponto de vista do trabalho e não do capital. Nesse sentido, o mais importante é o valor de uso que ela possui para seus moradores. A casa própria representa um ponto de referência para os sujeitos que lhes garante estabilidade diante das incertezas e riscos. Além disso, abre a possibilidade de adequar a moradia para o atendimento das diversas necessidades dos sujeitos que ali habitam, por meio de reformas ou ampliações.

Isto não significa afirmar que todos os moradores do PMCMV pensam a partir desta mesma lógica. Em alguns casos, tal concepção foi assumida por moradores que venderam a moradia logo após assinar o contrato, mesmo que violasse as regras do PMCMV, com o objetivo de obter uma renda. Com efeito, voltaram a sua moradia anterior. Há casos de pessoas que nem sequer chegaram a morar. No entanto, deve-se diferenciar daqueles que vendem a moradia nestas condições, daqueles que fazem enquanto uma forma de resistência à situação de segregação socioespacial à que foram expostos.

Os outros dois sentidos estão estreitamente relacionados entre si, pois relacionados com as dificuldades de sobrevivência dos trabalhadores. O segundo sentido da casa própria está relacionado com o fato de não pagarem mais aluguel, tendo em consideração seu elevado comprometimento na renda familiar e na reprodução social dos moradores,

consequentemente. Ressalta-se que a moradia de aluguel pode ser considerada um critério do déficit habitacional, quando ela representa um ônus excessivo, comprometendo um valor superior a 30% do orçamento familiar. As prestações do PMCMV foram consideradas acessíveis, pois bem inferior ao que pagavam de aluguel. Além disso, os moradores têm a certeza de que elas acabam num prazo específico, diferentemente do aluguel, que é uma situação para a vida toda.

Apesar de extensa, é bastante interessante a fala de um morador para compreender a importância da casa própria para a classe trabalhadora:

A casa própria...ela representa a realização de um sonho e assim um peso que tira sobre as nossas costas no momento em que a gente é só assalariado. Um salário mínimo para você pagar aluguel, vai quase todo só em aluguel. Tá certo? E por outro lado também, não é meu caso hoje, mas você analisar uma pessoa que não tem nenhuma renda fixa, não é empregado, pra ele se manter pagando aluguel é complicado demais. E também viver na casa de parentes não é tão adequado, não é tão sossegado como na sua própria casa. Então a moradia própria, ela tem essa vantagem. (...) É um gosto que você tem de fazer aquilo porque é um bem seu. Você não tá sobressaltado de repente o dono da casa chegar e pedir, tá? Então vale a pena. A casa própria tem esse fator que deixar a pessoa mais tranquila né? Você não perde tanto o sono de preocupação com relação a isso, porque você tá no que é seu. A casa própria tem esse benefício: de deixar a pessoa mais tranquila, mais a vontade. É dessa maneira que eu vejo: a moradia é isso. Durante muitos anos eu lutei para ter uma moradia própria, mas a dificuldade foi tanta que eu nunca tive condições de pagar uma prestação de um terreno. Interesse de comprar eu tinha, mas condições de pagar eu não tinha. (A2, 53 anos)

Este trecho aponta para a dificuldade vivenciada por trabalhadores e a diversas estratégias que “lançam mão” para a satisfação da necessidade de moradia, que não são consideradas ideais por eles próprios. O fato de destinar boa parte da renda para o aluguel ou viver sobressaltado diante da possibilidade do proprietário solicitar a moradia a qualquer momento não é considerado agradável. Assim, como a opção de dividir a moradia tendo em consideração a perda da privacidade, em situações que promovem desassossego. Dessa forma, se levarmos em consideração que a casa própria possibilita certa tranquilidade ao sujeito, podemos afirmar se trata de uma mediação na promoção de sua saúde, inclusive.

A dificuldade do pagamento do aluguel pode ser de tal forma que algumas pessoas acabam mudando de moradia, procurando aquelas com menor valor como também a ocupação de terrenos vazios ou de casas desocupadas. Uma entrevistada, aliás, não foi beneficiária do PMCMV por meio do sorteio, se mudando para o Residencial com o objetivo de ocupar uma casa que se encontrava vazia. Diante da falta de emprego e da solicitação constante do dono da casa em que moravam, pois não estavam conseguindo pagar o aluguel de forma regular, resolveram ocupá-la. Assim, a casa própria representa para ela dignidade.

A ruptura com a história de moradias anteriores e a possibilidade de enraizamento num território são elementos fundamentais para se compreender a importância da casa própria para a classe trabalhadora. Os moradores do Residencial, aliás, destacaram que ela relativiza os problemas encontrados enquanto efeito da segregação socioespacial, tal como foi abordado por uma entrevistada:

Assim, no meu caso, se eu disser pra você que não afeta, estou mentindo: porque é ruim. É sim. Mas quando você coloca na sua mente o seguinte: que apesar de todos esses terrores, mas hoje você tem uma casa própria, sua (ênfase). É seu. Você não vai sair daqui pra ir pra outro lugar. Você não vai ter aquela preocupação de todo mês você ficar raciocinando que tem que pagar alguma coisa: uma quantidade alta. E... é algo que você sabe você que tá ali. Depositando, mas é seu. Então isso faz com que você faz...como é que eu posso dizer: as outras coisas se tornam banais. A gente vai ajeitando, né? conforme o tempo. Você vai arrumando as coisas. Conforme vai dando você vai se ajeitando. Então não deixa de ser ruim, mas a gente consegue lidar com isso. Acaba conseguindo, né? (D, 38 anos)

Dessa forma, parece que os moradores têm que escolher quais dificuldades são melhores de superar, pois a forma como se apresenta a moradia no Teresina Sul é acompanhada de outras privações. Para os sujeitos entrevistados, a opção ocorreu pela casa própria, sendo um critério importante de hierarquização das demandas. Por sua vez, é importante ressaltar que houve sujeitos que se mudaram do Residencial por terem outros critérios de valores, optando por sair.

Em sua pesquisa com moradores de vilas e favelas, Lima (2003) identificou que a expectativa dos moradores era sair da ilegalidade e se identificar com um espaço numa perspectiva de construção de raízes e sentimentos de pertença e não mais de transitoriedade ou transgressão. A legalização das terras de ocupação representa a possibilidade do fim de movimentos pendulares constantes para construir sua vida com mais dignidade e cidadania. Além disso, o espaço permanente é desejado, pois o nomadismo urbano indicaria ausência de direitos e instabilidades em várias dimensões na vida dos sujeitos. Aqueles que não tiveram seus terrenos regularizados, angustiam-se diante da vulnerabilidade e riscos de despejos e rupturas de vivências e sonhos. Neste sentido, a existência de um lugar fixo é considerada como condição para melhorar de vida e a construção de projetos de vida, naquilo que a autora denomina de “enraizamento da subjetividade”.

A importância da moradia também foi abordada por uma pesquisa realizada pelo Governo Federal em âmbito nacional com moradores do PMCMV sobre a dimensão subjetiva da percepção dos moradores em relação ao seu habitar, enfocando aspectos da satisfação na pós-ocupação. De uma maneira geral, o PMCMV foi bem avaliado, apesar das diversas dificuldades apresentadas. O principal fator dessa avaliação foi a satisfação com a moradia,

que teve média superior quando comparada com aspectos tais como entorno do empreendimento (como lazer e segurança), inserção urbana (acesso aos equipamentos e serviços coletivos) e custos de vida (BRASIL, 2014).

A dimensão temporal é um fator que interfere na escolha. A perspectiva de morar de aluguel aparece como algo para toda uma vida, pois dificilmente teriam condições de comprar uma casa no mercado, mesmo que informal. A possibilidade de ocupação e luta pela moradia, organizada pelos movimentos sociais, nem sempre aparece como uma alternativa para algumas pessoas, devido aos riscos e possíveis enfretamentos concretos, incluído com a polícia. Já a baixa densidade dos serviços públicos e a distância são consideradas como situações momentâneas, de forma que num momento posterior tendem a ser superado, com a implantação dos equipamentos públicos. Apesar de pagar as prestações mensais, os valores são bem inferiores ao aluguel (sendo uma espécie de aumento da capacidade de compra dos moradores) e tem data definida para encerrar, sendo deles para o resto da vida.

Podemos supor que os trabalhadores possuem uma consciência mínima, ainda que embrionária, sobre as dificuldades de lidar com a contradição capital e trabalho apenas a partir de seus próprios esforços e recursos. Quando comparam os altos custos do aluguel enquanto responsabilidade própria, com a renda indireta obtida por políticas sociais que deixam de “receber” pela precarização dos serviços, acabam optando por abandonar o aluguel. Ou seja, a possibilidade de intervenção do Estatal parece uma perspectiva mais plausível, mesmo que não seja no curto prazo, tal como ocorreu com o Teresina Sul.

A questão da permanência no Residencial (apesar dos efeitos da segregação socioespacial no seu cotidiano) é contrabalanceada pelas possibilidades futuras com a venda da moradia. Sem entrar no mérito da legalidade do processo, os moradores afirmam que o valor obtido pela transação comercial não é suficiente para comprar uma moradia equivalente. Ressaltam o tamanho do terreno e a qualidade construtiva das casas do PMCMV. Com efeito, acreditam que o dinheiro talvez não seja suficiente para comprar muita coisa além do terreno, sem nenhuma garantia de que seja localizado aonde gostariam. Dessa forma, foi bastante significativa a reflexão de um moradora a respeito das dificuldades das políticas públicas no Teresina Sul, quando afirmou que:

Faz a pessoa ficar indignada. Mas sem opção, mais uma vez de ter uma moradia em outro lugar, você fica. Você acaba cedendo a todas essas coisas (G, 28 anos)

O fato de ter uma moradia, no sentido de casa própria é um mediador importante a partir do qual os moradores percebem e valorizam a realidade. Em decorrência disso, acabam

se sujeitando a determinadas situações, que se longe do ideal são pelo menos melhores do que as que já vivenciaram anteriormente. Tal fato pode ser observado a seguir:

Eu particularmente não pensei nisso não, porque nos queríamos mesmo era uma casa própria mesmo. já que estamos aqui vamos agradecer a Deus e pedir a ele que nos ajude e é isso que vale a pena né, porque o lugar que a gente mora, a gente é quem constrói ele, a gente que faz melhorar. É assim que eu penso. Foi assim que aconteceu. E eu to gostado daqui. Não tenho vontade de sair não. (A2, 53 anos)

Dessa forma, percebe-se que a casa própria é uma garantia para o trabalhador diante das inseguranças e riscos sociais. Como as desigualdades da sociedade capitalista não fornece as condições concretas para que possa acessar uma moradia digna, é comum eles optarem pela moradia, sem qualquer adjetivo. Além disso, existe o fato de ser uma moradia com legalizada e com um acabamento estrutural considerado satisfatório.

Por fim, o sentido da permanência no lugar possibilitado pela casa própria é determinado pela experiência anterior de deslocamentos constantes. Pelo fato de morar em casas alugadas ou cedidas são obrigados a procurar outra assim que o proprietário solicita a moradia, seja por falta de pagamento ou por possuir outros interesses em relação à moradia. Essa possibilidade iminente promove ansiedade e insegurança na vida dos trabalhadores. Ficam com o receio de a qualquer momento ter que fazer outra mudança, que é bastante comum, inclusive entre bairros distantes. Além disso, quando em caso de ocupação sem consentimento do modo, pode vir acompanhada de ordem de despejo judicial juntamente com aparato policial. Nesse sentido a casa própria representa a possibilidade de permanecer mais tempo no mesmo lugar, ou a perspectiva de não precisar mais se mudar. Ele pode ser verificado na fala a seguir:

É um sonho de todos nós, né? É ter nossa casa, nossa a casa própria. Ter ali um endereço fixo. Isso é importante, tanto na minha vida, quanto na vida das crianças, pelo fato de dizer assim 'Ah! hoje eu tô num endereço, amanhã eu tô em outro': isso acaba bagunçando muito o psicológico da criança né? Principalmente eu que tenho crianças com problemas. Fica difícil! (H, 35 anos)

Este trecho aponta para uma implicação psicológica interessante relacionada ao desenvolvimento infantil. Mãe de quatro filhos e já tendo mudado várias vezes de casa anteriormente questiona sobre os efeitos na construção de referências das crianças e os vínculos que são constantemente refeitos, seja para com o lugar como também para com as pessoas de sua convivência. A mudança de endereço não implica numa simples alteração de moradia, pois abrange também alterações num conjunto de relações sociais em seus mais diversos espaços, tais como vizinhança e escola. Com efeito, tais aspectos podem repercutir na formação dos padrões de vínculos e apegos.

Conforme pode-se perceber, os conjuntos de sentidos elaborados pelos moradores do Residencial indicam que moradia está relacionada com a satisfação das necessidades básicas, ou de condições que possibilitem-na. Por isso, muitos reforçaram a concepção de que é mais interessante pagar prestações da casa própria do que pagar aluguel por basicamente dois motivos. O primeiro está relacionado como fato de que as prestações têm um prazo de 10 anos para terminar. Após finalizar as prestações, a moradia será propriedade privada do sujeito, fornecendo garantias de no futuro não terem mais sequer preocupação em desocupar a moradia em caso de atraso ou do dono solicitar a moradia novamente, sendo este o segundo motivo. Com efeito, eles costumam pagar a taxa com satisfação.

Tais concepções estão de acordo com a literatura acadêmica sobre a casa própria para a classe trabalhadora. Silva (1989), por exemplo, discutiu que ela tem o sentido de satisfação de uma necessidade social imediata, capaz de garantir a sobrevivência e segurança diante das refrações da questão social do capitalismo. A renda destinada para o aluguel pode fazer diferença na alimentação, vestimenta e transporte. Já Costa (1998) abordou que além da redução de gastos, a casa própria evita os processos de remoções. Os deslocamentos constantes de moradia dificulta a criação de vínculos com a vizinhança e com o lugar, importante para a construção da rede de solidariedade e organização sociopolíticas.

Diante de todas essas problemáticas os moradores do Teresina Sul indicaram que as estratégias elaboradas pelos trabalhadores diante da pauperização imposta são compreendidas como necessária para aquele momento e recursos disponíveis, muito embora o seu desejo não seja o de permanecer em casa cedida, em área de risco ou moradia em situação precária. Procuram a estabilidade e segurança na casa própria.

Para finalizar a discussão, é interessante pontuar a mediação da ideologia da casa própria neste processo, uma vez que ela circunscreve formas rígidas de pensar, sentir e agir sobre a realidade em movimento. Os próprios estudos de Bonates (2009) e Costa (1998) já apontavam que os trabalhadores buscam alternativas diante da situação de moradias precárias no qual se encontram. Não é um efeito da ideologia da casa própria, o fato do trabalhador querer sair do alto valor do aluguel, que compromete boa parte de sua renda; desejar enraizar-se num lugar sem o risco do proprietário da moradia solicitar; poder se apropriar do espaço, fazendo modificações que atendem as suas necessidades ou de sua família. Pelo contrário, isto está relacionado com a satisfação de suas necessidades. Mas é uma implicação da ideologia apontar a casa própria como a única alternativa para eles, quando existem outras possibilidades.

Em uma pesquisa sobre diversas dimensões da moradia adequada com os moradores do PMCMV Rolnik et al. (2015b) afirmaram que a maioria dos entrevistados relatou se sentirem mais seguros atualmente do que na antiga moradia, por estar baseada na propriedade privada individual. Pondera que se trata de uma ideologia que relaciona a segurança de posse com o “sonho da casa própria” desconsiderando outras formas como a do usucapião ou concessão especial de uso para fins de moradia, por exemplo. No entanto, como se trata de um contrato formal com uma agência financeira, o não pagamento das mensalidades e até mesmo de taxas condominial, pode ser motivos para perder o imóvel, promovendo diversas implicações, tal como será analisado em outro tópico deste mesmo capítulo.

Assim, a satisfação da necessidade de moradia aponta para a sua importância como um valor de uso para os trabalhadores, e não em seu valor de troca. Mas devido à ideologia da casa própria os trabalhadores não visualizam outra perspectiva de posse para além da propriedade privada, sendo uma mercadoria bastante desejada, expressa no tão propagado “sonho da casa própria”. Trata-se da disseminação da propriedade privada enquanto um valor da burguesia e a ideia de ascensão e progressão social para toda a sociedade, tal como abordado por Bonates (2009). Dessa forma, a aquisição da casa própria é considerada como uma melhoria para a classe trabalhadora (o que não deixa de ser verdade) devendo ser reconhecida por todos da sociedade. Por outro lado, deve-se apontar para a contradição deste processo, uma vez que por meio dela os trabalhadores são cooptados na luta pela sua moradia, obscurecendo a realidade de exploração e opressão na qual estão submetidos pelo modo de produção capitalista. Ou seja, a segurança e proteção afiançada pela casa própria poderá vir acompanhada do arrefecimento da luta de classe e portanto, da reprodução da própria sociedade na sua totalidade.

Assim, a ideologia da casa própria é um mediador importante no movimento da consciência, embora no sentido de impor barreira ao ocultar algumas de suas contradições. A passagem para a consciência revolucionária fica estagnada, conseguindo realizar críticas apenas dentro dos limites da sociedade capitalista, sem aprofundar na contradição fundamental do capitalismo.

Outra contradição do PMCMV é que apesar do elevado déficit habitacional e da produção de habitação de interesse social, com subsídios maiores que 90% existem muitas casas vazias no Residencial Teresina Sul, que será discutido no próximo tópico.

6.2. Casas vazias num conjunto habitacional de interesse social

O PMCMV construiu milhões de moradias voltadas para a redução do déficit habitacional brasileiro por meio de várias estratégias de facilitação do acesso, incluindo subsídios com valores superiores à 90% do custo total da habitação, tal como previsto nas normativas para a Faixa 1 do Programa. No entanto, por se tratar de um programa direcionado à habitação de interesse social, os beneficiários assumiam o compromisso de ocupar a moradia, sem a possibilidade de vender durante o período de quitação das prestações, sob pena de perdê-la. Nestas situações, o imóvel em questão seria repassado para a próxima família, cujo nome consta no Cadastro de Reserva.

No entanto, a partir das primeiras aproximações com a realidade investigada foi possível perceber muitas casas do Residencial com a aparência de não estarem habitadas, cujo fato foi confirmado depois por meio dos diálogos e entrevistas com os moradores. As diversas casas vazias, por seu turno, causavam um incômodo nos moradores, suscitando reflexões, sentimentos e formas de lidar com esta situação, que será o foco deste tópico.

A existência de casas vazias foi avaliada de diversas formas pelos moradores, mas de uma maneira em geral eles afirmaram que a maioria delas é decorrente do fato de muitos terem recebido sem realmente necessitarem de fato. Pontuaram ser comum a mudança de moradores, havendo casos na qual os próprios vizinhos não sabem quem é o proprietário do imóvel, pois sequer apareceu para conhecer a casa. O trecho a seguir é bastante significativo deste movimento:

Mas eu sei que tem famílias que realmente precisam e até hoje nunca foram contemplados no Programa Minha Casa Minha Vida, porque é colocado nome de pessoas que têm uma renda alta, mas que colocam lá. Não sei como dá certo. Passa pessoas que têm outros imóveis noutro lugar e aí recebem um imóvel aqui e vendem. No começo quando a gente veio morar aqui a minha vizinhança aqui quase toda já são outros né? Então, venderam, foram embora e tudo. (A1, 40 anos)

Com efeito, eles acreditam que se tivessem seguido os critérios do PMCMV no sorteio do Programa, a quantidade de casas abandonadas ou vendidas a terceiros provavelmente teria sido bem inferior. Muitas pessoas que já possuíam moradia no momento do cadastro deixariam de ser contempladas pelo Programa (diferentemente do que ocorreu), possibilitando que aquelas que de fato necessitam tivesse acesso à moradia. Uma entrevistada, por exemplo, relatou uma situação na qual um juiz havia sido contemplado, mesmo que estivesse bastante distante do critério do PMCMV da Faixa 1, ou até mesmo recebesse auxílio-moradia. Por sua

vez, é bom ter a cautela de ponderar sobre tal afirmativa, pois ela pode não corresponder a realidade concreta.

Um tema bastante recorrente nas entrevistas dos moradores foi o relato de envolvimento de políticos na distribuição das moradias, de forma que haveria pessoas beneficiadas que nem sequer moravam na cidade ou várias pessoas de uma mesma família terem sido sorteadas, ou seja, casais recebendo duas ou mais casas, mesmo morando juntos. Além disso, foi bastante criticada a questão das fiscalizações. Apesar das informações, inclusive no momento de efetivar o contrato, sobre as vistorias que seriam realizadas nas casas muitas pessoas alugaram ou venderam, cujos preços relatados variaram de quatro mil à trinta mil, atualmente. Conforme afirmaram, tal valor dificilmente chega a comprar uma casa com boa estrutura de alvenaria em terreno amplo ou até mesmo cobriria o valor do investimento realizado na construção da moradia. Esta situação indica um comércio informal e ilegal, pois as casas não podem ser comercializadas num prazo inferior à dez anos, ou seja, sem a devida quitação do imóvel. Tal prática foi pontuada por uma moradora:

Eles lá como tem conhecimento com as pessoas de dentro que faz o cadastro é que facilitam pra ela né? Eu acho isso um erro (...) Até hoje mesmo devido as casas aqui né da Minha Casa Minha Vida. Essa daqui ó [apontando para uma casa]. Que dizem que não podem vender, não sei o que, essas coisa: É mentira. Porque eles dizem que vão fazer uma vistoria nas casa, pra saber é os donos. Essa aqui vendeu por 10 mil faz, tempo. Vendeu nunca veio morar ninguém. Tá aí. (F, 42 anos)

Outra moradora relatou que conhece em torno de 10 pessoas que já venderam e umas quatro casas que estão simplesmente desocupadas. Além disso, comentou ter recebido uma oferta para compra de sua própria casa. De acordo com a experiência dos moradores o fato da casa possuir terreno murado e com cerca elétrica é um indicativo de que ela provavelmente não pertence ao dono que foi sorteado no Programa, pois a renda dos moradores não permitiria fazer tais reformas na moradia no tempo de existência do Residencial. Embora não possamos concluir nada a partir da quantificação realizada por um único sujeito, podemos refletir que se trata de algo significativo, pois retrata uma situação que nem sequer era para existir se levarmos em conta as normativas do PMCMV. Além disso, podemos visualizar que as experiências dos moradores possibilitam apontar para contradições existentes no próprio programa e refletir sobre a realidade concreta, ao mesmo tempo em que são produzidos determinados sentimentos e atitudes, embora nem sempre adquira visibilidade pública.

Dessa forma, a questão não fica restrita a simples existência de casas vazias ou compra e venda da moradia, mas também pelo fato de algumas serem ocupadas por pessoas que de fato não apresentam demanda para habitação, pelo menos não na Faixa 1 do PMCMV.

Situações nos quais pessoas que possuem relações com políticos acabam adquirindo uma moradia, mesmo que sem a pretensão de residir. Quando assinam o contrato com a CEF destinam diversas ocupações e usos, mesmo que conflitam com as legislações do próprio Programa. Algumas foram utilizadas como moradia ou ponto de apoio à disposição de filhos, parentes ou até mesmo amigos que vão para Teresina, tendo em vista objetivos dos mais variados tipos ou tempo de permanência, tais como: estudos, passeio, consultas médicas ou assuntos de interesses particulares. Tais situações não são condizentes com o objetivo de uma habitação de interesse social, devendo ser motivo de perda da moradia, repassando para aqueles possuem a necessidade de ocupar cotidianamente.

Diversos moradores relataram que a questão do apadrinhamento político influenciou na seleção dos beneficiários, interferindo no critério da impessoalidade presente no sorteio público e da própria efetividade do programa habitacional. Foi afirmado que alguns políticos teriam uma quantidade de casas (possuindo uma espécie de cotas) que poderia entregar para quem quisesse sem necessariamente possuir os critérios do PMCMV. A fala a seguir é bastante representativa:

Aqui no nosso Residencial teve muita gente que recebeu que não precisa. A realidade é essa. Porque querendo ou não teve político envolvido. Político fulano de tal tinha não sei quantas casas, aí político fulano de tal deu para quem ele quis dar. Não interessa se ele tinha baixa renda ou se ele tinha uma boa condição (...) Aqui você encontra muita casa fechada por isso. Porque muita gente ganhou e não precisa da casa. Não foi, assim, um sorteio: foi dado por políticos. Não adianta a gente dizer que não tem isso, porque existe isso sim. E não é só no Residencial Teresina Sul, É em todo o Programa Minha Casa, Minha Vida. Tem as facilidades para as pessoas tirarem uma casa: que não precisa, que não vem morar. Aí ficam fechadas desse jeito. (B, 50 anos)

É interessante a percepção pontuada pelos moradores de que o proprietário da moradia aparece assim que as casas são ocupadas, não demorando muito tempo para reivindicar novamente, incluindo ações de despejo, como é o caso vivenciado por uma das entrevistadas, inclusive. Ainda sobre tais casas vazias foi relatado que mesmo aqueles que abandonaram pelos efeitos da segregação socioespacial, eles não passam a moradia adiante para outras pessoas, como aqueles que estão na Lista de Cadastro de Reserva.

Podemos realizar uma discussão sobre as contradições existentes na implementação dessa política pública. Embora a legislação do PMCMV defina um determinado objetivo e público-alvo específico, na prática encontrou-se processos que se afastaram de tais normativas, reproduzindo de alguma forma as contradições da sociedade capitalista. Ao adquirir a moradia por meio do apadrinhamento, o processo de redistribuição da riqueza socialmente produzida encontrou limites, pois foi apropriada de maneira indevida por outros

segmentos sociais. Além disso, ao vender uma moradia subsidiada com recurso público, implica numa forma de apropriação privada desse mesmo recurso ao mesmo tempo em que atua na manutenção do déficit habitacional. Em outras palavras, reproduz as refrações da “questão social”.

Diante das casas vazias, os entrevistados relataram sentimento de tristeza ou de injustiça, principalmente por saberem que têm muitas famílias que ainda precisam de moradias, sendo que em alguns casos coincidem com os próprios familiares, amigos ou conhecidos. Os sentimentos produzidos vão ganhando outros contornos a partir das experiências dos sujeitos. Uma moradora que está no Teresina Sul na forma de ocupação afirmou que sente uma tristeza quando vê casas reformadas, que se aparenta como “mansões”, habitadas por pessoas que não seriam os primeiros donos ou pelo menos que não precisam de habitação de interesse social. Em sua fala é possível perceber diversos sentimentos que foram produzidos a partir da experiência de desigualdade em que ela está inserida, como pode ser verificado no trecho a seguir:

É triste, muito triste. Porque eu conheço muitas famílias que necessitam. Não só as casas vazias, eu ver mansões que não são do real dono. Foram de terceiros, de segundos de quarto que já compraram e fizeram mansões. E como eu falei anteriormente, o pobre, o ignorante vendeu o voto pra fazer o muro porque não tem condição. E eu ver mansões e ver casas desocupadas, com o mato nas alturas, ou casas que tão virando boca de fumo, drogas, trazendo drogas pra comunidade e mais insegurança ainda, que são ocupadas por este tipo de pessoas e não são dadas a pessoas que realmente precisam. Famílias que realmente estão necessitando. Pessoas vendendo, ganhando mais de uma: ganhou aqui, ganhou ali e vendendo. Tudo isso deixa a pessoa indignada e não adianta fazer nenhum tipo de reclamação ou de denúncia, porque até agora eu não vi, não vi dá jeito. Denúncia não vi conseguir frear ou vir fiscalização (G, 28 anos)

O sentimento de injustiça é ampliado a partir de outros fatos relacionados às casas vazias ou vendidas, produzindo outros sentimentos, inclusive. Um morador relatou com indignação o fato de assistir na televisão o mesmo vereador que apadrinhou familiares afirmar que a moradia social deve ser para quem de fato necessita. Aqueles sujeitos que receberem um voto de confiança da população para fiscalizar os atos do poder executivo e legislar a partir dos problemas vivenciados pelos cidadãos podem acabar prejudicando os próprios moradores. Assim, independentemente de serem eleitores do político específico, o uso eleitoreiro e hipócrita sobre moradias populares amplia o sentimento de injustiça e indignação. Os efeitos do apadrinhamento político nos sentimentos dos moradores foram expressos por uma moradora na seguinte forma:

Injustiça pelo aqueles que hoje tão pagando aluguel que realmente de fato querem uma casa e aí, a gente fica triste porque muitas das vezes são pessoas que a gente

confiou o nosso voto, né? Eu, você e outras milhares de pessoas votaram naquele determinado, ele tá lá ocupando um lugar e depois a gente sabe essa situação. É como você tirar um pão de uma criança, deixar com fome e dar pra quem não tem tanta necessidade, né? (A1, 40 anos)

Por outro lado, aspectos da burocracia do Estado promove um sentimento de impotência diante de tal situação, pois acreditam que não adiantam fazer denúncias ou reclamações. As experiências dos moradores apontam para um reconhecimento implícito de que as instituições existentes não resolveriam tal situação. Os únicos casos em que houve intervenção seriam as de pessoas que venderam as moradias no início do conjunto. Atualmente existe a sensação de que não existe mais fiscalização. Foi apontado ainda que às vezes não levam adiante as denúncias nos órgãos competentes por faltas de provas concretas para apresentar, com a sensação de que cabem aos moradores que denunciam o ônus da prova. Sentem o receio de que poderia ser penalizados futuramente com tal situação. Dessa forma, analisam que a resolução do problema por vias institucionais apresentam limites.

A solução apresentada pela maioria dos entrevistados sobre as casas vazias ou ocupadas por pessoas que não demandariam habitação de interesse social seria uma maior fiscalização constante dos órgãos ou entidades responsáveis, apesar do descrédito apresentado. Eles relataram que as únicas situações em que a CEF interveio foi diante da venda de moradia, no processo em que tanto o que vende quanto o que compra perdem o direito à casa. Podemos perceber que os moradores acreditam que um problema produzido no interior do Estado, deve ser resolvido por meio de outros órgãos do próprio Estado. Não houve um questionamento profundo da própria natureza e essência do Estado ou até mesmo as possibilidades de articulação e movimentação políticas dos moradores por meio de ações coletivas e ou entidades representativas. Com efeito, podemos ponderar que o movimento da consciência dos moradores ficou estagnado, oscilando entre uma ultrageneralização ou críticas pontuais.

Embora houvesse sentimento de indignação em relação aos políticos que apadrinharam moradores, ele não possibilitou um movimento da consciência, questionando o ato dele em si como algo imoral e ilegal, mas apenas em seu efeito de excluir famílias que de fato necessitam de moradia. Pode até ser que o assunto não tenha sido devidamente explorado durante a entrevista, mas em nenhum momento foi pontuado a destituição do cargo eletivo destes políticos de forma espontânea, podendo apontar para certa naturalização de um fenômeno comum na política brasileira. Podemos fazer um exercício de reflexão, indagando como seria a intensidade da indignação se o déficit habitacional não fosse tão elevado.

Se abordarmos a questão do ponto de vista do movimento da consciência dos moradores podemos afirmar que se deslocava entre a consciência ingênua em alguns casos (num movimento de aceitação passiva da ordem social estabelecida) e a consciência em-si em outros, quando problematizava aspectos da implantação do PMCMV a partir de suas experiências. Os questionamentos eram mais voltados para aspectos da implantação do Programa. No entanto, não houve um movimento em direção à consciência para-si, questionando a existência das casas vazias a partir da contradição fundamental do capitalismo e sobre a intervenção do Estado capitalista.

Um fato interessante é apresentado por um entrevistado que mora de aluguel. Para ela, a fiscalização de CEF deveria incluir também aqueles que não estão pagando as prestações de unidade habitacional de maneira constante. Ressaltou que se trata de um valor módico se levado em consideração o tamanho do terreno e a construção da moradia, de forma que dificilmente conseguiriam acessar uma habitação no mercado por esse preço. Estes aspectos será discutido no módulo seguinte de uma maneira mais aprofundada.

6.3 Prestações do PMCMV e suas repercussões

Todas as moradias do PMCMV são adquiridas mediante prestações, independentemente da faixa em se se situa a família, variando apenas em termos de valores e prazos de pagamento. Embora a Faixa 1 possua subsídio por meio de recursos do Orçamento Geral da União (OGU) que chegam a ser superiores a 90% do valor do imóvel, o restante é parcelado em 120 prestações, não ultrapassando o limite de R\$270,00. A questão das prestações da casa própria de uma política habitacional promove diversas reflexões, sentimentos, expectativas e formas concretas de ações, que serão abordados ao longo deste tópico, tendo como base as experiências dos sujeitos.

Realizando uma comparação entre as prestações do PMCMV na Faixa 1 e a política habitacional implementada pelo BNH podemos perceber algumas diferenças significativas. Primeiramente destaca-se o tempo de quitação. Se anteriormente o período comum era de 30 anos, coincidindo praticamente com o tempo em que o trabalhador estava inserido no mercado de trabalho, na referida faixa do PMCMV o tempo foi reduzido para 10 anos, ou seja, um terço. Neste sentido podemos refletir sobre o impacto disso na promoção da estabilidade social de um amplo contingente do exército industrial de reserva tal como discutido por Bonduki (2008) e Silva (1989) no contexto do BNH. Apesar dos impactos sobre

a redução do tempo de endividamento, por assim dizer, sobre a classe trabalhadora necessitar de maiores aprofundamentos teóricos, trata-se de uma alteração significativa.

Outra diferença relevante do PMCMV em relação ao BNH está relacionada ao contexto histórico. Não se trata apenas de estar inserido num regime ditatorial ou democrático (apesar de relevante). No que diz respeito à questão das prestações, deve-se levar em consideração à política salarial implementada nos dois períodos. Enquanto que no contexto do BNH os moradores estavam submetidos à uma deterioração constante do salário mínimo, no momento de implementação e auge do PMCMV, encontrava-se numa política de valorização do salário mínimo com aumentos reais constantes para além da inflação. Por fim, antes de abordar sobre a dimensão das prestações da casa própria para os moradores do Teresina Sul, deve-se ressaltar que ele é calculado em cima da renda familiar e não dos custos da moradia, mesmo que subsidiadas. Tais ponderações são importantes para uma perspectiva histórica. Feito um breve parêntese, voltamos para a discussão dos dados empíricos do Residencial.

Em relação aos impactos dos gastos na renda da família, podemos afirmar que ele variou de acordo com a condição anterior de moradia, desconsiderando as rendas indiretas asseguradas pelas políticas públicas. Aqueles que pagavam aluguel sentiram uma redução significativa, em decorrência da diferença de valor quando comparado às prestações do PMCMV. Aqueles que moravam em casa cedida e pagava as contas de água e energia elétrica, não sentiram diferenças. No entanto, uma pessoa que morava de aluguel num valor módico, mas não pagava as demais contas sentiu um impacto maior, muito embora afirme pagar com satisfação, pois sabe que a moradia é dela.

A única pessoa entrevistada nesta pesquisa que se encontrava em situação de extrema pobreza mudou-se para o Residencial com o objetivo de ocupar uma casa que se encontrava vazia por falta de pagamento do aluguel anterior, ficando difícil analisar o impacto na renda da mesma forma que as demais. No entanto, outros entrevistados relataram que têm muitas pessoas na comunidade que têm dificuldade de pagar, por causa de renda que variam da ajuda de familiares, do benefício do bolsa-família indo até um quarto do salário mínimo por pessoa. Nesses casos, a prioridade da renda é para alimentação, medicamentos e material escolar. De acordo com o que foi relatado, a maioria dos casos das pessoas que nunca pagaram as prestações ou que pagam atrasadas seria de famílias chefiadas por mães solteiras. As dificuldades vivenciadas por algumas famílias podem ser representadas no trecho a seguir:

Mas além dessas dificuldades do, do próprio imóvel, de pagar, têm famílias que tem a dificuldade de, como não só de pagar o imóvel, estão pagando, estão pagando atrasado, mas por conta também porque precisam se manter e muitas famílias que tão aqui no Programa não tem também nenhuma renda. Não tem emprego fixo, não

tem renda e há muitas pessoas aqui são mulheres, mães solteiras que tem filhos e é quem tem que trabalhar pra manter a casa, alimentação, pagar a prestação da casa e tudo junto, né? Porque só do Bolsa-Família a gente sabe que 200 e poucos não dá pra pessoa se manter um mês com criança em casa, pagar água, luz, prestação da casa, essas situações (A1, 40 anos)

Outro aspecto interessante desta discussão está relacionado pela forma como compreendem a prestação da moradia inserida numa política pública. Pelo menos desde o momento em que assinam o contrato com a CEF os moradores tem ciência de que serão cobradas mensalidades, assumindo o compromisso de pagar no vencimento previsto, sob risco de perder a moradia em decorrência de atrasos, incluindo as taxas condominial, quando for o caso. Trata-se, portanto de uma cláusula contratual para inserção numa política habitacional voltada para pessoas de baixa renda. Não foi sequer questionado pelos moradores o caráter de contrapartida presente nas prestações de uma habitação de interesse social. A partir do conjunto das entrevistas podemos visualizar quatro argumentos utilizados pelos moradores, não necessariamente independentes entre si.

Foi abordado que aqueles que possuem condições de arcar com a moradia devem pagar pela sua prestação, pontuando apenas uma flexibilidade para aqueles que não possuem renda ou estão em situação de vulnerabilidade social. Nestes casos, acreditam não deveriam perder a moradia por falta de pagamento.

Por outro lado, teve moradores que argumentaram que muitas famílias já pagavam valores de aluguel bem mais elevados e não deixavam atrasar por causa da possibilidade do proprietário solicitar a moradia, incluindo despejos violentos. Numa linha parecida, outros moradores pontuaram que se trata de um valor módico, pois ele é calculado em cima da renda das famílias e não no valor do imóvel. E por fim, foi abordado o caráter burocrático da questão, enfatizando que não foi uma novidade, pois constava no contrato firmado e dessa forma deveria ser executado.

Por sua vez, foi abordada também uma concepção antagônica à necessidade de pagamento das prestações, embora afirmadas como sendo uma representação de outros moradores, e não necessariamente do próprio entrevistado. Assim, alguns moradores não pagariam as prestações com o entendimento de se tratar de um programa do Governo Federal, e como tal, o Estado teria a obrigação de prover a moradia. Existe uma discussão teórica, aliás, sobre tais concepções de políticas públicas relacionadas à contrapartida por parte dos sujeitos, que não será abordado aqui por não fazer parte do objeto desta pesquisa.

Um fato importante é que quase todas as pessoas entrevistadas relataram desconhecer o caso de alguém que perdeu a moradia por falta de pagamento, apesar de haver uma cláusula

no contrato sobre esta possibilidade. Com efeito, os próprios moradores passam a duvidar de sua concretização, e em alguns casos colocam ressalvas como o objetivo de entender a discrepância entre o que está posto nas normativas do PMCMV e a realidade concreta experienciada por eles. Afirmam por exemplo, que tal possibilidade pode ocorrer apenas naqueles casos em que o morador não pagou sequer uma prestação ou que passou anos sem pagar. Outros duvidam pelo fato de conhecer várias pessoas nesta situação e ainda não ter sido tomada nenhuma providência em relação aos inadimplentes, exceto cobranças da instituição financeira, conforme abordado a seguir:

Olha, eu acho que, na minha opinião, que para você perder uma moradia dessas daqui, eu acho que é porque nunca pagou nenhuma . Aí eu creio que todo mundo...tem tempo que você tá com a condição financeira bem pouquinho, mas não é possível que um ano depois, dois anos depois ou três que você não consiga um pouquinho que dê para você colocar um pouco das prestações em dias. Eu agora, eu acho que se você passar muito tempo sem pagar ou não pagar de jeito nenhum eu creio que há possibilidade de você perder sim (B, 50 anos)

No entanto, não descartam totalmente a possibilidade de vir a se concretizar no futuro por estar presente no contrato firmado. Por fim, uma moradora pontuou que caso viesse acontecer, milhares de pessoas seriam desabrigadas pelas dificuldades de pagamento de muitas famílias em decorrências das precárias inserções no mundo do trabalho.

A própria existência deste instrumento jurídico no contrato, aliás, produziu pontos de vistas diferenciados. Alguns consideram como normal e justo, de forma que acredita que alguma medida deve ser tomada nestas situações, independentemente de se tratar de uma habitação para pessoas de baixa renda, utilizando-se dos mesmos argumentos que justificariam a prestações, abordado anteriormente. A fala de uma moradora sintetiza bem a questão, quando afirma seu ponto de vista:

Assim, eu não discordo não, porque eu conheço gente aqui que antes de vir morar aqui em 2012 pagava mais de 500 reais de aluguel e tinha que pagar, né? E hoje em dia tem gente que nem paga nem 300 e é uma coisa que é sua e não paga (C 31 anos)

Aliás, alguns moradores pontuaram que o PMCMV foi reduzido pela falta de pagamentos de muitos moradores. Com o baixo retorno, por assim dizer, o Governo Federal teria menos recursos para a continuidade ao PMCMV na forma que ele vinha sendo implementado. Embora possa fazer sentido à primeira vista, tais concepções estão distante da realidade sociopolítica do cenário brasileiro recente. A redução no PMCMV e sua mudança de foco ampliando para setores da classe média ocorreram após o processo de impeachment de um governo de coalização de classes que buscou atender os interesses dos trabalhadores, e a entrada de governo com forte caráter neoliberal, com tendências de reduzir as políticas

sociais, consideradas como assistencialistas e ineficientes. Portanto, esta concepção de que o PMCMV encolheu em decorrência da inadimplência dos moradores é ideológica com o efeito de culpabilizar os próprios trabalhadores, principalmente os mais precarizados.

Outros moradores, por sua vez, ponderaram que o governo Federal deveria intermediar a negociação com CEF em situação de inadimplência. Por ser um Programa Social deveria ser dada a oportunidade de quitar a dívida, reconhecendo a situação de vida das pessoas. Foi relatado que têm muitas pessoas na comunidade que têm dificuldade de pagar. Nesses casos, a prioridade da renda é para alimentação, material escolar ou gasto em saúde. No entanto, foi abordado também que os moradores podem organizar a renda para ir pagando aos poucos, mesmo com atrasos. Nestes casos, teria que ser avaliado a situação do morador para visualizarem novas formas de pagamento.

Para outros moradores a cláusula deveria ser flexível em algumas situações. Aqueles que têm condições de pagar deveriam quitar a dívida assumida, mas aqueles que não têm como arcar com o financiamento subsidiado de sua moradia não deveria passar pelo constrangimento de perde-la, tal como expresso no fala a seguir:

Eu acho que não devia existir considerando alguns fatores: renda, primeiro lugar. Só quem vive do bolsa-família não tem condições de pagar a taxa de uma casa. Isso aí tinha que ser revisto. Pessoa que não tem emprego nenhum, tinha que ser revisto a questão. Mas quem tem a condição de pagar, já é outra questão também né? Então nesse ponto aí eu acho que a cláusula variável de acordo com a situação da família, né? (...) Se a pessoa tá na pobreza, ela confirma que realmente que é pobre, que não tem renda: nada! Ela não pode passar pelo constrangimento de perder a moradia que ela tem direito, isso aí eu acho que tem que ser revisto também (A2, 53 anos)

Para evitar a possibilidade de perder a moradia por atraso no pagamento, uma moradora relatou que busca sempre manter o pagamento das prestações em dia. Sendo uma preocupação e prioridade da família, prefere nem sonhar com essa eventualidade. Muitos moradores relataram sentimento de tristeza diante da possibilidade de perder a moradia após ter passado muitos anos morando nela. Outros pontuaram que preferem nem imaginar ou falar a respeito dela, com a sensação de que “perderia o chão”, caso ocorresse. Tendo em consideração a intensidade do sentimento presente na fala dos moradores foram selecionados dois trechos bastante representativos:

Ai, eu acho muito triste porque tem muitos que não tão pagando (...) É muito triste você passar um bom pagando, achando que é sua e de uma hora pra outra, entendeu? Que deve acontecer: já houve muitos casos. É muito triste. Tem coisa que a pessoa nem pode nem expressar, né? Como morreu um parente não sabe nem o que dizer, mas que é triste é... É uma decepção muito grande (C, 31 anos).

Ai, Leandro, eu não quero em falar nisso. Isso é muito doloroso. Eu não quero que isso aconteça, porque pra gente ter uma casa e depois...que se era mais difícil, agora

vai ser mais. Se era mais preocupante, se era tão preocupante, agora vai ser mais: chegar a perder. (J, 60 anos)

Os sentimentos expressos pelos moradores diante da possibilidade de vir a perder a moradia em decorrência de atrasos nas prestações revelam preocupações e sentimentos de empatia por aqueles que podem um dia se encontrar nesta situação. O fato de preferir não falar sobre o assunto aponta para a negação da possibilidade, pois caso concretizasse seria bastante doloroso, principalmente depois de criar a expectativa da casa própria como um sonho para toda a vida, do qual ninguém poderia tirar.

O diálogo com a literatura recente sobre o PMCMV em outros contextos aponta para uma peculiaridade interessante do Teresina Sul. A intenção de se mudarem ou venderem a casa em decorrência dos agravos financeiros impostos pelo Programa, conforme os estudos de Paz et al. (2015) e Rolnik et al. (2015), não foi abordado pelos moradores. Podemos ponderar que no Residencial não existe taxa condominial, sendo uma taxa a menos. Além disso, podemos fazer uma reflexão crítica desta própria pesquisa, pontuando que esta pode não ter entrevistado os moradores mais vulnerabilizados, ou até mesmo que eles possam se utilizar de outras estratégias para fornecimento de energia elétrica e água.

As experiências do PMCMV abordadas ao longo deste capítulo mostra um conjunto de representações, sentimentos, expectativas, sonhos que foram produzidos a partir da inserção destes sujeitos numa política pública de habitação, levando em consideração a sua história de vida anterior. Além disso, experiências analisadas fazem parte da história de vida desses mesmos sujeitos que por causa do PMCMV foram morar numa área segregada socioespacialmente, que não podem ser desprezadas nas análises posteriores. Tendo em consideração que o PMCMV particulariza a segregação socioespacial este capítulo realiza a passagem do universal para a singularidade das experiências dos moradores do Residencial Teresina Sul I e II, que será abordado no próximo capítulo.

7 EXPERIÊNCIAS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E SUAS IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS

Este capítulo aborda as diversas experiências dos moradores no Residencial Teresina Sul I e II a partir de várias dimensões da vida do sujeito que passaram a ser determinadas por outras mediações, sentidas de maneiras diferenciadas entre os moradores pesquisados. A descrição e reflexão das informações produzidas a partir da inserção de campo do pesquisador apresenta um esforço analítico de responder ao problema de pesquisa proposto nesta investigação. Neste sentido, realiza um diálogo constante entre os elementos teóricos e a realidade pesquisada, capaz de produzir novas perspectivas teóricas como também, ampliar possibilidades de transformação da realidade concreta.

Essa empreitada reuniu um conjunto de informações, que embora produzidas de formas diferenciadas e em momentos distintos foram analisadas como constituintes de uma única realidade. Para melhor compreender o processo de construção dessa totalidade é interessante apontar para suas partes constituintes, que nesse caso está relacionado com os objetivos específicos desta investigação. Tendo em consideração que o primeiro era analisar a relação do PMCMV com os equipamentos e serviços públicos, na perspectiva de atendimento das necessidades dos moradores do Residencial Teresina Sul foram realizadas entrevistas com gestores das unidades escolares pesquisadas, assim como uma profissional da UBS e outra da assistência social, complementada com os diálogos informais com os moradores. Além disso, foram produzidos mapas sobre a localização e distâncias entre os principais equipamentos públicos e o Residencial tendo por base a plataforma online gerenciada pela Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPPLAN) da Prefeitura de Teresina.

Para os demais objetivos específicos da pesquisa foram analisadas as entrevistas individuais realizadas com doze sujeitos selecionados a partir dois critérios de inclusão, bastando possuir pelo menos um deles para participar: 1) participar de atividades coletivas voltadas para a comunidade tais como associação ou conselho; 2) baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social. Conforme foi explicitado anteriormente, estes critérios foram estabelecidos em dois momentos distintos da pesquisa. O planejamento inicial previa apenas o primeiro deles. Mas com a percepção de que a maioria dos entrevistados possuía a renda familiar de pelo menos um salário mínimo, optou por mudar o critério de formar a abarcar uma maior diversidade de experiências. A própria literatura, aliás, abordava as dificuldades daqueles que se encontrava fora do mercado de trabalho ou sequer possuíam renda.

A análise das informações foi realizada por meio da técnica do Núcleo de Significação, desenvolvida por Aguiar e Ozella (2006; 2013). Seguindo o procedimento, partiu-se de pré-indicadores extraído após escutas atentas e leituras exaustivas do material que foi transcrito. Num segundo momento foram sistematizados indicadores tendo por base a similaridade, contraposição e complementaridade dos conteúdos. Eles foram nomeados com trecho retirados das próprias entrevistas dos moradores. Já a organização dos núcleos foi obtida pela sistematização dos indicadores elaborados anteriormente. A partir daí, foi realizada uma discussão que se iniciou no interior do próprio núcleo em direção à realidade concreta, passando pela articulação dos núcleos entre si. Com efeito, foi possível articular fatos, experiências dos moradores e as implicações psicossociais, e num outro plano as relações entre afeto e o racional, apontando as mediações que viabilizaram a construção de determinada significação. O quadro 7 sintetiza a totalidade dos três núcleos de significação produzidos pelos moradores seguidos dos respectivos indicadores:

Quadro 7: Núcleos de significação com seus respectivos indicadores

DENSIDADE DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS E O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES BÁSICAS DOS MORADORES	“Simplesmente somente as casas”
	“Aqui tá muito esquecido”
	“Tem que tá recorrendo”
DISTÂNCIAS E MUDANÇAS NO MODO DE VIVER, RELACIONAR E TRABALHAR NA CIDADE	“Não tem aquela liberdade de ir e vir”
	“Senti muita falta da família”
	“Tem que adotar um vizinho”
	“Aqui emprego é longe demais”
	“Eles não pensaram nas pessoas”
RELAÇÕES COMUNITÁRIA E POLÍTICAS DOS MORADORES	“Pessoal só se importa no que se convém”
	“A obrigação é do presidente da associação”
	“Os políticos são um negócio sério”

Dessa forma, a estruturação deste capítulo foi ancorada nos três núcleos de significação que foram abordados em tópicos específicos, com o objetivo de aprofundar determinadas peculiaridades em questão. Não se tratou de mera descrição sistematizada destas experiências e das significações elaboradas pelos moradores, embora elas tenham fundamental importância neste processo. A partir deste material produzido em campo, foi realizado um esforço no sentido de captar as implicações psicossociais, o movimento da consciência e os desdobramentos na participação sociopolítica dos moradores. Tal análise permitiu captar, por exemplo, o movimento de consentimento ou negação da realidade de segregação socioespacial. Neste sentido, as formas de pensar, sentir e agir dos moradores pesquisados foram analisadas levando em consideração as mediações sociais, de forma que elas não foram analisadas separadas do contexto de vida desses sujeitos.

A apresentação do material analisado buscou acompanhar o movimento que parte das condições materiais e objetivas para os processos subjetivos produzidos pela mediação das experiências dos moradores no Residencial. Com efeito, as experiências dos sujeitos são fundamentais no processo de passagem das condições concretas da segregação socioespacial, no qual estão inseridos em decorrência de sua mudança para Teresina Sul, em direção às implicações psicossociais analisadas nesta investigação. De uma maneira em geral, podemos afirmar que tais experiências foram as mais diversas, de forma que não pode ser realizadas generalizações, mas se durante o desenvolvimento dos argumentos e análises aqui propostas houver essa impressão, indicará apenas que elas foram predominantes no grupo de pessoas pesquisadas e não mais do que isso.

Em termos de estrutura, este capítulo possui várias divisões realizadas para lidar com os diversos elementos que compõe a totalidade da segregação socioespacial. No tópico intitulado “Densidade de equipamentos e serviços públicos e o atendimento das necessidades básicas dos moradores” discute-se a questão da baixa densidade dos equipamentos coletivos, enquanto um elemento fundamental na discussão da segregação socioespacial. Pode-se dizer também, que ele busca responder ao primeiro objetivo específico desta pesquisa, caracterizando a relação entre o PMCMV e os principais serviços públicos voltados para o atendimento das necessidades sociais dos moradores.

O segundo tópico, por sua vez, discute a questão das distâncias e seus vários efeitos nos modos de viver a cidade, principalmente em relação ao principais transformações no cotidiano dos moradores como também em relação aos vínculos sociais e familiares ou inserção no mercado de trabalho. De uma maneira em geral, apresenta diversos elementos

para refletir sobre o segundo objetivo específico desta pesquisa, relacionado à experiência de segregação socioespacial dos moradores.

Já o terceiro tópico aborda a participação sociopolítica dos moradores levando em consideração os principais mediadores que interferem neste processo. Realiza uma análise das relações sociais estabelecidas por eles com o objetivo de organização e mobilização comunitária, enquanto um esforço para responder ao terceiro objetivo específico desta pesquisa, relativa à participação sociopolítica dos moradores do Residencial. Trata-se de uma dimensão relacional importante na discussão da segregação socioespacial, uma vez que ela permite compreender os determinantes que atuam na reprodução ou superação da ordem socioeconômica estabelecida.

Por fim, ressalta-se que a discussão do quarto objetivo específico desta pesquisa não ocorreu em um tópico a parte. Tendo em consideração que o quarto objetivo específico diz respeito à identificação dos principais mediadores que atuam na formação da consciência dos moradores, ele foi abordado ao longo de todo capítulo. Os mediadores são elementos fundamentais ao longo de todo esse processo tanto no plano da realidade concreta quanto na sua elaboração teórica.

É importante ressaltar que apesar dos núcleos de significação serem apresentados em tópicos específicos não significa tratar-se de processos desconexos entre si, mas apenas uma forma esquemática de trabalhar o conjunto de informações. É interessante, portanto, ter uma perspectiva de totalidade na medida em que se desenvolve a leitura. Outro aspecto digno de ressalva é que apesar do objetivo central da pesquisa estar relacionado com aspectos da segregação socioespacial (recorte utilizada para fazer a análise das entrevistas) foram considerados outros aspectos da segregação, no geral, uma vez que os processos de exclusão amplificam as implicações daquele. Ademais, questões como descompasso entre oferta e demanda em relação aos serviços públicos e algumas considerações a respeito das lideranças comunitárias, por exemplo, não são decorrentes da segregação socioespacial. Elas ocorrem em vários outros contextos. No entanto, tais elementos apresentam outras determinações para as experiências concretas dos moradores e as implicações psicossociais decorrentes, não podendo ser desconsideradas quando analisadas numa perspectiva da totalidade. Por fim, ressalta-se que no final do capítulo foi realizada uma síntese, articulando as diversas mediações que se encontram imbricadas na realidade social concreta experienciada pelos moradores.

7.1 Densidade de equipamentos e serviços públicos e o atendimento das necessidades básicas dos sujeitos

Este tópico analisa a relação entre os equipamentos e serviços públicos ofertados para o Residencial Teresina Sul e o atendimento das necessidades básicas dos moradores, enquanto um esforço analítico para responder ao primeiro objetivo específico desta pesquisa a partir da realidade concreta. Ressalta-se que a densidade dos equipamentos coletivos é uma dimensão fundamental do conceito de segregação socioespacial abordado anteriormente e que por isso, ganhou grande relevância nesta discussão.

No entanto, não se tratou de restringir a questão ao seu caráter objetivo ou geográfico, mas apresentar a experiência dos moradores em relação ao acesso aos serviços para poder refletir sobre as implicações psicossociais que tais processos produzem. O movimento de análise partiu, portanto, da realidade concreta de baixa densidade dos equipamentos e serviços públicos presente na segregação socioespacial em direção às formas de pensar, sentir e agir dos sujeitos pesquisados sobre a realidade. Além disso, é importante destacar que tais processos foram determinados também pela ideologia, sendo um elemento importante para a discussão. O movimento da consciência dos moradores acerca da realidade em que vive, por exemplo, pode ser limitado ou estagnado pela ideologia dominante, determinando posturas de resignação e conformismo, num processo denominado de fatalismo, tal como se verá ao longo deste tópico.

Aborda, portanto, as principais dificuldades experienciadas pelos sujeitos para a satisfação de suas necessidades básicas desde o momento em que se mudam para o Residencial até os dias atuais. Este recorte temporal permite visualizar diferentes momentos e o processo de mudança no Teresina Sul como na forma de lidar com ele. Outro aspecto apresentado diz respeito às algumas mediações utilizadas para acessar os serviços que procuram, e que determinam acessos diferenciados, uma vez que tais recursos não são distribuídos de maneira uniforme entre todos os moradores.

Por meio da análise do material, o núcleo de significação “Densidade de equipamentos e serviços públicos e o atendimento das necessidades básicas dos sujeitos” ficou composto por três indicadores que foram nomeados a partir de expressões que foram utilizadas pelos próprios moradores e sintetizaram um conjunto de pré-indicadores a partir dos critérios abordados anteriormente, conforme pode ser visualizado no quadro 8.

Quadro 8: Núcleo de Significação “Densidade de equipamentos e serviços públicos e o atendimento das necessidades básicas dos sujeitos”

PRÉ- INDICADORES	INDICADORES
<ul style="list-style-type: none"> - Expectativas - Falta de planejamento - Dependência de outros bairros - Dificuldade de acessos aos produtos alimentícios - Poucas opções de lazer - Sofrimento e frustração 	<p>“SIMPLESMENTE SOMENTE AS CASA”</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Acesso perigoso à UBS - Acordar de madrugada para agendar consulta - Área fora de cobertura do ESF - Dificuldade de acesso do SAMU - Recusa de atendimentos - Se estressar ou silenciar para ser atendido - Transporte pouco acessíveis para os PCD - Inauguração do Terminal de Integração - Poucas rondas policiais - Demora em vir policiamento quando chamados 	<p>“AQUI TÁ MUITO ESQUECIDO”</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Rede sócio comunitária (transporte privado) - Entidades representativas do bairro - Transporte escolar - Justiça ou SEMEC (vagas na escola) - Renda 	<p>“TEM QUE TÁ RECORRENDO”</p>

Antes de analisar a especificidade de cada um dos indicadores é importante considerar que o início da construção do Residencial remete à 2010, durando aproximadamente 2 anos para sua conclusão. Assim, o planejamento do poder público municipal e estadual deveria ocorrer antes mesmo da mudança dos moradores em 2012. O intenso aumento da demanda já era previsto desde a aprovação do projeto de construção do empreendimento junto à CEF, de forma que quando os moradores recebessem as chaves das casas, o acesso aos equipamentos públicos e demais outros serviços já deveriam estar devidamente organizados para atender a demanda, ou pelo menos a destinação de um determinado espaço para construções futuras.

As dimensões da vida presente em cada um dos três indicadores que serão apresentados a seguir ocorreram de maneira simultânea, na maioria das vezes. Como melhor forma de apresentar as informações numa perspectiva de uma totalidade em movimento, buscou-se sempre que possível realizar uma escrita de maneira cronológica, como forma de resgatar a historicidade do fenômeno em questão. Além disso, não teve a pretensão de apresentar necessariamente o conjunto de informações presentes em cada indicador de maneira separada. Esta ponderação ficará mais clara de visualizar quando foi analisado o

indicador “Tem que tá recorrendo”, uma vez que ele aborda as diversas mediações utilizadas pelos moradores para efetivar o acesso aos serviços públicos em algumas situações específicas. Dessa forma, acredita-se que foi possível captar o movimento que parte da dimensão objetiva para a dimensão subjetiva da realidade, destacando as mediações.

A estrutura deste tópico está dividida em dois grandes blocos. O primeiro foi denominado com o mesmo nome do indicador “Simplesmente só as casas” no qual buscou-se descrever e analisar o movimento realizado pelos moradores a partir das expectativas que possuíam antes mesmo de mudar para o Teresina Sul. Abordam as experiências de mudança para um residencial monofuncional, no sentido de não haver nada além de moradias assim que chegaram, de forma que sempre dependiam de outras comunidades para satisfação de suas necessidades.

Embora o outro sub-tópico possui também o mesmo nome do segundo indicador deste núcleo “Aqui tá esquecido”, este incorporou na apresentação das informações os aspectos presente no terceiro e último indicador do referido núcleo. Ou seja, o segundo bloco de discussão deste tópico engloba o segundo e terceiros indicadores. Ele aborda, portanto, as dificuldades de acessos aos equipamentos e serviços públicos enfrentados pelos moradores no seu cotidiano, num processo que se transformou ao longo do tempo, assim, como as diversas mediações utilizadas pelos moradores tendo em consideração o acesso a diversas políticas públicas setoriais. Por sua vez, eles foram discutidos por cada umas das políticas setoriais em separado, tendo em vista as diversas peculiaridades dos serviços públicos.

7.1.1 “Simplesmente só casas”

A inserção no PMCMV inicia com uma expectativa de adquirir uma moradia tendo em consideração a realização do “sonho da casa própria” por meio de uma política habitacional, como foi abordado no capítulo teórico. No entanto, trata-se inicialmente de uma mera possibilidade pois a quantidade de casas construídas e sorteadas apenas reduzem o déficit habitacional, não sendo uma garantia para todos, apesar de assegurado tal direito na Constituição Federal. Assim, a efetivação de um direito passa a ser uma questão de sorte.

Pode-se dizer que o movimento de transição se inicia quando são contemplados mediante o sorteio público realizado pela Prefeitura. Neste momento possuem a garantia de aquisição da moradia, desde que cumprido aos critérios do PMCMV e não exista divergência de informações do cadastro realizado para o sorteio com outras fontes de informações. É feito,

por exemplo, um cruzamento de dados relativo à renda da família para averiguar se encaixam no perfil proposto pelo PMCMV. Muitos do que foram sorteados apresentam um sentimento de alegria intensa, e alguns ainda afirmaram que só acreditaram que foram contemplados no momento do contrato, havendo caso de uma moradora que solicitou que sua irmã fosse ao Teresina Sul confirmar se ele realmente existia. As experiências anteriores colocavam a expectativa da casa própria como algo distante e talvez inalcançável, embora muito desejada por todos os entrevistados.

Podemos refletir também sobre a efetivação de direitos da classe trabalhadora. Será que esse sentimento de não acreditar na concretização de um direito social não é decorrente das histórias de exclusão anteriores? Será que se fosse uma experiência corriqueira em suas vidas, teriam ficados surpresos da mesma forma? Nesse sentido, é interessante fazer algumas ponderações sobre as refrações da “questão social”. Apesar do Brasil ter incorporado a moradia na Constituição como um direito social, ele passou a ser signatário de acordos internacionais que versassem sobre tal questão a pouco tempo, por volta do ano 2000. Outro aspecto, é que se trata de um produto de alto valor agregado, sendo mais oneroso para o Estado. E por fim, existe uma longa história da luta da habitação acumulada pela classe trabalhadora que indica que sua garantia na sociedade capitalista não é algo fácil. Ou seja, tais experiências produzem questionamentos sobre a relação entre posse de direitos e sua implementação concreta, determinando uma consciência de distância entre ambos na realidade social, colocando em movimento a interação dialética entre ser social e pensamento, tal como afirmado por Thompson (1981).

Enfim, voltando para o processo de mudança dos moradores para o Teresina Sul destaca-se que ele representa uma alteração na vida desses sujeitos, permeada de desejos, fantasias, angústias, sofrimentos entre outros. O conhecimento concreto do local de moradia proporciona sentimentos diferenciados, variando da sensação de felicidade até angústia diante das várias dificuldades que sentiram logo no início. No entanto, mesmo nesta situação não cogitaram em deixar de aderir ao Programa. Já outros moradores pontuaram certa indiferença em relação ao local, pois o mais importante era alcançar uma casa própria, independentemente do território em que ela estivesse inserida, ou seja, de sua inserção urbana.

Outra moradora pontuou que o sentimento de tranquilidade e alegria diante do deslocamento imposto pelo PMCMV estava relacionado com a perspectiva de construir um projeto de vida num espaço totalmente novo, distante da antiga região em que morava, como quem buscasse se desprender do antigo lugar de moradia. Ou seja, abria-se como um campo de possibilidades novas, embora isso não indicasse que foi um processo fácil. Não foi à toa

que afirmou que um dos maiores aprendizados do Teresina Sul foi lidar com as dificuldades e com aquilo que é desconhecido. Por sua vez, a mesma moradora aponta para uma contradição, pois apesar da distância ser algo desejado, ponderou que não imaginava ser tão longe, conforme pode ser visualizada no trecho a seguir:

Era o que eu realmente queria. Era o que eu queria. Eu queria bem longe ... da Zona Norte, porque eu vim de lá, então...Eu queria que fosse um bairro bem longe da zona norte. Eu não queria que fosse na proximidade de lá. Eu queria me desprender daquele local: totalmente!...Eu queria tudo novo. Queria algo diferente. E então quando eu soube que era na zona sul... Só que assim, detalhe! Eu não sabia que era Zona Sul já quase saindo. Não imaginaria que era já praticamente quase saindo da Teresina. Então aqui é praticamente o último bairro né? (D, 38 anos)

Assim que os novos moradores chegaram ao Residencial encontram um local composto apenas de moradia residencial, numa paisagem monótona, além de não existir espaços coletivos ou equipamentos públicos, exceto um galpão que foi utilizado como ponto de apoio para a construtura. Ressaltaram também que não havia sequer uma árvore dentro do Teresina Sul, dificultando o reconhecimento da própria moradia, pois todas as moradias foram entregues iguais. Podemos afirmar que não foi à toa que alguns moradores relataram terem vivido certo preconceito não apenas a respeito da localização do Residencial em relação ao centro urbano, pois também escutaram de amigos e familiares que aonde iriam morar só tinha mato e que era quase interior, com forte conotação de discriminação.

Neste sentido, um morador entrevistado relatou a percepção de que estariam “desbravando” um novo lugar de moradia. Expressões do tipo “cair de paraquedas” no meio do nada, relatado por uma moradora, eram comuns nos comentários que tinham que escutar acerca do Residencial. Sem dúvida são situações impactantes principalmente se levarmos em consideração o contexto anterior em que vivam, pois contavam com vários serviços e equipamentos próximos ao local de moradia anterior.

Uma dificuldade bastante mencionada foi a falta de opção de lazer dentro da comunidade que perdura até os dias atuais, embora tenha melhorado com a inauguração de bares e lanchonetes recentemente. De uma maneira em geral, eles buscavam opções em espaços próximos, embora nem sempre encontrassem aquilo que desejavam, tendo como base a variedade de opções que tinham acesso em seus antigos territórios de moradia. Além disso, um simples passeio tinha que ser planejado, principalmente em relação ao horário de retorno à casa. Caso perdessem o último ônibus que vai para o Residencial teriam que voltar de táxi ou solicitar transporte por aplicativo, encarecendo a programação. Assim, diante dessa restrição no deslocamento, medos de assaltos e falta de opções nas proximidades, relataram ficar mais “caseiros”, fazendo atividades em família na própria moradia. Uma entrevistada relatou de

forma significativa as dificuldades enfrentadas pelos moradores na questão do lazer, além de realizar algumas reflexões interessante sobre seus desdobramentos. Apesar de longa, ela foi transcrita a seguir:

No começo quando eu cheguei aqui, ainda nos tínhamos aquela... ainda estava entranhado do lugar que nós viemos né? E a gente ainda tentamos é... Aparentemente querer fazer as mesmas coisas, mas a gente viu que não tinha como. Às vezes saímos daqui à noite e íamos para outro bairro e não encontrávamos aquilo que a gente queria né? e agora já existe outras coisas né? Pizzaria, né? Já existe uma churrascaria, tem outras coisas que foram abertas depois dos tempos, né? Mas assim que chegamos aqui, nem isso tinha. Então a gente fica assim “Nossa! O que fazer num lugar assim?” Existe pessoas que venderam suas casas é... com pouco tempo. Que não suportaram...muitas pessoas. Por que saíram de um local com tudo né? (...) Então teve muita gente que não suportou isso. Você ter uma vida de, de ir ali, né? Até mesmo para as crianças. Pra você levar pra um lazer, para uma praça, ou uma coisa tipo assim dentro do Residencial, não existe isso. Não existe uma praça pra levar seu filho pra brincar. (...). Então, assim a gente não tem nada que se possa dizer assim ‘eu vou ali’: não tem! Pra gente poder ter algo disso a gente tem que se deslocar muito longe. E aí a gente já fica raciocinando o seguinte: ‘Como que voltaremos?’ A gente tá saindo de casa e está já pensando no horário da volta né? Todo tempo naquela expectativa pra não perder o horário do ônibus e aquelas coisa toda. E até mesmo as pessoas que tem transporte elas preferem voltar cedo, né? Porque tem medo das coisas acontecerem. Então a agente não tem nada de lazer aqui (D, 38 anos).

Este trecho apresenta diversos elementos como a redução da dimensão do lazer para os trabalhadores e a própria preocupação que eles têm durante esses momentos. Primeiramente devemos considerar que o lazer é uma dimensão importante para o sujeito, não sendo algo supérfluo para eles tendo em consideração outras dimensões consideradas como prioritárias pela sociedade, como o trabalho que beira certo exclusivismo. Através do lazer, o sujeito fortalece vínculos seja para consigo quando realizado de forma individual, seja para com os outros quando realizada em grupo. Além disso, permite um restabelecimento das energias gastas ao longo do dia ou até mesmo como promoção de saúde e bem-estar. Mas a forma como foi relatado indica alguns limites. O sistema de transporte público impõe horários de retorno, independentemente do momento do passeio. Com efeito, promove uma preocupação com o horário devido ao receio de perder o horário do ônibus, repercutindo no desfrute do momento.

A existência de um espaço coletivo na comunidade poderia ser destinado para atividades de lazer. Algumas mães relataram que uma praça, por exemplo, possibilita as crianças brincarem. Além deste aspecto, os moradores associaram a praça como um espaço de interação e maior socialização entre os moradores. Por meio dela, seria possível ampliar a rede de contatos para além da vizinhança próxima. Assim, de uma maneira geral os moradores reclamaram da ausência da praça, exceto um que ponderou que com o tempo elas

tendem a ser esvaziadas não fazendo muita diferença. Com a violência, os moradores vão deixando de frequentá-la. Durante uma entrevista, um morador fez uma ponderação interessante sobre a falta de lazer e planejamento:

“Acho que ...o pessoal meio que fazem as casas e depois é que vão se adaptar a realidade das pessoas, sendo que já existe essa realidade. Olha, porque eu sempre falo com os meninos aqui. Os caras vão construir casa. Por que que o cara não pensa na logística? Tem casa, mas deveria ter uma praça, onde as pessoas vão lá, fazem alguma coisa. Tão botando aquelas academias nas praças. Faz uma academia, praça e bota uma academia galera ficar lá passando o tempo. Aí lá vai ter uma sorveteria um negocinho para o povo espraiar!” (E2)

Ainda sobre os espaços coletivos foi pontuado que ele permitiria que a população exercesse atividades geradoras de renda, ressaltando que o Bosque Sul foi implantado com a construção de um espaço voltado para a comercialização de produtos. Tal fato, talvez tenha tornado essa possibilidade mais concreta para a moradora entrevistada. Podemos refletir que a inauguração de um empreendimento de uma outra fase do PMCMV suscita reflexões nos moradores pois a comparação entre as duas realidades do mesmo Programa se torna mais concreta. Sobre o Galpão do Residencial, por exemplo, afirmaram que num determinado órgão ele consta como área verde e em outros como se fosse de propriedade de alguém. No entanto, o empresário afirma que não é dele. Assim, não se sabe ao certo de quem é o dono, dificultando sua apropriação pela comunidade. Por fim, foi afirmado que a falta de um espaço coletivo faz com que algumas atividades não sejam feitas na comunidade, tal como ocorre com o Pelotão Mirim que não é realizado Teresina Sul, mas em outro bairro.

Outro aspecto mencionado pelos moradores em decorrência da monofuncionalidade do espaço construído está relacionado com o acesso aos produtos de consumo domésticos. Assim que chegaram ao Residencial não existia um comércio sequer, de forma que o acesso aos produtos era realizado em mercados em bairro próximos, tendo que voltar carregando as compras no ônibus ou caminhando, tal como ocorria em algumas situações. Com o tempo foram conhecendo alguns locais que faziam a entrega das compras na própria residência, facilitando a vida dos moradores, possibilitando maior quantidade de produtos com menor deslocamento.

Os pequenos comércios começaram a surgir na área do Teresina Sul a partir de 2016. No entanto, muitos moradores relataram que preferem fazer as compras em quantidades previstas para o mês em supermercados maiores por ter um preço mais barato e maior diversidade de produtos, mesmo que isso implique em “ter que enfrentar a BR”. Nas proximidades, realizam apenas pequenas compras ou em situações “emergenciais”.

Dependendo da situação e do produto, espera-se o próximo mês para não pagarem mais caro, pois a dimensão da distância é repassada ao consumidor final. Ou seja, além da dificuldade de acesso aos produtos alimentícios e de cuidados pessoais e da casa, os moradores de bairros afastados pagam por um preço mais elevado, elevando os custos de vida daqueles que moram em conjuntos habitacionais de interesse social em decorrência da baixa renda.

Em uma pesquisa realizada por Oliveira e Costa (2016) pontuaram a importância da descentralização de determinadas atividades e serviços para atendimentos das necessidades dos moradores, promovendo maior facilidade de acesso às mercadorias de consumo diretos, tais como os gêneros alimentícios. Ressaltaram que a descentralização impulsionada pela precariedade dos transportes públicos ou das vias de circulação e a capacidade de tráfego comprometida promovem novas centralidade urbana, evitando a necessidade de deslocamentos dos moradores.

Todo esse conjunto de dificuldades enfrentadas pelos moradores em decorrência de ser um conjunto monofuncional, produz dificuldades e sofrimentos para os sujeitos na perspectiva do atendimento de suas necessidades básicas. Resgatando o movimento de mudança para o Residencial, uma moradora realiza uma análise crítica do PMCMV, quando afirma que:

Morar no Residencial Teresina Sul, logo em seguida veio, quando mudei pra cá veio as dificuldades que é não ter tudo. Que o Programa Minha Casa Minha Vida é muito bom, mas tem suas falhas: de entregar um Residencial desse aqui faltando muita coisa, por exemplo: posto de saúde... escola, não tem; segurança, não tem. Muita coisa falta, muita coisa falta. A gente foi lutar muito por ônibus, também não tinha. A água, não. A água a gente pediu. A energia a gente pediu e veio logo. Mas tem muita coisa, o básico que não tem nesses residenciais e era o que realmente quando fosse fazer um residencial desse aqui, já deveria colocar junto na construção uma creche, um posto de saúde, um posto policial, porque você não sobrevive sem isso. Aqui a gente sofre muito faltando isso aí, esse tipo de coisa. A gente sofre muito por causa disso aí (B, 50 anos).

Desse modo, podemos afirmar que a segregação socioespacial experienciada pelos moradores a partir de sua inserção no Residencial promove constantes deslocamentos dificultando a criação de vínculos para com o lugar. Se de um lado há um movimento intenso para um novo território, por outro há deslocamentos constantes para desfrutarem momentos de lazer e acesso aos produtos de consumo diários. Os equipamentos e serviços públicos necessários para o atendimento das necessidades dos moradores serão aprofundados a seguir.

7.1.2 “Aqui tá muito esquecido”

Este subtópico aborda um conjunto de questões relacionadas ao acesso aos equipamentos e serviços públicos tendo em consideração o atendimento das necessidades básicas dos moradores do Teresina Sul. Trata-se de uma dimensão fundamental na discussão sobre a segregação socioespacial, conforme apontado na literatura (PAGANI; ALVES; CORDEIRO, 2015; CARLOS, 2013; NEGRI, 2008). Inicialmente, as políticas setoriais foram analisadas separadamente, pontuando as principais experiências dos moradores e ressaltando as dificuldades e mediações utilizadas para concretizar o acesso aos equipamentos sociais. Em um momento posterior foi realizada uma síntese utilizando-se das várias reflexões elaboradas pelos entrevistados, no qual foi possível resgatar e analisar mais detidamente as implicações psicossociais. Mas com o objetivo de situar a problemática numa perspectiva da historicidade das experiências dos sujeitos, a discussão foi iniciada sobre as expectativas que eles tinham antes mesmo de se mudarem para o Residencial.

De uma maneira em geral, pode-se dizer que os moradores não tiveram expectativas positivas para a inserção numa política de habitação de interesse social. Poucos tinham uma expectativa diferente daquilo que poderiam encontrar assim que se mudassem, pois por experiências pessoais passadas ou narradas por conhecidos, sabiam que as moradias eram entregues com baixa infraestrutura ou densidade dos benefícios urbanos, incluindo os poucos conjuntos do PMCMV já entregues na época. Dessa forma, quase todos já esperavam encontrar uma situação parecida com a realidade que se apresentava a eles, com exceção uma única moradora. O quadro 9 mostra os dois pontos de vista:

Quadro 9: Expectativas em relação ao Residencial Teresina Sul

<p>EXPECTATIVA POSITIVA</p>	<p>“É uma surpresa porque eles que entregam as casas, achar que a gente consegue viver...a gente, de conseguir viver a gente consegue. Só que com muita luta. Você vai lutar muito pra isso...correr atrás. Depender dos outros bairros para você poder sobreviver. É muito complicado. É muito bom o programa, mas é complicado entregar uma casa, um residencial desse aqui, sem essas coisas: o básico para você sobreviver. Você tem que lutar muito pra poder ter isso aí” (B, 50 anos)</p>
<p>EXPECTATIVA NEGATIVA</p>	<p>“Eu não tinha muita expectativa porque eu já conhecia a realidade de ‘muitos outros’ pessoas que já tinham ganhado em outros conjuntos habitacionais e era o mesmo problema. Tinha o mesmo problema então eu já vim com isso desconstruído. Eu sabia que tudo tinha dificuldades. Mesmo assim por falta de opção, de não ter como pagar, eu vim. Que eu acho que a maioria vem por isso também. Alguns é porque não tem mesmo. E outros é só pra garantir pra mais pra frente vender e ir pro lugar que quer: com colégio, com creche pro filho.(G, 28 anos)”</p>

É interessante analisar a diferença entre a expectativa positiva em relação a habitação efetivada pelo Estado e a realidade concreta experienciada pelos moradores logo após a mudança. Conforme foi relatado, certa moradora imaginou que não existe condição de se entregar um conjunto residencial sem a menor estrutura. De certa forma, trata-se de um raciocínio lógico se levarmos em consideração o conceito de moradia fundamentado no princípio da dignidade humana, fornecendo as condições concretas para o desenvolvimento pleno da pessoa (COSTA; VENÂNCIO, 2016). Esperava, portanto, que fosse realizado um planejamento condizente para atender as principais necessidades dos sujeitos, uma vez que eles não possuíam unicamente a demanda de moradia. Tal expectativa se coloca distanciada da história de implementação de grandes conjuntos habitacionais implantados em Teresina, via política pública, como os Conjuntos Dirceu Arcoverde e Parque Piauí. Dessa forma, trata-se mais de um desejo de como gostaria que fosse o Residencial, fruto das contradições da sociedade capitalista.

Por outro lado, as expectativas negativas em relação ao Teresina Sul estariam baseadas na experiência da classe trabalhadora ou do próprio sujeito singular. Quando analisam a realidade comum nos conjuntos habitacionais produzidos mediante política pública, os moradores percebem que geralmente eles são entregues faltando diversos equipamentos sociais, isso quando não há dificuldades de acesso aos serviços de abastecimento de água e energia elétrica. Neste sentido, a própria realidade concreta vem demonstrando que provavelmente, encontrarão diversas dificuldades logo após a inauguração, apesar dos avanços alcançados nos marcos legais.

Aprofundando a discussão a partir de uma perspectiva psicossocial podemos afirmar que se trata da forma como a realidade de exploração e opressão será interiorizada pelo sujeito, por assim dizer. De fato, a experiência acumulada de precariedade de atendimento de suas demandas sociais produz um horizonte rebaixado de expectativas, de forma que imaginam que não possam encontrar uma realidade muito diferente da atual. Tal aspecto revela uma contradição interessante uma vez que tal rebaixamento surge da própria realidade e evita frustrações futuras. Por outro lado, não relataram críticas tal processo, naturalizando-o. Podemos afirmar que tratam-se de posturas conformistas, resignadas e submissas tal como foi abordado por Martin-Baró (2017c) em seu conceito de fatalismo. Podemos afirmar que não abre uma perspectiva de que a realidade do Teresina Sul pudesse ser diferente, mesmo que a história ter se concretizado quase sempre de uma determinada maneira. A aparência de uma realidade imutável, mesmo que construída pelo próprio homem reproduz interesses da classe dominante ou mesmo tempo em que evita que os moradores se frustrem.

Ademais, a expectativa positiva em relação ao Teresina Sul também é contraditória. Embora possa parecer uma perspectiva ingênua, uma vez que distante de um determinado padrão histórico, indica que a realidade pode ser diferente. Trata-se no fundo de um desejo de mudança ou de como gostaria de ser tratada. No entanto, como isso se desdobra em termos de posicionamentos políticos é outra questão, pois podem esperar que tal mudança seja realizada pela intervenção do Estado e não da mobilização dos trabalhadores. Tais aspectos serão analisados em momento posterior.

Em relação aos equipamentos sociais, o I Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social concluído em 2013 já pontuava, como um dos resultados da avaliação, as dúvidas dos moradores sobre os “principais serviços de atendimentos básicos, tais como saúde, educação e transportes urbanos” (TERESINA, 2013, p.3). Assim que chegaram no Teresina Sul, os moradores desconheciam como se dariam as formas de acesso à tais serviços, por ser um território novo. Havia questionamentos em relação ao fluxo de organização do sistema, previsão de inauguração na própria comunidade, entre várias outras situações.

Atualmente, os moradores entrevistados reafirmaram a precariedade dos equipamentos e serviços públicos. Embora não tenha o objetivo de um dado quantitativo baseado em uma amostra significativa, percebeu-se que a maior demanda apresentada pelos moradores foi em relação aos serviços de saúde, expresso tanto na maior quantidade de críticas abordadas como pelo tempo utilizado pelos entrevistados neste assunto específico. Tal fato pode ser explicado por se tratar de uma política universal da qual todos os moradores necessitam, de forma direta ou indireta, pelo menos. Além disso, o fato da construção de uma UBS na própria comunidade se arrastar por bastante tempo pode ser um fator que tenha contribuído para esta percepção, pois ao invés de serem atendidos no próprio Residencial em que moram, têm que procurar atendimento em outras localidades.

Em menor intensidade, porém também de forma muito significativa, apareceu a questão da educação. Podemos ponderar que embora também sejam universalizadas, não se trata de uma política que acompanhe a vida toda do sujeito, diferentemente do que ocorre nas políticas de saúde. Além disso, deve-se levar em consideração que em comunidade de baixa renda a quantidade de pessoas que atingem o nível superior ainda é baixo. A maioria dos entrevistados oscilou entre ensino fundamental e o médio. Além disso, houve situação em que os entrevistados não possuíam filhos em idade escolar ou que já haviam terminado o ensino básico. Por fim, destaca-se a questão dos transportes público, relacionado com a própria questão da distância e por ser um meio bastante utilizado pela classe trabalhadora.

7.1.3 Mapeamento dos equipamentos e serviços públicos

Esta seção faz uma discussão de cada uma das principais políticas setoriais de forma separada, a saber: educação, saúde, transportes públicos, segurança pública e assistência social. Com o objetivo de manter uma perspectiva de totalidade entre elas, foi realizada uma síntese, em outra seção a parte.

7.1.3.1 Educação

Os estabelecimentos educacionais são um dos primeiros equipamentos públicos a serem procurados pois são necessários para assegurar o direito à educação e promover o desenvolvimento humano por meio de processos de ensino-aprendizagem e socialização do sujeito. Neste sentido, eles são demandados pelos habitantes da cidade que buscam matricular os parentes em creches ou escolas próximas de onde moram, não sendo diferentes para os moradores do Teresina Sul. Ressalta-se que a questão da proximidade é, inclusive, uma normativa do poder público, visando garantir maior acessibilidade por um lado e reduzir as evasões escolares por outro lado. Ou seja, trata-se de uma medida inclusiva, por assim dizer.

Este tópico inicia com uma descrição da estrutura da rede de ensino que atende ao Teresina Sul, iniciando pelas creches, passando para as escolas de Ensino fundamental, ambas dos municípios, até as escolas do Ensino Médio administrada pelo governo estadual. Em seguida, foi realizada uma discussão sobre os acessos e as mediações existentes nesse processo, finalizando com uma reflexão sobre as experiências de segregação dos moradores relacionados com os equipamentos escolares.

A minha primeira impressão com o setor educacional ocorreu nos estabelecimentos do município, onde tive uma recepção acolhedora por parte de todos. Em nenhum momento houve barreiras de caráter burocrático ou má vontade dos profissionais em disponibilizarem as informações. Fui atendido por eles, logo no primeiro contato, não sendo necessário agendar outro dia para entrevistá-los, demonstrando disponibilidade de atender em suas próprias salas. Na ocasião, os diretores relataram a realidade da escola/creche como um todo em um clima amistoso, focando nos alunos do Teresina Sul.

A rede de educação municipal possui uma ampla capilaridade na cidade, com várias creches e escolas espalhadas nas zonas urbanas e rurais. Com o objetivo de atender a demanda dos moradores do Residencial nas creches e escolas de áreas adjacentes, a Secretária Municipal de Educação (SEMEC) organizou um fluxo de alunos, definindo que a BR 316

seria um fator delimitador. Os moradores do lado esquerdo dessa via seriam matriculados nas instituições educacional do lado esquerdo da pista e o mesmo acontecendo no lado direito. Assim, a Creche Chico Mendes e a escola Professor Ofélio Leitão deixaram de receber alunos do Residencial Teresina. Como toda a regra tem exceção existe um único aluno matriculado no outro lado da BR 316, conforme será pontuado adiante.

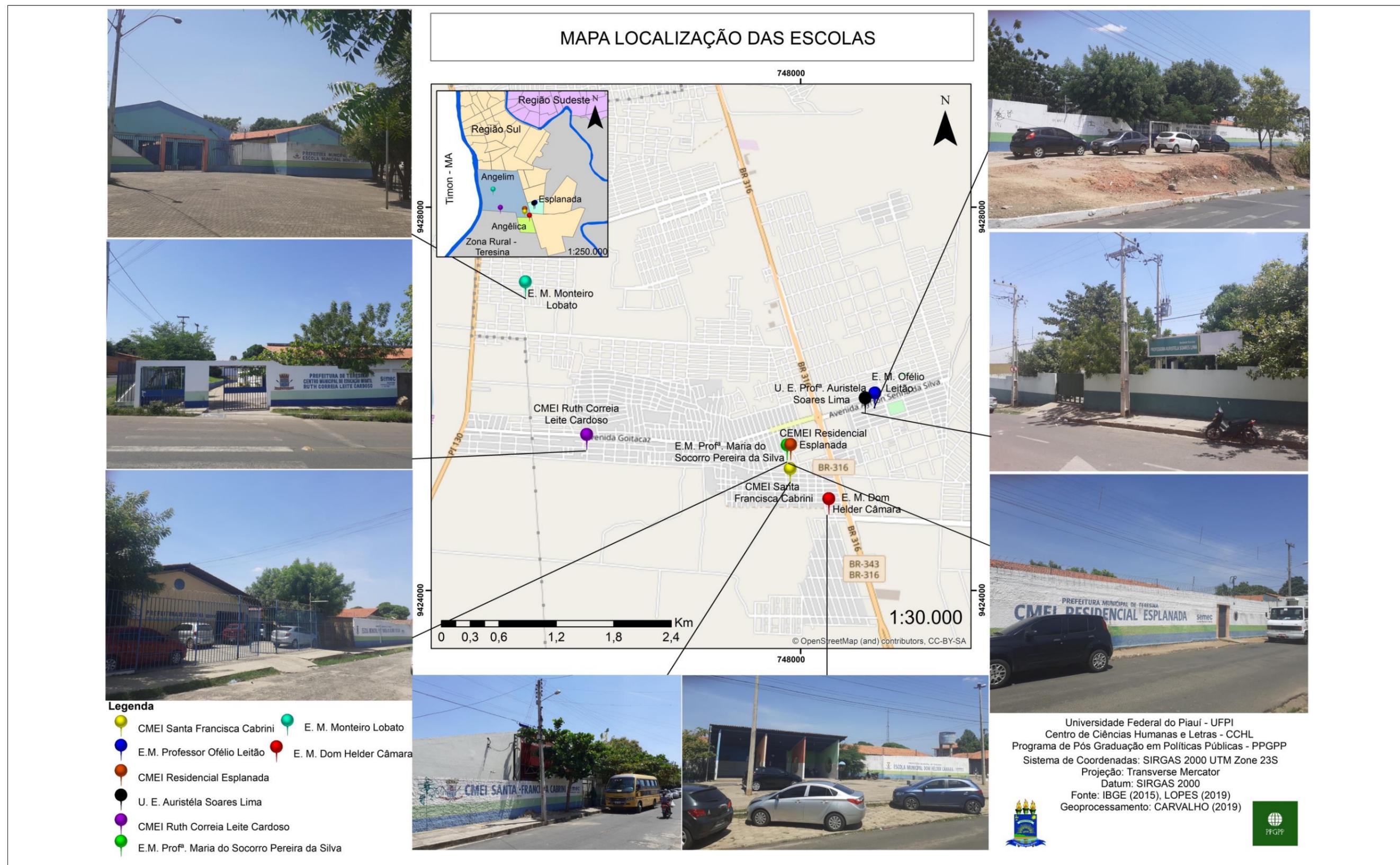
O Quadro 10 lista as creches e escolas que atendem ao Teresina Sul, indicando a quantidades de alunos matriculado no total, e do Teresina Sul em particular, além de pontuar a distância para o estabelecimento de ensino na figura 6.

Quadro 10 - Instituições educacionais que atendem aos moradores do Teresina Sul

INSTITUIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	DISTÂNCIA (Km)	TOTAL DE ALUNOS	ALUNOS DO RESIDENCIAL TERES. SUL
CMEI Santa Francisca Cabrine	Palitolândia	2,4	207	51
CMEI Residencial Esplanada	Esplanada	2,2	286	50
CMEI Ruth Correia Leite Cardoso	Vila Irmã Dulce	4,1	69	2
E.M. Monteiro Lobato	Esplanada	2,4	869	138
E.M. Dom Helder Câmara	Vila Irmã Dulce	3,4	656	4
E.M. Professor Ofélio Leitão	Porto Alegre	3,9	905	1
E.M. Maria do Socorro Pereira da Silva	Esplanada	2,3	916	143
U. E. Auristéla Soares Lima	Esplanada	3,8	1.200	102

Fonte: Organizado pelo próprio autor

Figura 6 – Localização das instituições educacionais que atendem o Residencial Teresina Sul



A CMEI Residencial Esplanada foi fundada em 1996 e teve a ampliação de salas para atender a demanda do Teresina Sul em 2013. Até então funcionava como uma creche comunitária e atualmente possuem 286 alunos matriculados, sendo 50 do Residencial. É considerada a creche mais próxima num percurso que dura em média 20 minutos, desde que venha pelas ruas da Palitolândia e não pela BR 316. No primeiro momento, a forma de acesso à escola era por demanda espontânea dos familiares, que se deslocavam com recursos próprios, na sua maioria à pé. Apenas no ano seguinte que passaram a se deslocar para a escola por meio do ônibus. Quando não existem mais vagas, as crianças são encaminhadas à outra creche mais próxima.

A CMEI Santa Francisca Cabrine, inaugurada em 2007, faz parte desse fluxo, recebendo vários alunos do Residencial, abrangendo quase $\frac{1}{4}$ dos matriculados na creche, sendo 21 pela manhã e 30 pelo turno da tarde. Todos os alunos são transportados desde 2013. Ela possui uma particularidade em relação às demais. Foi fundada em 2007 por uma ordem religiosa e apenas em 2011 passou para a SEMEC, que aluga seu amplo espaço. Todo o corpo escolar pertence ao quadro de servidores do município. Existe também uma mobilização constante dos familiares no sentido de conseguirem recursos lúdicos para a creche, por meio de bingos e rifas. Dessa forma e entre outros fatores, a comunidade realiza uma boa avaliação dos serviços prestados, existindo uma grande demanda. Com efeito, é comum os moradores dormirem na fila para assegurar vagas no período de matrícula.

Já a CMEI Ruth Corrêa Leite Cardoso foi inaugurada em 2009 e recebeu alunos transportados do Residencial Teresina até 2015. No ano seguinte o fluxo foi reformulado sendo encaminhados para outras creches. Em 2018 a creche chegou a ter seis alunos de lá, mas que diante da dificuldade de levar as crianças todos os dias, quatro acabaram desistindo. São situações que a família procurou por demanda espontânea em decorrência do vínculo que tiveram pela creche em momento anterior, se responsabilizando pelo transporte.

A demanda dos moradores em relação à creche não é satisfeita, havendo muitas famílias que procuram vagas e não encontram. A situação das crianças até cinco anos no Residencial Teresina Sul poderia ser bem diferente se o poder público municipal tivesse envidado esforços para concluir a creche no espaço previsto. De acordo com uma notícia veiculada no site da Prefeitura Municipal de Teresina no dia 05 de julho de 2013, estava previsto a construção de 14 Centros de Ensino Infantil na cidade, sendo um deles previsto para o Residencial (PORTAL PMT, 2013). No entanto, seis anos depois a obra não foi

concluída tendo permanecido muito tempo paralisada, conforme pode ser visualizado na Figura 7, fotografada em janeiro de 2019.

Figura 7 – Obra da Creche no Residencial Teresina Sul



FONTE: Arquivo pessoal

A previsão é de que esta creche comece a funcionar no segundo semestre de 2019. No entanto, durante a entrevista com uma moradora, foi relatado que algumas crianças deixaram de ser matriculadas nas creches das adjacências sob a justificativa alegada de que seria inaugurada uma no Residencial em breve. Ao que parece, alguns alunos ficaram sem nenhuma das duas opções, prejudicando o acesso aos serviços educacionais. Este fato foi confirmado em diálogo com profissionais do CRAS e abordado por uma moradora que faz parte de um Conselho Escolar:

A creche terminando vai resolver muito problema das mães aqui dentro, das crianças menores. E já esse ano foi barrado muitas crianças na creche que tem aqui próximo de que eles falaram que porque.... não iam mais receber as crianças, porque existia uma creche dentro do Residencial, e que eles iam receber essas crianças. Mas e aí, o que é que acontece? O interessante é que foram dito isso lá, foram barradas muitas crianças mas a creche ainda não foi terminada e ainda que elas tivessem sido terminada né? existe muitos utensílios que falta para poder ter o funcionamento mesmo. Então antes de isso ser terminada, as pessoas já fecharam as portas. E aí existe já mães que já foram prejudicadas por isso. Já é uma dificuldade de conseguir a vaga. E aí quando foi esse ano fizeram essa novidade, entendeu? Então ficou dificultoso mais ainda. (D, 38 anos)

A questão da creche tem sido uma necessidade para as famílias do Residencial como um todo, especialmente para as mães que não tem aonde ou com quem deixar seus filhos para poderem trabalhar, seja na perspectiva de prover a única renda ou para ampliar a renda familiar. No entanto, a lógica utilizada pela prefeitura, tal como foi afirmada nas entrevistas, reproduz as contradições da sociedade capitalista. Enquanto as mães que já estão inseridas no mercado de trabalho tem a garantia de vagas, aquelas que estão mais precarizadas tem as vagas negada para os filhos menores de seis anos, reforçando a exclusão ao mesmo tempo em que perpetua seu ciclo.

Por sua vez, não se trata de uma realidade exclusiva do Teresina Sul, sendo comum em vários outros conjuntos habitacionais, inclusive do PMCMV. Numa pesquisa realizada por Menezes (2016), uma entrevistada pontuou que a falta de creche ou escola dificulta sua inserção no mercado de trabalho, pois não tem com quem deixar os filhos de forma que ela acredita que se houvesse alguém na comunidade para cuidar dos filhos seria um suporte para conseguir melhores empregos. Dessa forma, o pesquisador concluiu que a baixa presença do Estado, aliás, sobrecarrega as redes de suporte social e familiar e dificulta que os moradores consigam melhores condições de vida.

As escolas do Ensino Fundamental também apresentam problemáticas parecidas com as creches, com o diferencial de que não existe sequer previsão de construção de uma unidade no Residencial. Durante a entrevista com uma diretora da escola, afirmou que chegou a questionar a SEMEC sobre a situação dos alunos do Residencial Teresina Sul e Bosque Sul e obteve como resposta que a garantia à educação dos alunos seria por meio do transporte escolar, sem previsão de construção no curto prazo. Podemos questionar se trata de carência de recursos para construir um prédio ou se uma estratégia para assegurar recursos aos proprietários das empresas de ônibus que prestam serviço à Prefeitura. Esta última opção possibilita que o setor privado se aproprie dos recursos públicos.

A maioria dos estudantes do Ensino Fundamental oriundos do Residencial se concentra em duas escolas. A Monteiro Lobato atende do 1º ao 5º ano e iniciou suas atividades em 2005 enquanto um anexo de outra escola. Foi fundada de fato em abril de 2008 e desde 2014 possui um prédio próprio onde funciona até hoje. Possui atualmente 869 alunos matriculados sendo 30% desses na condição de transportados, com dois ônibus a disposição. Já a Escola Maria do Socorro Pereira da Silva conta com 916 alunos matriculados e 143 oriundos do Residencial. Já funciona há mais de 15 anos no mesmo prédio e desde 2012 recebe alunos da comunidade pesquisada. No primeiro momento, a demanda era espontânea

tendo em consideração que a mudança dos moradores ocorreu na metade do ano letivo. Apenas em 2013 passou a contar com transporte escolar.

Com menor quantidade de alunos da comunidade pesquisada, encontra-se a escola Dom Helder Câmara, que apresenta a particularidade de dividir o mesmo prédio com o Governo do Estado. No período da noite são oferecidos uma turma de Ensino Médio regular e o restante na modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (EJA). Fundada em 2002, conta atualmente com 650 alunos matriculados, sendo que apenas 4 são do Residencial. Já a escola Ofélio Leitão possui apenas um aluno matriculado de um universo de mais de novecentos estudantes. Trata-se de adolescente que já estudava na escola e os familiares optaram por permanecer, apesar da distância e se responsabilizando pelo transporte dos alunos. Ressalta-se que a escola fica do outro lado da BR 316 e que por este motivo ficou de fora da organização do fluxo pela SEMEC.

Em relação ao Ensino Médio, existe a Unidade Escolar Auristela Soares Lima nas proximidades do Teresina Sul. Ela foi fundada em 2002 e possui capacidade para atender 1200 alunos divididos em três turnos. Cada turno possui 8 turmas em funcionamento. Quanto à sua localização, destaca-se o fato de estar inserida na avenida principal do Porto Alegre, indicando fácil acesso. No entanto, seu raio de abrangência é muito grande se levarmos em consideração que a outra escola mais próxima fica localizada no bairro Parque Piauí (distância de 10,2 km) ou Saci (distância de 11,8 km). Dada a ausência de transporte escolar do Residencial Teresina Sul e adjacências durante muito tempo, o acesso à outras escolas dependia dos recursos das famílias. Alguns alunos acabavam indo estudar no centro da cidade. Além disso, por falta de opção, não existe organização do fluxo de alunos tal como ocorreu com as escolas da Prefeitura.

Durante a entrevista com o diretor da escola estadual, ele afirmou que a procura costuma ser o dobro da capacidade de oferta e que existe promessa de ampliação, embora sem nada concreto que indique uma execução da obra no curto prazo. Uma forma de tentar superar esta dificuldade foi a parceria com a Prefeitura de Teresina para que o estado ofertasse vagas no período noturno, utilizando-se das instalações do prédio municipal. Por ser ofertado durante a noite, esta medida beneficiava mais os moradores da Vila Irmã Dulce ou Esplanada, dada a proximidade, do que do Residencial Teresina Sul, em decorrência da violência durante o deslocamento. Ressalta-se o fato da inexistência do transporte escolar para tal escola.

Embora recebam alunos do Residencial desde 2013, foi apenas em 2018 que o acesso foi realizado por ônibus escolar, sendo três para cada turno. Havia 639 alunos transportados no total, ou seja, mais da metade. Apenas do Residencial são 102 alunos, divididos nos dois

turnos. Até então, os alunos vinham a pé ou de bicicleta. Foi relatado, também que era comum chegarem atrasados, perdendo a primeira aula como também pediam para sair mais cedo para evitarem chegar em casa no começo da noite, quando voltavam da escola no final da tarde. Pode-se afirmar, portanto, que o simples fato de morar num espaço distante e com acesso precário e perigoso no deslocamento de casa para a escola promoveu prejuízos pedagógicos para os alunos matriculados.

Buscando aprofundar os dados relativos ao Ensino Médio ofertado pelo Governo do Estado foi realizada uma visita 19ª Gerencia Regional Escolar. Na ocasião foi confirmado que naquela região administrativa existe apenas uma única escola num prédio próprio e uma por meio de parceria com a prefeitura, onde funcionava no período noturno com 422 alunos matriculados no EJA e 59 no regular. Além disso, afirmou que não existe previsão de construção de escola naquela região. Trata-se de uma situação que rebate diretamente na juventude, cujo descaso pode promover problemas sociais ampliando as refrações da “questão social”.

A caracterização geral da rede de ensino é complementada com uma descrição e análise das experiências dos moradores em relação aos acessos e cotidiano nos serviços educacionais. Nesse processo foram destacados diversos aspectos captados por meio da inserção nestes espaços, seja pelas entrevistas com os diretores da escola como também por meio de diálogos e das entrevistas com os moradores.

De acordo com as entrevistas com os diretores de escola municipal que atendem ao Teresina Sul, desde 2013 elas passaram a receber alunos de forma sistematizada e com o apoio da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) na forma do transporte escolar. Trata-se, portanto, de uma mediação utilizada pelo poder público para garantir o acesso dos estudantes na rede municipal. Independentemente da contradição que tal estratégia reproduz (e do valor a ser pago), o fato é que vem assegurando o acesso das crianças e adolescentes à escola. No entanto, podemos refletir sobre a viabilidade de construção de outra escola, levando em consideração a existência de demanda atual existente e os recursos que são destinados para o pagamento dos transportes escolares.

Ressalta-se que a inauguração do Residencial ocorreu em meados do ano, ou seja, na metade do período letivo. Este fato teve um desdobramento em algumas decisões familiares, que tiveram que se utilizar de estratégias, mesmo que de forma temporária. Assim que chegaram ao Residencial, algumas famílias optaram pelo término do período letivo na escola em que seus filhos já estavam matriculados, permanecendo na casa de parentes ou amigos. Já aquelas que optaram levar consigo todos os filhos para o Teresina Sul encontraram

dificuldades na matrícula escolar. Houve casos de procurarem as escolas de forma aleatória, havendo situações de crianças e adolescentes ficarem de afastados do sistema escolar. Com efeito, alguns foram matriculadas em escolas distantes, cabendo a família se responsabilizar pelo deslocamento a partir de seus próprios recursos, chegando a perder o ano letivo em alguns casos.

Durante esta fase inicial, os familiares (especialmente as mulheres) iam caminhando ou de bicicleta com seus filhos em direção à escola em outras comunidades, uma vez que não existia no próprio Residencial. Este percurso era realizado normalmente em grupo sendo comum o choro de crianças que caminhavam debaixo do sol quente em alguns momentos, tal como pode ser verificado no trecho a seguir:

Iam levar as crianças a pé. Tanto que fosse de manhã ou pela tarde, tinha sempre mães descendo e puxando as crianças no sol quente e aí as crianças ‘enfaticadas,’ choravam muito, né? e outras levavam no colo. (...) Todas se juntavam no mesmo horário e iam descendo com os meninos. Era uma caminhada, parecia uma passeata (risos). Então assim, hoje eu creio que sim, que isso afeta sim, por hoje eles têm mais é... de certa forma é um conforto (D, 38 anos)

Neste contexto, um grupo de mães começou a se articular e reivindicar juntamente à prefeitura por transporte escolar. Esse movimento surgiu de forma espontânea no sentido de que não houve interferências de associações ou demais agentes políticos, tal como será analisado mais detidamente em outro tópico. Com efeito, o poder público municipal, passou a se responsabilizar pela garantia do acesso à educação, se estendendo até os dias atuais.

As entrevistas com os diretores de creches e escolas da prefeitura pesquisadas apresentaram informações interessantes sob a perspectiva da segregação socioespacial, corroboradas pelas entrevistas com os moradores. De acordo com eles, a condição de transportados dos alunos apresentam repercussões no processo de ensino-aprendizagem tanto no âmbito escolar quanto no acompanhamento pelos familiares. Como foi um relato comum em quase todos eles, optou-se por fazer uma discussão sobre a particularidade do processo, sem abordar a singularidade de cada escola. Neste sentido começaremos pela parte mais técnica do transporte até chegar nas implicações pedagógicas.

Todos os ônibus escolares possuem uma monitora responsável pelo transporte dos alunos, sendo este um aspecto bem avaliado, por assim dizer. A crítica dos familiares focou-se em relação à qualidade dos transportes, como também no fato de que nem sempre a quantidade de alunos é condizente com a capacidade do transporte escolar devidamente sentado, sendo comum um número excessivo de passageiros. Em decorrência dos riscos, os familiares temem pela segurança dos alunos. Uma escola específica mostrou preocupação em

relação ao ônibus ser terceirizado. A alta rotatividade dos profissionais poderia gerar algum prejuízo no sentido de referência para as crianças.

A solução apresentada pela prefeitura para garantir o acesso dos alunos da rede municipal foi avaliada de duas maneiras diferentes tanto pelos diretores quanto pelos moradores. De acordo com uma parte do total de entrevistados (diretores e moradores) o fato de serem transportados não interfere no processo ensino-aprendizagem. No entanto para a maioria, a questão do transporte escolar interfere negativamente no rendimento escolar dos estudantes. Para estarem na escola no horário previsto, os alunos têm que sair mais cedo de casa, principalmente aqueles que moram no trajeto inicial do ônibus. Por reduzir o tempo de descanso noturno (quando comparado com alunos que moram nas proximidades) e realizar este trajeto diariamente os alunos ficariam mais cansados que os demais. Além disso, foi pontuado o aspecto da insegurança que sentem nas paradas diante de assaltos constantes, inclusive com crianças pequenas. Embora não tenha sido realizado nenhum estudo sistemático, aprofundando a questão, os diretores afirmaram que as notas dos alunos que são transportados tendem a ser inferiores quando comparada aos demais. A fala de uma moradora sintetiza bem a questão, conforme pode perceber a seguir:

Interfere [na aprendizagem], muito, porque a criança tem que acordar muito cedo pra poder pegar o ônibus, pra não perder o horário do ônibus; e os pais tem que tá na parada que não tem segurança. Já teve pai que estava na parada esperando o ônibus chegar, dos alunos e foram assaltados. Se você... se o filho adoecer e você precisar ir urgente, você ... tem pessoas que não tem o transporte para ir buscar a criança rápido na escola. Tudo isso interfere. Pra mim, no meu ponto de vista, interfere. (G, 28 anos)

No entanto, a mediação do transporte escolar foi considerada positiva por alguns moradores, principalmente quando a avaliação foi baseada a partir da história de vida do sujeito, com aspectos que remetia à sua infância como também à experiência no próprio Teresina Sul. Em alguns casos, esta pergunta remeteu à época da escola dos entrevistados quando tinham que percorrer caminhando grandes distâncias para chegar ao colégio, de forma que o ônibus foi considerado como um facilitador na vida dos alunos, mesmo em que pese o fato de alguns serem precários ou irem super lotados. Já pelo lado da experiência no Teresina Sul, encontra-se a situação em que tanto os familiares quanto os filhos não terem mais que se deslocar nas ruas, muitas vezes debaixo de sol. Atualmente, basta apenas acompanhar até a parada mais próxima definida pelo roteiro do transporte escolar. Dessa forma, trata-se de um benefício não apenas para os alunos transportados, mas para os parentes também. Havia casos, em que os alunos estavam matriculados no bairro Porto Alegre, tendo que atravessar a

BR-316 diariamente. O aspecto da melhoria apontado por uma moradora quando reflete sobre o ônibus escolar:

Querendo ou não foi algo que hoje pra eles causa uma melhoria. E pros pais, para as mães, né? principalmente que elas que tinha que se disponibilizar sempre pra ir deixar eles na escola e agora já não temos mais isso. O ônibus pega e leva. E eles descem dentro do Residencial né? Então eu vejo que é uma melhoria muito grande. Eu gostaria que melhorasse o transporte para que cada vez venham a ser melhor para eles. Por que também tem o problema deles serem velhos: os transporte. Vira e volta quebram, né? (D, 38 anos)

Existe, contudo, uma contradição no trecho destacado. Ao mesmo tempo em que reconhece uma melhoria, ela pondera que os próprios meios utilizados não são os mais adequados para realizar o transporte escolar, tal como foi relatado também por outros entrevistados. Questiona o fato de os transportes utilizados serem velhos e que o número excessivo de alunos no ônibus coloca-os em situação de insegurança. Percebe-se, portanto que a melhoria é caracterizada com elementos de riscos e preocupação.

A contradição desse processo pode ser analisada também sob a perspectiva da experiência da segregação socioespacial. A relação dos alunos do Teresina Sul passa a ser mediada pelo transporte escolar promovendo experiências diferentes quando comparado aos demais alunos. Recebem inclusive o adjetivo de “transportados” pela comunidade escolar. Ressalta-se que o transporte escolar não é um problema em si, posto que promove mais conforto. A questão diz respeito ao fato de terem que ser transportados em decorrência da distância. Se a escola fosse mais próxima tais problemas não existiriam.

Antes de encerrar a questão do transporte escolar mais diretamente é interessante abordar uma reflexão realizada por uma moradora, assumindo uma postura de resignação perante a realidade social. Como forma de melhor situar sua fala, é importante resgatar que ela acreditava que o fato de ser pobre nunca teria condição de adquirir uma casa própria. Em sua avaliação ela afirma:

Eu acho ruim e ao mesmo tempo eu acho bom. Porque como aqui ainda não tem: é o jeito mandar! E é o jeito a gente mandar no transporte, mesmo a gente com pena. Porque a gente que ia buscar e deixar todo dia, né? (C, 31 anos)

Ao mesmo tempo em que não gostaria de mandar sua filha no ônibus, pela questão da idade, considera que é melhor do que ir caminhando. Mas o ponto central de sua fala é quando acredita que não existe alternativa viável para tal situação, devendo aceitá-la. Trata-se de um efeito da ideologia na sua forma de pensar sobre a realidade, desconsiderando ao fato que ela foi construída pelas relações entre os homens ao longo da história, e que portanto, podem ser

construída de outra forma. A inexistência de outros mediadores que promova uma perspectiva crítica sobre a realidade acaba resvalando na expressão do fatalismo.

No que diz respeito ao acompanhamento dos familiares nas atividades educacionais também houve divergências. De uma maneira em geral, os entrevistados afirmaram que existe um baixo acompanhamento escolar dos pais no processo de ensino-aprendizagem de seus filhos em decorrência da distância. O diálogo tende a ser mais distante em relação à comunicação sobre o cotidiano escolar como um todo, pois no momento de pegarem os filhos, é comum haver uma interação entre profissionais da escola e familiares. No entanto, as escolas lançam mão de recursos no sentido de buscar maior aproximação. Uma delas, por exemplo, chegou a relatar que costuma realizar visita domiciliar naqueles casos em que há muitas faltas de um aluno com o objetivo de averiguar a situação. Outra escola, por sua vez, afirmou que se utilizam de aplicativos como grupos de Whatsapp.

Em relação sobre a participação dos pais nas reuniões convocadas pela escola foi afirmado que a participação dos familiares do Residencial Teresina Sul foi considerada inferior em relação aos demais. Existe uma reivindicação constante dos pais para o acesso aos transportes escolares quando solicitado seu comparecimento, reforçando a ideia de que a distância interfere na relação família-escola. Uma moradora pontuou que os pais precisam mais disponibilidade para participar das reuniões, indicando a necessidade de realizar um esforço maior, seja recursos para o transporte seja para caminhada. É comum pais chegarem atrasados ou suados:

Porque tem aquela coisa da gente achar longe pra ir a pé, né? E nem todo mundo quer fazer isso. São poucos pais que vão participar, né? das coisas que acontece na escola. Nem todos vão. Agora mesmo essa semana teve reunião na escola e a gente viu que os pais quando eles vão, eles chegam atrasado, né? Suados demais de caminhar, né? (...) Pra quem não ter costume da andar é muito longe, né? Até a gente que já está acostumado, tem dias que so vai porque tem que ir, mas não que seja algo legal pra se andar né? E como a gente vê isso é ruim pros pais (D, 38 anos).

No entanto, tal questão trata-se de um processo contraditório e não linear. Visando ampliar a participação dos moradores, uma escola resolveu realizar uma reunião dentro do Residencial Teresina Sul. Embora a participação tenha sido maior, foi considerada baixa pela escola. Apesar de ser uma estratégia interessante no sentido de procurar alternativas diante uma problemática expostas pelos pais dos alunos, podemos indagar se a escola não possuía uma expectativa elevada. Assim, embora a distância física seja um fator relevante ela não é o único existente para a participação da família no processo educativo dos estudantes. As próprias necessidades de reprodução da vida cotidiana, por exemplo, pode ser um fator que promove um afastamento do acompanhamento escolar mais próximo.

Uma ponderação interessante, aliás, foi levantada por alguns entrevistados. Embora reconheçam a questão da distância física, afirmaram que o fator determinante é o próprio acompanhamento dos familiares ao longo do período letivo. Como argumento, foi relatado o fato de haver alunos que moram perto, mas não possuem acompanhamento dos familiares, apontando para outros tipos de distâncias. Alguns moradores relataram que fazem um esforço para participarem das atividades escolares quando solicitados ou convidados. Penso que tal fato aponta apenas para as várias mediações existentes no processo escolar. Podemos levar, em consideração, por exemplo, que os alunos do Residencial são dispensados das aulas de Educação Física, realizadas no contra turno de escola (muito embora acabem aparecendo nestas atividades), ou também o fato de que algumas ações realizadas pela escola na comunidade ocorrem na sua proximidade, tendo em consideração a viabilidade da ação.

Uma diretora de escola apresentou uma consideração interessante a respeito dos alunos transportados. Alguns têm apresentado comportamento desafiador e até agressividade diante dos educadores, quando confrontados. As crianças chegam a afirmar que não adianta chamar os pais, já sabendo de antemão que não iriam. Dessa forma, foi pontuado que este fato pode promover uma crise na autoridade dos professores em sala de aula, por assim dizer. Com efeito, os alunos ficariam mais a vontade para se comportar de maneira contrária ao convívio e normas estabelecidos pela própria escola. Assim, deve ser pensada em estratégias para superar este problema.

Como forma de melhor atender a demanda dos moradores de lá, os diretores foram unânimes em recomendar a construção de um estabelecimento escolar no próprio Teresina Sul. Ressaltaram a existência de uma demanda para tanto, uma vez que além do Residencial existem também os moradores do Bosque Sul. A recomendação na política educacional, aliás, é que a escola seja próxima da moradia dos estudantes, justamente para evitar o efeito da distância, evitando-se a evasão escolar.

No entanto, é no Ensino Médio que os efeitos da segregação socioespacial se revela mais consistente e visível. Existe pouca presença do Governo Estadual no tocante à construção de unidades escolares para atender a demanda crescente nas franjas urbanas da Região Sul. A imagem a seguir aponta para a imensa área de abrangência de uma única unidade escolar ofertada pelo Estado em prédio próprio e forma regular. Como já foi abordado anteriormente existe apenas uma escola com funcionamento em prédio próprio que atende toda uma população na região do grande Angelim, conforme pode ser visualizada na figura 8. Além disso, existe uma demanda muito grande, ampliada com inauguração de novos conjuntos do PMCMV na região.

Figura 8 – Área de abrangência da escola estadual Auristela Soares Lima



FONTE: SEMPLAN

Este aspecto tem produzido uma preocupação nos familiares de várias formas. Numa primeira aproximação podemos situar a questão da disponibilidade de vagas na referida escola. Quando atinge o limite de matrículas, resta a opção de procurar escolas em outros bairros. No entanto, a responsabilidade do deslocamento fica a cargo da família, e muitas não possuem recursos para manter o deslocamento diário do estudante. Em um monitoramento e avaliação de sobre o PMCMV de abrangência nacional aborda situação semelhante. O deslocamento para deixar os filhos em outros bairros, torna-se bastante dispendioso para as famílias além dos serviços de transporte ser bastante criticado (BRASIL, 2014). Embora na pesquisa nacional encontrou situações em que os familiares ficaram esperando por vagas (com as crianças e adolescentes fora da escola) a pesquisa no Teresina Sul não encontrou elementos neste sentido, mas não foi realizado um aprofundamento desta questão.

No entanto, a segregação socioespacial não se expressa somente neste aspecto, mas na própria qualidade do ensino ofertado. A escola em questão não é bem avaliada pelos responsáveis dos alunos, seja pela estrutura da escola ou pela violência. Assim, apesar de mais

próximo do Teresina Sul, ela é considerada como a última opção de matrícula. Ou seja, caso os familiares possuam recursos suficientes para o deslocamento do filho em uma escola considerada como de melhor qualidade, acabam fazendo mesmo que mais distante, como no centro da cidade. Aqueles que não possuem condições para que os filhos estudem em outras escolas, acabam matriculando na escola do bairro Porto Alegre.

Aqui a mediação do transporte coletivo recebe outra conotação, adquirindo outro sentido. Se a qualidade da escola não é colocada em questão pelos moradores o ônibus escolar apresenta a contradição ressaltada anteriormente. Mas quando a escola é avaliada de forma negativa, o transporte representa a possibilidade de uma educação mais propícia para o desenvolvimento dos estudantes. Com efeito, pode-se afirmar que a distância passa a ser algo desejada, por assim dizer. A questão da segregação socioespacial ganha outros contornos, pois a distância não é uma mera questão geográfica. Nesse caso específico, a distância entre a qualidade de ensino, tal como avaliado pelos moradores ganha mais relevância. Por isto, preferem matricular os filhos numa escola mais longe, desde que possuam recursos para tal. O trecho a seguir reflete uma das formas de pensar dos moradores:

Esse colégio é sempre a última opção. Ela não se torna a primeira opção. Mesmo sendo perto. Se torna a primeira opção pras pessoas que não tem como né? Elas vêm dificuldade no transporte né? Elas verem dificuldade na área financeira pra manter. A maioria dos pais não tem só um filho nesse lugar. É sempre de dois, três filhos pra frente né? Então é uma coisa que a gente para pensar nisso. E não é um colégio bom. Se pelo menos a gente visse que era um colégio bom, as pessoas queriam, mas não é assim (D, 38 anos)

A partir deste trecho podemos destacar outra mediação importante neste processo. A renda familiar determina também a escola aonde eles vão estudar e não o local, a partir do critério de proximidade. Neste sentido, reforça a contradição da sociedade capitalista. Aqueles que já possuem mais recursos tendem a inserir os filhos numa escola de melhor qualidade, que por sua vez terão maior probabilidade de melhor inserção no mercado de trabalho, ou até de estar simplesmente inserido. Não se trata de um determinismo, mas apenas ressaltar que as condições de possibilidade que são diferenciadas a partir das condições concretas distintas.

Por fim, existe a questão de dificuldade de vagas em decorrência da inauguração do Bosque Sul nas proximidades. O aumento da demanda por matrículas escolares não foi acompanhado pela capacidade de oferta pelo poder público. Por sua vez, já existe uma consciência crítica nos moradores em relação à tal situação, conforme pode ser captada na fala a seguir quando aborda as dificuldades de acesso à escola:

“Pra mim não é bom, porque a gente chega no colégio e tem que tá dormindo pra conseguir uma vaga tem que tá recorrendo na Justiça, à CMEI, a SEMEC e tanto

mais “SE” que você entender, tem que tá recorrendo (...) Por conta do, de ter construído várias habitações sem escola. Então são de vários bairros, se eu for citar aqui são muitos nomes. Tem aqui o Teresina Sul, o Bosque Sul, que não tem colégio. Tem o Eduardo Costa, o Wall Ferraz, tudo que não tem... E aí as escolas foram sobrecarregadas de ter os alunos da comunidade dele e além de outros. (G, 28 anos)”

Tal fala aponta para uma crítica ao sistema escolar a partir da própria experiência dos moradores. Trata-se de um movimento da consciência que apreende outras mediações que interfere na qualidade do serviço prestado e que antagonizam com os seus interesses. Possuem uma percepção de as dificuldade experienciada no seu cotidiano tem uma dimensão social. O poder público é responsabilizado pela situação, propondo alternativas dentro das próprias instituições do Estado, ou seja, dentro dos limites da sociedade capitalista. Nesse sentido, não aprofunda os questionamentos, penetrando na contradição fundamental do capitalismo.

Por fim, é importante destacar que a simples existência de escolas nas proximidades do Residencial não é garantia de acesso a elas. Existem várias outras mediações que determinam o acesso à escola, que vão além das meras distâncias geográficas. Este aspecto remete à discussão de Koga (2011) sobre a consideração dos territórios vividos na implementação de uma política pública. Dependendo de suas particularidades os moradores podem preferir utilizar os equipamentos sociais de outro território, mesmo que mais distante. Assim, a simples existência de equipamentos sociais não é condição necessária e suficiente para enfrentar os aspectos da segregação socioespacial. Como se verá no tópico a seguir, várias determinações determinam a procura dos moradores aos serviços de saúde para outras regiões administrativa da saúde.

7.1.3.2 Saúde

A saúde tem sido uma demanda presente e constante entre os moradores do Teresina Sul em decorrência da dificuldade de acesso, sendo abordado pelos moradores desde as conversas informais realizadas durante o período de familiarização com a comunidade. Eles relataram que a construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no próprio Residencial iniciou em 2012, chegando a ser quase concluída. No entanto, teria sido embargada pela justiça por quebra contratual por parte da empresa ou pelo fato da construção estar fora dos critérios definido em normativas. Com a suspensão, alguns moradores da própria comunidade teriam retirado material da obra como o telhado e caixas de água, deixando sua conclusão será

mais onerosa e prolongada. Em janeiro de 2019 obra tinha sido retomada novamente, conforme pode ser visualizada na figura 9.

Figura 9 – Construção da Unidade Básica de Saúde do Residencial Teresina Sul



Fonte: Arquivo Pessoal

Por sua vez, em uma busca no site do Portal da Prefeitura de Teresina encontram-se duas notícias de sua inauguração, em momentos diferentes. Havia uma reportagem em que previa a inauguração da UBS em abril de 2017, numa notícia intitulada “Zona Sul vai ganhar mais dez Unidades Básicas de Saúde”⁴⁶. Uma reportagem mais recente, intitulada “Prefeitura de Teresina irá entregar mais de 20 obras na área da saúde este ano”⁴⁷ aparece quase dois anos depois, onde é anunciada a previsão inauguração para o segundo trimestre desse ano. Chama a atenção o fato de que ambas foram publicadas no início do ano, coincidindo com uma nova legislatura dos candidatos recém-eleitos, seja do âmbito municipal quanto estadual ou federal.

Dessa forma, a construção da UBS não ocorreu ao mesmo tempo da edificação do Residencial Teresina Sul, no sentido de assegurar que a mudança dos moradores fosse acompanhada da inauguração de uma unidade de saúde. No entanto, mesmo a obra tendo se iniciado depois, já

⁴⁶ Matéria publicada no dia 02 de fevereiro de 2019 . Última visualização em 05 de fevereiro de 2019 em <<http://www.portalpmt.teresina.pi.gov.br/noticia/Zona-Sul-vai-ganhar-mais-dez-Unidades-Basicas-de-Saude/13675>>

⁴⁷ Matéria publicada no dia 17 de Janeiro de 2019. Última visualização em 05 de fevereiro de 2019 em <http://www.portalpmt.teresina.pi.gov.br/noticia/Prefeitura-de-Teresina-ira-entregar-mais-de-20-obras-na-area-da-saude-este-ano/21116>

teria tempo suficiente para que os moradores fossem atendidos em suas necessidades de saúde no próprio Residencial. De acordo com profissionais da saúde que abrange o território, o atendimento é comprometido, pois os moradores acham ruim se deslocar pro Esplanada, especialmente gestantes e hipertensos, como relatado no trecho a seguir:

Aqui não tá tão confortável pras famílias mesmo, né? Porque a nossa unidade básica que é pra ser construída aqui dentro ainda hoje está parada. Quando a gente veio pra cá, pouco tempo começaram a construir a unidade de saúde aqui (...) Aí com relação à isso, À atendimento médico, a saúde das famílias aqui é muito comprometido, porque as pessoas querem aqui dentro do bairro mesmo, dentro do conjunto, tá certo? Eles ainda acham dificuldade para ir pra o Esplanada, certo? (A2, 53 anos)

Apesar dele não ter sido inaugurado ainda, pode-se afirmar que já houve uma melhoria significativa quando analisada numa perspectiva histórica. Assim que se mudaram para o conjunto habitacional, o acompanhamento em saúde dos moradores do Residencial era realizado na forma de demanda espontânea na UBS do Esplanada. Enquanto área fora da cobertura do Estratégia de Saúde da Família, não havia a possibilidade de realizar um trabalho planejado e preventivo. Eles eram atendidos por outra equipe que se restringia no suporte a idosos, gestantes, acompanhamento do bolsa-família ou crianças de até dois anos. Na maioria das vezes, iam apenas para agendar. Em outras demandas eram comum marcarem as consultas em outros bairros mais distantes ainda como no Parque Piauí ou Promorar. Isso quando não eram atendidos na antiga UBS de referência, ou até mesmo desistiam do atendimento.

Os moradores relataram várias dificuldades de acessar os serviços de saúde. No início, tinham que sair de casa durante a madrugada para conseguir marcar uma consulta. A UBS do Esplanada dista 2,9 Km aproximadamente do Residencial para quem vem por dentro da Palitólândia. Nesta travessia era comum irem em grupo, pois ele é considerado perigoso pela população. Quando chegavam, tinham que ficar do lado de fora da UBS, com risco de violência e assaltos, pois o vigilante não permitia a entrada de pessoas fora do expediente. Apesar do esforço realizado, não havia garantias de conseguirem atendimento, pois havia apenas 15 vagas para uma demanda crescente, conforme relatado. As tentativas de marcação de consultas ou exames podia se estender durante um mês. O trecho a seguir de uma moradora entrevistada traduz o drama que muitas famílias tiveram que experienciar para garantir o atendimento de um direito social. Apesar de longo ele foi transcrito pela clareza de detalhes:

Bom, primeiramente eu pedia a Deus pra que chegasse lá viva, pois o local em que nós vivemos temos que passar né por dentro de outros bairros que é muito violento, muitos assaltos e tudo o mais, e ficar....chegar lá na frente do posto de saúde e as portas se fecham, o vigia não pode pôr as pessoas pra dentro. Então tinha que ficar fora né: a mercê dos bandidos e assim, e sem nem ter a certeza de que não poderia na manhã, na hora que começasse um atendimento, conseguir um número né? Pra

fazer a marcação da consulta e dessa maneira era também com os exames, né? E os exames são colocados contados. Então muitas das vezes a pessoa saía pra marcar e quando chegava lá não conseguia. Por ser um número pouco demais para as pessoas ainda que eles tinham visto que tinham pessoas que tinham se mudado pro Residencial, mas tinha esse problema terrível. (D, 38 anos)

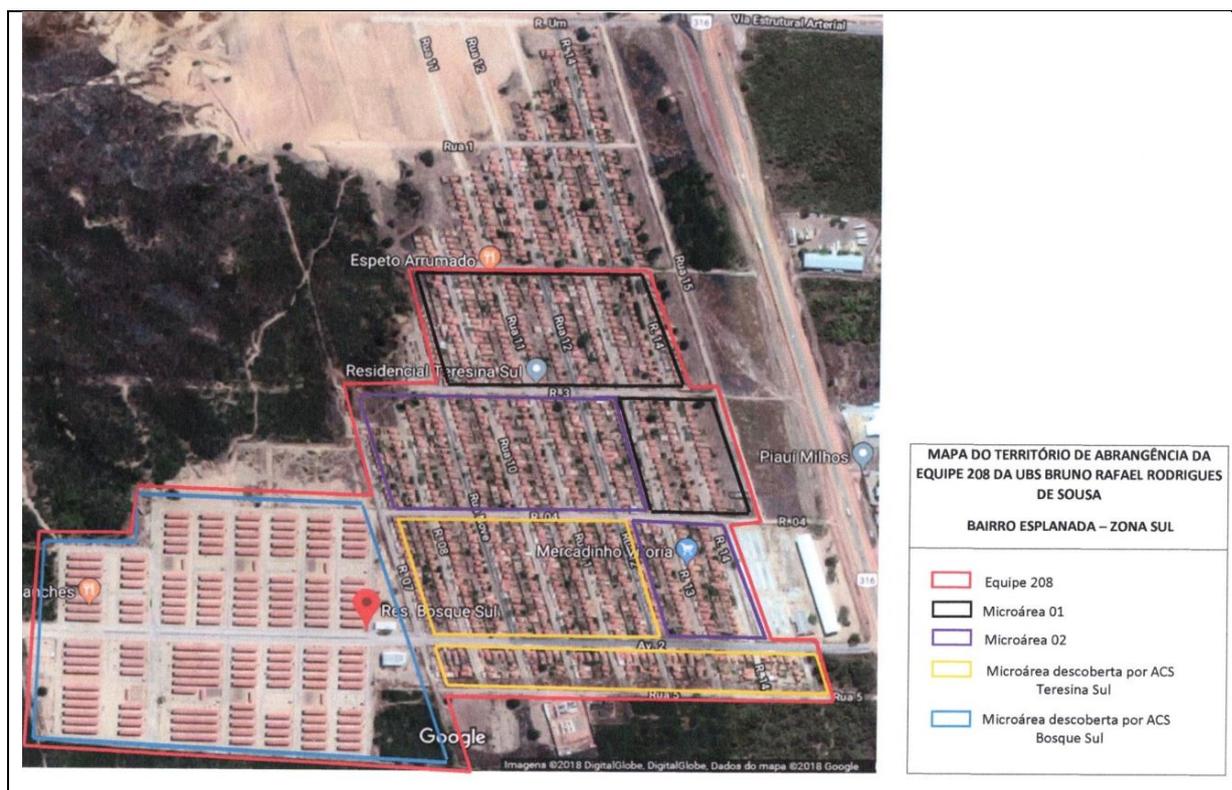
Se analisada de forma mais detida, é possível visualizar uma contradição. O esforço que faziam para acessar os serviços de saúde colocava a vida deles em risco. Considerando um conceito ampliado de saúde (para além da ausência de doença) podemos afirmar que o percurso que realizavam interferia negativamente no processo saúde-doença. Além do fato de haver noites mal dormidas, com repercussão no funcionamento fisiológico do sujeito, havia uma clara situação estressante, atravessada por sentimentos de medo e insegurança. Neste perspectiva podem ser considerados como fatores de adoecimento.

A situação foi amenizada com a implantação da Equipe de saúde 208 em novembro de 2017, com funcionamento temporário vinculado à UBS do Esplanada, até a inauguração da UBS no Teresina Sul. A equipe consta de um médico, uma enfermeira, uma técnica de enfermagem e dois Agentes Comunitários de Saúde (ACS). A ausência do dentista nesta equipe é amparada num novo modelo do Ministério da Saúde, que faculta este arranjo.

É importante salientar que a implantação da equipe não foi um desdobramento da reivindicação dos moradores, diferentemente do que aconteceu na questão do transporte escolar. As reclamações dos moradores eram pontuais e direcionadas apenas aos profissionais de saúde. Aliás, foi a pressão dos profissionais que possibilitou sua implantação. Além de já atenderem um território amplo, a demanda aumentou com a inauguração dos conjuntos habitacionais, ficando insustentável com a mudança dos moradores do Bosque Sul. Por meio da quantificação, os trabalhadores da UBS demonstraram que a unidade funcionava bem além do limite da capacidade, repercutindo na qualidade de atendimento prestado à população.

No entanto, isso não significa afirmar que todo o território do Teresina Sul está dentro da área de cobertura do ESF. Existem áreas que estão fora, na qual os moradores possuem dificuldade de acesso aos serviços. Esta situação pode ser visualizada num mapa a seguir na figura 10:

Figura 10 – Área de cobertura da Equipe 208 do ESF



FONTE: UBS do Esplanada

Apesar das condições de atuação e da existência de áreas descoberta, a qualidade de atenção melhorou, com reconhecimento dos próprios moradores. Não precisam mais pernoitar na porta da UBS para assegurar uma consulta. Os agentes comunitários de Saúde (ACS) realizam essa intermediação, além de informar e orientar a população sobre as ações em saúde, tais como vacinação ou férias dos profissionais da unidade. Atualmente fazem visitas domiciliares agendadas pelos ACS duas vezes por mês, em decorrência da disponibilidade de carros. Esta periodicidade é uma realidade no município de Teresina em sua totalidade, dada a rotatividade de carros entre todas as equipes de saúde da cidade. Não existe um diferencial decorrente do fato da equipe não estar localizada próxima à área de abrangência. No entanto, conforme abordado na entrevista, tal circunstância tem atendido a demanda da população.

No entanto, existem várias dificuldades em relação ao serviço de saúde analisado, apontado tanto pelos profissionais quanto pelos moradores. A questão do atendimento ainda persiste, pois a equipe funciona de forma improvisada na UBS uma vez que o espaço físico existente não comporta mais profissionais para trabalhar de maneira adequada. Como a UBS que acolheu a nova equipe não teve seu espaço físico ampliado, o local onde eram realizadas as atividades coletivas foi destinado para os consultórios. A dificuldade de realizar atividades

de Educação em Saúde é ampliada quando levado em consideração o fato de não haver no próprio Residencial um espaço em que os moradores se sentissem confortáveis e seguros. Em diálogos informais com os ACS, foi pontuado também que a falta de estrutura da unidade repercute no seu trabalho, como na questão da digitação da produção. Trata-se de uma atividade necessária para o acompanhamento em saúde e acessos a certos procedimentos. Por fim ressalta-se que a quantidade de remédios e exames não aumentou com a inauguração do Bosque Sul, de forma que é comum faltar medicação. Todo esse conjunto aponta para a contradição do processo, de forma que a solução apresentada apresenta outros problemas.

A avaliação do acesso dos moradores aos serviços foi considerada como regular, por causa da distância, sendo relatado que alguns deixam de procurar o serviço por isso. Quando procuram, a maioria se desloca a pé ou de carona até às UBS, localizada nas proximidades. Muitos moradores não conhecem ainda a UBS, embora tal fato possa ser ponderado pela distância do Residencial e pelo pouco tempo de atuação da equipe. Além disso, existe uma alta rotatividade de médicos, que de acordo com uma moradora, eles acabam desistindo por ser uma demanda intensa e distante, cansando o profissional de saúde. De acordo com ela:

Só o médico que nunca tem no posto por que ele desiste que é muito, muito atendimento, por que a área cresceu e o posto continua o sendo mesmo pra muita área. Então... O médico desiste. Atualmente a gente está sem médico, né?" (...) É muito atendimento os médicos chegam a se cansar. E realmente às vezes até o paciente que chega lá com dor, entende o caso do médico porque é muita gente mesmo, você não tem noção! E tendo gente com especialidades muito diferentes umas das outras que precisa do atendimento. (G, 28 anos)

Embora a falta de profissionais médico parece ser uma constante as justificativas que os moradores produzem são diversas. Além do aspecto da intensa demanda, outra moradora naturalizou a questão, culpabilizando os próprios moradores. O interessante de sua colocação é que eles devem silenciar-se para ser atendidos, ou seja, não devem reclamar, ou pelo menos criticar dentro de determinados limites. No entanto, o serviço é considerado positivo pelo simples fato de conseguirem ser atendidos, independentemente da luta que precisar fazer (ou deixar de fazer). O silenciamento reduz a dimensão da cidadania e política da saúde, ao pode ser considerado fator de silenciamento, cuja resignação foi expressa no trecho a seguir:

Eu gosto de lá, né? por que é o jeito. Por que quando aceitam a gente, acolhe, a gente não pode dizer nada. O pessoal chega lá quebrando, xingando... Se um dia um se zangar e não querer mais aceitar mesmo... agora mesmo nós estamos de novo sem médico, mas diz que provavelmente vai vir;...Aí eu não sei se é o dinheiro, o atrasamento (sic) dos médico, acha longe, né? Ou se é a população que chega lá xingando, querendo ser o dono da razão, aí eu não sei. Eu sei que eu gosto. Não tenho nada a dizer não. (C, 31 anos)

Por fim é importante pontuar um aspecto interessante em relação à segregação socioespacial no que diz respeito ao atendimento dos serviços de saúde. Foi relatado várias vezes que o SAMU durante muito tempo sequer entrava na comunidade. Atualmente ele já atende os moradores do Teresina Sul, embora nem sempre em todos os horários, ou somente após muita insistência. Com efeito, os moradores ressaltaram que às vezes é preciso deslocar para o hospital mais próximo, com recursos próprios ou solicitando a ajuda de vizinhos.

O entendimento da segregação socioespacial pode ser ampliado quando levado em consideração outros determinantes que atuam como barreiras para acessar os serviços de saúde, relativos à organização do sistema de saúde. A história de um morador é bastante ilustrativa neste ponto. Antes de se mudar para o Residencial, ele morava bem próximo à vários equipamentos sociais, entre eles uma UBS e um hospital. Logo após a mudança, ele não conseguia fazer o acompanhamento mensal de hipertensão no Esplanada, tendo que se deslocar para o antigo lugar de moradia, onde era atendido. No entanto, numa palestra realizada durante o Trabalho Social⁴⁸, ele relatou sua situação para a assistente social, que realizou um trabalho de mediação com o poder público objetivo de assegurar o direito à saúde. Após entregar-lhe um encaminhamento, dirigiu-se para a UBS, onde teve que lutar para ser atendido e ser chamado de mentiroso. Esta situação deixou-o bastante triste, tendo sido relatado duas vezes durante a sua entrevista. Depois da consulta ele assumiu a postura de que devia ser atendido de fato era lá, conforme se percebe no trecho a seguir:

Aí desse dia em diante, meio que elas não querendo, mas eu digo: 'Eu vou fazer é aqui, porque eu tô morando agora é aqui. Aqui tem posto de saúde, tem médico da família, a mesma coisa que tem lá. Então por que é que eu tenho que ir pra lá e não aqui?' Aí foi que elas elas aceitaram. Mas foi muito difícil. Essa questão aí pra mim foi muito difícil. Eu sofri muito (J, 60 anos)

É interessante observar que a realidade contraditória produz formas de vidas antagônicas. Uma mesma situação pode determinar práticas de resignação como também de resistência e luta diante da precariedade dos serviços de saúde. Apesar das melhorias apresentadas, os serviços de saúde poderiam ser mais eficazes no sentido de atendimento das demandas dos moradores, mas esbarram nos limites e contradições do capitalismo.

⁴⁸ De todas as entrevistas realizada, ele foi o único que mencionou a efetivação do Trabalho Social, pois todos os demais afirmaram desconhecer, ou se lembrar apenas de algumas poucas reuniões.

7.1.3.3 Transporte público

O transporte público é um serviço bastante sensível para os moradores do Residencial devido a própria distância em relação aos demais espaços da cidade e por ser um meio de transporte bastante utilizado por seus residentes, pois, muitos não possuem transporte individual. Apesar da importância, ele foi muito criticado por diversos fatores, tais como: 1) qualidade dos ônibus; 2) frota destinada ao Teresina Sul e adjacências; 3) quantidade de linhas disponibilizadas para a região; 4) monopólio da empresa concessionária; 5) mudanças após a implantação do Terminal de Integração. Com efeito, foram comuns as reclamações de superlotação (independentemente do horário) e demora nas paradas de ônibus. Ressalta-se que não houve aumento da frota após a inauguração do Bosque Sul, indicando uma estratégia de maximização dos lucros pelas empresas, às custas da qualidade do serviço ofertado.

Atualmente existem duas linhas de ônibus para atender ao Teresina Sul e Bosque Sul, ambas de uma mesma empresa. Eles circulam no intervalo que se inicia às cinco horas da manhã até as dez e meia da noite, horário de saída do último ônibus do Terminal. O quadro apresenta uma síntese das linhas, tendo como base os dias úteis, pois aos finais de semana ele segue outra escala.

Quadro 11 - Linhas de ônibus que operam no Residencial Teresina Sul

LINHA	A-835 Teresina Sul/ Parque Eliane Terminal Parque Piauí	A 736-Teresina Sul Terminal Bela Vista
FROTA	2	2
VIAGENS CIRCULAR	27	30
EXTENSÃO	24,8 Km	21,2 KM
TEMPO DE VIAGEM	84 minutos	70 minutos

Fonte: STRANS

O primeiro ônibus que passa no Residencial, logo às cinco horas da manhã, já chega lotado de alunos que estudam em outros bairros (incluindo no centro da cidade) ou de trabalhadores. Há situação, em que não conseguem sequer entrar no transporte coletivo por lotação excessiva. Caso não consigam pegar o ônibus no horário pretendido tem que esperar mais de 30 minutos pelo próximo ou procurar outras formas de transporte, pagando um valor mais elevado, caso não consiga uma carona. A situação piora durante o final de semana com a redução da frota. Em uma avaliação sobre o transporte urbano uma moradora avalia como:

Péssimo do péssimo. Esse que é ruim mesmo. Além de quebrar, de estar em péssimas condições, você vai parecendo uma sardinha enlatada. Realmente. Independente do horário. Eu começo minha jornada às 5 horas da manhã. Eu pego o primeiro ônibus, 5 horas da manhã e esse já vem cheio (ênfase). Como eu tenho criança pequena, às vezes não tem nem lugar pra sentar. Tem que tá pedindo pra um e outro pra se levantar e ceder a cadeira, mas é super lutado. (...). Pegam eles e ficam super lotados: de alunos, trabalhadores, geral. Pessoas que vão pras consultas, às vezes não conseguem ir porque o ônibus tá tão cheio. Senhoras! Pessoas deficientes, não conseguem ir chegar na consulta no horário, porque o elevador não tá funcionando ou não tem. Então é tudo isso. É difícil! (G, 28 anos)”

Este trecho aborda outro aspecto interessante. A questão da acessibilidade para os cadeirantes também foi criticada por outra moradora quando relatou que nem todos os ônibus são adaptados. De acordo com ela existe apenas um único ônibus que possui adaptação, reduzindo as possibilidades de ônibus e de integração no Terminal, uma vez que este coletivo só vai para o do Parque Piauí e não para o do Bela Vista. Ao invés de dois terminais os cadeirantes não possuem sequer a opção de escolha. Além disso, os possíveis problemas no elevador restringem na prática cotidiana ainda mais os deslocamentos destas pessoas.

Um fato curioso é que na época da inauguração do Residencial foi afirmado que havia mais empresas e linhas atuando na comunidade. Durante as conversas informais com os moradores foi relatado que no início do conjunto haviam cinco empresas de ônibus atuando na região, considerado como bastante positivo para os moradores. A concorrência entre eles foi tida como relevante para a melhoria do serviço pois havia uma frota maior circulando. Com a ausência de concorrência, os moradores pontuaram uma piora no serviço.

Um morador realizou uma reflexão bastante interessante sobre as dificuldades no transporte coletivo. Para ele, a causa do problema está relacionado com o fato de haver apenas uma empresa operando no bairro. Pelo fato de possuir o monopólio na região, o empresário não realiza investimentos de melhoria na frota ou aumento de sua quantidade com o objetivo de reduzir a superlotação, comum nos ônibus. Ressalta-se, por exemplo, de que a frota de transporte coletivo não foi aumentada com a inauguração do Bosque Sul. Mesmo tendo mais que dobrado o número de unidades habitacionais, a quantidade de ônibus permaneceu a mesma. Esta consciência crítica pode ser visualizada no trecho a seguir:

Tem as dificuldades com transporte coletivo? Tem. Porque é só uma empresa rodando dentro de um bairro é uma coisa absurda. A pessoa faz do jeito que quer. O empresário faz o que quer com a gente aqui. O transporte coletivo aqui é muito desconfortável. Você vai pro trabalho.... Você chega no trabalho cansado da viagem de ônibus daqui pro trabalho. E chega em casa mais cansado ainda porque não tem conforto nenhum. O ônibus é superlotado. Nos horários de pico que era pra ter mais ônibus, não tem por quê. É só um empresário que manda nesta região aqui. Aí não bota ônibus porque não quer ter despesa. Então é difícil por isto. (A2, 53 anos)

Dessa forma, podemos perceber uma tensão da relação entre capital e trabalho. A estratégia de maximização dos lucros pelas empresas de ônibus é garantida não apenas pelo fato de ser a 2ª passagem mais cara do Nordeste (sem levar em consideração a relação com a quilometragem rodada) mas também pelo fato dos ônibus andarem acima da quantidade de passageiros. O trabalhador, por sua vez, sujeita-se a essa condição por falta de opção. Neste sentido, uma moradora criticou o fato da fiscalização das empresas ser realizada pela prefeitura, por meio da Secretária de Transporte (SETRANS) e coordenado pelo Sindicato das Empresas de Transportes Urbanos de Passageiros de Teresina (SETUT), entidade patronal. De acordo com ela deveria ser realizado por um órgão de defesa dos direitos do consumidor.

Aprofundando na reflexão de sua fala, pode-se perceber o efeito do capital nos moradores. Primeiramente, ressalta a questão do cansaço físico a que são submetidos não apenas pela distância, mas também pela qualidade do transporte. Outro ponto está relacionado com o sentimento de impotência e passividade, reduzindo a capacidade de resistência para com a precariedade dos transportes públicos, enquanto expressão do fatalismo.

Recentemente, a Prefeitura implementou Terminais de Integração com o objetivo de melhorar o sistema de transporte público, destinando corredores exclusivos para os ônibus em alguns trechos. Apesar da propaganda, o modelo utilizado em Teresina foi avaliado de forma negativa pelos moradores entrevistados. Houve uma reclamação quase unânime, pois algumas linhas foram extintas, reduzindo pela metade a opção, de acordo com os moradores. Além disso, tendo em consideração a distância e o trajeto, o tempo para a integração não era suficiente para as demandas de uma comunidade afastada, de forma que alguns não conseguiam realizar a integração a tempo. Além disso, aqueles sujeitos que ainda não possuem o cartão de integração têm que pagar outra passagem quando pegar o próximo, encarecendo ainda mais o direito de ir e vir na cidade.

De uma maneira geral, comentaram que dispendem mais tempo nos deslocamentos, pois não vão mais direto para o local desejado que estavam acostumados. Atualmente, precisam pegar mais ônibus. Se antes da integração, por exemplo, um deslocamento do Residencial para à região Sudeste era realizado com dois ônibus, o mesmo percurso é realizado agora em quatro. Relataram que é comum a espera de outro ônibus para realizar a integração no Terminal, chegando a esperar uma hora na parada de ônibus, fora os 30 minutos no Terminal. Outro aspecto interessante é que o terminal recebe pessoas vindas de vários outros locais sem uma adequada estrutura de suporte para a demanda. Assim, acontece de pegar outro ônibus lotado, com a possibilidade de não poder entrar e ter que esperar outro. Assim, uma moradora avaliou o Terminal de Integração como negativo:

Porque quando depois que inventaram esse negócio de terminal ficou pior. Mas antes tivesse deixado mesmo o jeito que tava, que a gente passava três horas na parada de ônibus, mas a gente sabia que ia pegar só aquele ônibus, ir e voltar. Mas agora a gente pega o ônibus aqui, vai pro terminal, paga outro pra ir pro centro porque se não tiver integração não coisa. Eles demoram muito que não dá tempo a gente de pegar integração. Aí ficou muito ruim. Pra mim eu achei muito ruim, muito ruim porque às vezes eu tenho que pagar quatro ônibus, enquanto eu pagava só dois: que era um pra ir e outro pra voltar. Aí nessa relação eu achei horrível. (...) Aumentou foi tudo: tempo, gasto, a paciência da gente (risos). (F, 42 anos)

Podemos questionar sobre os reais interesses da construção dos Terminais, principalmente da forma que foi operacionalizada no município. Tendo em consideração os diversos problemas elencados é possível interrogar se tratar de um planejamento inadequado ou realizado de acordo com os interesses das empresas de ônibus. De qualquer forma a população é a mais prejudicada, conforme foi abordado.

Em outro contexto, aliás, um morador questionou-se sobre a interferência das empresas de ônibus na localização dos moradores durante o sorteio das chaves. Afirmou que muitos beneficiários do PMCMV, se não todos, foram perguntados acerca da preferência da região em que gostaria de morar. Como na maioria das vezes, esse critério não foi levado em consideração ele ponderou se tratar da influência das empresas de ônibus. Dessa forma, as pessoas precisariam se deslocar mais pela cidade para satisfazer suas necessidades. Consequentemente usariam mais o transporte público. A seguir um trecho de sua reflexão:

Nesse período eu encontrei muita gente que foi perguntada a mesma coisa: que ria ir pra um bairro, uma região? E foi botado pra outra. E ai foi onde eu fiquei chateado porque eu digo pra você, é um jogo muito sujo que tão fazendo. Eles perguntam justamente pra mandar a gente pra outro lugar diferente, entendeu?

A justificativa do Poder Público de que não é possível levar em consideração o local de moradia anterior na distribuição das moradias, pois, a maioria dos empreendimentos construídos se concentra numa determinada região administrativa. A Sudeste, aliás, não apresentou nenhum conjunto habitacional em seu território. Dessa forma, não seria possível buscar acomodar os moradores de acordo com a região na qual já moram. A solicitação para que as pessoas indiquem sua preferência produz uma expectativa nos sujeitos, de forma que quando não se efetiva para um grande contingente, começa a surgir suspeitas sobre esse processo. Independente do critério real e não meramente ideológico, o fato de que o posicionamento do morador é plausível levando em consideração a sociedade capitalista.

A experiência dos transportes públicos é sentida no próprio corpo dos usuários deste sistema de várias formas. Foi relatado que o fato de pegar ônibus lotado deixam as pessoas mais cansadas. Além disso, alguns moradores pontuaram situações de stress em decorrência

da preocupação com os atrasos. Apesar de ser uma situação que não conseguiam evitar por depender deles, isso pode gerar problemas para eles, especialmente em relação ao trabalho.

Um entrevistado realizou uma reflexão interessante sobre a condição de transporte enfatizando a alteração de valores das pessoas, embora se utilizando de outras palavras. Para não chegar atrasado ao compromisso (e evitar reclamação por parte do patrão) ou pelo fato de querer chegar logo em casa após um dia de trabalho acabam entrando no ônibus lotado, mesmo que isso implique em empurrar pessoas, inclusive “confusão” envolvendo idosos, crianças e pessoas com deficiência. Além disso, as filas e cadeiras preferenciais nem sempre são respeitadas. Trata-se, portanto de um aprofundamento da consciência que indica para mudanças de valores dos moradores, determinadas pela sociedade capitalista.

Apesar de longa, vale a pena transcrever o trecho de uma entrevista, pois apresenta diversos elementos. Alguns servem de ilustração de alguns aspectos já discutidos anteriormente. Outros pontos, contudo, indicam aspectos interessantes de análise:

Eu já comprei muita briga dentro de transporte coletivo. O povo não dá a cadeira pro idoso, não dá pra gestante, não dá pra criança, de forma nenhuma, pra mãe que tá com bebê no colo, aliás, com criança, não dá. Então assim, por que que não dá? Porque ele já vem tão cansado da rotina do dia a dia que quer sentar. Aí quando se senta: Pronto! Dificilmente a pessoa tem essa disposição, levantar e dar o assento pra outro. (...) Eu vejo essa situação muito aqui na zona Sul, a gente...No Dirceu, aonde minha mãe mora mesmo, o ônibus pra lá não é lotado. (...) Aí quando parte para as comunidades mais longe, pode ser um outro ponto também: ‘Ah! São pessoas com poder aquisitivo pequeno, menor né? Ou então quem mora aqui é.... são pessoas que é de fato já foram mesmo lá pras brenhas, são uns ‘pobretão’ mesmo, pobre tudo, deixa o ônibus veio caindo aos pedaços. São pessoas que já ganharam a casa pra lá e não é assim. A gente não pode ter essa visão. Não é porque eu tô no programa do Governo Federal, eu ganhei uma casa, eu pago uma prestação acessível, mas eu tenho meus direitos (A1, 40 anos)

Primeiramente ela destaca uma diferença em relação as regiões administrativas, a partir de sua experiência nos transportes públicos. Quando compara o Residencial com seu antigo bairro, ela percebe uma diferença na quantidade de opções de ônibus, de forma que não costumava pegá-los tão lotados. Tal aspecto deve ser analisado com o segundo ponto abordado. Talvez não seja o caso de uma região possuir mais ônibus em circulação, mas pelo fato de estarem mais afastados, “nas brenhas”, de forma que pode haver diferenças no interior de uma mesma região. Por fim, destaca-se a postura de reconhecimento de seus direitos. Independentemente da localização da sua moradia, da faixa de renda ou até mesmo do fato de ser incluída na política habitacional de interesse social, ele exige ser tratada com dignidade, não devendo receber qualquer tratamento por parte do poder público. Trata-se de um movimento da consciência em si que realiza críticas à sociedade, reivindicando respeito aos direitos de cidadania, ou seja, aqueles reconhecidos pelo Estado de direito.

A falta ou existência precária do transporte urbano leva os moradores da periferia a restringir seus deslocamentos. De acordo com Moura (2014), a restrição pode ser ampliada quando se leva em consideração que não existe uma exigência legal de construção de calçadas no entorno do empreendimento, apenas em seu interior. Além disso, a precariedade de iluminação prejudica o deslocamento demandando, por vezes, realizado por meio de moto-táxi para lidar com a insegurança, impactando na qualidade de vida dos moradores. De acordo com dados da Associação Nacional de Transportes Públicos de 2005, 37 milhões de brasileiros não acessavam o transporte público por falta de recursos. Além disso, o transporte consome em média 26% da renda de família de baixa renda e 10% dos estratos mais altos da sociedade. Assim, esses dados revelam que boa parte circula na cidade a pé ou de bicicletas e muitas vezes, circunscritas em seu bairro (MARICATO, 2011).

Tendo em consideração que a distância é uma dimensão do conceito de segregação socioespacial, os meios de transportes ganham uma relevância fundamental para os moradores desses espaços, sendo uma mediação importante nos seus deslocamentos. Uma forma de superar dificuldades experienciadas seria a implantação de um transporte público eficiente que atenda as necessidades dos moradores. No entanto, verificou-se justamente o contrário, uma vez que os Terminais de Integração foram bastante criticados pelos moradores dos Teresina Sul. Tal fato, ampliou ainda mais a dimensão espaço-tempo, prejudicando no seu cotidiando, seja em relação ao trabalho, escola, lazer etc.

7.1.3.4 Segurança pública

A violência é uma realidade presente em todas as grandes cidades, como é o caso de Teresina. No entanto, apenas um entrevistado relatou não haver diferença em relação ao Teresina Sul, pois seria sentida de igual maneira em toda cidade. A maioria dos moradores relatou que a sensação de insegurança é maior, pois o fato dele ser afastado tornaria ele mais vulnerável e suscetível. Os moradores relataram que tem bastantes assaltos na comunidade em decorrência da própria distância e dos matos que circundam o conjunto habitacional. Para exemplificar por meio de uma situação concreta, uma moradora narrou um episódio em que os bandidos fizeram a “mudança” com um carro e a polícia chegou 12 horas depois.

Os moradores realizam reflexões sobre as possíveis causas da violência no Teresina Sul. Um morador ponderou que o fato do Residencial ter poucos acessos facilita a ação dos criminosos, não sendo apenas uma questão da distância em si. De acordo com ele, o

fechamento de um acesso à comunidade após a duplicação de um trecho da BR-316 teria aumentado a violência, principalmente o roubo de motos. Já outra moradora refletiu que o fato dele ainda ser predominantemente residencial influencia nas taxas de criminalidade. Se houvesse maior fluxo de pessoas relacionado à intensas atividades comerciais e de lazer, acredita que reduziria assaltos.

A intervenção do Estado foi bastante criticada. Foi comum o relato de que quando acionada a viatura demora a chegar, de forma que em algumas situações foi considerado como o descaso. A avaliação de uma moradora sobre a intervenção do Estado é bastante significativa quando afirma que:

A segurança pública, ela deixa um pouco a desejar. Como nós moramos num bairro distante: é assalto com frequência. Não tem... Você liga, você é assaltado, tem um arrombamento, você liga pra polícia. Não tem como. Ele não vem imediato. Parece que faz assim um pouco de descaso. E aí a gente fica meio a deriva, né? Porque eles.... não sei se é porque tá muito perigoso e aí é muita correria. Porque pra cá é muito perigoso.(H, 35 anos)

Por sua vez, em relação ao sentimento de descaso foi ponderado que a polícia possui poucos recursos para fazer o policiamento de uma imensa área, devido à carência de profissionais e equipamentos para atender a região. O batalhão da Polícia Militar responsável pelo Teresina Sul está localizado no bairro Porto Alegre e possui poucas viaturas para abranger toda a região do denominado Grande Angelim. Além disso, deve-se levar em consideração que o 17º Distrito Policial de abrangência do Residencial está localizado na Vila Irmã Dulce. Isso explicaria o fato de não ter ronda constante e as viaturas somente aparecerem quando solicitado.

Um fato interessante ocorreu durante uma conversa informal. Apesar das diversas reclamações sobre roubos a assaltos são realizados pouco registro de Boletim de Ocorrência. Assim, durante uma reunião com o Secretário Estadual de Segurança Pública cujo objetivo era reivindicar melhorias, ele apresentou dados da estatística oficial onde o Teresina Sul seria um lugar bastante tranquilo, não sendo necessários outros investimentos, como um Posto de Policiamento Ostensivo (PPO). Ou seja, a descrença dos moradores em relação ao Boletim de Ocorrência (BO), pois acreditam que não adianta registrar na medida em que seja feito, se concretizou de outra forma. De fato, ao não registrarem o BO, o poder público se utilizou como argumentos para não intervir, reproduzindo a situação de insegurança.

Por outro lado, isso não significa afirmar que os moradores não se mobilizam de alguma forma para transformar a realidade em que vivem. Diante dos constantes assaltos (relatado anteriormente e noticiados nos meios de comunicação, inclusive) os próprios

moradores fizeram um protesto no final de novembro bloqueando a BR-316. Esta movimentação ocorreu de forma espontânea, por assim dizer, pois não houve mediação de entidades representativas. Segundo o relato de uma entrevistada, os moradores resolveram se articular e juntar as experiências de cada um na construção dessa ação coletiva. Embora a intervenção fez com que o policiamento ficasse mais frequente na comunidade, melhorando a sensação de segurança dos moradores, a situação ainda é considerada longe do ideal.

O contexto de insegurança promove, por sua vez, mudanças na forma dos moradores se relacionarem entre si e habitarem no Residencial como um todo. Tendo em consideração os constantes receios e medos em relação à violência urbana, os moradores vão perdendo o hábito de conversarem nas calçadas das ruas, diminuindo a socialização. Outro aspecto interessante, diz respeito à maior desconfiança em relação aos transeuntes, conforme o relato a seguir:

Não tenho acompanhado por conta de morar no bairro mas quase é como se eu não quase convivesse dentro do bairro pra ter aquele acompanhamento direto, porque a falta de segurança no bairro. Então fica cada um na sua casinha, trancadinhos. Nós que somos os cidadãos temos que estar trancados e os bandidos estão soltos. Então você tem horário pra sair e horário pra chegar. Não recebe qualquer um na casa. A gente quando recebe, é desconfiado. Abre a grade aos poucos, vai conversando porque o medo é grande. É muita falta de segurança. (G, 28 anos)

De uma maneira em geral pode-se dizer que os moradores tem a consciência de que a distância é um fator que interfere na dimensão da violência urbana no Teresina Sul, ampliada pelo quadro precário do Estado para lidar com a situação. Apesar de não abordarem a questão como um desdobramento da contradição fundamental da sociedade capitalista, os moradores possuem o entendimento de se tratar de um problema que pode ser amenizado por meio da intervenção de políticas públicas. Além disso ressalta-se a capacidade de mobilização espontânea da comunidade diante de uma situação que julgam insustentável para seus limites e valores.

7.1.3.5 Assistência Social

Esta seção realiza uma discussão acerca dos serviços socioassistenciais da proteção social básica voltados para o Teresina Sul. Diferentemente das demais políticas ela se limitou às conversas informais e entrevistas individuais realizadas com profissionais da área. Neste sentido não foram incorporadas as percepções produzidas pelos moradores.

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Sul II é a unidade responsável pela articulação dos serviços socioassistenciais incluindo serviços, programas e projetos de proteção social básica às famílias. Fundado em 2010, está localizado na Vila Irmã Dulce, bairro Angelim, cuja distância com o Residencial varia de 4,2 Km (percurso via Palitolândia) e 5,7 Km (percurso via BR).

De acordo com dados do Plano de Assistência Social do Município de Teresina (2014-2017) faziam parte da área de abrangência do CRAS SUL II os bairros Angelim, Santa Cruz e Santo Antônio e suas respectivas vilas e residenciais. Tendo como base de cálculo os dados do Censo do IBGE de 2010 o referido plano indicava uma população de quase 60 mil habitantes vinculados à unidade socioassistencial, dividida em 16.672 domicílios ocupados. Desse total, havia 13.020 famílias com renda de até 1 salário mínimo (TERESINA, 2014).

O atendimento da demanda da população é realizado pela equipe da Renda Mínima, responsável pela condução do trabalho do CadÚnico no município, e pela atuação de prevenção da ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais, realizada pela Equipe de Referência. No entanto, ela encontrava-se incompleta no momento da pesquisa. Apesar de possuir os dois assistentes sociais em cada turno, faltava um psicólogo no período da tarde.

A primeira aproximação com o CRAS ocorreu em meados de maio de 2018 no qual ocorreu uma conversa informal com uma das assistentes sociais. Na ocasião ela abordou o serviço como um todo, características principais do território e forneceu contatos de lideranças comunitárias. Relatou que estavam sem ofertar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no território, por questão do poder público municipal. No entanto, havia uma previsão de contratar os profissionais no curto prazo. Numa visita posterior, os grupos já estavam na ativa.

Foi relatado que uma das principais demandas percebidas pela Equipe de Referência em relação ao Residencial foi a dificuldade de matrícula dos filhos na escola, devido a falta de vagas. Após a intervenção juntamente ao setor da Educação municipal, diminuiu drasticamente a procura dos moradores neste sentido. Além disso, foi relatado reclamações sobre a violência em decorrência de “bocas de fumo”, embora nada além do que era considerada como uma realidade comum em comunidades próximas.

Já num segundo momento foi realizada uma entrevista no qual foram aprofundados alguns pontos e ressaltados a relação entre o serviço e o Residencial. De uma maneira em geral, seriam 4 as principais formas de acompanhamento. A primeira delas é por meio de demandas espontâneas com prevalências de solicitação de benefícios eventuais e enxoval

como também de denúncias de maus tratos ao idoso. Outra forma são as visitas domiciliares. A terceira forma, diz respeito mais a peculiaridade da segregação socioespacial do Residencial. Durante duas vezes por ano eram realizados mutirões voltados para o Acompanhamento das Condições da Saúde do Bolsa-Família. Tratava-se de estratégia diante do fato da comunidade estarem fora da cobertura do ESF até final de 2017. Contudo, com a inserção de uma equipe da saúde para o território esta ação não se faz mais necessária. Por fim, são realizadas “Manhã de Cidadania” no qual são ofertados diversos serviços socioassistencial na própria comunidade, incluindo a emissão de documentos.

Quando questionada sobre as dificuldades enfrentadas pelos moradores do Teresina Sul, foi pontuada a questão da distância, uma vez que os ônibus demoram em torno de uma hora até o CRAS. Além disso, os recursos da unidade não conseguem suprir a contento as necessidades sociais dos moradores, tendo em vista o intenso aumento na demanda de benefícios eventuais. No entanto, não se trata de uma singularidade dos moradores do Residencial, mas de uma particularidade do município como um todo.

Por sua vez, foi possível perceber uma melhoria na oferta de seus serviços do CRAS SUL II durante o próprio período da pesquisa. No segundo momento já haviam sido contratadas três Orientadoras Sociais e duas Facilitadoras Sociais para conduzirem o SCFV. Havia sete grupos em funcionamentos com previsão de se expandir ainda mais, sendo quatro para adolescentes e três para idosos. Por sua vez, eles estavam localizados na própria Vila Irmã Dulce, Assentamento 17 de abril e Cerâmica Cil, distante do Residencial 3,8 Km, 12,8 e 16,9 Km, Km, respectivamente. Apesar da demanda, não havia grupos ainda acontecendo no Residencial Teresina Sul. Um dos motivos seria a falta de uma estrutura adequada para realização das atividades. No entanto, durante uma outra visita ao CRAS no final de fevereiro foi relatado que estava sendo discutida a criação de um grupo de SCFV voltado para os idosos, a partir de uma solicitação da Associação dos Moradores. A previsão era que seria iniciado em meados de março de 2019.

7.1.4. “A gente se distanciamos”

A partir de tudo que foi exposto neste tópico dentro do Núcleo de significação “Densidade de equipamentos e serviços públicos e o atendimento das necessidades básicas dos sujeitos” foi realizada uma síntese levando em consideração as ponderações realizadas

pelos próprios moradores, seguida de reflexões sobre as implicações psicossociais. O próprio título, aliás, remete a resposta de uma moradora sobre o processo de mudança para o Residencial. Embora ela tenha empregado com uma conotação específica (remetia as relações sociais e familiares) penso que ele é bastante significativo, pois aponta para diversos sentidos sobre o distanciar.

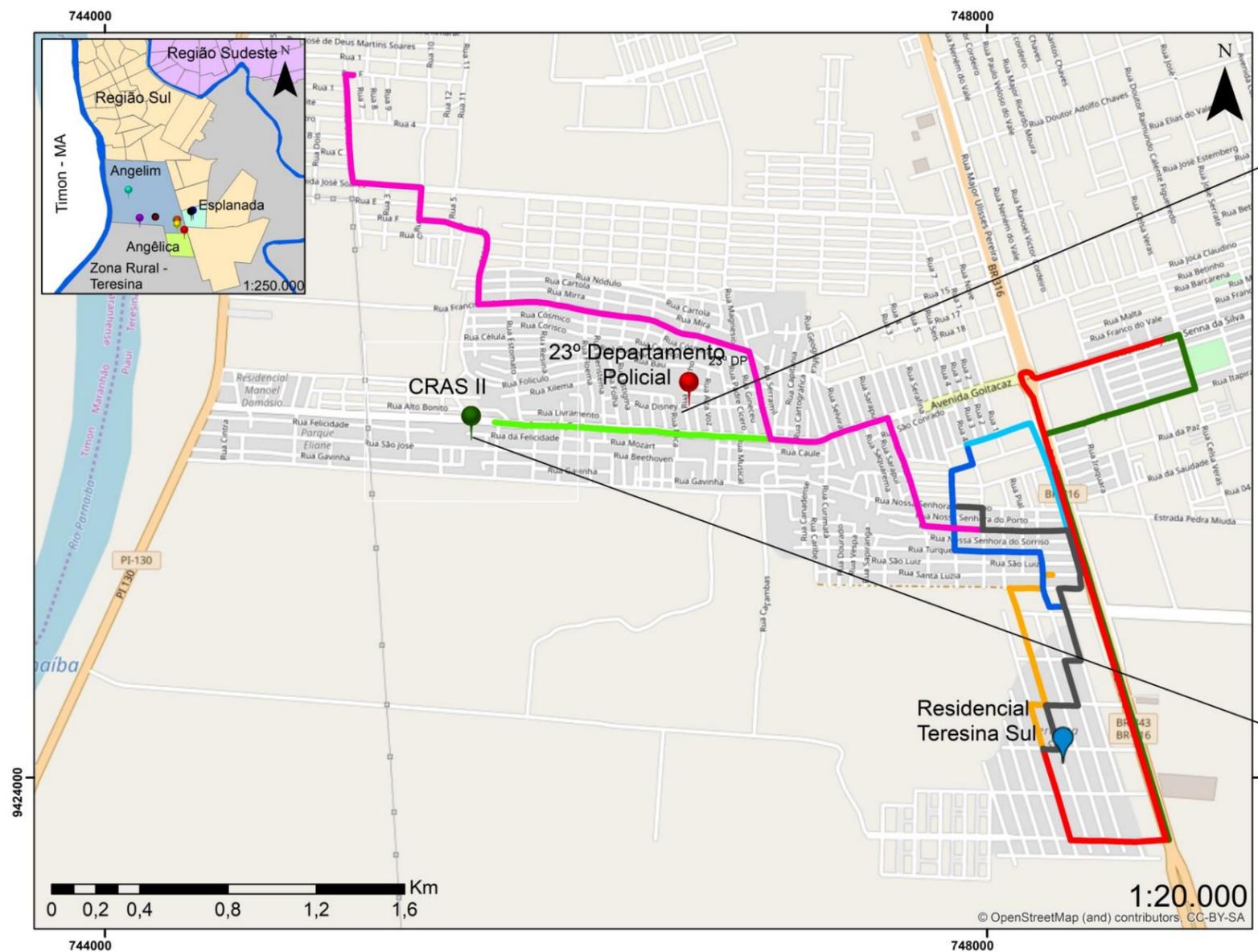
De certa forma, trata-se de um tema central na vida desses sujeitos que em decorrência da garantia de um direito à habitação se distanciam de diversos objetos, pessoas, situações ou oportunidades. Era comum eles viverem em bairros com equipamentos sociais próximos de sua residência. Após a mudança todos os serviços se encontram em outras comunidades, com acesso mais difícil e com barreiras de várias dimensões que precisam ser transpostas. É neste sentido ampliado, que afirmamos que houve um distanciamento no cotidiano destes sujeitos.

Este distanciamento, contudo, vai para além da dimensão física. Não é apenas uma questão da distância geográfica, pois existem barreiras de diversas dimensões que obstaculizam o acesso dos moradores aos serviços. Dessa forma, pode-se afirmar que descompasso do poder público com o crescimento urbano impõe constrangimentos na garantia dos direitos sociais. De acordo com Brasil (2012), o precário ou nulo acesso aos serviços públicos, vivenciado em algumas partes da cidade, é considerado um dos fatores capazes de colocar famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, demandando proteção social do Estado. Nesse sentido, a garantia do direito à moradia pode implicar em maior dificuldade aos outros direitos sociais. A restrição às possibilidades de satisfação das necessidades básicas da população, garantidas constitucionalmente repercute negativamente no pleno desenvolvimento do sujeito e da cidadania.

Isso não quer dizer, que a distância física não é uma realidade concreta para a vida dos moradores. Para visualizar tal dimensão foi elaborado um mapa conforme consta na figura 11.

Além disso, a construção de um conjunto nas proximidades do Teresina Sul, apresentou-se de forma contraditória. Se por um lado acarretou num aumento da demanda pelos serviços, por outro lado, promoveu uma intervenção do poder público. A pressão dos profissionais da UBS ampliou-se com a inauguração do Bosque Sul. Não muito tempo depois foi instituída uma equipe para atendimento de parte da demanda. Tratou-se de uma solução intermediária, por assim dizer, melhorando o serviço para os moradores de áreas adjacentes.

Figura 11 : Distâncias dos equipamentos sociais em relação ao Residencial Teresina Sul



Legenda

- 2,4 Km — CMEI Santa Francisca Cabrini
- 2,4 Km — E. M. Monteiro Lobato
- 2,2 Km — CMEI Residencial Esplanada
- 3,4 Km — E. M. Dom Helder Câmara
- 3,9 Km — E.M. Professor Ofélio Leitão
- 3,8 Km — CMEI Aristéla Soares Lima
- 2,3 Km — E.M. Maria do Socorro Pereira da Silva
- 4,1 Km — CMEI Ruth Correia Leite Cardoso
- Residencial Teresina Sul
- 23º Departamento Policial
- CRAS SUL II

Obs: As distâncias se referem ao Residencial Teresina Sul



Universidade Federal do Piauí - UFPI
 Centro de Ciências Humanas e Letras - CCHL
 Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas - PPGPP

Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000 UTM Zone 23S
 Projeção: Transverse Mercator
 Datum: SIRGAS 2000
 Fonte: IBGE (2015), LOPES (2019)
 Geoprocessamento: CARVALHO (2019)



Em relação ao sistema educacional, ressalta-se que alguns diretores de escola relataram que transformaram alguns laboratórios em salas de aulas, prejudicando seu projeto pedagógico. Por outro lado, com o aumento do número de estudantes no território, cria-se as condições concretas para pressionar o poder público para a construção de novos estabelecimentos de ensino, pois a elevação na quantidade já seria uma justificativa consistente e razoável.

No entanto, tal problemática não se trata de um processo exclusivo do Teresina Sul. Existe uma ampla literatura que aborda as novas condições materiais para o sujeito diante a baixa densidade de equipamentos e serviços públicos nos conjuntos habitacionais do PMCMV (MENEZES, 2016; CARVALHO; STEPHAN, 2016; RIZEK; AMORE, CAMARGO, 2014). Em uma pesquisa realizada em âmbito federal, por exemplo, relatou que os moradores entrevistados tiveram problemas relativos à burocracia em decorrência da mudança de endereço que promovia constrangimento no acesso a outros direitos. Havia dificuldade de entendimento quanto ao referenciamento à UBS, matrícula dos filhos na escola por falta de CEP, atualização do CadÚnico entre outros. (BRASIL, 2014).

Numa pesquisa realizada por Pequeno e Rosa (2016) sobre um projeto de reassentamento de moradores removidos de áreas de risco localizadas em bairro de renda média alta para grandes conjuntos habitacionais distantes mostrou elevado índice de desistência e abandono de imóveis, devido à baixa inserção urbana. Diante das dificuldades vivenciadas, alguns moradores optavam por retornar as suas antigas moradias. Outra situação levantada por Moura (2014) é de que a experiência em espaços segregados favorece que os moradores busquem os equipamentos ou serviços públicos em outros espaços, dificultando assim, o processo de reterritorialização.

A segregação socioespacial impacta também no direito de ir e vir dos moradores. O fato moradias estarem localizados em lugares distantes da malha urbana impõe restrições à apropriação da cidade em sua totalidade. Contudo, não se trata apenas de limitações na mobilidade urbana desses sujeitos. Esta condição material e concreta de existência determina experiências que vão desde aumento nos gastos para o transporte público, como também uma redução na capacidade de mobilização e organização sociopolítica da comunidade.

A baixa densidade de equipamentos e serviços coletivos pode proporcionar ou até mesmo ampliar a experiência de desproteção. Tal fato pode ser agravado se levarmos em consideração que a mudança de endereço pode vir acompanhada de enfraquecimento de sua rede sócio-familiar. Num contexto em que a proteção social assume fortes características familistas, a rede informal fornece proteção diante dos riscos e adversidades da vida. O apoio

que recebia da vizinhança na labuta diária precisará ser reconstruído neste novo espaço. Por sua vez, tais aspectos serão aprofundados no próximo tópico.

A situação de baixa densidade dos equipamentos sociais promove reflexões por parte do sujeito. Quando solicitados durante a entrevista, alguns ponderaram sobre a questão de sair da comunidade ou até retornar para a antiga moradia. Tais pensamentos indicam pelo menos que a realidade atual não está como gostariam, e que por isso já pensaram na possibilidade de sair do Teresina Sul. Assim os efeitos da segregação socioespecial promovem movimentos de dúvidas e questionamentos em relação à própria mudança. Diante da insegurança na comunidade, uma entrevistada se expressou que já pensou em sair do Residencial, mudando de opinião quando percebeu que a venda da casa não possibilitaria comprar uma com qualidade construtiva parecida e terreno amplo. Ao mesmo tempo em que a realidade concreta produz desejos de sair do local onde moram, esta mesma realidade de exploração delimita planos concretos de mudança. No entanto, isso não indica que ela não possa ocorrer. Outros entrevistados, por exemplo, relataram que algumas pessoas venderam suas casas, por não suportarem o fato de saírem de um local com vários serviços próximos e chegar num residencial onde só tem casas para morar, como expresso na fala a seguir:

Então a gente fica assim “Nossa! O que fazer num lugar assim?” Existe pessoas que venderam suas casas é... com pouco tempo. Que não suportaram... Muitas pessoas. Por que saíram de um local com tudo né? (...) Então teve muita gente que não suportou isso (D, 38 anos)

Por outro lado, esse impulso de sair do Teresina Sul é contrabalanceado quando reflete sobre outras dimensões, principalmente na questão da casa própria ou quando se apegam na perspectiva de melhoria futura. A própria experiência no Residencial indica esta possibilidade, uma vez que quando comparam o momento atual com aquele da chegada percebem sensível diferença. De lá para cá, foram inauguradas lanchonetes, academia de ginástica, padaria, comércios etc. Acreditam também a tendência de crescimento da cidade naquela direção tornará mais bem inserido na malha urbana, com a impressão subjetiva de que ficará mais perto. Lembraram que o bairro Parque Piauí se encontra bem integrado, já não sendo considerado mais tão longe quanto na época de sua inauguração em 1968. Com efeito, a ideia de que ele continue se desenvolvendo permanece num horizonte próximo, independentemente da velocidade das transformações. Tal concepção pode ser visualizada no trecho a seguir:

Teresina cresceu muito lá pro centro: aquela região e tem bastante terreno pra cá então eu acredito que vá crescer muito pra cá. Então acho que ...Hoje aqui ainda é longe do centro de Teresina, mas daqui a pouco muita coisa já vai ficar mais perto

porque Parque Piauí é mais perto e já tem uma estrutura bem bacana. O Porto Alegre, o Esplanada, então são lugares que são pertos e que estão crescendo (E2, 25 anos)

Quando analisamos esse desejo de sair do Teresina Sul, podemos afirmar que ele é determinado pelas circunstâncias adversas na qual são inseridos, e não necessariamente da intenção de receber a moradia e ganhar uma renda com a sua venda, ou até mesmo decorrente de uma mera vontade individual “arrogante”. São comuns representações que culpabilizam os sujeitos mostrando-se perplexos diante da tal decisão. Questionam-se, por exemplo, como pessoa que adquirem uma casa própria e vendem, mesmo demandando uma habitação. Assim, reforçam uma ideologia concretizada na política baseada na benevolência do Estado e não enquanto um direito social. Enquanto um favor caberia aos pobres a gratidão pelo ato e residir na moradia concedida pelo poder público.

É importante destacar o mecanismo da ideologia dominante de uma classe. A garantia do direito à moradia é realizada deslocada das condições concretas na qual ela se insere. Ou seja, ocorre independentemente de sua inserção urbana. Se existe um déficit habitacional, o Estado promove a construção de moradias independentemente de sua localização. Ao morador cabe se adequar, utilizando seus recursos pessoais ou familiares para se adaptar ao novo contexto de vida. O fato dos moradores venderem ou não ocuparem a moradia não é percebido como um sinal de que existe um problema produzido pela intervenção do próprio Estado. Pelo contrário, individualizam a questão como sendo uma postura incoerente do sujeito que demanda a moradia e vendem ou não ocupam a casa, assim que adquirem.

Por outro lado, os próprios moradores lançam estratégia que ameniza as dificuldades impostas pela distância e eleva a autoestima de seus moradores. Costumam comparar com outros conjuntos habitacionais do PMCMV, tal como o fato de ser plano e com calçamento bem realizado. Com efeito, ele tem se tornado cobiçado havendo procura de várias pessoas para alugar ou comprar. Destaca-se, também, o sentimento de orgulho expresso pelos moradores diante do fato de terem resistido às dificuldades impostas pelo PMCMV desde o momento em que chegaram ao Residencial. Não se trata de um movimento fácil, pois marcado por privações e afastamentos. No entanto, possuem uma sensação de que são lutaram no contexto de adversidades e permaneceram em seu local.

Apesar das estratégias utilizadas, as dificuldades de atendimento de suas necessidades básicas produzem desdobramentos no campo dos sentimentos e afetos dos sujeitos. As constantes frustrações podem produzir sofrimentos nos moradores conforme pode ser verificado no trecho a seguir:

Mas tem muita coisa, o básico que não tem nesses residenciais e era o que realmente quando fosse fazer um residencial desse aqui, já deveria colocar junto na construção uma creche, um posto de saúde, um posto policial, porque você não sobrevive sem isso. Aqui a gente sofre muito faltando isso aí, esse tipo de coisa. A gente sofre muito por causa disso aí. (B, 50 anos)

A questão sofrimento pode afetar a capacidade de mobilização do sujeito, resvalando no fatalismo diante da realidade. Numa situação concreta analisada, outra entrevistada relatou que os moradores devem aceitar as atuais condições sem fazer nenhum questionamento crítico. C expressou sua resignação e aceitação passiva de um cotidiano de pobreza quando afirmou “que pobre sofre e temos que aceitar o que oferece pra gente”. Ou seja, não visualiza outra possibilidade histórica, mas apenas um determinismo. De acordo com Rodrigues (2015) trata-se de uma expressão do fatalismo no sentido de que a inibição da consciência pelo pensamento conformista, obstaculiza para o sujeito a possibilidade de alternativas viáveis para a realidade experienciada. Apesar de ser uma realidade produzida pelo próprio homem, adquire uma qualidade diferenciada da qual os próprios homens julgam não poder transformar esta mesma realidade criada por ele. Sentem-se impotentes. Em determinadas situações, inclusive, não conseguem sequer imaginar alternativas para a sua situação concreta, cabendo apenas resignar-se, numa postura que reprodução esta mesma realidade concreta de exploração e opressão. No entanto, é importante pontuar a fragilidade as instâncias organizativas da classe trabalhadora, como as movimentos sociais e sindicais ou partidos políticos, tal como será abordado na discussão sobre a participação sociopolítica dos moradores.

Destaca-se também uma reflexão realizada por uma entrevistada. Para ela o fato de estar num conjunto habitacional predominantemente residencial onde falta muitos benefícios urbanos representa a quebra de uma expectativa. O tal do “sonho da casa própria” neste sentido, não se resume apenas no espaço construído da moradia, mas envolveria sua inserção no espaço urbanizado. Com efeito, ela tem a sensação que foram simplesmente jogados num movimento em que perdem a dignidade. Aprofunda sua reflexão quando afirma que não é considerada como uma pessoa pelo poder público, mas apenas um número. A exceção ocorre no período eleitoral, voltando a ser número logo depois. Para exprimir a sua reflexão crítica foi transcrito um trecho de sua entrevista:

Faz a gente pensar que mesmo com a casa que era pra ser o sonho de dignidade você não tem. Que era o sonho da família, sonho de ter....não tem! É destruído. É assim, fantasia que você...O sonho que você construiu, você vê desabando. Você vê que você não tem dignidade porque não tem médico. Você vê que não tem dignidade, porque você não.... Você não é visto como pessoa. Você é só um número. Você foi jogada ali porque você não tem opção. É só isso. (G, 28 anos)

Dessa forma, a segregação socioespacial na qual estão inseridos os moradores do Teresina Sul promove processos de desvalorização do sujeito, reduzindo a percepção de si em relação aos outros. O fato dos moradores se considerarem como meros números é um efeito da forma como os pobres são tratados pelo Estado na garantia e preservação dos interesses do capital. As potencialidades do gênero humano, portanto, são reduzidas numa simples equação numérica. Neste sentido, podemos retomar a discussão sobre o estranhamento produzida pela sociabilidade fundada no capital. As relações entre as pessoas são reduzidas às relações entre coisas, fundamentada na generalização do valor de troca.

Com efeito, a questão da dignidade da pessoa humana enquanto fundamento da Constituição Federal de 1988 é distanciada de sua concretude, transformando-se portanto, em mero princípio ideológico. Sem as condições concretas para a sua efetivação, produz o sentimento de que não são uma pessoa perante o Estado, mas apenas um número, especialmente durante o período eleitoral. Por fim, destaca-se a influência na religiosa na compreensão desse movimento de mudança. Uma moradora relatou que não tem intenção de sair do Residencial, pois acredita que Deus tem um propósito para ela lá. As dificuldades que ela vivencia no Teresina Sul fazem parte de um propósito divino, devendo ela se resignar. Dessa forma, significa a sua experiência a partir de outro plano.

Em sua análise sobre a formação da classe operária inglesa Thompson (1987) discute que a perspectiva do além deste mundo pode atuar como espécie de compensação emocional, reforçando o fatalismo dos pobres. Ao invés de buscar transformar a própria realidade de exploração e opressão, os sujeitos determinados pelo fatalismo de caráter religioso acreditam que o sofrimento neste plano é necessário para obter um mundo melhor após a morte. Com efeito, a perspectiva de futuro para além da vida, pode afastar a possibilidade de transformação deste mundo criado pelos homens. No entanto, trata-se apenas de uma possibilidade, pois não necessariamente a dimensão religiosa é uma mediação que inibe o movimento da consciência e luta de classes, conforme será exposto em outro momento.

Podemos afirmar que este tópico apresentou diversos elementos para refletir acerca da dimensão da densidade dos equipamentos e serviços públicos da segregação socioespacial. Após uma descrição detalhada dos acessos às várias políticas setoriais foi possível perceber as dificuldades encontradas pelos moradores, especialmente assim que chegaram ao Residencial. Tais experiências, por sua vez, produziram implicações psicossociais, especialmente em relação ao fatalismo, conforme foi discutido. No entanto, existem outras dimensões. No próximo tópico será abordado a questão da distância, enquanto outra dimensão fundamental da discussão sobre segregação socioespacial.

7.2 Distâncias e as mudanças no modo de viver, relacionar e trabalhar na cidade

Se o tópico anterior abordou a dimensão da baixa densidade dos equipamentos sociais, este realiza uma discussão sobre os efeitos da distância na experiência dos moradores do Teresina Sul, enquanto uma dimensão importante da segregação socioespacial, conforme discutido anteriormente no capítulo teórico. A mudança para o Residencial promove deslocamentos constantes para os moradores, determinando modificações nas formas de viver, relacionar e trabalhar na cidade. Tais experiências, por sua vez, foram mediadas por meios técnicos que relativizam a perspectiva da distância, como por exemplo os transportes e os celulares. Além disso, ressalta-se que todo esse conjunto produz determinações na sociabilidade dos sujeitos e implicações psicossociais, discutidas neste tópico.

Neste sentido, o núcleo de significação que dá nome a este tópico aborda cinco indicadores elaborados a partir das entrevistas dos moradores relacionados com as transformações dos moradores nas formas de pensar, sentir e agir em decorrência do fato de morar num espaço distante, em seu amplo sentido. Tais moradores possuem uma rotina de vida diferente quando comparada com seu antigo lugar de moradia, tal como em relação ao seu cotidiano, relações com os familiares e vizinhança (antiga e atual) e a questão do acesso ao mercado de trabalho. Muito dos impactos psicossociais produzidos foram discutidos no indicador “Eles não pensaram nas pessoas”. O quadro 12 sintetiza o núcleo mencionado, descrevendo seus indicadores seguidos dos pré-indicadores.

Quadro 12: Núcleo de Significação “Distâncias e as mudanças no modo de viver, relacionar e trabalhar na cidade”

PRÉ-INDICADORES	INDICADORES
<ul style="list-style-type: none"> - Aumenta o tempo de deslocamento - Aumento na espera dos ônibus - Restrição do deslocamento pela cidade - Mudanças de andar pela cidade - Ter que dormir em outro local por causa do horário - Mudança das atividades cotidianas 	<p style="text-align: center;">“UMA ROTINA QUE MUDOU EM NOSSAS VIDAS”</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Afastamentos dos vínculos anteriores - Manutenção dos vínculos por meio de visitas - Desejo de se afastar dos “problemas familiares” - Terreno maior permitiu aproximação de familiares - Transporte individual aproximam amigos - Filhos não quiseram vir - Filhos tiveram que ficar 	<p style="text-align: center;">“SENTI MUITA FALTA DA FAMÍLIA”</p>

<ul style="list-style-type: none"> - Ponto de apoio das dificuldades imposta pelo Residencial - Amplia o vínculo com o lugar - Proteção diante de situações emergenciais 	<p>“TEM QUE ADOTAR UM VIZINHO”</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Falta de creche para mães trabalharem - Comprovação de trabalho para conseguir vaga na creche - Emprego apenas quem já conhece - Preferência para quem possui transporte próprio - Preferem empregar que mora mais perto - Oportunidade de trabalho no próprio Residencial 	<p>“EMPREGO AQUI É LONGE DEMAIS”</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Preocupação com atrasar compromisso - Cansaços - Sensação de insegurança e desproteção - Repercussão no desempenho escolar - Mudança no padrão civilizatório (empurrando em ônibus) - Mais desconfiando por conta das violência <p>Afeta o “psicológico” do sujeito (exaustão, desmotivação)</p>	<p>“ELES NÃO PENSARAM NAS PESSOAS”</p>

7.2.1 “Uma rotina que mudou”

A distância impõe outras temporalidades para os moradores de áreas segregadas socioespacialmente. De uma maneira geral, o tempo necessário para realizar as diversas atividades cotidianas aumenta, repercutindo na sua rotina como também em seu corpo ou no próprio psicológico dos sujeitos, tal como foi relatado pelos entrevistados.

Após a mudança para o Residencial algumas famílias tiveram que pensar em estratégias para lidar com a distância para o local de trabalho⁴⁹. Em decorrência da longitude, houve situações em que um membro da família passava a semana na casa de um parente para não chegar atrasado ao trabalho. Nos finais de semana voltava para o Teresina Sul. Quando tal prática não era uma rotina, acontecia em decorrência de compromissos pontuais em que tinham que estar cedo ou então quando ele terminava sua jornada de trabalho muito tarde. Pode-se dizer que em tal planejamento era levado em consideração aspectos como horários de circulação dos ônibus, percepção de violência, tempo de sono e cansaço.

Foi relatado também um impacto em relação à mudança nos horários de determinada funções biológicas básicas tais como o dormir e o comer. Para poder chegar ao local de

⁴⁹ Ressalta-se que não existe obrigatoriedade de remoção ou transferência nestas situações, mesmo aquelas profissões determinadas fortemente com o vínculo com o território, como é o caso dos Agentes Comunitários de Saúde. Se na época da aprovação do concurso ele tinha que morar numa determinada área, a mudança de moradia não é acompanhada necessariamente de local de trabalho.

trabalho no horário previsto, os moradores passaram a acordar mais cedo, alterando o ciclo de sono pelo qual estavam acostumados anteriormente. Além disso, mudaram horários de refeições, tanto no sentido de ser mais cedo quanto mais tarde. Essa mudança de rotina foi detalhada por uma entrevistada:

Uma das primeiras é que nós não pegávamos ônibus para ir para o nosso emprego. Só aí já teve uma rotina no acordar, que a gente acordava 6:30, 7 horas, né? E a gente passou a acordar 5 horas. Então assim, é pra tá pegando ônibus, pra tá pegando outro. (...) Até pra comer, até pra gente se alimentar, porque como às vezes a gente saia seis horas, estava pegando ônibus numa determinada área, o horário de janta ia-se embora, pronto. Então, assim, eu mesmo ‘teve’ vezes que eu chegava aqui, eu já não queria nem nada, só dormir, banhar e dormir. Também café da manhã, né? A gente saia muito cedo. Então só ia tomar café quando chegava lá. E aí passava do horário. Então foi assim uma rotina que mudou nas nossas vidas e eu creio que não foi só pra gente, mas pra muitas pessoas. (A1, 40 anos)

Diante da nova realidade, os moradores tiveram que se adaptar em relação às atividades cotidianas. Se antes era comum voltar no meio do expediente para almoçar em casa, com a mudança para o Residencial esta opção ficou inviável para muitos. O tempo que se gasta no trajeto para o deslocamento de ida e volta coincide praticamente com o horário de almoço. Além disso, para evitar o cansaço excessivo preferem almoçar no próprio local de trabalho ou mediações e retornar para o Teresina Sul apenas ao final do expediente.

Aliás, a questão da distância é um fator levado em consideração no próprio planejamento das atividades cotidianas e não apenas dos trabalhadores. Um casal entrevistado (estudantes na época em que se mudaram para o Teresina Sul) afirmou que para a realização de determinadas atividades acadêmicas levavam em conta o deslocamento do ônibus, como por exemplo, na escolha das disciplinas da universidade, como forma de evitar horários vagos ao longo do dia. Para evitar o cansaço optam por escolher várias disciplinas num único dia, e não distribuída em turnos alternados ao longo da semana, reduzindo a quantidade de dias que iriam para a instituição. Ressalta-se que além do tempo é uma forma de economia financeira ao reduzir a quantidade de passagens necessárias.

Por fim, também se registrou mudanças no modo de habitar a cidade, a exemplo do que aconteceu com um morador, cujos deslocamentos dele e da família ocorriam caminhando já que na antiga localidade em que vivem todos os serviços básicos eram próximos, e agora tinham que fazer de ônibus, conforme pode ser visualizado a seguir:

Agora teve uns dias, uma época... a mudança de escola. Até mesmo porque para elas irem daqui pra lá tinham que pegar ônibus, e elas nunca tinham andado de ônibus. Como eu te falei lá era tudo pertinho, dois quarteirões do colégio; se precisasse ir pra médico era três quartos, quarteirões. Pra ir pro centro a gente vinha de pé, ia de pé. Não precisava, elas nunca tinham pegado ônibus. Aí pra elas foram uma novidade (J, 60 anos)

É importante destacar que esta experiência pode suscitar questionamentos sobre a situação atual em relação ao acesso aos serviços. Se antes era direto, agora precisa da mediação de um transporte, aumentando o tempo de deslocamento e recursos. Como uma reflexão, podemos nos questionar sobre mudanças no reconhecimento daquilo que entende como necessidade para procurar um serviço. A demanda para os serviços de saúde, por exemplo, pode ser avaliada de outra forma, de forma que se determinada situação era suficiente para procurar os serviços, pode ser que nestas circunstâncias não sejam mais. Além disso, tal experiência pode promover questionamentos sobre o próprio PMCMV. O impacto na vida cotidiana pode ser avaliado de uma maneira negativa, apesar da aquisição da casa própria nestas condições. Como já foi discutido anteriormente, o transporte público não é suficiente para atender a demanda dos moradores.

Todas as mudanças na forma de se deslocar pela cidade impostas pela distância promove implicações psicossociais. Quando relatou sobre o fato de sua esposa passar a semana na casa da mãe dela por causa do trabalho, assim que chegaram ao Residencial, um morador fez a seguinte afirmação:

Mas de certa forma que...a gente não pode fazer mais nada mesmo né? O negócio é aceitar. A gente acredita muito também que Deus é quem determina as coisas as coisas pra gente. Quando a gente crê no Senhor, tudo fica melhor. Aí eu acho que é isso que vale a pena. E aí, hoje a gente está gostando daqui né? (A2, 53 anos)

Este que trecho aponta para uma aparente resignação diante de uma realidade presente em que afastava toda semana o casal para poder conciliar o trabalho com a moradia distante. Sua crença religiosa permitia lidar com uma realidade criada pelo homem de uma forma serena, por assim dizer, apontando para uma perspectiva de melhoria no futuro. Eis uma contradição interessante, pois nem sempre a crença em Deus é sinônima de resignação, tal como costuma ser considerada (e em muitas situações ocorre dessa maneira). Pode ser uma estratégia para lidar com as dificuldades da vida, onde há apenas uma aceitação momentânea daquela situação, sem indicar a necessidade de que ela fique eternizada. Não se trata necessariamente de uma compensação emocional com a promessa de melhorias no além deste mundo. Neste sentido, a aceitação da realidade presente não é indicadora de que ela não possa ser diferente no futuro por meio da própria atividade do homem. Este mesmo morador, por exemplo, fez parte de movimentos de associação de moradores de áreas de ocupação em sua antiga moradia, inclusive com enfrentamento direto ao governador do Piauí na época em que participava na busca de melhorias para sua comunidade.

Se aprofundarmos um pouco a discussão podemos afirmar que o simples fato da fé religiosa não é sinônimo de fatalismo, no sentido de uma aceitação resignada perante as iniqüidades da realidade social produzida pelos homens, que seria recompensada no além desta vida terrena. O próprio pensador que desenvolveu a Psicologia da Libertação (realizando uma crítica sobre o processo de alienação no psiquismo dos sujeitos explorados) foi um padre jesuíta que dedicou a sua a vida (vindo a morrer por isso) para lutar junto com aos pobres oprimidos da América Latina, especialmente de El Salvador. Parte de sua inspiração, por assim dizer, não se resumia aos estudos do marxismo, mas incorporou também a Teologia da Libertação.

7.2.2 “Senti muita falta da família”

A rede sócio-familiar é uma dimensão importante na vida da classe trabalhadora. Conforme já abordado anteriormente por Abrão e Miotto (2017), ela ganha outros contornos quando levado em consideração a redução da proteção social assegurada pelo Estado brasileiro, principalmente num contexto em que o neoliberalismo vem ganhando cada vez mais espaço. Dessa forma, este tópico abordará as implicações que a segregação socioespacial produziu nesta dimensão.

A inserção no Programa impõe um deslocamento de um bairro para outro com repercussões nos vínculos construídos anteriormente. Este movimento no espaço urbano é acompanhado de um movimento no interior da família, que lançam mão de diversas estratégias para lidar com a situação. Assim que se mudaram ao Residencial as relações com os demais familiares foram modificadas. Nem sempre todos da família se mudam ao mesmo tempo, devido às circunstâncias em que se encontram. Houve casos de filhos mais velhos não quererem mudar-se para o Teresina Sul por ser um local distante, principalmente das relações de amizades. Outros tiveram que permanecer temporariamente com alguns parentes até terminar o período letivo. Houve também situações intermediárias no início, no sentido de que o morador ou cônjuge ficavam durante a semana na casa de familiares próximos ao antigo local de trabalho e nos finais de semana voltavam para o Teresina Sul. Foi uma estratégia para lidar com as distâncias entre local de moradia e trabalho.

A relação a partir da presença física entre eles foi avaliada de maneiras diversas. Com pouca expressividade, surgiram discursos de que esse afastamento foi positivo, pois teriam

ficado mais longe dos problemas familiares cotidianos. Houve situações, ao contrário do que poderia se supor, em que os vínculos se fortaleceram. Tendo em consideração que o terreno da casa atual é maior, existe mais espaço para receber os familiares ou amigos. No entanto, o que surgiu de forma mais expressiva foi a experiência de distanciamento em relação à presença física dos familiares, sendo comum a redução nas visitas, especialmente no sentido de receberem os amigos ou parentes. O movimento oposto também não é uma situação fácil, pois sair do Teresina Sul em direção à Região Sudeste, por exemplo, representa a um percurso realizado em quatro ônibus apenas de ida.

Por sua vez, as relações de aproximação e distanciamento entre amigos e parentes devem ser ponderadas pela utilização de determinados instrumentos, atuando como mediadores. Os meios de comunicação, especialmente os aparelhos celulares no modelo smartphones, têm possibilitado maior interação entre os familiares, superando as barreiras do espaço e do tempo. Contudo, as relações mediadas por aparelho, reduzem os contatos das pessoas a partir de seus próprios corpos em sua totalidade. Com efeito, outros sentidos não são mediados nesta relação, ficando restrita à visão ou quando muito à audição. O tato, por exemplo, não é utilizado, reduzindo a expressão da afetividade.

Moura (2014), o fato de não utilizarem os espaços vazios existentes dentro de áreas densamente urbanizadas promove processo de desterritorialização nos moradores, cujo um dos efeitos é a fragilização dos vínculos sociais. Esta rede de proteção informal baseada na solidariedade familiar e comunitária chega a intervir de forma mais eficaz diante de situações de vulnerabilidade e riscos sociais. A rede comunitária é um recurso utilizado pelas famílias para sua reprodução social. Assim, a fragilização desses vínculos é experienciada de forma mais intensa diante da precária provisão do Estado nas necessidades dos sujeitos.

Dessa forma, a formação dos vínculos comunitários foram aparecendo como uma necessidade diante do novo contexto em que eles estavam se inserindo. Em sua maioria não tiveram parentes ou amigos que foram morar também no Residencial, exceto meros conhecidos com poucos vínculos. Dessa forma, a vizinhança foi considerada como um ponto de apoio, sendo lembrada como um aspecto positivo do Teresina Sul, inclusive. Foi lembrado, por exemplo, que era comum se reunirem no início do conjunto para conversarem, cada qual levando algum alimento para serem partilhado. Podemos refletir que se tratava de uma determinação do próprio contexto, no qual a interação entre eles foi importante.

Os vínculos sociais são considerados por Menezes (2016) como importantes para a capacidade protetiva dos sujeitos, repercutindo na rede de “trocas”, especialmente diante de situação de insegurança alimentar e econômica ou dificuldade de deslocamento na cidade.

Nessa situação, a não reconfiguração de vínculos no novo conjunto habitacional, produz impactos não apenas nas condições materiais, mas é sentida como uma espécie de “opressão psicológica⁵⁰”. Nesse sentido, o PMCMV pode ser compreendido com promotor de vulnerabilidades sociais. Por outro lado, a (re)configuração dos laços sociais possibilitados pelo PMCMV possibilita uma percepção distinta em relação a efetividade do programa habitacional. Neste sentido, Menezes (2016, p.276) afirma que:

A existência de redes sociais familiares e/ou de vizinhança se mostrou importante veículo de provisão de bem-estar na existência de insegurança financeira. Devemos, dessa forma, conceber a capacidade ou incapacidade de ativar os nós dessas redes como elementos fundamentais para o entendimento do processo de vulnerabilidade dos atores sociais.

Pode-se afirmar que rede de solidariedade é considerada como um ponto de apoio para as famílias diante das vulnerabilidades ou riscos sociais em que podem atravessar. É comum ajudarem entre si na forma de alimentos ou deixar os filhos aos cuidados de alguém na vizinhança para poder trabalhar ou resolver assuntos particulares quando necessários, muito embora, foi comentado que tal prática pode vir mediada por pagamentos por tal “prestação de serviço”, numa relação tipicamente capitalista. Em casos de urgência, aqueles que possuem carros ou motos acabam, por vezes, ajudando no deslocamento para hospitais, sinalizando, portanto, que diante de políticas públicas insuficientes para lidar com as necessidades da população, acabam recorrendo a rede informal para proteção e segurança para os moradores.

Tais informações são semelhantes às pesquisas realizadas com moradores do PMCMV, como uma realizada por Passos e Lima (2018) em que constataram o intenso uso da rede de apoio dos moradores como fundamental para a proteção territorial. Dessa forma, a (re)construção dos vínculos sociais acaba sendo uma espécie de necessidade diante da situação de exploração e opressão, sendo um recurso bastante utilizado pelos moradores.

No entanto, embora reconheçam a importância desta rede de apoio informal entre eles, foi pontuado que alguns fatores fazem com que ela não seja mais intensa, o que não implica afirmar na redução de sua funcionalidade nos momentos das adversidades da vida. A própria rotina de trabalho juntamente com o elevado tempo de deslocamento entre trabalho a moradia tem reduzido os contatos na vizinhança. Além disso, a ausência de uma praça foi apontada como um elemento que repercute na interação entre os moradores, restringindo-se àqueles mais próximos. A existência de uma área livre, portanto, proporcionaria o contato com moradores que moram em outras quadras.

⁵⁰ O autor utiliza este termo para se referir à “dimensão simbólica do bem-estar e a possibilidade ou não da percepção de pertencimento.” (MENEZES, p.267)

Outro fator que interfere na aproximação entre moradores está relacionado com a sensação de insegurança, produzida a partir da violência, seja real ou imaginária. Muitos já construíram muros, funcionando como uma barreira para o contato entre eles ao mesmo tempo em que reforça o caráter da vida privada. Embora ainda existente, a quantidade de moradores que mantêm a prática de colocar as cadeiras nas portas das casas para conversarem têm diminuído, segundo relatos de moradores.

Assim, diante da fragilização da rede sócio familiar construída anteriormente e das distâncias promovidas pela localização do Residencial, as relações comunitárias assumem uma importância no cotidiano dos moradores. Esse reconhecimento foi pontuado por uma moradora que mudou a sua forma de lidar com a vizinhança. Com o afastamento das relações familiares que servia de proteção diante das incertezas da vida, a rede construída no Teresina Sul funciona como uma espécie de substituto nas emergências. Essa mudança veio acompanhada de novas posturas, como desenvolvimento de empatia diante do sofrimento alheio, tornando-se mais disponível aos outros,

(...) Eu tinha um lado meio assim de não muitas das vezes me colocar no lugar do outro e não escutar direito, né? Então assim, minha vinda pra cá, primeiro que teve aquele choque de distanciar da família né? De você achar que só quem pode lhe ajudar é sua família e não é. Isso aí eu já tirei da mente, né? E de ajudar mais o próximo. De quando a pessoa pergunta, às vezes eu penso assim, eu digo: ‘Não, vou ajudar, bora!’ Porque no mesmo segundo o outro lado aqui estala: ‘E se fosse eu, você né? Se fosse eu, né?’: Então assim, então mudou fez eu assim, me fez pensar mais na vida, de ver que eu tô aqui sozinha né? e de repente eu posso passar mal, de repente eu posso é... Passar por uma situação: alguém tentar entrar na minha casa e eu ligar direto logo pra uma pessoa, porque as vezes a gente não tem, não sabe nem o que agir, mas em você ligar, né? De saber que você tem uma amiga próximo, tem um amigo a gente já sente mais assim, foi isso. (A1, 40 anos)

Podemos afirmar que embora não tenha ampliado para a perspectiva de uma solidariedade de classes social, passou a abranger a própria comunidade em que vive, apontando para um movimento de sua consciência. Podemos refletir que essa mudança é uma particularidade da solidariedade humana em sua generalidade, num movimento que ficou estacionado na particularidade da comunidade e não na totalidade da classe social. Embora aponte sociabilidades na contramão das relações tipicamente capitalistas, isso não significa afirmar que a potencialidade desses vínculos produzam processos de mobilização e organização comunitárias capazes de fazer enfrentamentos com o objetivo de transformar a contradição fundamental do capitalismo. Com efeito, acabam atuando na reprodução das mesmas iniquidades que as produziu, tal como pode ser observado no fatalismo. Assim, apesar de condição necessária, os vínculos comunitários não são suficientes para transformar a realidade de opressão e exploração tal como será abordado no tópico a seguir.

7.2.3. “Emprego aqui é longe demais”

Os moradores entrevistados relataram que a mudança para o Residencial foi acompanhada de uma maior dificuldade em relação a inserção no mercado de trabalho. De todos eles, apenas um afirmou que a distância não interfere argumentando que muitos já eram empregados e continuaram após a mudança. Além disso, afirmou que a sujeito que está capacitado encontra emprego em qualquer lugar e independentemente da localização de sua moradia. Com efeito, podemos afirmar que trata de uma ideologia do capitalismo que desconsidera as determinações da realidade concreta, enfatizando apenas que o sujeito e seu esforço são suficientes para ingressar e permanecer no mercado de trabalho.

Dos moradores entrevistados, apenas uma moradora relatou a oportunidade que o Residencial possibilitou, pois a residência fixa permitiu conciliar o trabalho com o acompanhamento dos filhos mais de perto. Antes trabalhava de carteira assinada, mas com a mudança resolveu abrir um pequeno negócio na sua própria residência, numa opção que não imaginava concretizar de outra forma, apenas com sua casa própria. Mas, como a maioria deles, abordou a questão a partir de um ângulo diferente.

Será este o foco que daremos nesta seção. Em um primeiro momento pretendemos iniciar com as próprias modificações pelas quais passaram os entrevistados ou seus familiares a partir de quando mudaram para o Teresina Sul, até as alterações já enquanto moradores propriamente dito do residencial.

A mudança para o conjunto foi experienciada de uma forma mais intensa para aqueles que tiveram que sair de outra região administrativa da cidade. Alguns moradores relataram que abandonaram sua antiga fonte de renda por causa da distância, uma vez que demandava muito tempo no deslocamento. Alguns chegaram afirmar que passavam duas horas no percurso em três ônibus diferentes. Além disso, pesou o fato de o empregador não querer arcar com as passagens, numa despesa que seria repassada para as famílias. Assim, a inserção no mercado de trabalho tem sido uma preocupação de moradores do Teresina Sul.

Dessa forma, pode-se afirmar que os moradores possuem certo grau de consciência dos problemas estruturais experienciados nas dificuldades do mundo do trabalho, embora não aprofundem às determinações da relação entre capital e trabalho. Mas sinalizam que as dificuldades não são de ordem individual.

É interessante que o meio de transporte utilizado para o deslocamento influencia na própria decisão em relação a permanência emprego ou percepções acerca dele. Um sujeito

relatou que o cônjuge permaneceu no emprego pelo fato de possuir uma moto. Dessa forma, o tempo do trajeto para o local de trabalho era consideravelmente menor quando comparado ao ônibus. Já aqueles que permaneceram no mesmo local de trabalho e dependiam do transporte coletivo, por sua vez, eram obrigados a dormir e acordar mais cedo com a preocupação constante de não chegar atrasado, conforme pontuado na seção anterior. Tais fatos encontram ressonância na literatura acadêmica, pois uma pesquisa nacional realizada com moradores do PMCMV, constatou que os altos custos das passagens e aumento na distância para o trabalho, fizeram com que alguns perdessem o emprego. Nestes casos, foram relatados maior dificuldade em relação à oferta de empregos quando comparadas com a situação anterior (BRASIL, 2014).

Uma moradora fez uma reflexão interessante sobre a distância, levando em consideração a perspectiva dos empregadores no momento da seleção de pessoas e os meios de transportes utilizados pelos futuros empregados. Foi afirmado que os empregadores, no geral, preferem contratar pessoas que não morem tão distante para não pagarem o vale-transporte ou evitar atrasos, priorizando ainda aqueles que possuem transporte próprio. Assim, aqueles mais precarizados pela sociedade capitalista teriam dificuldades maiores de inserção no mercado de trabalho, problematizando ainda mais o aspecto da competência profissional. Dada a relevância para discussão segue a transcrição de um trecho de sua entrevista:

“Essa área tem, eu acho que é uma das áreas que mais tem abalado as pessoas. É quando se fala no trabalho. Há muitas pessoas que não conseguem. E quando falam de quando é o local, e aí as pessoas já ficam assim ‘Ui! É longe’, ‘Ah! Depende de ônibus’. Aí “Quanto ônibus você pega e o horário?” (...) Por que o serviço é muito longe e eles não querem pagar o vale transporte né? Por que quando falam na passagem de ônibus eles preferem o que? As pessoas preferem contratar aqueles que tão na proximidade, né? E ver se o funcionário chega no horário. (...) Então isso traz muitas preocupações na mente das pessoas, por isso que a maioria dos locais onde vai empregar, eu tenho observado isso, eles preferem é quem tem transporte, né? Por que eles veem que há uma facilidade pra chegar né? E aqueles que não tem eu creio que fica por último. Fica mesmo. (D, 38 anos)

A questão do tempo e a necessidade do cumprimento do horário no serviço acabam ganhando outros contornos quando se leva em consideração os efeitos das distâncias. Trata-se dos trabalhos noturnos por causa da volta do serviço para casa. A redução da frota de ônibus e a violência (pois ficam mais expostos com o tardar da noite) são mediações que interfere na decisão deles. Em último caso, acabam por “optar” pela desistência do emprego. Com efeito, não se trata de uma simples dimensão da capacidade laboral que determina ou não a inserção no mercado de trabalho, mas fatores da realidade concreta que vão além do sujeito, diferentemente do primeiro posicionamento abordado neste subtópico.

Os efeitos da segregação socioespacial em relação ao mercado de trabalho se manifestam também no fato de ser uma região com pouca oferta de emprego, com forte predomínio de áreas residenciais. Apesar de haver indústrias na proximidade, muitos moradores não teriam qualificação necessária ou experiência, tal como chegou a ser relatado. Por fim, ressalta-se a dificuldade em decorrência do afastamento da rede social que amplia as possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Um morador relatou que em sua antiga moradia ele estava próximo de diversos estabelecimentos comerciais e contatos pessoais constantes que poderiam ser acionados mais facilmente para intermediar algum trabalho para as filhas. Tal aspecto pode ser verificado no trecho a seguir:

Tem hora que eu penso, Leandro. Tem hora que eu penso por ser mais difícil. A e te tem que ser direto. Tem hora que eu penso. Inclusive eu já comentei com elas. Será que algumas vezes...será se a gente tivesse lá, talvez um empreguinho ali, talvez seria mais fácil. Porque lá, além de tudo, lá a gente já tinha muitos conhecidos, tanto com as pessoas de classe média e como aquelas pessoas de classe mais alta. E os comerciantes a gente já conhecia bastante, que foram vintes anos, como eu acabei de falar. E ali a gente morava quase no centro. Não tem jeito para a gente não conhecer, não tá se encontrando. Eu vejo isso. (J, 60 anos)

Este trecho aponta para uma espécie de cultura do mercado de trabalho, no sentido de que o conjunto de relações sociais que o indivíduo estabelece acaba sendo um critério importante de contratação. Assim, relativiza mais uma vez a questão da qualificação profissional como requisito suficiente, independentemente de outras mediações, como a dimensão dos contatos pessoais. Portanto, se a segregação socioespacial promove um enfraquecimento das relações sociais, podemos visualizar o impacto na inserção do mercado de trabalho por meio da fragilização da própria rede social dos moradores.

Assim, a segregação socioespacial vai impondo barreiras para a manutenção ou acesso ao mercado de trabalho, interferindo na reprodução social das famílias. Por isto, faz-se necessário a realização de projetos de geração de renda ou capacitação dos moradores, e fortalecimento do tecido social do próprio Residencial e do seu entorno, levando em consideração a potencialidade do território, por meio de um maior investimento nas políticas setoriais. As dificuldades em relação às vagas nas creches, por exemplo, impedem muitas mães de se inserirem no mercado de trabalho.

7.2.4. “Eles não pensaram nas pessoas”

O fator distância presente na segregação socioespacial produz impactos subjetivos nos moradores das mais diversas formas. Para superar esta dimensão do espaço, por assim dizer, é

preciso um tempo maior para a realização dos deslocamentos. Por sua vez, a maior quantidade de tempo dispendido para atravessar pontos distantes na cidade de maneira rotineira tende a produzir cansaços frequentes. Tal estado é ampliado quando levado em consideração a situação do transporte público, abordado em outro tópico. Com ônibus lotados, os moradores realizam o percurso de pé por falta de cadeiras para sentarem-se, deixando o trajeto mais cansativo ainda. Representando uma fala recorrente nas entrevistas, destaca-se o trecho a seguir:

(...) então a gente chegava em casa, mesmo que a gente quisesse até ficar fora ou fazer alguma outra atividade, a gente já não tinha condições por conta do desgaste físico, cansaço excessivo de ônibus. Só chegava mesmo aqui a noite mesmo. Eu mesmo, ‘teve’ vez de chegar aqui nove horas da noite e com chuva (A1, 40 anos)

Por causa do cansaço excessivo, os moradores acabavam reduzindo suas atividades cotidianas, seja dentro de casa como também de socialização com os demais moradores. Ampliando a discussão, podemos afirmar que este efeito da segregação socioespacial pode produzir também impactos na motivação (volição) dos sujeitos. Alguns deles deixam de realizar determinadas atividades quando levam em consideração a distância, o tempo e o dinheiro gastos para realizar. Uma moradora relatou, por exemplo, que se sentiu desmotivada para realizar as atividades rotineiras e que julgavam prazerosas e interessantes, pois teria que passar o dia todo fora de casa, numa situação diferente ao que estava acostumada em seu antigo bairro tal como afirma:

E me desmotivou, né? Porque eu ia e vinha muito rápido [comparando com sua antiga moradia]. Então eu moro aqui em Teresina, mas eu sou muito calorenta. Eu não gosto de passar muito tempo fora. E aqui pra gente fazer alguma coisa, a gente tem que passar o dia fora. Então, a gente saía cinco horas, né? Pegava o primeiro ônibus e chegava 11 da noite. E isso de certa forma me deixa assim, muito mal, né? Até eu me adaptar. Até levar as coisas pra universidade: pra tomar banho, almoçar, fazer uma refeição, dar uma... descansar a mente um pouquinho. Então para mim me atrapalhou muito. (E1, 26 anos)

Outro aspecto que merece atenção diz respeito à preocupação de não se atrasar nos compromissos. Apesar do esforço realizado para evitar, os atrasos independiam dos moradores. Caso não conseguisse pegar o ônibus no horário previsto, já tinha quase certeza de não chegar no horário, pois demora a passar o próximo. Foi relatado situações de insônia, pois dormiam preocupado com ônibus para evitar reclamação por parte do patrão. Neste sentido, tal condição causava stress, preocupação e até mesmo angústia nos trabalhadores.

A preocupação com o atraso pode promover mudança nos valores dos sujeitos e rebaixamento do padrão civilizatório em algumas situações. Para não perder o ônibus, principalmente no Terminal de Integração, acontece de os usuários do transporte coletivo

fazerem de tudo para não perder o ônibus. Há situações nas quais passageiros empurram os outros, incluindo idosos, pessoas com deficiência e mulheres com bebê de colo. A falta de gentileza ou a não concretização da preferência disposta em lei, é relatada no trecho a seguir:

Então tu tem que sair mais cedo e aí a batalha é ainda maior no Terminal, porque tu 'Pô! Eu tenho que chegar, não posso me atrasar .Não posso me atrasar! Meu patrão vai brigar, meu não sei o que'. É um empurra-empurra. (...) Tem gente lá, tem idoso cara, sabe? Tem, tem grávidas e tal e o pessoal não quer saber. Eles querem chegar no horário. Então é empurra-empurra, ninguém se meter no meio sabe? É uma confusão atrás da outra. Muito complicado. (E2, 25 anos)

Pode-se dizer que tal situação é um efeito da ideologia dominante das sociedades capitalistas. A difusão de esquemas valorativos e cognitivos baseados na competitividade determinam as formas de pensar, sentir e agir, independentemente da classe social no qual se encontra inserido. As práticas de solidariedade e de respeito para com os outros são rebaixadas na “luta pela sobrevivência”. O acesso aos poucos recursos (baixa quantidade de ônibus para atender a demanda) é disputado, pois o atraso pode significar reclamações ou até mesmo desemprego por justa causa quando constante. De acordo com Martin-Baró (2017c), aliás, o individualismo é decorrente de um pensamento conformista, sendo um mecanismo de reprodução da realidade social excludente, cujo efeito é a naturalização dos fenômenos sociais. Ou seja, não existe uma reflexão sobre as mediações que produzem a precariedade dos transportes públicos, para a partir daí buscar melhorias para uma coletividade. Uma postura individual, pelo contrário, é uma alternativa que não transforma o problema experienciado.

A sensação de insegurança e desproteção é outro aspecto que foi analisado pelos moradores como algo ampliada diante da distância do Residencial. O fato de morarem em local afastado reduziria as rondas ostensivas realizadas pela polícia, como também demora mais tempo para a viatura chegar quando solicitada após uma violência praticada na comunidade. Com efeito, tal aspecto não apenas reduziu a sociabilidade entre os moradores, ficando mais restrito dentro de suas próprias moradias, como também produziu maior desconfiança entre as pessoas. Um transeunte qualquer pode ser considerado como um bandido em potencial, especialmente com o avançar das horas.

Dessa forma, percebe-se que implicações da segregação socioespacial são sentidas pelos moradores no corpo, sentimentos, mudanças de valores e nas formas de se relacionarem entre si, fragilizando ainda mais o trabalhador. As distâncias em relação à sua rede de apoio, redução da capacidade protetiva do Estado (abordada no capítulo anterior) e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho reduz os horizontes alternativos à tal realidade. Produz, com

efeito, o fatalismo e a possibilidade de transformação desta realidade. Tais aspectos, por sua vez, serão melhor analisados no tópico a seguir.

7.3 Relações comunitárias e políticas dos moradores

O processo de mudança para o Teresina Sul promove implicações no conjunto de relações sociais que os sujeitos estabelecem entre si voltados para a mobilização e organização sociopolítica tendo em consideração os problemas experienciados por eles no seu cotidiano. Por sua vez, um conjunto de mediadores atuam neste processo tanto no sentido de favorecer ou criar barreiras para que consiga promover transformar efetivas na realidade concreta. Neste sentido este tópico aborda o terceiro núcleo de significação, intitulado “Relações comunitárias e políticas dos moradores”, composto por três indicadores: 1) “Pessoal só se importa no que se convém”; 2) “A obrigação é do presidente da associação”; 3) “Os políticos são um negócio sério”. O conjunto dos pré-indicadores e os próprios indicadores podem ser visualizado no Quadro 13.

Quadro 13: Núcleo de Significação “Relações comunitárias e políticas dos moradores”

PRÉ-INDICADORES	INDICADORES
<ul style="list-style-type: none"> - Devem se organizar em qualquer lugar - Interfere negativamente na mobilização dos moradores - Deveria ser fator de mobilização - Falta de tempo para a luta - Não costumam participar das reuniões - Preocupação pelo seu sustento imediato - Culpabilizam o poder público pela falta de serviços - Devem provocar o poder público - Equipe da UBS foi a luta dos trabalhadores - Ser de conjunto e não de vila influencia na mobilização 	<p style="text-align: center;">“PESSOAL SÓ SE IMPORTA NO QUE SE CONVÉM”</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Lideranças desmobilizam a própria comunidade - Necessidade de uma liderança para mobilizar - Limites e descrenças em relação às lideranças 	<p style="text-align: center;">“A OBRIGAÇÃO É DO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO”</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Falta de planejamento - Abusos de quem organiza o sistema de transporte - Fiscalização pouco eficiente - mães sem matrícula do antiga creche, pela proximidade de inauguração creche do Residencial - Não amplia a oferta com a chegada de novos conjuntos 	<p style="text-align: center;">“OS POLÍTICOS SÃO UM NEGÓCIO SÉRIO”</p>

Este tópico apresentou um esforço para responder ao terceiro objetivo específico desta pesquisa, relativo à participação sociopolítica dos moradores. Analisou as experiências de mobilização e organização comunitárias diante da realidade concreta de segregação socioespacial. Apresentou, portanto, diversas mediações que interferem neste processo como as entidades representativas dos moradores e a atuação dos políticos. A partir daí, busou-se realizar uma reflexão sobre as implicações psicossociais, destacando aspectos como o movimento da consciência dos moradores e mediações que interferem neste processo tal como o fatalismo. É importante destacar que alguns elementos não são exclusividade do fato de morarem num espaço distante e com baixa densidade de equipamentos públicos, mas que são singularizados, por sua vez, por tais fatores.

Assim, este tópico está dividido em três sessões. A primeira aborda a experiência dos moradores, enfocando as dificuldades de mobilização e organização comunitária, embora apresente experiências coletivas de lutas. Os dois tópicos seguintes apresentam dois mediados importantes neste processo, a saber: entidades representativas e a intervenção do poder público.

7.3.1 “Pessoal só se importa no que se convém”

Esta seção aborda as relações sociais e comunitárias dos moradores do Teresina Sul, enfatizando a dimensão da participação sociopolítica. Articulou os indicadores “Pessoal só se importa no que se convém” e “A obrigação é do presidente da associação” para responder o terceiro objetivo específico dessa empreitada. Focaliza na atuação dos sujeitos na reivindicação de seus direitos ou nas barreiras que dificultam a transformação da própria realidade no qual estão inseridos ou da sociedade capitalista como um todo.

De uma maneira em geral os moradores afirmaram que a comunidade não tem o hábito de se reunir para discutir sobre os principais problemas que enfrenta e procurar estratégias de superação, conseqüentemente. De maneira específica, pontuaram que não costumam realizar abaixo-assinado ou procurar os meios de comunicação para fazerem denúncia de sua situação, apesar de reconhecer que o poder público costuma intervir quando as demandas são noticiadas. Além disso, a experiência acumulada de diálogo com o poder público demonstrou até então que não adianta reivindicar demandas de forma individual, sendo necessário um grupo organizado com o objetivo de demonstrar que se trata de um problema coletivo e que a comunidade está mobilizada politicamente. Dessa forma, podemos afirmar que embora o

movimento da consciência em direção ao reconhecimento dos problemas vivenciados e da necessidade de reivindicação perante o Estado seja uma condição necessária, não tem sido suficiente para concretizar uma mobilização coletiva. Existem fatores de ordem objetiva e subjetiva que atuam neste processo.

Os próprios moradores reconhecem que o fato de ainda não ter serviços públicos (como a construção da creche e UBS que se arrasta há bastante tempo) funcionando na comunidade é um indício da falta de organização política da comunidade. Ressaltaram que muitos conjuntos residenciais mais novos já conseguiram trazer os equipamentos sociais para seus territórios em decorrência da mobilização comunitária. Uma entrevistada afirmou que mesmo morando num programa de moradia com prestações acessível, os moradores permanecem com os demais direitos, devendo ser cobrado. Quando isso não acontece, as melhorias para o Residencial demoram para se efetivar, como foi expresso no trecho a seguir:

Mas se você não tá se mexendo, os órgãos públicos tá achando que tá todo mundo muito bem; que tá todo mundo bem acomodado, tá sendo bem assistido, que na realidade não tá. (...). É porque realmente tem que lutar, tem que lutar. Agora se é... comodismo: não faz as coisas acontecer. Não faz. Porque a gente sabe que existe os serviços públicos, as vezes não funcionem que a gente deseja que funcione que a gente quer esse que tivesse aqui tudo bonitinho, mas se a gente não lutar, não ir atrás, a demora é maior. (...) Tem comunidade aí que foi entregue depois do Teresina Sul e tá mais bem desenvolvido. Tá mais bem desenvolvido. (A1, 40 anos)

Sobre os fatores que atuam na capacidade de organização dos moradores, os entrevistados apontaram diversas mediações, que variaram desde questão de ordem individual até aspectos mais sociais. Na perspectiva dos próprios moradores, uma entrevistada afirmou que as pessoas estão mais preocupadas em garantir seu “sustento”, enquanto uma realidade concreta experienciada diante das desigualdades impostas pela sociedade capitalista. Como muitas vezes chegam cansados em casa, acabam não se interessando nas mobilizações coletivas, conforme afirmado no trecho abaixo:

Por conta de muita gente tá... se preocupar e se atentar só trabalho que são longe, o cansaço de não querer lutar por coisa, porque tá querendo garantir o fora: o emprego fora. As pessoas que já trabalham já chegam não se interessam, falta de interesse mesmo. (...) Porque as pessoas não têm aquele como discutir, como se organizar, porque o horário de um não bate com o de outro. Hoje você pode ir, amanhã só meia dúzia (G, 28 anos).

Outra situação diz respeito à questão de gênero, uma vez que foi abordado que o fato de ser mãe solteira pode dificultar uma participação mais constante nas reuniões devido o cuidado com os filhos. Teve relato também de pessoas que afirmaram sentirem-se motivadas a participar desses momentos com o objetivo de conhecer o que está sendo feito ou não,

embora fiquem indignadas quando algumas pessoas utilizam esses espaços para ficarem falando mal da vida do outro. Outros comentaram que participaram algumas vezes, mas desistiram por ser algo parado e com brigas internas.

Já do ponto de vista das entidades representativas existentes na comunidade a participação da comunidade é baixa pois os moradores não comparecem para as reuniões, apesar destas não serem constantes ou prolongadas. Em um tom de crítica foi afirmado ser comum situações em que os moradores chegam a faltar o trabalho ou ao menos chegam atrasados para participarem da reunião do Programa Bolsa-Família, sob risco de perder o benefício, mas não se envolvem de tal forma das reuniões para tratar de assuntos coletivos. Outra entrevistada ponderou ser uma questão de comodismo esperando que “tudo caia do céu”. Mais uma vez é importante ressaltar que as dificuldades decorrentes da exploração do trabalho pelo capital impõe um conjunto de limitações concretas para a classe trabalhadora, que precisa lutar para sua reprodução simples, inclusive.

A sensação de desânimo nos membros das entidades representativas é ampliada quando levada em consideração que a dificuldade de organizar e mobilizar social e politicamente os moradores ocorre apesar das diversas estratégias utilizadas. Afirmaram que costumam utilizar de carro de som, no entanto, os moradores que passam o dia fora do Teresina Sul relataram desconhecer qualquer aviso, sugerindo que pudessem ser distribuídos convites. Ou seja, tais aspectos podem indicar a contradição do processo no sentido de talvez seja preciso realizar estratégias de mobilização condizente com a realidade do Residencial, embora tal perspectiva precisaria ser melhor analisada. Por fim, representantes da associação de moradores destacaram que aproveitam as comemorações de atividades festivas para se aproximarem dos moradores, uma vez que os moradores aparecem em maior quantidade.

Outro aspecto que influencia na baixa mobilização dos moradores está relacionado com o fato de que as pessoas costumam participar apenas quando têm um interesse particular, tal como receber dinheiro, brinde ou cesta básica. Tal fato foi revelado tanto pelos moradores quanto pela associação de moradores. No entanto, não se mobilizam diante de causas coletivas. Observa-se que esta forma de participação condicionada exige uma contrapartida da própria entidade representativa para garantir a participação. A luta por causas coletivas parecer não ser suficiente para garantir a participação, conforme pode ser visualizado no diálogo a seguir:

C: Ah! Se for dado dinheiro, se for dado cesta básica. Se for não sei o quê... Mas se não for nada, só pra falar, a pessoa vai dizer. É igual quando tem reunião de colégio... Ah! Eu não vou pra reunião 'reia' besta, mesmas coisas. Mas na hora de dizer assim: 'Vai ter reunião do Bolsa-Família. Pronto! (...). Por que a pessoa só vai

pelo interesse. A pessoa não vai por outro motivo. E mesmo imaginando que ali vai se beneficiar com alguma coisa. Mas a pessoa não vai não. Não vai de jeito nenhum.

Entrevistador: Um benefício como um postinho seria um interesse da comunidade. Você acha que isto não seria fator?

C: É... Mas não vai!

Este fato repercute negativamente na própria associação ou nos conselhos comunitários. Por sua vez, as entidades representativas buscam ampliar o entendimento de que é importante também nestes espaços a divulgação de informações, como por exemplo, aqueles relacionados sobre direitos e formas de acessos à determinados benefícios sociais. Assim um trabalho de conscientização ou de disseminação de acessos à direitos não seria levado com a devida importância pelos moradores de uma maneira em geral.

Por sua vez é importante pontuar a contradição existente neste processo uma vez que o movimento da consciência não ocorre de forma direta e individual. É necessária a mediação de uma instância coletiva de organização da classe trabalhadora, ou dos moradores num sentido particular. No entanto, as entidades representativas não têm atuado (pelo menos ainda) nesta perspectiva. Ao que parece, eles estão vinculadas politicamente ao mesmo grupo que pertence o atual prefeito da cidade. Podemos afirmar que trata-se de uma estratégia de luta busca trazer benefícios para a comunidade na forma de articulação e conciliação com os gestores e não por meio da mobilização da base voltadas para movimentos coletivos de reivindicação. Tal aspectos parece fundamental na compreensão deste processo.

Se aprofundarmos um pouco a discussão, perceberemos com a ideologia dominante do individualismo determina a consciência dos moradores, disseminando valores, esquemas cognitivos e sociabilidades tipicamente burgueses. As ações dos moradores são avaliadas a partir do ganho individual e não necessariamente numa perspectiva da comunidade ou até mesmo de classe social, capazes de mobilizá-los para a organização sociopolítica. Tais situações que impedem o movimento da consciência, consentindo com a realidade concreta de exploração e opressão. Imersa na cotidianidade esperam por melhorias de forma passiva, tal como pontua Iasi (2006). A estagnação deste movimento, com efeito, atua na reprodução da sociedade capitalista.

Outro aspecto interessante da baixa participação dos moradores surgiu em duas entrevistas que abordaram que as constantes experiências de frustrações dos moradores diante de suas reivindicações desmobilizam a luta. Cria-se uma espécie de sentimento de que não adianta envidar esforços com o objetivo de se mobilizar nas lutas, pois não conseguem visualizar nenhum resultado positivo, por meio de suas experiências concretas. Como as ações

anteriores não trouxeram benefícios concretos acreditam que as futuras mobilizações tendem para o mesmo desfecho. Com efeito, preferem nem começar e criar expectativas.

O sentimento de impotência e redução na capacidade de mobilização e luta de classe são expressões do fatalismo. Os próprios moradores vão incorporando na sua forma de viver que não adianta se organizarem politicamente, produzindo posturas conformistas e de submissão. De acordo com Martin-Baró (1973) a dominação e opressão material ocorrem em nível psicológico produzindo sentimentos paralisadores em relação a um projeto existencial de maior envergadura ou até mesmo coletivo. As condições históricas de possibilidade tendem a reduzir as expectativas do sujeito em relação a sua própria realidade.

No estudo sobre a formação da classe operária inglesa, Thompson (1987) ponderou que a consciência de classe surgiu quando a experiência de interesses antagônicos ao de outra classe social foi traduzida em termos de uma tradição, valores e formas institucionais comuns. Ao que indica tais condições não foram concretizadas na realidade dos moradores do Teresina Sul. Além do aspecto da atuação as instancias organizativas da classe, destacam-se a questão dos valores individualistas abordados anteriormente, destaca-se que as constantes dificuldades experienciada na organização sociopolítica da comunidade, não tem proporcionado uma disposição para a ação coletiva, pelo menos não de forma permanente.

No entanto, a comunidade consegue organizar movimentos reivindicatórios, apesar de todas as dificuldades. Conforme já foi relatado anteriormente, a comunidade já teve uma experiência de mobilização coletiva. O grupo de mães criado para reivindicar o transporte escolar para seus filhos foi realizado de forma espontânea, sem mediação de entidades representativas, uma vez que elas sequer existiam na comunidade naquele momento. Situação parecida aconteceu com a mobilização dos moradores diante da violência crescente no Residencial em final de 2018 quando bloquearam a BR 316. No entanto, apesar de exitosa, tal experiência não promoveu uma organização permanente ou pelo menos mais constante. Após conseguirem o objetivo imediato que almejavam, o grupo se desmobilizou.

Além desse aspecto, uma entrevistada apontou uma consideração interessante sobre a implicação das entidades representativas dos moradores sobre sua capacidade de mobilização. A entrada de pessoas que teriam se denominado de lideranças teria desmobilizados os moradores. Conforme foi relatado as pessoas acabaram esperando e colocando a expectativa de que eles organizariam a comunidade. É como se delegassem seu poder de articulação para a direção, reproduzindo as vicissitudes da democracia representativa. A seguir, um trecho que de sua fala que ilustra seu posicionamento crítico:

Entraram pessoas se denominando liderança aqui dentro e de certa forma, as pessoas esperam neles, nessas pessoas e até então a gente não vê isso. E já... já eu creio que já é a segunda pessoa que eles fazem esse grupo. Tem uns que a gente conhece, tem outros que a gente só ouviu falar, né? Eu acho que de certa forma que eles estão esperando, né? Eles falarem fazerem, alguma coisa desse tipo. (D, 38 anos)

Em sua pesquisa com pobres urbanos de Teresina, Lima (2003) destacou que diante da situação em que se encontram, os moradores de vilas e favelas pesquisados construíram várias formas de lidar com as adversidades. Alguns mantêm um sentimento de conformismo, embora possam aparecer atitudes questionadoras. Outros assumem uma postura de que se encontram numa posição melhor do que a vizinhança por ter uma renda levemente superior. Há também aqueles que acreditam que com a regularização fundiária e instalação da infraestrutura realizada pelo poder público mudará o padrão da favela substancialmente, colocando-os numa outra condição social.

Tais intervenções, contudo, atuam na naturalização dos fenômenos sociais, restringindo as alternativas possíveis diante da situação de injustiças e desigualdades sociais. Assim, a inibição da consciência como construtora da realidade não promove uma imaginação para transformar a realidade (RODRIGUEZ, 2015). Particularizando a discussão para a questão habitacional podemos afirmar que a de luta dos trabalhadores acaba se circunscrevendo em torno da moradia ou melhorias habitacionais e não da transformação da realidade opressora e injusta, conforme afirmou Rodrigues (2007). Com efeito, os moradores passam a determinar as lutas a partir das dificuldades experienciadas no espaço em que vivem e não mais na condição de classe social. Os próprios valores da democracia e dos direitos interferem no movimento da consciência dos moradores do Teresina Sul em direção à consciência revolucionária, pois seu horizonte de expectativas são as melhorias imediatas.

Aprofundando as implicações da segregação socioespacial na participação sociopolítica dos moradores é importante abordar outro ponto de vista acerca da distância geográfica. Embora tenha sido afirmado que a distância é um fator que interfere pois os moradores chegam em casa mais cansados, a concepção de que predominou é que não interfere, tendo sido pontuado que pode estimular a própria mobilização, inclusive. O fato de morar num território com baixa densidade de equipamentos públicos, pelo contrário, deveria estimular a participação dos moradores no sentido de reivindicar por melhorias.

De acordo com Silva (1989) a segregação no espaço urbano produz um impacto na consciência de classe. De um lado, devido à distância física, sobra pouco tempo para a mobilização de assuntos dos interesses de classe. De outro, as lutas sociais acabam sendo pautadas pela singularidade do espaço em que vivem, e não em função da condição de classe

social, fragmentando a unidade da luta de classe. Ou seja, as maiores distâncias para o local de trabalho não apenas encarecem os custos com a mobilidade urbana, mas coloca o morador dessas áreas com menor disponibilidade de tempo para participação em reuniões com a comunidade, tendo a desvantagem de interferir nos rumos da cidade.

Ao realizar uma análise sobre os moradores do conjunto habitacional Dirceu Arcoverde construído pelo Estado em Teresina, Souza Neto (2015) identificou que o fato das moradias terem sido construídas em áreas onde não havia infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos para atender as necessidades dos moradores criou uma identidade reivindicatória entre eles. Os moradores tiveram que se organizar e lutar para trazer benefícios urbanos para a comunidade. No entanto, é importante ressaltar uma diferença entre ambos, pois o Teresina Sul foi entregue com uma melhor infraestrutura, com adequado fornecimento de energia elétrica e água encanada. Dessa forma, podemos refletir que moradores possuem um determinado nível de tolerância, por assim dizer. Quando eles possuem condições consideradas mínimas, precariedades de outras ordens não são suficientes para promover a movimentos de organização e reivindicação.

Retornando a discussão sobre a distância, podemos afirmar que os moradores poderiam lançar mãos de outras estratégias para manter a comunidade mobilizada. De acordo com uma moradora, como nem todos da família necessariamente trabalham ou estudam fora do Residencial, as entidades representativas deveriam se focar naqueles com maiores possibilidades de participar. Se na hipótese de apenas uma pessoa do casal trabalhar fora, por exemplo, o cônjuge pode ser estimulado a participar:

Mas em termos de pessoas a ajudar a associação, a comunidade: primeiramente que não seria um trabalho que seria feito todos os dias com os moradores, né? Então assim, se na casa tem quatro membros e um trabalha fora, que que a gente ia focar? Que que a associação tem que focar? Aquele que fica em casa: ‘Oh você passa o dia em casa, vai ter reunião, seu esposo tá no trabalho, pois vai ter reunião da associação tal dia, tal hora, vai lá vai ser interessante!’ A associação vim, cadastrar, fazer aquela busca ativa de porta em porta. (...) Então é assim, é a questão mesmo de dinâmica mesmo da própria associação mudar a estratégia de trabalho dele.” (A1, 40 anos)

A questão da segregação socioespacial foi problematizada por um entrevistado que colocou que o mais importante não é a distância em si, mas a história do conjunto. A partir de suas experiências em movimento de moradia anteriores (da época em que morava em terreno de ocupação), outro morador reiterou a importância da organização comunitária para lutar pelas melhorias, por meio da provocação ao poder público. No entanto, avalia que esse posicionamento não ocorre no Teresina Sul. De acordo com ele, isto acontece pelo fato de morarem num conjunto habitacional construído por meio do Estado, e não numa vila

construída pelos próprios moradores. Existiriam neste processo dois elementos fundamentais que acabam acomodando os moradores. De um lado, as pessoas pensam que o Prefeito já conhece as demandas dos moradores e que, portanto, não precisam manifestar ou reivindicar, pois quando for possível serão construídos os equipamentos e serviços. Do outro lado, os moradores encontram um lugar com uma estrutura razoável de moradia, como água encanada, fornecimento de energia elétrica, ruas asfaltadas, etc. No entanto, ele acredita que a mobilização deve ser realizada em todo lugar, conforme verifica-se no trecho a seguir:

Eu acredito que isso se dá pelo seguinte fato, porque eu já tenho escutado em outros locais, principalmente onde eu morei antes, pessoas que moram em conjunto dizer assim ‘Ah! Mas eu moro em um conjunto. Eu não preciso de tá cobrando nada não. O prefeito sabe’. Sabe? Ainda tem isso. Pessoas que moram em conjunto acha que não precisam reivindicar nada, não precisam se organizar. E aí ao mesmo tempo eles dizem assim ‘Em vila tal, a gente só vê passar na televisão o pessoal se organizando e cobrando’. Bom, tá aí um espelho, né? Porque que não compreende que tem que ser daquela maneira, porque organização, ela não é só em vila e favela que se dá. Ela tem que dá em todo local, tá certo? Se um bairro desse aqui que é um conjunto habitacional bem urbanizado já, eu digo, pavimentação poliédrica e tudo, né? calçamento, asfalto... e as pessoas não se interessam: não vai ter nada nunca. Tem que ser algo organizado da mesma forma que uma vila e favela se organizam. (...) O que tá faltando é isso: as pessoas se acomodam por conta disso. Que veio morar aqui, tem água, tem energia: pronto! Acha que tem tudo. As outras coisas o prefeito tem que botar por conta dele. E a gente sabe que não é assim. O poder público trabalha com provocação. Se não tiver uma provocação pedindo um benefício, ele vai fazer como? como é que vai fazer? (A2, 53 anos)

Kaztman (2010), por exemplo, destaca que os bairros criados por iniciativa do Estado têm menor capacidade organizativa do que aqueles oriundos de experiências coletivas de ocupação. Ou seja, de acordo com o pesquisador a história de construção um bairro influencia de fato na sua relação com o restante da sociedade. No entanto, deve ser levado em consideração a provisão de certas necessidades consideradas como básicas na perspectiva dos moradores.

Outro aspecto interessante sobre as mediações que interferem no processo de organização e mobilização comunitária relatados pelos moradores, dizem respeito aos candidatos e pessoas que ocupam cargos públicos eletivos. Embora a discussão a esse respeito pudesse ser bem mais ampla, focaremos naquilo que foi abordado durante as entrevistas. Foi relatado que muitos moradores acabam votando em certos candidatos porque eles prometem construir os muros de seu terreno e, não muito tempo depois, chega um caminhão descarregando o material necessário. Dessa forma, as pessoas acreditam que quando eleito tal candidato irá construir mais benefícios para comunidade (que no caso específico do Teresina Sul era a inauguração da creche e da UBS). No entanto, a mesma pessoa ponderou que quem pensa assim, não pode sequer cobrar as promessas realizadas durante o período eleitoral, pois

afinal, o voto comprado já teria sido pago de certa forma, conforme pode ser visualizado no trecho a seguir:

Chega o candidato: ‘Olha vota em mim porque eu vou fazer seu muro. Vou lhe dar mais segurança, você vai ficar...’. Aí o cidadão vai lá e vota nele, porque ele construiu o muro dele. . Porque ele ganhou a casa mas não tem condições de construir o muro. (...) No outro dia amanhece lá uma carrada de areia, outra de tijolo. Aí vai enganando. Aí vai construindo. “Não! Se ele fez isso por mim eu vou votar é nele porque ele vai fazer o posto. Vai trazer escola’ E não é. E na verdade a pessoa não se toca que ela vendeu, então. Ela vendeu o voto dela. Ela vendeu o direito dela cobrar por uma coisa que ela já foi paga. Como é que eu vou cobrar por uma coisa que eu já recebi Que eu já fui poaga por aquilo. Tem pessoas assim né? . Infelizmente ainda existe assim (G, 28 anos)

Podemos fazer uma ponderação sobre as implicações psicossociais dessa forma de atuação da classe política. A prática de “compra de votos” além de ter uma conotação moral ou legal, onde candidatos corruptos acabam sendo eleitos, (re)produz determinadas formas de organização política dos moradores. Sob esta perspectiva, podemos afirmar que ela produz uma desmobilização dos trabalhadores enquanto classe, pois reforça as necessidades individuais que eles possuem e o seu devido atendimento realizado de forma privada, com a escusa mediante pagamento ilegal. Ou seja, amplia ainda mais o individualismo já existente na sociedade capitalista em detrimento de ações coletivas. Quando analisada na perspectiva do movimento da consciência dos moradores podemos afirmar se tratar de uma barreira que que dificulta a transição. Como afirma Iasi (2006), a estagnação na consciência-em-si, promove a prevalência dos interesses individuais e um consentimento a ordem, mesmo que injusta e opressora.

Assim, a segregação socioespacial produz diversas implicações nas relações sociais influenciando na capacidade de organização e mobilização sociopolítica. É importante ressaltar que a postura individualista no qual o sujeito busca sempre benefícios pessoais em detrimento da coletividade é uma determinação do modo capitalista de produção, e um dos pilares da sua ideologia dominante, tal como afirmando nos clássicos da Economia Política, a exemplo de Adam Smith. Com os moradores do Residencial isso não ocorreu de maneira diferente, uma vez que a ideologia individualista da classe dominante foi assumida como se fosse uma ideologia surgida a partir da sua condição de classe trabalhadora. Pode-se afirmar, portanto, que esta atomização ou individualização da realidade social, portanto, se concretizou na realidade estudada.

Com efeito, deve-se levar em consideração a historicidade do processo analisado, sob o risco de promover uma naturalização, mesmo que de outra ordem. Conforme foi destacado anteriormente, o próprio fato do Residencial ser um produto de uma intervenção estatal,

(mediante uma política pública habitacional e não decorrência da luta de moradia empreendida pelos trabalhadores) parece interferir neste processo. Além disso, existem outras mediações como a questão de uma expressão possível da democracia representativa, centralizada na figura do presidente da associação, e a intervenção do poder público. Ambas dimensões serão analisadas nos próximos tópicos de maneira específica, uma vez que foram bastante abordados pelos moradores entrevistados. Ressalta-se que em ambas, foi utilizado como espécie de desresponsabilização dos próprios sujeitos diante da realidade experienciada.

7.3.2 “A obrigação é do presidente da associação

A história de lideranças comunitária no Teresina Sul teria se iniciado logo após a mudança. Houve uma moradora que exerceu essa função e foi bastante citada durante as conversas informais, mas em decorrência de razões pessoais ela se mudou do Residencial. De acordo com os relatos ela teria tomado a frente do que seria a associação dos moradores, embora na época não fosse legalmente reconhecida. Ela articulou diversas atividades e cursos. No entanto, foi afirmado que apesar de ser uma pessoa com disposição para organizar os moradores, ela não teria ainda experiência para manter a unidade do grupo, que foi se esvaziando aos poucos. Apesar disso, o fato curioso é que o nome dela ainda é presente, apesar do tempo que saiu do conjunto, e o mesmo não ocorrendo com as pessoas atuais. Dessa forma, podemos refletir (sem realizar um julgamento de valor) sobre a capacidade de concretização das pessoas que encontram atualmente na liderança. Numa espécie de comparação, a primeira parece que teve uma atuação mais significativa.

A relação entre as entidades representativas e os moradores é marcada por certo distanciamento entre ambas, expresso de várias formas. De uma maneira em geral os moradores reclamaram que as lideranças nada ou pouco fazem para buscar melhorias para a comunidade. Uma moradora afirmou saber a respeito delas, embora não conheça quem são as lideranças ou nem percebe a mobilização ou convite para participar de reuniões. Nesse mesmo sentido, outra entrevistada afirmou que se fazem alguma coisa é entre eles (no sentido de que não amplia para a comunidade), e que haveria pessoas que se intitularam representantes, como quem questionasse o processo de eleição. Além disso, pensam que a baixa mobilização ocorreria pela falta de interesse das associações em interagir e envolver a comunidade. O trecho a seguir é bastante representativo :

Eu não conheço exatamente, mas ou menos né? Sabemos que é, mas não de tentar, de falar, não, sobre isso não. Mas existe umas pessoas aí que se denominam lideranças daqui de dentro, mas não é colocado o povo pra sentar, convocar a comunidade pra falar sobre o que o bairro necessita, o que devemos fazer, essas coisas, não. Não existe isso. Sabemos que existe essas pessoas, se fazem alguma coisa é entre eles, né? (D, 38 anos)

Já na perspectiva das lideranças formais do Teresina Sul foi ponderado que os moradores ficam mais na crítica e cobrança da atuação da presidente, embora eles mesmos não participem das atividades quando convocados, de uma maneira em geral. Assim, podemos afirmar que essas divergências indicam pelo menos pouca aproximação entre a direção e sua base, exceto na forma de cobrança de ambos os lados. Tal posicionamento pode ser visualizado no trecho a seguir:

É difícil. Às vezes fica só crítica. O problema daqui, às vezes é isso. O conjunto, às vezes, não melhorar é exatamente por isso. (...) mas a comunidade não se une, não se junta em relação à isso. Às vezes fica só, cobrando, cobrando, cobrando da comuni... da presidente, por exemplo, e não ajuda. Você convida até para uma reunião para alguma coisa e eles não vem. É difícil você fazer uma reunião, chamando eles pra resolver um problema assim, e fica difícil (B, 50 anos)

Quase todos os moradores do Teresina Sul ressaltaram o papel e importância das lideranças comunitárias para a mobilização e organização dos moradores. Podemos afirmar que existe uma delegação de responsabilidade exagerada no sentido de que eles depositam uma elevada expectativa de atuação das lideranças ao mesmo tempo em que se exime do compromisso de se juntar ao movimento. É colocada como se fosse uma responsabilidade (quase pessoal) do presidente das entidades representativas, de forma que se a comunidade não se desenvolveu ainda é por causa de sua atuação. Sobre esta dificuldade, um morador ressaltou que:

Então as pessoas têm muito essa cultura ainda de dizer que: 'Não vou me organizar pra ir cobrar não. A obrigação é do presidente da associação. É, mas a obrigação é dos moradores ajudar ele. Se não ajudar não vai pra frente de jeito nenhum entendeu? Pode até ir, porque às vezes a pessoa consegue um apadrinhamento político, porque tem político ainda que tem interesse de ajudar e ajuda. Às vezes, mas nem sempre acontece assim. Aí tem essa dificuldade. (A2, 53 anos)

Podemos fazer uma reflexão sobre as implicações da democracia representativa no posicionamento sociopolítico dos moradores. Os sujeitos eleitos para as entidades representativas dos moradores possuem apenas a função de representar os interesses e direitos de seu grupo perante o restante da sociedade, principalmente na articulação com o poder público e resistências diante dos interesses antagônicos. Nestes casos, o exercício do poder ocorre de maneira indireta, mesmo assim deveria ocorrer de forma mais explícita e concreta e um constante diálogo com a base. Na prática o que se observa é uma delegação quase total de

poder de tal forma que os próprios os sujeitos que não fazem parte da direção se eximem de toda e qualquer responsabilidade. Limita-se, na maioria das vezes a realizar críticas à direção, se esquecendo de que eles também são parte essencial do processo. Enquanto uma expressão do estranhamento/alienação dos moradores, a capacidade de intervenção fica condicionada pela atuação da liderança e não pela própria realidade concreta de exploração e opressão. A redução da indignação e da capacidade de transformação, por sua vez, são expressão do fatalismo.

Isso não significa afirmar que a atuação da comunidade acontece apenas a reboque das lideranças, pois a história da comunidade revela que algumas conquistas ocorreram independentemente das entidades representativas, ou pelo menos com uma atuação consistente. A implantação da uma equipe de saúde ocorreu mediante a mobilização dos próprios profissionais da UBS, que se encontravam saturada diante da elevada demanda. As outras duas foram decorrentes da mobilização espontânea dos moradores para resolver uma dificuldade pontual. Diante da falta de transporte escolar, as mães se organização para reivindicar para o poder público. Mais recentemente, os moradores manifestaram sua insatisfação para com a violência crescente na comunidade, bloqueando a BR-316.

No entanto, experiências exitosas não promoveu uma organização permanente. De acordo com uma moradora isso ocorreu, pois, o objetivo imediato foi alcançado, sendo algo pontual. E o interessante de seu pensamento é que afirmou que o surgimento das entidades representativas foi um fator que desmobilizou a comunidade, pois:

Entraram pessoas se denominando liderança aqui dentro e de certa forma, as pessoas esperam neles, nessas pessoas e até então a gente não vê isso. E já... já eu creio que já é a segunda pessoa que eles fazem esse grupo. Tem uns que a gente conhece, tem outros que a gente só ouviu falar, né? Eu acho que de certa forma que eles estão esperando, né? Eles falarem fazerem, alguma coisa desse tipo. (D, 38 anos)

Além disso, existe uma singularidade no Teresina Sul que determina os processos de organização sociopolítica dos moradores. A capacidade organizativa da comunidade é enfraquecida com a divergência que existe entre as duas entidades representativas. As brigas entre a Associação e Conselho comunitário dificultam a união entre ambas em prol de melhorias. Um entendimento entre ambas ampliaria a força política da comunidade quando de suas reivindicações para o poder público. Uma articulação no Orçamento Popular possibilitaria, por exemplo, trazer mais recursos para o Residencial. Um fato curioso é que as divergências entre ambas parecem ser de ordem pessoal, embora não foi aprofundado tal dimensão na pesquisa.

Todo esse conjunto de situações reduzem as possibilidades de superação das dificuldades enfrentadas pelos moradores. É interessante pontuar que as duas experiências de mobilização comunitária ocorreram à margem das entidades representativas e que também elas não se fizeram presentes durante as manifestações, ou pelo menos não foram mencionadas pelos entrevistados. Tal fato pode indicar uma dificuldade de mobilização permanente e não apenas diante de situações específicas, tal como ocorreu. No entanto, é importante fazer a ressalva que uma entidade representativa atuante, não indica necessariamente a permanência deste processo. A seguir será abordado a atuação do poder público, enquanto outra mediação importante neste processo.

7.3.3 “Os políticos são um negócio sério”

A intervenção do poder público foi uma questão bastante problemática, pois afeta diretamente o cotidiano dos moradores. O conjunto de críticas se abrange desde o processo de planejamento até as atuações mais recentes, como a ausência de equipamentos sociais. A demora na chegada de viaturas policiais foi considerada como uma situação de descaso do poder público. Quando questionados sobre porque ainda não existe uma Unidade Básica de Saúde e uma creche no Residencial apesar da demanda existente e do tempo de construção, as respostas sempre eram remetidas ao poder público especialmente na figura dos políticos. Eles são considerados os principais responsáveis por tal situação. A fala a seguir sintetiza a responsabilização do poder público sobre a situação em que se encontram:

Eu creio que seja um descansa muito grande do poder público de achar que tá tudo bem. No período político vem aqui e diz que vai fazer isso e vai fazer aquilo outro e não faz, e acha que está tudo bem. Aí no próximo mandato ele vem de novo aqui e acha que por isso está todo. Aí a população que se ferre. (B, 50 anos)

A falta dos principais equipamentos e serviços públicos na comunidade favorece que alguns acabem desistindo da moradia, uma vez que apenas a casa não supre todas as necessidades dos moradores. Um fato interessante é que as experiências dos moradores diante atuação do poder público produzem uma percepção e expectativa de que os serviços considerados básicos para os sujeitos não existe num conjunto habitacional do PMCMV assim que se mudam. Caso ocorram, elas são mais exceção do que a regra, reforçando ainda mais o sentimento de descaso.

Podemos fazer outro tipo de reflexões a partir do que foi exposto logo acima. Primeiramente partiremos da concepção de um morador de que o Brasil é um país muito rico

em recursos de forma que não existiria motivo plausível para a demora quanto a conclusão das obras. Apesar disso, de acordo com ele, existiria uma reclamação constante de ambos os lados, pois enquanto a população reivindica por mais equipamentos sociais e serviços de qualidade, o Governo alega falta de recursos para investir. Para não aprofundarmos muito a discussão, basta afirmar que apesar do país ser uma das maiores economias mundiais, a riqueza produzida não é socializada com grande parte da população trabalhadora, cujo fato amplia ainda mais a questão da desigualdade social. Dessa forma, surge um sentimento de indignação, tal como foi abordado por moradores.

Assim, a ausência dos equipamentos públicos foi considerada por eles como um produto de um planejamento inadequado e não algo estrutural da sociedade capitalista, principalmente de economia periférica, tal como abordado no trecho a seguir:

É desorganização do poder público. Porque, Leandro, quando eles vieram, quando eles começaram a fazer esse conjunto, aqui é mil casas. Tem o Bosque sul aqui na frente que parece que é quase a mesma coisa que o Teresina Sul. São mil e trezentos. Então, quando eles fazem isso, eles já estavam certos que esse pessoal que vinha pra cá são mil moradores, são mil casas. Cada casa dessas com cinco pessoas. É quantas pessoas? Mil casas, mil vezes cinco: é muita gente. Então, devia ter pensado. Lá vai precisar, em primeiro lugar, uma creche, um posto de saúde. É. Uma creche e um posto de saúde (J, 60 anos)

Com efeito, acreditam que tal problemática poderia ser sanada mediante uma logística adequada. Embora capaz de realizar críticas à atuação do poder público, os moradores não avançam no sentido de penetrar nas contradições fundamentais do capitalismo, atingindo o âmago da questão. Com efeito, o movimento da consciência fica estagnada na consciência-em si, revoltando com a situação ao mesmo tempo em que reivindica melhorias dentro dos limites da ordem do capital.

Outro aspecto que merece destaque foram as promessas de candidatos no período eleitoral no sentido de conclusão das obras, sendo um critério de votos utilizado para alguns moradores do Teresina Sul. É interessante pontuar que desde a inauguração o Teresina Sul houve duas eleições municipais. Uma logo após a mudança dos moradores em 2012 e outra em 2016. Apesar de ser uma responsabilidade da prefeitura, a conclusão das obras da UBS e da creche também interfere nas eleições para os cargos estaduais e federais, uma vez que os candidatos se associam com representantes do poder municipal em exercício com o objetivo de angariar votos juntos com a comunidade. O atraso na entrega das obras é utilizado para ampliar influência de alguns políticos, representando uma possibilidade de marketing político pois as promessas de campanhas são utilizadas ao longo de vários pleitos eleitorais. Além disso, podemos ponderar que a demora da construção de uma obra favorece as empresas

privadas no sentido de que apesar da liberação da verba, são realizados também aditivos no contrato, ampliando o repasse para a empresa.

No entanto, é importante abordar o movimento de contradição existente neste processo. Devemos reconhecer que o poder público precisa ser responsabilizado pela precariedade dos serviços públicos. Por sua vez, há de reconhecer também a importância da luta de classe no avanço desse processo. As comunidades também precisam se compreender de forma mais ativa nas reivindicações de melhorias para o seu território ou até mesmo na transformação da realidade em que vivem. A baixa participação ou mobilização comunitária é um fator também que interfere na demora de conclusão das obras. Aliás, as concessões do capital para a classe trabalhadora é realizada mediante a luta e organização e não de maneira espontânea.

No entanto podemos analisar este processo enquanto um efeito da ideologia dominante, pois de acordo com Euzébio Filho (2016) ela obstaculiza o processo de tomada de consciência, produzindo dependência política ao mesmo tempo em que fornece justificativas para um comportamento dócil. Quando os mediadores abordados neste tópico, representa idealmente os interesses das classes dominantes ela obscurece a relação entre a realidade social opressiva e os funcionamentos psicológicos, naquilo que Martín-Baró (2017c) denominou de fatalismo. Dito de outra forma, obstaculiza também a lutas de classe.

Diante do que foi exposto neste tópico, podemos pontuar diversas contradições existentes que dificultam o processo de mobilização e organização consistente e atuante com o objetivo de superar as dificuldades vivenciadas pelos moradores. Há uma expectativa de que alguém (entidades representativas ou poder público) promovam as mudanças vislumbradas pelos moradores. Com efeito, os moradores se afastam da possibilidade real de serem sujeitos da sua própria história, promovendo transformações necessárias por meio de mobilização coletivas. Acabam reproduzindo posuras individualistas e fatalistas ao mesmo tempo em que reproduzem, de uma maneira em geral, as contradições da própria sociedade capitalista.

7.5. Síntese das experiências de segregação socioespacial

Diante de tudo o que foi exposto, podemos refletir sobre a segregação socioespacial existente no Residencial Teresina Sul I e II. Assim que chegam ao conjunto habitacional recém inaugurado, os moradores encontram situações adversas que interferem na sua própria reprodução social. Com o tempo foram realizando soluções que embora provisórias, parecem se arrastar ao longo do tempo. Apesar de inaugurado em 2012 existe apenas uma previsão de inauguração da creche e da UBS, cuja construção foi retomada no momento final da pesquisa. Se levarmos em consideração que o contrato com a CEF foi firmado ainda em 2009, podemos concluir que passados 10 anos o poder público ainda não finalizou a construção de equipamentos sociais para a comunidade, criada de forma planejada mediante política pública.

A construção destes equipamentos públicos (ou outros que ainda possam ser construídos, como a praça ou um Posto de Policiamento Ostensivo) no interior do próprio Residencial foram realizadas na própria área institucional. No entanto, este espaço está localizado na parte inferior do terreno do lado oposto à Palitolândia, comunidade mais próxima e contígua existente na época de conclusão do Teresina Sul. Dessa maneira, destaca-se a concepção do planejamento adotada, uma vez que as moradias foram construídas na forma de quadra, em bloco residencial compacto. Apenas na parte periférica do Residencial ou em suas franjas urbanas (para fazer uma menção à segregação socioespacial) foi destinada para a área institucional. Penso que se num primeiro momento não fossem construídos os equipamentos públicos por falta de recursos, poderia ser destinada uma área central para a uma futura edificação. Um morador entrevistado, aliás, pontou este fato. Para ele o interessante é que as moradias fossem construídas ao redor de uma área central, onde ficariam os principais serviços públicos ou até mesmo espaços destinados para atividades sociais e econômicas, tal como pode ser verificado no trecho a seguir:

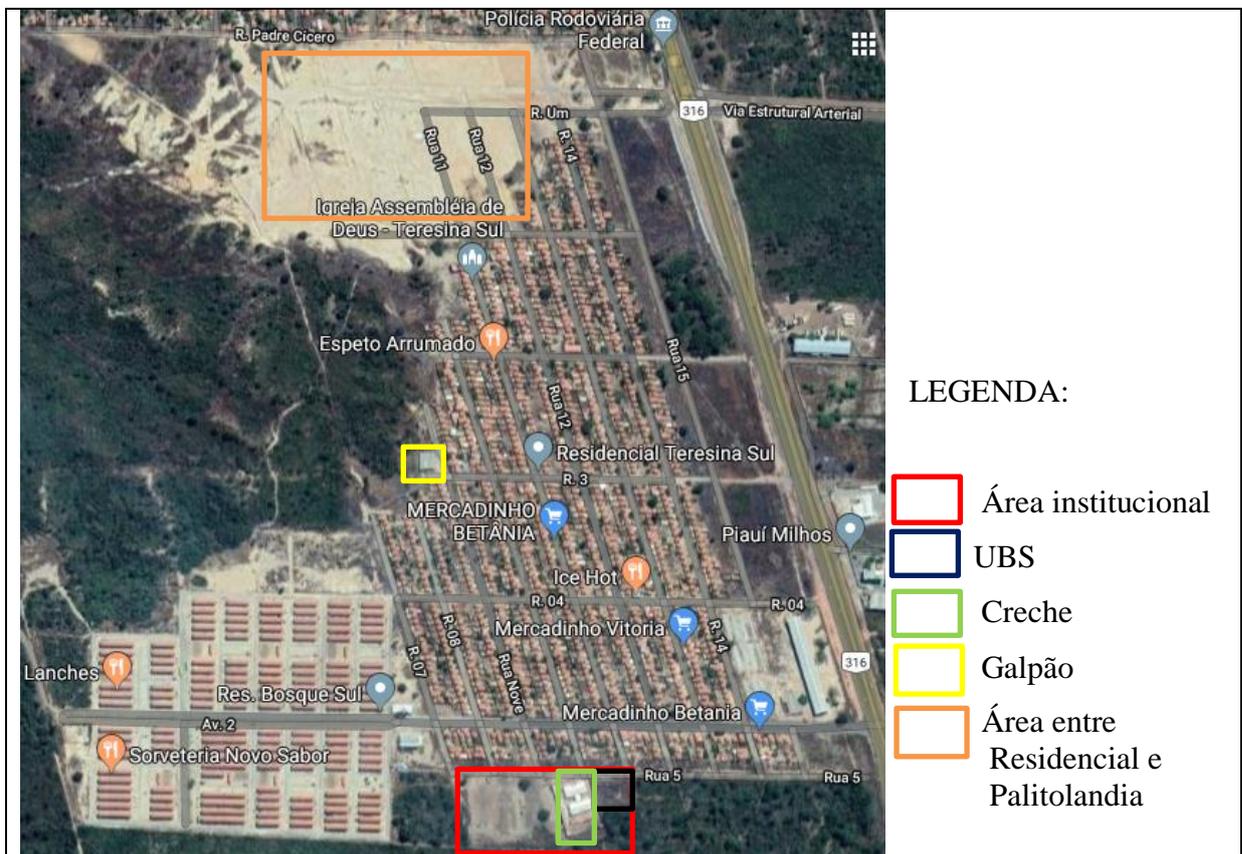
Acho que quando tu constrói um conjunto de casas né? Eu acho que tu já pode pensar nessa, pelo menos colocar um local onde daqui a tantos anos vai ter isso aqui nesse bairro. Vai ter isso aqui nesse bairro. Porque esse tu for pensar aqui, onde é que tu vai fazer? Vai ter que tirar o mato ali da BR pra fazer alguma coisa, sabe? Porque não tem local. Não tem espaço (...) Aí tudo fica pra lá. Nada fica central. Eu acho que bota essas coisas assim centralizado e constrói o bairro ao redor. (E2, 26 anos)

Dessa forma podemos refletir que foi priorizada a construção das unidades habitacionais com o objetivo de maximizar os lucros do empreendimento, em detrimento da garantia da moradia digna ou sua inserção no espaço urbano. Ressalta-se que ao se destinar uma área central para os benefícios urbanos, aumentaria os custos para a empreiteira, pois

aumentaria a área construída, demandando maior investimentos de infraestrutura. Ao garantirem as condições mínimas para sua aprovação, as construtoras obtêm uma redução de gastos, ao mesmo tempo em que coloca os custos da urbanização para o poder público em um momento futuro.

No entanto, mesmo se fosse considerado este tipo de projeto urbanístico, no qual a área institucional fica localizada fora da área residencial, penso que a destinação do espaço para os equipamentos públicos poderia ser diferente. A área que fica o galpão poderia ser utilizada como área institucional, tal como moradores afirmaram que existia a expectativa de que fosse ali. É uma área mais centralizada, percebida pelas construtoras como ideal para o ponto de apoio das obras. Além disso, mesmo finalizando a creche e a UBS alguns moradores do próprio Residencial serão praticamente vizinhos, enquanto aqueles que moram no outro lado do conjunto, terão que percorrer quase 1,5 km. Apesar de razoavelmente pequena, elas poderiam ser menores. Além disso, existe uma tendência dos terrenos entre Residencial e a Vila Palitolândia se aproximarem, formando uma única área urbanizada. Já existem loteamentos nestes espaços, inclusive. Ou seja, a atual área institucional está localizada no lado oposto da tendência de urbanização já em marcha, tal como consta na figura 12.

Figura 12 - Localização dos equipamentos públicos do Residencial Teresina Sul I e II



Podemos aprofundar a discussão por meio de uma reflexão sobre a realidade concreta do Teresina Sul. O capital não determina apenas a localização do Residencial dentro do espaço urbano, mas também dos equipamentos públicos no interior do próprio conjunto habitacional. Para além dos efeitos da segregação socioespacial para todos os moradores, o processo de desigualdade é reproduzido em outro plano. Em termos de investimento do poder público, a construção de equipamentos sociais na área central, ou próxima da Palitolândia seria mais estratégico do ponto de vista social e econômico. Neste sentido cabe indagar quais interesses determinaram a localização para além da simples falta de planejamento.

Outro aspecto que chama atenção é que apenas um entrevistado que mora de aluguel e estava terminando o ensino superior ponderou sobre a questão da localização dos equipamentos sociais no interior do Teresina Sul. Aos demais, esta dimensão foi sequer mencionada. Este fato pode revelar algumas implicações sobre a mediação na consciência dos moradores de uma maneira geral. Para aqueles que foram beneficiados pelo PMCMV mediante sorteio o simples fato dos equipamentos sociais estarem mais próximos já é percebido como uma melhoria suficiente. Contudo, não compreendem o processo numa perspectiva mais ampla, realizando um questionamento crítico sobre a própria realidade.

Este aspecto, aliás, remete à experiência dos moradores. Acostumados à fazer longos percursos caminhando (sem mediação de transportes públicos, inclusive), o fato de ter um equipamentos sociais no Teresina Sul já representa encurtamento de distâncias e maior facilidade de acesso. Contudo, pode representar também um rebaixamento das expectativas dos próprios sujeitos em relação ao direito à cidade perspectiva dos próprios moradores definirem sobre os rumos da cidade, incluindo a localização dos equipamentos sociais que serão utilizados por ele, tal como um assunto que não lhe cabem opinar, ficando a cargo do poder público. Este silenciamento pode indicar uma resignação perante as políticas públicas, pois o importante é que tenham os equipamentos sociais. Os processos de exploração e opressão a que estão submetidos, obscurecem esta possibilidade tornando-os meros espectadores da realidade. Com efeito, há um estranhamento em relação a forma como a cidade é produzida, reduzindo-se à condição de consumidor passivo de espaço urbano.

Podemos supor ainda que as experiências do morador que questionou sobre a localização dos equipamentos sociais foi mediada pelo seu grau de escolarização e nível socioeconômico, que se distanciava da média. Antes de se mudar para o Residencial, morava em casa própria dos pais e havia ingressado na universidade. Tal realidade foi negada para o restante dos sujeitos entrevistados.

Apesar de todas as dificuldades experienciadas, os entrevistados não relataram uma vontade de se mudar. Pelo contrário, afirmavam um desejo de permanência no Teresina Sul, embora com várias justificativas para tanto. Apesar de já haver várias casas em que já não mora mais o dono inicial, podemos ponderar que aqueles que já passaram por dificuldades maiores no próprio Residencial ao longo de seus quase sete anos, tendem a permanecer no local. Este movimento de ficar e sair apresenta-se de forma contraditória, inclusive na fala de uma moradora. Embora ela compreenda o fato de alguns moradores terem saído por causa dos efeitos da distância, ela mesmo ponderou que aqueles que realmente necessitam acabam permanecendo. Em uma pequena avaliação sobre as implicações do PMCMV para a vida dos moradores, ela afirma que:

Então, colocaram, foi feito esse programa e entregaram essa casa e tudo, mas sem estrutura.... de nada, né? As pessoas tiveram que sobreviver, passar por cima de tudo pra poder estar nesse lugar, né? Com dificuldades e tudo o mais. Então, bom foi porque teve esta casa, mas o resto, né? Então muitas pessoas não conseguiram permanecer por isso. E tem... eu até entendo, né? Eu até entendo isso. Porque se a pessoa para pra pensar: eu venho dum local que eu posso ir pro posto; eu posso ir prum mercado; eu posso fazer uma compra, né? E tenho uma facilidade de transporte pra mim, botar, entrar dentro dos transportes e levar meus filhos pro médico né?. Aqui se meu filho ficar doente de madrugada eu preciso ter dinheiro no bolso, né? A partir da meia noite acabou, né? O último ônibus é meia noite. Então, se acontecer alguma coisa eu preciso ter dinheiro. Se eu não tiver transporte, eu tenho que ter dinheiro. Então, eu tenho que me virar. Então, eles entregaram uma coisa sem nenhum um pingo de estrutura. Simplesmente jogaram o povo né? E teve pessoas que não conseguiram: aí eu não fico e vou embora né? Mas aqueles que realmente que queriam permanecer, tiveram que passar por muitas situações difíceis... com criança pequena e tudo o mais. Sem estrutura de nada (ênfase). Então, aprendi... foi um aprendizado forçado (risos). Fui forçada a aprender, a viver neste lugar, né?(D, 38 anos)

Outros entrevistados afirmaram que já se acostumaram com a realidade na qual estão inseridos e que muitos dos problemas que passam não são exclusividade de lá. Além disso, as relações sociais construídas na comunidade foram bastante citadas como ponto positivo. Até aqueles que moram de aluguel manifestaram o desejo de comprar uma casa no próprio Teresina Sul. Diante de todas essas situações relatadas, moradores ainda cultivam certo otimismo, com a expectativa de que as coisas serão melhores no futuro. Assim, o deslocamento temporal é uma estratégia acionada para lidar com a realidade presente da segregação socioespacial. Afirmam, por exemplo, que no futuro o Teresina Sul já não será mais tão distante assim. Citam como exemplo o Parque Piauí.

Por sua vez, tal otimismo pode ser compreendido de duas maneiras antagônicas entre si. Podemos qualificar de ingênuo quando existe uma expectativa passiva de que a realidade social se transforme sem um engajamento dos moradores. Acredita-se que com o tempo o

poder público deve promover investimentos ou mediante reivindicação das lideranças comunitárias. Tal postura pode ser visualizada a seguir:

“Teresina cresceu muito lá pro centro: aquela região e tem bastante terreno pra cá então eu acredito que vá crescer muito pra cá. Então acho que ...Hoje aqui ainda é longe do centro de Teresina, mas daqui a pouco muita coisa já vai ficar mais perto porque Parque Piauí é mais perto e já tem uma estrutura bem bacana. O Porto Alegre, o Esplanada, então são lugares que são pertos e que estão crescendo. (E2, 25 anos)

Do outro lado, o otimismo pode vir associado com a organização e mobilização ativa da comunidade em prol das melhorias, inclusive independentemente da lideranças comunitárias terem de iniciar o processo. Um aprofundamento nesta perspectiva levaria a formação de uma consciência revolucionária, questionando os fundamentos do capitalismo a partir do ponto de vista de classe trabalhadora. No entanto, trata-se ainda de um movimento da consciência a ser realizado ainda pelos moradores do Teresina Sul por meio de instancias organizativa da classe trabalhadora como movimentos sociais ou sindicais e partidos políticos.

Já em relação aos sonhos e expectativas dos moradores do Teresina Sul, variaram de uma perspectiva individual até daquelas que apontavam para a superação dos efeitos da segregação socioespacial. Todos eles surgem a partir da própria experiência dentro do Residencial. Diante da violência existente na comunidade, uma entrevistada relatou o desejo de murar seu terreno como forma de ampliar a sensação de segurança. Trata-se de uma solução meramente individual. Outra moradora, por sua vez, já pontuou sua expectativa para que seja criado um projeto de primeiro emprego na comunidade, especialmente para os jovens e adultos, indicando uma perspectiva coletiva. Dessa forma, poderia ter condições de se inserir no mercado de trabalho, assim como outros moradores em situações parecidas. Conforme havia afirmado anteriormente, as poucas indústrias que existem nas proximidades não contratam por falta de experiência anterior.

Trata-se um aspecto interessante na experiência de segregação socioespacial, que aborda as distâncias sobre uma outra perspectiva. A expectativa abordada pela moradora realiza uma crítica ao efeito da distância num sentido meramente geográfico, como foi analisado no acesso aos serviços e equipamentos públicos, por exemplo. Em relação ao trabalho nas indústrias próximas, a distância é de outra ordem. Embora perto do Teresina Sul, algumas delas não contratam os moradores do Residencial em decorrência do baixo nível de escolarização. Com efeito, os mais precarizados pelo capitalismo acabam sofrendo os efeitos da segregação socioespacial de uma maneira mais intensa. Se por um lado, o acesso ao mercado de trabalho restringe-se pela questão dos deslocamentos impostos pela distância, por

outro, o fato de ser perto não é garantia de trabalho. Neste sentido, poderiam ser pensadas em programas ou ações que realizem capacitações, articulações com as empresas próximas ou até mesmo atividade geradoras de renda.

Por sua vez, a maioria das expectativas dos moradores estavam relacionadas com a implementação de serviços públicos, tais como saúde, educação e segurança pública. A própria realidade concreta na qual estão inseridos, onde existe as dificuldades de acessos, produzem tais expectativas nos moradores. Tal como foi apontado por uma moradora, existe um desejo de tirar aquela preocupação de ter que “levar para fora” da comunidade, muito embora exista terreno onde poderia construir os equipamentos públicos esperados.

Podemos afirmar que tais expectativas foram determinadas a partir da realidade concreta de falta dos equipamentos sociais no próprio Teresina Sul. Embora tais aspectos levem a possibilidade de que a realidade social possa ser diferente, não tem sido suficiente para impulsionar os moradores em processos de reivindicação das melhorias para a comunidade. Existem outros mediadores, que impedem esse processo vir a tona, tais como a ideologia da casa própria (relativizando as demais dificuldades); o individualismo (com preocupações voltadas para as necessidades do âmbito familiar); democracia representativa (delegação de poder para outrem); distâncias; inserção precária no mercado de trabalho, resvalando no fatalismo.

Em termos de aprendizagem as experiências no Teresina Sul produziram diversas formas de lidar com a realidade na qual estão inseridos. Mencionaram que aprenderam sobre superação das dificuldades que encontraram até se adaptarem. Muitos saíram de um território onde havia vínculos consolidados, fácil acesso de transportes públicos ou serviços de saúde e educação para se depararem com uma realidade distante (em vários sentidos) da qual estão acostumados ou conforme um morador pontuou: um lugar que nem imaginava existir. Para permanecer no Residencial tiveram que passar por cima de várias restrições e até mesmo privações no cotidiano.

Outro aprendizado relatado por moradores apontam para uma reflexão interessante sobre o tal do “sonho da casa própria”. Tanto uma beneficiária do PMCMV quanto uma pessoa que foi morar no Teresina Sul a partir da ocupação de uma casa vazia relataram que aprenderam a lutar e persistir. Quanto a esta última, é fácil compreender seus motivos, pois diante do despejo iminente a moradia própria é uma luta a ser conquistada. Mas aquela que já conquistou, parece uma contradição. No entanto, é apenas uma contradição aparente, pois remete à questão já bastante discutida de que a moradia não se resume a edificação de quatro paredes e um teto, mas envolve a inserção urbana. Com efeito, a moradia pelo PMCMV não

representa simplesmente um sonho a ser experienciando por meio das paredes e tetos levantados, mas o prolongamento de uma luta, embora sobre outras bases. A partir da segurança que a moradia representa, inicia-se outros tipo de lutas, como pelos equipamentos sociais, inserção no mercado de trabalho e sentimentos diante dos afastamentos dos vínculos sociais e familiares, que muitas vezes garantia a proteção do sujeito.

No entanto, a própria realidade se apresenta de forma sempre contraditória. Uma moradora afirmou que aprendeu a não botar dificuldade, pois acredita que não teria o direito de escolher aonde se vai morar. De forma resignada, ressaltou que aprendeu a viver e morar aonde precisa ou se “ganha” a moradia, como pode ser analisado no trecho a seguir:

Aprendizagem que a gente tem que viver e morar aonde a gente precisa: aonde a gente ganha. Que é o que eu que eu aprendi foi isso. A moradia é acima de tudo Não botar dificuldade não. (C, 31 anos)”

Aqui entra em consideração a peculiaridade da “casa própria”. Por ser uma mercadoria de alto valor agregado, da qual muitos cidadãos não têm condições de acessar via mercado (inclusive no informal) em decorrência da baixa renda, sua aquisição promove implicações psicossociais. Embora não seja uma regra, os beneficiários de um a política habitacional de interesse social podem se sentir gratos por terem sido beneficiados pela moradia, não importando aonde. Trata-se, portanto, da lógica de um favor realizado pelo Estado e que portanto não podem reclamar. Pode ser, inclusive, um valor da classe trabalhadora de agradecer diante dos favores recebidos. No entanto, a perspectiva seria diferente se fosse encarada como um direito.

Um fato interessante apresentado nesta pesquisa é sobre o impacto do Trabalho Social na vida dos moradores do Teresina Sul. Apesar de ser uma dimensão importante para a mobilização e desenvolvimento da comunidade (sendo um critério de seleção do campo empírico) quase todos os moradores relataram desconhecer sobre o trabalho realizado, pois apenas um afirmou existir concretamente, conforme foi relatado anteriormente. Outra moradora chegou a mencionar que lembrava de duas reuniões na qual foi perguntado o que as pessoas gostariam que tivesse no Residencial, chegando a se animar com a possibilidade. No entanto, acredita que foi realizado pela associação e não enquanto parte do Trabalho Social.

No entanto, uma empresa foi contratada para realizar o serviço, elaborando desde um Plano de Trabalho do Projeto Técnico Social até a avaliação Pós-ocupação, além de relatórios parciais sobre o processo. Durante uma visita à SEMDUH para receber documentos solicitados uma assistente social da SEMDUH apresentou os Relatórios Parciais do Trabalho social realizados, repletos de fotografias das atividades no galpão do Residencial e a lista de

frequência. Durante uma conversa informal, ela explicou que muitas vezes as atividades são desenvolvidas sem fazer a relação que se trata de ações do PMCMV, com verbas previstas para tais finalidades. Assim, pode ser que o trabalho social realizado pela empresa conveniada tem sido percebido como a partir da articulação de liderança comunitária.

Por sua vez, o fato do trabalho social não ter sido lembrado pelos moradores é um indicativo de que ele não foi significativo ao ponto de provocar transformações concretas na comunidade em que vivem. Podemos questionar a partir da própria literatura (Paz et al., 2015; Cardoso, Mello e Jaenisch, 2015) que existem fatores estruturantes que dificultam que uma intervenção relevante, tal como o pouco tempo para desenvolver um trabalho social.

Finalizo este capítulo com uma fotografia de uma das duas entradas do Residencial. Penso que ela ilustra um pouco as condições concretas de existência dos seus moradores. O PMCMV constrói com certa infraestrutura até ponto como representado na via asfaltada. Dali em diante o caminho para os moradores são diferente. Se tem mais recursos conseguirá passar de forma mais rápida e tranquila. Caso contrário, encontrará matos, poças e chegará mais cansado e com as poeiras do meio do caminho.

Figura 13 – Acesso ao Residencial de Teresina Sul



FONTE: Arquivo Pessoal

CONCLUSÃO

O objetivo geral desta pesquisa foi de analisar as implicações psicossociais da segregação socioespacial promovida pelo PMCMV a partir da experiência de segregação socioespacial por meio de um estudo de caso com moradores do Residencial Teresina Sul I e II. Tratou-se de um esforço de abordar o movimento dialético entre a realidade concreta e objetiva e as implicações psicossociais, sempre mediado pela experiência dos moradores. Para tanto, lançou mão de quatro objetivos específicos que serão abordados brevemente quanto ao resultado alcançado.

O primeiro deles estava relacionado com a caracterização dos equipamentos e serviços públicos voltados para garantir o atendimento das necessidades dos moradores. Nesse sentido, realizou-se uma descrição minuciosa sobre a localização dos equipamentos sociais e as experiências de acesso dos moradores, enfocando as diversas dificuldades que eles passaram e ainda passam, embora ocorreram melhorias ao longo do tempo.

O Residencial Teresina Sul I e II foi construído na área de expansão urbana da cidade, podendo ser considerado um espaço segregado socioespacialmente. Durante certo tempo ele foi o conjunto habitacional mais distante de Teresina, até a construção de outro residencial do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Além disso, ele não possui nenhum equipamento social funcionando no interior da comunidade, pelo menos durante a pesquisa de campo. Ressalta-se que somente o conjunto possui uma população superior à muitos municípios brasileiros, se pensarmos numa média de 4 moradores por casa. O acesso para os principais serviços utilizados pela população é realizado em comunidades próximas. Por fim, destaca-se o fato de uma homogeneidade de população em relação à renda, enquanto uma determinação dos critérios do próprio PMCMV.

Além disso, outra dimensão importante da segregação socioespacial discutida diz respeito às distâncias. O fato de morar num espaço distante do centro urbano da cidade e com baixa taxa de urbanização produziu novos modos de habitar a cidade, impondo mudanças quanto aos deslocamentos, relações sociais e familiares e inserção no mercado de trabalho. Todas estas situações dificultam a reprodução social dos moradores, produzindo situações que reduzem a proteção social dos sujeitos. Neste sentido, podemos afirmar que os moradores enfrentam dificuldade nos acessos aos principais equipamentos e serviços públicos e mudanças nos modos de vida enquanto expressões da segregação socioespacial.

Dessa forma, o PMCMV promove uma intervenção contraditória, reproduzindo a sociedade capitalista na sua totalidade. A construção de residenciais em áreas afastadas está relacionada com a demanda de valorização do capital e não necessariamente com o atendimento das necessidades dos sujeitos. Se a implementação de uma política pública tem como um de seus objetivos intervir nas refrações de “questão social”, pode-se afirmar que ela promove melhorias para a classe trabalhadora no sentido de promover o acesso à moradia (muito embora de maneira limitada, pois muitos tem esse direito negado), ela promove um deslocamento destes refrações para outro lugar. Ou seja, ela se transforma e assume outras expressões, que foram experienciadas pelos moradores de diversas outras formas.

Os objetivos específicos de analisar a experiência de segregação socioespacial dos moradores e refletir sobre os principais mediadores da formação da consciência dos moradores (segundo e quarto objetivo específico respectivamente) atravessaram toda a discussão, seja em relação às duas dimensões da segregação socioespacial abordada anteriormente, quanto em seus desdobramentos na participação sociopolítica. Por ser uma categoria fundamental da análise das implicações psicossociais, foi realizada uma descrição minuciosa do cotidiano dos moradores, mesmo com o recorte do objetivo geral da pesquisa. Buscou identificar as principais mudanças que ocorrem na vida destes trabalhadores que se deslocam no espaço da cidade para terem o direito à casa assegurado, e não necessariamente da moradia digna, com o sentido de sua inserção no espaço urbanizado. De uma maneira em geral, pode-se afirmar que as experiências de segregação socioespacial produziram modos singulares de pensar, sentir e agir sobre a realidade concreta, incluindo aspectos como fatalismo e estagnação da consciência ao mesmo tempo em que movimentos de luta e solidariedade entre eles, por exemplo.

Podemos afirmar que as experiências dos moradores neste espaço apresentaram diversos elementos para a discussão das Políticas Habitacionais de Interesse Social, mas particularmente do PMCMV. Embora bastante desejada, a simples garantia do direito à moradia não representou necessariamente uma melhoria na vida desses trabalhadores, pelo menos não em todas as dimensões. Houve casos, aliás, que os moradores venderam a casa, por não suportarem as novas condições concretas impostas pelo deslocamento forçado. Ou seja, optaram por voltar à antiga moradia ou situação análoga. Trata-se, portanto, de um limite das políticas sociais no enfrentamento das expressões da “questão social” que deve ser refletido pela sociedade principalmente os movimentos sociais, enquanto atores importantes no processo de transformação da realidade social.

A aquisição da casa própria nas franjas urbanas na cidade em um espaço distante e com baixa densidade de equipamentos públicos é um processo contraditório. Os moradores experienciam como uma sensação de privação e perda de direitos, ou pelo menos com dificuldade de acesso. O fato da antiga moradia estar localizada próxima de equipamentos sociais, aumenta a percepção da segregação socioespacial, sendo algo bastante criticado pelos moradores. Neste sentido, pode haver deslocamentos em relação à demanda dos moradores. Se num determinado contexto a necessidade dos sujeitos é de moradia, (considerando que tem acesso aos principais serviços públicos), com a mudança para o Teresina Sul passaram a reivindicar melhorias nas políticas de educação, saúde e transporte (considerando a realidade encontrada). Diante dessa “escolha” os moradores entrevistado acabaram optando pela moradia. Devemos ressaltar que se fosse assegurado uma moradia digna ou o “direito à cidade” tal situação não ocorreria, pois a moradia estaria atrelada com outros aspectos que garantiriam satisfação das necessidades sociais dos moradores desde o momento de sua mudança. Mas, no entanto, como forma de melhor analisar as mediações que envolvem este processo, seria interessante realizar pesquisas com os moradores que se mudaram do PMCMV.

A localização do conjunto habitacional não representa apenas uma distância em relação aos demais espaços da cidade, especialmente o centro urbano. Neste processo os moradores experienciam outras temporalidades e espacialidade. A forma de habitar a cidade é transformada, implicando em diversas mudanças para a vida desses sujeitos. Modificam não apenas a noção de perto e longe ou de rápido e demorado, mas também rotinas e relações sociais. A nova realidade pode promover um distanciamento de hábitos tais como sono, alimentação, sendo causa de estresse (especialmente em decorrência dos longos trajeto nos transportes coletivos). Na perspectiva das relações sociais, foi comum promover um distanciamento de familiares, amigos e vizinhança. Um mediador importante neste processo foram os trasportes individuais, uma vez que facilitavam a aproximação entre eles, sem depender de longos trajetos e tempo nos transportes coletivos. Tendo em consideração que os vínculos sociais são fundamentais para a proteção social da classe trabalhadora, os moradores tem que criar novos vínculos para lidar de maneira mais eficaz diante dos riscos e vulnerabilidade sociais.

No entanto, a construção de uma rede de solidariedade (fundamental para os moradores) não foi condição suficiente para a construção de valores comuns e formas institucionais capazes de produzir uma disposição para a ação coletiva de forma permanente. Apesar dos movimentos coletivos espontâneos de mobilização e organização dos moradores,

quando diante uma problemática pontual e esporádica, eles se desfaziam logo após conseguirem o que almejavam naquele instante. Assim que garantiam seus interesses imediatos, o movimento se arrefecia, não sendo possível a construção de uma unidade de luta constante.

Podemos realizar uma ponderação nesta questão. A atuação das entidades representativas da comunidade ou outros movimentos sociais e partidos políticos, não criaram condições para que o processo de organização e mobilização dos moradores na perspectiva da luta de classe ocorresse. A mediação precária dessas instituições foi um fator objetivo que dificultou o movimento da consciência dos moradores já bastante explorados e oprimidos pelo modo de produção capitalista. Diante do aguçamento das expressões que “questão social” foram produzidos movimentos de resistência, mas devido à tal mediação ela não se prolongou numa luta permanente.

O terceiro objetivo específico desta pesquisa, aliás, aborda justamente esta dimensão. Para tanto, foi realizada uma descrição das principais experiências realizadas pelos moradores, seguida de uma análise dos mediadores e das implicações psicossociais. Neste momento, a discussão do movimento da consciência ganhou uma relevância teórica maior, embora tenha aparecido nos outros momentos anteriores. É interessante pontuar uma contradição apresentada nesta pesquisa. A atuação das entidades representativas, ao invés de fortalecer a organização e mobilização comunitária, promoveu um movimento no sentido contrário. De um lado havia os moradores que esperavam a iniciativa das lideranças e do outro uma atuação tímida e distanciada de sua base. É importante lembrar que os dois momentos, aliás, em que a comunidade se mobilizou foi realizado de forma independente. Tal questão, por sua vez, pode ser aprofundada posteriormente em outras pesquisas.

Outra implicação psicossocial produzida a partir da experiência de segregação socioespacial está relacionado com o fatalismo, podendo ser considerados como uma de suas expressões, embora longe de ser a única. O desdobramento dos processos de estranhamento/alienação no psiquismo dos moradores do Teresina Sul atua como uma barreira no movimento da consciência de forma que ela não alcançaram (pelo menos ainda) o momento de uma consciência-para-si ou revolucionário. Percebeu-se um trânsito entre a consciência baseada na generalização (marcada pela passividade) e a consciência em-si, no qual estabelecem críticas à realidade concreta. No entanto, elas ficam mais restritas às dificuldades experienciadas no cotidiano do Teresina Sul, sem aprofundar uma reflexão na contradição fundamental do modo de produção baseado no capital. Alguns, por exemplo, apresentam um rebaixamento de expectativas e horizontes de ação, ou seja, relativiza as

dificuldades atuais. Alguns moradores, por exemplo, acabam naturalizando a realidade construída pelos homens. Com efeito, são produzidas determinadas posturas de resignação, acreditando que a realidade social não poderia ser diferente. Por sua vez, aqueles que acreditam no poder de transformação da realidade social não encontraram mediações políticas para sua concretização. Em alguns casos, tiveram seus comportamentos determinados pelo sentimento de impotência. Embora percebam alternativas, as experiências de frustrações anteriores influenciam na motivação para a organização e lutas de classe.

Podemos realizar uma ponderação acerca da ideologia dominante da casa própria neste processo, uma vez que foi considerado como uma mediação importante nas formas de pensar, sentir e agir sobre a realidade. As diversas dificuldades experienciadas pelos moradores do Teresina eram relativizadas diante do fato de terem uma casa própria, em decorrência de toda uma história de vida, inclusive da classe trabalhadora. Assumem, por assim dizer uma postura de que se as expressões da “questão social” é uma realidade imutável, a aquisição da moradia já fornece uma segurança diante dos riscos sociais aos quais estão exposto.

Todos esses aspectos levantados na pesquisa não podem ser analisados apenas como mero efeito da segregação socioespacial, uma vez que existem mediações características do modo de produção capitalista. As experiências dos moradores do Residencial permitiram articular a realidade concreta e as implicações psicossociais num movimento de totalidade, onde apontou para diversas contradições do processo.

Num plano teórico, apontou a necessidade de realizar o movimento entre a segregação socioespacial no sentido geográfico do termo e processos de segregação numa perspectiva ampla. O descompasso entre a oferta e a demanda nos equipamento público, por exemplo, não é uma exclusividade de comunidades afastadas, mas constante em vários outros espaços: infelizmente. No entanto, ele ganha outros contornos nos moradores de espaços segregados socioespacialmente, onde a exclusão abrange várias políticas setoriais e reduz a rede de proteção informal.

Esta pesquisa não pretende esgotar a temática abordada. Pelo contrário aponta para necessidades de maiores aprofundamentos em pesquisas futuras. Devido ao seu carácter exploratório, ela abre várias linhas de investigação. As sugestões a seguir partem de algumas dificuldades teóricas encontradas nesta pesquisa.

A questão da percepção dos moradores acerca do Trabalho Social é interessante, pois apesar de sua realização, os moradores sequer lembraram, exceto um. Em termos de efeitos, apresentou-se de forma limitada no sentido de que não promoveu processos de fortalecimento da comunidade a partir da qual seriam organizados os processos sociopolíticos. Outra

sugestão de pesquisa seria em relação à cláusula contratual que possibilita a perda de moradia em decorrência de atrasos nas prestações: que mediações ocorrem e quais contextos políticos ele é utilizado. A discussão sobre o transporte escolar enquanto alternativa para assegurar os acessos dos estudantes à escola, apresentou diversos elementos contraditórios e interessantes para aprofundamentos futuros. Ao que parece, existem poucos estudos que abordam as implicações dos “transportados” numa perspectiva pedagógica.

Além dessas linhas investigativas, é importante sinalizar a importância de aprofundamentos teóricos, necessários para a compreensão de outros mediadores desse processo. Um deles, por exemplo, seria analisar a particularidade da realidade social brasileira, marcada pela combinação de atraso e modernidade e de um déficit democrático e um predomínio de conciliação política pelo “alto”. Outros aspectos que mereceriam uma análise mais cuidadosa, diz respeito às políticas neoliberais e a financeirização das políticas sociais, enquanto expressão do momento do capitalismo atual, que de alguma forma repercute nas políticas habitacionais.

Por fim, espera-se que esta pesquisa tenha produzido elementos e reflexões para se pensar as políticas de habitação que levem em consideração a perspectiva dos futuros moradores. Enquanto perdurar a ordem do capital, que pelo menos a classe trabalhadora tenha seus interesses atendidos com maior intensidade, e não habitar nas franjas da riqueza socialmente produzida.

9 REFERÊNCIAS

- ABRÃO, K. C. L. MIOTO, R. C. T. Políticas familiares: uma introdução ao debate contemporâneo. **Revista Katálisis** (IMPRESSO), v. 20, p. 420-429, 2017.
- ABRAHÃO, S.L. **Espaço público: do urbano ao político**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008. 196 p.
- ABREU, A.C.de. Disputa de projeto: a reforma urbana e os movimentos sociais. **Ser Social**, Brasília, v. 17, n. 36, p. 124-13, 2015.
- ABREU, I. G. Área periurbana norte de Teresina (PI): reconfigurações espaciais e mudanças na vida de seus moradores. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2014.
- ABREU, I.G. de. **O crescimento da Zona Leste de Teresina: um caso de segregação?**. 1983. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.
- ACSELRAD, H; VIÉGAS, R.N. Cartografias sociais e territórios – um diálogo latino-americano. *In*: ACSELRAD, H. (Org.) **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio Janeiro; Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013. p. 15-40.
- AFONSO, A. As Políticas Públicas Estaduais de Habitação de Interesse Social em Teresina: a atuação da ADH. *In*: AFONSO, A; VELOSO, S (Orgs). **Habitação de Interesse Social em Teresina: algumas reflexões**. Teresina: EDUFPI, 2012.
- ACSELRAD. H. Mapeamentos, identidades e territórios. *In*: ACSELRAD, H. (Org.) **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio Janeiro; Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010. P.9- 46.
- AGUIAR, W.M.J. de; SOARES, J.R; MACHADO, V.C. Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. **Cadernos de Pesquisa** v.45 n.155 p.56-75 jan./mar. 2015
- AGUIAR, W.M.J; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia Ciência e Profissão**, v.26 n.2, p. 222-245, 2006.
- AGUIAR, W. M. J. de; OZELLA, S. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **Revista brasileira de Estudos pedagógicos**, Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322, 2013.
- ALVES, G; ARAÚJO, R. Thompson, Lukács e o conceito de experiência: um diálogo mais que necessário. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 5, n. 10, p. 53-73, 2013

AMORE, C.S. “Minha casa, minha vida” para principiantes. *In*: AMORE, C.S; SHIMBO, L.Z; RUFINO, M.B.C. (Orgs.). **Minha casa... e a cidade?** avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 11-27.

ANDRADE, L. da S. É possível transformar em cidade a anticidade? Crítica ao urbanismo de empreendimentos do PMCMV. *In*: AMORE, C.S; SHIMBO, L.Z; RUFINO, M.B.C. (Orgs.). **Minha casa... e a cidade?** avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 165-193.

BARROS, J. P. P. *et al.* O conceito de “sentido” em Vygotsky. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 2, p. 174-181, 2009.

BENTES SOBRINHA, M.D.P. *et al.* Minha Casa, Minha Vida na Região Metropolitana de Natal: inserção urbana, qualidade do projeto e seus efeitos na segregação socioespacial. *In*: AMORE, C.S; SHIMBO, L.Z; RUFINO, M.B.C. (Orgs.). **Minha casa... e a cidade?** avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 323- 352.

BERNARDES M. E. M. O método de Investigação na Psicologia Histórico-Cultural e a Pesquisa sobre o Psiquismo humano. **Psicologia Política**, v. 10, n. 20, p. 297-313, 2010.

BIAZZO, P.P. Considerações sobre as categorias rural e ruralidade em suas dimensões de conhecimento. **Geo UERJ**, ano 10, nº 18, vol. 1, 1º semestre de 2008.

BOCK, A.M.B; GONÇALVES, M.da G. M. Subjetividade: o Sujeito e a Dimensão Subjetiva dos fatos. *In*: REY, F.G. (Org.) **Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005. p.109-25.

BONATES, M. F. **Ideologia da casa própria...sem casa própria**: O Programa de Arrendamento Residencial na Cidade de João Pessoa- PB. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2009, 242 p.

BONDUKI, N. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n.1, p.70–104, 2008.

_____. Origens da habitação social no Brasil **Análise Social**, v. 29 n. 127, (3.), p.711-732, 1994.

BOTEGA, L.R. . A Política Habitacional no Brasil (1930-1990). **Revela** (Praia Grande), v. Ano II, p. 1-14, 2008.

BRANDÃO, C. R. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. *In*: BRANDÃO,C.R; STRECK,D.R. **Pesquisa Participante**: a partilha do saber. Aparecida-SP: Ideias e Letras, 2006. p.21-54.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Pesquisa de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida**. Editado por Fernando Garcia de Freitas e Érica Negreiros de Camargo. Brasília, DF: MCIDADES; SNH; SAE-PR; IPEA, 2014. 120 p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas Sobre o PAIF: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, segundo as Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Vol. 1, 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012. 84 p

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 72 p.

BRAZ e SILVA, A. M. N. Planejamento e fundação da primeira cidade no Brasil Império. **Cadernos do PROARQ (UFRJ)**, v. 18, p. 216-236, 2012.

BUENO, P. H. de C; LIMA, A.J. de. (Re)estruturação urbana de Teresina (PI): uma análise de suas dinâmicas recentes . **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**. v. 16, n. 109, p.96-118, jul./dez, 2015.

CANDIOTTO, L.Z.P.; CORRÊA, W.K. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v.3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008.

CARDOSO, A.L; MELLO, I.de Q; JAENISCH, S.T. A implementação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: agentes, processos e contradições. *In*: AMORE, C.S; SHIMBO, L.Z; RUFINO, M.B.C. (Orgs.). **Minha casa... e a cidade?** avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 73-102.

CARDOSO, A. L; ARAGÃO, T.A. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. *In*: CARDOSO, A. L. (Org). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 17-65.

_____. A reestruturação do setor imobiliário e o Programa Minha Casa Minha Vida. *In*: MENDONÇA. J.G. de; COSTA, H.S.de M. **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2011, p. 81- 104.

CARLOS, A. F. A. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. *In*: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L; PINTAUDI, S. M. (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 95-110.

_____. A natureza do espaço fragmentado. *In*: SANTOS, M; SOUZA, M.A.A.de; SILVEIRA, M.L. (Orgs). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec; Annablume; ANPUR, 1994. p.191-197.

CARVALHO, A.W.B.; STEPHAN, I.I.C. **Cadernos. Metr pole.**, S o Paulo, v. 18, n. 35, pp. 283-307, 2016.

CARVALHO, A. C. N. **As rela es entre esferas de governo na implementa o do Programa Minha Casa, Minha Vida**: um estudo do munic pio de Teresina-PI. Disserta o (Mestrado em Administra o) - Escola de Administra o da Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2014. 102 p.

CARVALHO, H. de. “Autocrítica” de E.P. Thompson em a Miséria da Teoria: teoria Marxista e política, subjetividade e objetividade na história. Projeto História, São Paulo, n.48, 2013.

CARVALHO, D.J.da S; FAÇANHA, A.C. O processo de verticalização do bairro Jóquei na cidade de Teresina/PI: formação, agentes e produção do espaço. **Revista Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, v. 9, n. 1, p. 13-24, 2015

CARVALHO, A. V. A.; MEDEIROS, V. A. S. O papel do programa Minha casa, minha vida no processo de construção das cidades. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)**, 2017, 9 (Supl. .1), 396-407

CASTRO JUNIOR, M.V. Habitação Social LTDA: **O Programa Minha Casa Minha Vida pela ótica do capital construtor no município de Teresina – PI** (2009-2016). Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Piauí, Piauí, 2018.

CASTRO, F. A. B. de. **Regionalização, Planejamento e Gestão Urbana em Teresina: a cidade planejada e a cidade real**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Piauí, Piauí, 2016. 229 p.

CASTRO, E.A.S. de. Segregação socioespacial, constituição do sujeito e significação do cotidiano. **Psicologia & Sociedade**; v. 24 n. 1, p. 75-83, 2012.

CASTEL, R. A nova questão social. *In: As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes: 1998. p. 495-537.

CERQUEIRA FILHO, G. A **“Questão Social” no Brasil: Crítica do Discurso Político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p.

CONGRESSO FEDERAL. **Avaliação de políticas públicas: Programa Minha Casa Minha Vida**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/533710>. Acesso em 13 jul. 2019.

CONTI, Santiago. Territorio y Psicología Social y Comunitaria, trayectorias/ implicaciones políticas y epistemológicas. **Psicologia & Sociedade**, 28(3), 484-493. (2016)

CORRÊA, R.L. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. *In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L; PINTAUDI, S. M. (Org.). A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 39-59.

_____, R.L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2002. 94p. (Série Princípios)

COSTA, J.F.A. “Fazer para transformar”: a Psicologia Política das Comunidades de Maritza Montero. **Psicologia Política**, v. 15, n. 33, p. 269-283, 2015.

COSTA, S. S. A trajetória recente da política de habitação social no Brasil. **RP3 - Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, v. 1, p. 1-11, 2014.

COSTA, C. L. A cidade e o cotidiano de seu Morador. **Boletim Goiano de Geografia**. v. 18 n. 1, p. 1-24, 1998.

COSTA, W.de O; VIEIRA, N.R.C. VIANA, B.A.da S. Diagnóstico da ação dos agentes produtores do processo de verticalização em Teresina-Pi nos últimos quarenta anos a partir da análise de documentos eletrônicos e materiais de publicidade. **Revista Equador (UFPI)**, v. 5, n. 3 (Edição Especial 02), p. 220-238, 2016.

COSTA, B.S; VENÂNCIO, S.R. A função social da cidade e o direito à moradia digna como pressupostos do desenvolvimento urbano sustentável. **Revista Direito Ambiental e sociedade**, v. 6, n. 2, p. 106-136, 2016.

CURY, M. J. F.; MARQUES, J. A. L. F. A cidade inteligente: uma reterritorialização. Redes - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 1, janeiro-abril, 2017

DATTWYLER, R.H; PETERSON, V.C.A; RIVAS, D.S. La espacialidad neoliberal de la producción de vivienda social en las áreas metropolitanas de Valparaíso y Santiago (1990-2014): ¿Hacia la construcción idelógicade un rostro humano? **Caderno. Metrópole**, São Paulo, v. 19, n. 39, p. 513-535, maio/ago, 2017.

DELARI JUNIOR, A. Questões de método em Vigotski: busca da verdade e caminhos da cognição. *In*: TULESKI, S.C; CHAVES, M; LEITE, H.A. (Orgs). **Materialismo histórico-dialético como fundamento da psicologia histórico-cultural**: método e metodologia de pesquisa. Maringá: EDUEM, 2015, p.43-82.

DUAYER, M.; MEDEIROS, J. L. Marx, estranhamento e emancipação: o caráter subordinado da categoria da exploração na análise marxiana da sociedade do capital. **Revista de Economia**, v. 34, n. especial, p. 151-161, 2008. Editora UFPR

DUMONT, T.V.R. Uma Análise da Política Urbana e Habitacional no Brasil – A construção de uma ilusão. **Áskesis**. v. 3 n. 1 p. 23-44, 2014.

ENGELS, F. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015. 158 p.

ESPINDOLA G.M ; CARNEIRO, E.L.N.da C.; FAÇANHA, A.C. Four decades of urban sprawl and population growth in Teresina, Brazil. **Applied Geography** 79, p. 73-83, 2017.

EUZÉBIOS FILHO, A. Sobre ideologias e programas de transferência de renda no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, v. 28 n. 2, p. 257-266, 2016.

_____. **Psicologia e Desigualdade Social**: um estudo sobre a consciência política de beneficiários de programas de transferência de renda. Curitiba: Juruá, 2011. 147p

FAÇANHA, A.C. Evolução urbana de Teresina: passado, presente e... **Carta CEPRO**, Teresina, v. 22, p. 59-69, 2003.

_____. A EVOLUÇÃO URBANA DE TERESINA: Agentes, processos e formas espaciais da cidade . Dissertação do Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, 1998. 129 p.

FENELON, D.R. E.P. Thompson – História e Política. **Projeto História**, São Paulo, (12), p.77-93, 1995.

FRANÇA, K.C.B.de. Os gargalos para a provisão habitacional em municípios de pequeno porte: análise do programa Minha Casa, Minha Vida. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)**, v. 7, n. 3, p. 325-339, 2015.

FREITAS, R.S. de. Thompson e a tradição marxista. **Lua Nova**, n. 32, p. 217-233, 1994.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil 2011-2012**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 175p.

GONÇALVES, T. M. Habitar. a casa como contingência da condição humana. **Revista INVI**. Santiago de Chile, v. 29, n. 80, p. 83-108, 2014.

GONÇALVES, M. da G.M. **Psicologia, subjetividades e Políticas Públicas**. São Paulo: Coretz, 2010. 134p. (Coleção construindo o compromisso social da psicologia).

GUARESCHI, P. A., ROSO, A., AMON, D. A atualidade das teorias críticas e a revitalização da categoria analítica “ideologia” na Psicologia Social. **Psicologia & Sociedade**, 28(3), p. 552-561, 2016.

GUERRA, Y. *et al.* Elementos para o debate contemporâneo da “questão social”: a importância de seus fundamentos. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís-MA: v. 11, n. 2, p. 237-255, jul-dez, 2007.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Boletim Gaúcho de Geografia*, 29: p. 11–24, jan, 2003.

HAESBAERT, R.; BRUCE, G. A Desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. *GEOgraphia*, Niterói, v. 7, 2002.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

_____. **A produção capitalista do espaço**. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005, 249 p. (Coleção Geografia e Adjacências).

_____. **A Justiça Social e a Cidade**. Tradução: Armando Corrêa da Sila. São Paulo: Hucitec, 1980. 291 p.

HERRERA, A. M. MARTÍN-BARÓ, I. Ley y orden en la vida del mesón. **Estudios Centroamericanos**, 33 (360), p. 803-828, 1978.

HIRATA, F. “Minha Casa, Minha Vida”: política habitacional e de geração de emprego ou aprofundamento da questão urbana?. **Aurora**, v. III, n. 4, p. 1-11, 2009.

IAMAMOTO, M.V. A questão Social no capitalismo. **Praia Vermelha**, n. 8, p. 56-83, 2003.

IANNI, O. **A ideia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992. p.87-101.

IASI, M.L. **Ensaio sobre a consciência e emancipação**. Expressão popular, 2006. 172 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Aglomerados Subnormais: Informações Territoriais**. 2011. Apresentação Eletrônica. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>. Acesso em: 23 set. 2015.

IVO, A.B.L. Questão Social e Questão urbana: laços imperfeitos. **Caderno CRH (UFBA. Impresso)**, v. 23, p. 17-33, 2010.

JOLIVEAU, T. O lugar do mapa nas abordagens participativas. *In*: ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. p. 45-69. (Coleção Território, ambiente e conflitos sociais, n. 1).

KAZTMAM, R. A dimensão espacial nas políticas de superação da pobreza urbana. RIBEIRO, L.C. de Q; SANTOS JUNIOR, O.A. (Orgs.) **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro: Revam; Fase, 2007, 2010, p.301-339.

KLINTOWITZ, D.. Por que o programa minha casa minha vida só poderia acontecer em um governo petista? **Caderno Metrôpoles**, São Paulo: v. 18, n. 35, p. 165-190, 2016.

KOGA, D. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011. 331p.

_____. O território para além das medidas e conceitos –a efetivação na política de assistência social. *In*: KOGA, D; GANEV, E; FAVERO, E (Orgs). **Cidades e questões sociais**. São Paulo: Terracota, 2009. p.41-51.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. 2.ed. 6. Reimpr. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995. 248p.

KRAUSE, C; BALBIM, R. LIMA NETO, V.C. **Minha Casa Minha Vida, Nosso Crescimento: onde fica a Política Habitacional?**. Texto para discussão 1853 / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília. Rio de Janeiro: Ipea , 2013. 50 p.

LARA, F.L. Cidades na era Lula o lento abandono dos processos participativos. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 58, p. 245-262, 2014.

LEAL JUNIOR, J. H.; BUENO, A. P. Segregação urbana e a periferização das elites: a ascensão dos condomínios fechados pela ótica da Morfologia Urbana em Teresina-PI. *In*: III ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO ARQUITETURA. CIDADE E PROJETO: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA. São Paulo, 2014.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2011. 143p.

LEAL JUNIOR, J. H. L. BUENO, A. P. A Segregação Planejada: o Plano de Modernização de Teresina. *In: V SEMINARIO INTERNACIONAL DE INVESTIGACION EN URBANISMO*. Buenos Aires: ACTAS., 2013.

LEIS, H.R. Sobre o conceito de Interdisciplinaridade. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis: n. 73, 2005. p. 1-23.

LIMA, J.J. *et al.* Estratégias de produção habitacional de interesse social através do PMCMC na Região Metropolitana de Belém e no sudeste do Pará. *In: AMORE, C.S; SHIMBO, L.Z; RUFINO, M.B.C. (Orgs.). Minha casa... e a cidade?* avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 353-390.

LIMA, L.P; FORMOSO, C.T; ECHEVESTE, M.E.S. Proposta de um protocolo para o processamento de requisitos do cliente em empreendimentos habitacionais de interesse social. **Ambiente Construído**, Porto Alegre: v. 11, n. 2, p. 21-37, 2011.

LIMA, A.J. de. O Programa MCMV, a segregação urbana e a reprodução de velhas práticas. **Argumentum**, Vitória: v. 10, n. 3, p. 257-271, set./dez. 2018.

_____. **Favela COHEBE**: uma história de luta por habitação popular. Teresina: EDUFPI, Recife: BAGAÇO, 2010, 176 p.

_____. Gestão Local e Políticas Urbanas: uma experiência de urbanização de favelas em uma capital nordestina no Brasil. VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA (Mundos sociais: saberes e práticas), Lisboa, 2008. 13p.

_____. Políticas urbanas, governos locais e segregação socioespacial: alcance e limites das novas intervenções públicas. *In: LIMA, A.J. de (Org). Cidades brasileiras: atores, processos e gestão pública*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p.251-282.

_____. **As multifaces da pobreza**: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos. Teresina: Halley, 2003. 396 p

LIMA, S. M. S. A; LOPES, W. G. R.; FAÇANHA, A. C. Urbanização e crescimento populacional: reflexões sobre a cidade de Teresina, Piauí. **Gaia Scientia**. V. 11(1), p. 31-51, 2017.

LOPES, L. G. R; MACEDO, J. P. S. Pobres Urbanos na Cidade sob o Signo da Segregação Socioespacial. **Revista FSA**, Teresina: v. 15, n. 5, art. 8, p. 147-168, set./out. 2018.

LOPES, J.M. de A; SHIMBO, L.Z. Projeto e produção da habitação na região central do estado de São Paulo: condições e contradições do PMCMV. *In: AMORE, C.S; SHIMBO, L.Z; RUFINO, M.B.C. (Orgs.). Minha casa... e a cidade?* avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p.229- 253.

LORENZETTI, M. S. B.. **A questão habitacional no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

LOUREIRO, M.R.; MACÁRIO, V.; GUERRA, P.H. Legitimidade e efetividade em arranjos institucionais de políticas públicas: o Programa Minha Casa Minha Vida. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: v. 49, n. 6, p. 1531-1554, 2015.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011. 214p.

_____. Globalização e política urbana na periferia do capitalismo. *In*: RIBEIRO, L.C. de Q; SANTOS JUNIOR, O.A. (Orgs.) **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro: Revam; Fase, 2010. p.51-76.

MARQUES, E; RODRIGUES, L. O Programa Minha Casa Minha Vida na metrópole paulistana. **Revista Brasileira de Estudos urbanos e regionais**. v. 15, n. 2 p. 159-177, 2013.

MARQUES, M.I.M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, Ano 18, n. 19 p. 95-112, jul./dez. 2002.

MARTIN-BARÓ, I. A desideologização como contribuição da Psicologia Social para o desenvolvimento da democracia na América Latina. *In*: LACERDA JUNIOR, F (Org.). **Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis: Vozes, 2017a. p. 55-65.

_____. Entre o indivíduo e a sociedade. *In*: LACERDA JUNIOR, F (Org.). **Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis: Vozes, 2017b. p. 101- 161.

_____. O latino indolente: caráter ideológico do fatalismo latino-americano. *In*: LACERDA JUNIOR, F (Org.). **Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis: Vozes, 2017c. p. 173-203.

_____. El hacinamiento residencial: ideologización y verdad de un problema real. **Revista de Psicología de El Salvador**, 9(35), p. 23-51, 1985/1990.

_____. Los sin vivienda. **Alternativa**, UCA, 1976.

_____, I. Algunas repercusiones psicosociales de la Densidad demográfica en El Salvador. **Estudios Centroamericanos**, 28 (293-294), p. 123-131, 1973.

MARTINELLI, M. L.O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. *In*: O uso de abordagens qualitativas na pesquisa e Serviço Social: um instigante desafio. *In*: SEMINÁRIO SOBRE METODOLOGIAS QUALITATIVAS DE PESQUISA, PUC-SP,, 1994. p. 11-17.

MARTINS, L.M. As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico-dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. *In*: TULESKI, S.C; CHAVES, M; LEITE, H.A. (Orgs). **Materialismo histórico-dialético como fundamento da psicologia histórico-cultural: método e metodologia de pesquisa**. Maringá: EDUEM, 2015. p. 29-42.

MARTINS, L. M. Introdução aos fundamentos epistemológicos da Psicologia Sócio-Histórica. *In*: Lígia Márcia Martins. (Org.). **Sociedade, educação e subjetividade: reflexões temáticas à luz da Psicologia Sócio-Histórica**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. p. 33-60.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução: Jesus Ranieri. 4ª Reimpr. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução: Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 119 p.

MARTINS, L.M. Psicologia sócio-histórica: o fazer científico. *In*: ABRANTES, A.A; SILVA, N.R. da; MARTINS, S.T.F. (Org). **Método histórico-social na psicologia social**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005. p. 118-138.

MASSON, G. Materialismo Histórico e Dialético: uma discussão sobre as categorias centrais. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, PR, v. 2, n. 2, p. 105- 114, 2007.

MAUTNER, Y. A periferia como fronteira de expansão do capital. *In*: DÉAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs). **O processo de urbanização no Brasil**. 2 ed. Atualizada. São Paulo: EDUSP, 2010. p. 245-259.

MEDEIROS, S.B.; MATOS, K.C.; LOPES, W.G.R. Análise dos traçados do perímetro urbano de Teresina, Piauí, Brasil. **Cadernos Zygmunt Bauman**, vol. 8, num. 18, p.190-210, 2018.

MELO JUNIOR, J.A.C. de C. A noção de experiência histórica e social em Edward Thompson: percursos iniciais. **Histórias e Perspectivas**, Uberlândia, n. 1, p. 393-413, 2014.

MENDOÇA. G.S; LACERDA JR, F. A psicologia da libertação e as questões habitacionais: história e constituição. **Teoría y Crítica de la Psicología**, v. 6, p. 102-121, 2015.

MENEZES, G.; MOURÃO, L.. Programa Minha Casa Minha Vida sob a perspectiva da qualidade de vida. **Psicoperspectivas**, v. 6 n. 3, p. 149-163, 2017.

MENEZES, V.M.O.de. Arranjos familiares de beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida: trajetórias de benefício e percepções de bem-estar social. **Cadernos MetrÓpole.**, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 257-282, 2016.

_____. Programa Minha Casa Minha Vida: Universalização Ou Focalização? **Revista Habitus**: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 98-112, dezembro, 2014. Anual.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. Ttradução: Magda Lopes e Paulo Cezar Castanheira. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. 566 p.

MINELLA, J.L.S. Experiencia e dialética histórica: sua operação nas pesquisas de E. P. Thompson sobre os motins de fome na Inglaterra do Século XVIII. **Revista Eletrônica dos Pós Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 9. n. 2, p. 62-81, 2012.

MONTAÑO, C.. Breves anotações sobre o método e a teoria em Marx. *In*: MONTAÑO, C; BASTOS, R.L. **Conhecimento e sociedade**: ensaios marxistas. São Paulo: Outras expressões, 2013. p. 11-28.

MONTAÑO, C. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012.

MONTE, R.L. **Vidas incertas**: o processo de modernização e segregação urbana de Teresina na década de 1970. Teresina: IFPI - Campus Teresina Zona Sul, 2017. 265 p.

MONTE-MÓR, R.L. O que é o urbano, no mundo contemporâneo? **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.111, p. 09-18, 2006.

MORAES, M.C.M. de; MÜLLER, R.G. E.P. Thompson e a pesquisa em Ciências Sociais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 27, n. 2, p. 481-517, 2009.

_____. História e experiência: contribuições de E.P. Thompson à pesquisa em educação. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 329-349, 2003.

MOREIRA, T.A.; RIBEIRO, J. .A. Z. M. T. A questão fundiária brasileira no desenho das políticas nacionais de habitação: considerações a partir do início do século XXI. **Caderno Metropole**, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 15-31, 2016.

MOURA, J.M. de. O Programa Minha Casa, Minha Vida na Região Metropolitana de Natal: uma análise espacial dos padrões de segregação e desterritorialização. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)**, v. 6, n. 3, p. 339-359, 2014.

MÜLLER, R. G. Revisitando E.P. Thompson e a “Miséria da Teoria”. **Dialógos**, v. 11, n. 2, p. 97-136, 2007.

_____. E.P. Thompson e a “Miséria da Teoria”: razão e apatia. **Rey Desnudo**, Ano II, n. 3, p. 282-311, 2013.

MÜLLER, S. C.; LIMA, J. J. F. O espaço para crianças produzido pelo programa Minha Casa, Minha Vida: estudo de caso na região metropolitana de Belém, PA. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 97-117, abr./jun. 2017.

MUSSE, R. A dialética como discurso do método. **Tempo Social: Revista de sociologia da USP**, v. 17, n. 1, p. 367-389, 2005.

NAGEL, L.H. Do método ou de como pensar o pensamento. *In*: TULESKI, S.C; CHAVES, M; LEITE, H.A. (Orgs). **Materialismo histórico-dialético como fundamento da psicologia histórico-cultural**: método e metodologia de pesquisa. Maringá: EDUEM, 2015, p.19-28.

NASCIMENTO, F.A. do. **A cidade sob o fogo**: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). 2 ed. Teresina: EDUFPI, 2015. 358 p.

NASCIMENTO, P.; MOREIRA, T. A.; SCHUSSEL, Z das G. L. Conceitos divergentes para políticas convergentes: descompassos entre a Política Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa, Minha Vida. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** v. 14 , n. 1, p. 85-98, 2012.

NASCIMENTO, F.A. do; MONTE, R.L. Olhares da Periferia: os migrantes na construção de Teresina na década de 1970. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 122 – 144, jul./dez. 2009.

NASCIMENTO NETO, J. R. do. **Teresina (Piauí – Brasil) sob contexto de um bairro: expansão, modernização e origem do bairro Macaúba (1939-1957) História**. UEG - Anápolis, v. 4, n. 1, p. 148-171, jan./jun. 2015

NASCIMENTO, L.S. do; SARUBBI, M.R.M; SOUZA, P.P. A dimensão subjetiva da desigualdade social: um estudo sobre a dimensão subjetiva da vivência da desigualdade social na cidade de São Paulo. **TransFormações em Psicologia**, , vol. 1, n. 2, p. 8-37, 2009.

NASCIMENTO, N.C.F. Desenvolvimento capitalista e a “Questão Social”: nota para o debate. **Revista Praia Vermelha**, n. 10, p. 46-61, 2004.

NEGRI, S. M. Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises. **Coletâneas do nosso tempo**, v. 7, n. 8, p. 129-153, 2008.

NETTO, J.P. A questão social na América Latina. *In*: GARCIA, M.L.T; RAITER, E.C. **A questão social e as Políticas Sociais no contexto latino-americano**. Vitória: EDUFES, 2012. p. 83-111.

_____. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. **Temporalis**, ano 2, n. 3 p. 41-51, 2001.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992. p. 15-30.

NOGUEIRA, M.L.M. Subjetividade e materialidade: cidade, espaço e trabalho. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 21, n. 1, p. 69-86, 2009.

OLIVEIRA, P.S.F. de; COSTA, C.R.R. da. A atividade comercial e a constituição do Mocambinho como nova centralidade urbana em Teresina – PI. **InterEspaço**, Grajaú/MA, v. 2, n. 7 p. 61-79 set./dez. 2016.

OLIVEIRA, B. A dialética do singular-particular-universal. *In*: ABRANTES, A.A; SILVA, N.R. da; MARTINS, S.T.F. (Org). **Método histórico-social na psicologia social**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005. p. 25-51.

PAGANI, E.B.S.; ALVES, J.de M.; CORDEIRO, S.M.A. Segregação socioespacial e especulação imobiliária no espaço urbano. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 7, n. 1, p. 167-183, 2015.

PASQUALINI, J. C.; MARTINS, L. M. Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 2, p. 362-371, 2015.

PASSOS, T. K. S; LIMA, A. J. A avaliação do Trabalho Social nos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no município de Teresina – PI. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 24, n. 3, p. 193-210, set./dez. 2018.

PASSOS, T. K. S; LIMA, A. J. O Trabalho Social em Programas Habitacionais: O Programa Minha Casa Minha Vida em Teresina. **Revista FSA**, , v. 14, n. 3, p. 209-235, 2017.

PASTORINE, A. **A categoria “questão social” em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 124 p. (Coleção questões da nossa época. v. 17).

PAZ, R. D. O. da. *et al.* Trabalho social no Programa Minha Casa Minha Vida: a experiência da cidade de Osasco/São Paulo. *In*: AMORE, C.S; SHIMBO, L.Z; RUFINO, M.B.C. (Orgs.). **Minha casa... e a cidade?** avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 255- 287.

PEQUENO, R. ROSA, S.V. O Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Fortaleza-CE: análise dos arranjos institucionais **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 191-215, 2016.

PEQUENO, R; ROSA, S.V. Inserção urbana e segregação espacial: análise do Programa Minha Casa Minha Vida em Fortaleza. *In*: AMORE, C.S; SHIMBO, L.Z; RUFINO, M.B.C. (Orgs.). **Minha casa... e a cidade?** avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 131-164.

PEREIRA, A.S. Análise das tendências de aplicação do conceito de periurbano. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 287-304, jul/dez. 2013.

PEREIRA, P.A.P. O sentido de igualdade e bem-estar em Marx. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 37-46, jan./jun. 2013.

_____. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 729-753, out./dez. 2012.

PEREZ, D.M. Método, ideologia e Estado: aproximações a partir do legado de Marx. **Revista Katálysis**, v. 21, n. 1, p. 147-156, 2018.

PINTO, M. B.. Questão habitacional como expressão da questão social na sociedade brasileira. **Libertas**, v. 4 e 5, n. especial, p. 92 - 117, 2004/2005.

PIMENTEL, E. As bases ontológicas da Questão Social. **Boletim do Tempo Presente**, n. 11, p. 1-12, de 01 de 2016.

_____. Um “Nova Questão Social” Raízes materiais e humano Sociais do Pauperismo de ontem e de hoje. 2 ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. 167 p.

_____. A questão social em debate. **Revista Praia Vermelha**, n. 10, p.62-83, 2004.

PONTE, A. Q., BOMFIM, Z. Á. C., PASCUAL, J. G. Considerações teóricas sobre identidade de lugar à luz da abordagem histórico-cultural. **Psicologia Argumento**, v. 27 n. 59, p. 345-354, 2009.

PONTES, R.N. A categoria da mediação na dialética de Marx. **Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 27-88.

PORTAL PMT. **Teresina vai construir 14 novos centros de Educação Infantil**. Teresina, 2013. Disponível em: <http://www.portalpmt.teresina.pi.gov.br/noticia/Prefeitura-vai-construir-14-novos-centros-de-Educacao-Infantil/249>. Acesso em: 7 de mar. de 2019.

RATNER, C. Recuperación y promoción de las ideas de Martín-Baró sobre psicología, cultura y transformación social. **Teoría y Crítica de la Psicología**, v. 6, p. 48-76, 2015.

REIS, A. A. C. *et al.* Tudo a temer: financiamento, relação público e privado e o futuro do SUS. **Saúde Debate**. v. 40, n. especial, p. 122-135, 2016.

REIS, F. N. S. C.; SILVEIRA, S. de F. R.; MOREIRA, V. de S. Resultados do Programa Minha Casa Minha Vida sob a Percepção dos Beneficiários. **RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba: Ed. Unoesc, v. 14, n. 3, p. 925-956, set./dez. 2015.

REY, F.G. O valor heurístico da subjetividade na investigação psicológica. *In*: REY, F.G. (Org.) **Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005. p. 27-51.

RIBEIRO, L. C. de Q. *et al.* Desafios urbanos à democratização do acesso às oportunidades educacionais nas metrópoles brasileiras. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 134, p. 171-193, jan./mar. 2016.

RIZEK, C. S.; AMORE, C. S.; CAMARGO, C. M. de. Política social, gestão e negócio na produção das cidades: o programa minha casa minha vida 'entidades'. **Caderno CRH (UFBA-Impresso)**, v. 27, p. 531-546, 2014.

RODRIGUES, A.M. Desigualdades socioespaciais – a luta pelo Direito à cidade. **Cidades**, v. 4, n. 6, p. 73-88, 2007.

RODRIGUES, R. S. VELOSO FILHO, F. A. Planejamento urbano em Teresina-PI. **Revista Equador**, v. 5, p. 340-359, 2016.

RODRIGUES, R. S. VELOSO FILHO, F. A. O estudo geográfico dos espaços urbanos: evolução das pesquisas geográficas da cidade de Teresina-PI. **Revista Equador**, v. 4, p. 77-97, 2015

RODRIGUES NETO, E X; LIMA, A.J. de. Padrão de relações entre atores sociais urbanos na gestão da moradia: experiência de Teresina nos anos 1990. *In*: LIMA, A.J. de (Org). **Cidades brasileiras: atores, processo e gestão pública**. Belo Horizonte: Autentica, 2007. p. 229-250.

RODRIGUES. M. J. Pensamiento crítico y sujeto histórico. Consideraciones en torno al concepto de liberación en psicología social. **Teoría y Crítica de la Psicología**, p. 237-257, 2015.

ROLNIK, R. *et al.* O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Caderno Metrópole**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 127-154, 2015a.

_____. *et al.* Inserção urbana no PMCMV e a efetivação do direito à moradia adequada: uma avaliação de sete empreendimentos no estado de São Paulo. *In*: AMORE, C.S; SHIMBO, L.Z; RUFINO, M.B.C. (Orgs). . **Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015b. p. 391-416.

ROMANELLI, N. A questão metodológica na produção vigotskiana e a dialética marxista. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 2, p. 199-208, 2011.

ROSA, L.A. Senso comum: possibilidades para a construção de uma Psicologia Política. **Psicologia Política**, v. 13, n. 28, p. 533-548, 2013.

ROSANVALLON, P. *IN*: **A nova questão social**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998. (Coleção Pensamento Social Democrata).

RUFINO, M.B.C. *et al.* A produção do Programa PMCMV na Baixada Santista: habitação de interesse social ou negócio imobiliário? *In*: AMORE, C.S; SHIMBO, L.Z; RUFINO, M.B.C. (Orgs.). **Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 103- 130.

RUFINO, M.B.C. Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos. *In*: AMORE, C.S; SHIMBO, L.Z; RUFINO, M.B.C. (Orgs.). **Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 51-70.

SALGUEIRO, T. B. Espacialidade e temporalidades urbanas. *In*: CARLOS, A.F.A; LEMOS, A.I. G. (Orgs.) **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 99-104.

SANTOS, J.S. Elementos para entender a concepção e a gênese da “questão social”. *In*: **“Questão social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. p. 25-47.

SANTOS, M.E. dos, et al., O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o Direito à Moradia – a experiência dos Sem Teto em Salvador. **Revista Organizações e Sociedade**, Salvador, v.21, n.71, pp. 713- 73, 2014.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2005. 176 p.

SANTOS, A da R. Revitalização para quem? Política urbana e gentrificação no Centro de Santos. **Caderno Metrôpolis**, São Paulo, v. 16, n. 32, pp. 587-607, nov 2014

SANTOS, J.M. dos; LIMA, S.O. Classe trabalhadora e espaço urbano: o surgimento do bairro Vila Operária em Teresina (PI) (1928-1950). **Informe econômico**, Ano 16, n. 33, p. 23-27, dez. 2014.

SAWAIA, B.B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**. v. 21 n. 3, p. 364-372, 2009.

SCHAFF, A. **O marxismo e o indivíduo**. Tradução: Heidrun Mendes da Silva. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. (Coleção Perspectiva do Homem).

SHEFFER, S. M.; KAUCHAKJE, S. Ambiguidades da política habitacional brasileira. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 7, n. 1, p. 51-65, jan./mar. 2019.

SILVA, G P. da. **Expansão do espaço urbano recente de Teresina (PI):** uma análise do setor habitacional. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Piauí, Piauí, 2017. 115 p.

SILVA, G.C; LOPES, W.G.R; MONTEIRO, M. do S. L. Presença de condomínios horizontais e loteamentos fechados nas cidades contemporâneas: expansão e transformações do espaço urbano de TERESINA, PIAUÍ. **Geosul**, Florianópolis, v. 30, n. 59, p 167-187, jan./jun. 2015.

SILVA, A.de S; ASSIS NETO, A. de; OLIVEIRA L.N. de. O estudo do processo de verticalização da Zona Leste de Teresina-PI. **Revista Equador (UFPI)**, v. 2, n. 2, p. 173-188, jul./dez. 2013.

SILVA, J. B da. Notas sobre experiência em Thompson, Benjamin e Adorno. **Prelúdios**, v. 1. n. 1, p. 27-40, 2013.

SILVA, M. L. da; TOURINHO, H. L. Z. O Banco Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida: duas políticas habitacionais e uma mesma lógica locacional. **Cadernos Metrôpole**, v. 17, p. 401-417, 2015.

SILVA, M.O.da S. e. **Política Habitacional no Brasil:** verso e reverso. São Paulo: Cortez, 1989. 189 p.

SILVEIRA, Z.S. Edward P. Thompson: método, categorias analíticas e fenômenos educacionais. **Trabalho Necessário**, ano 12, n. 18, 2014.

SILVEIRA JUNIOR, A.A. A filosofia como historicidade: a ideologia no estudo filosófico dos Cadernos do cárcere. **Serviço Social e Sociedade**, n. 119, p. 560-581, 2014.

SPOSITO, M.E.B; GÓES, E.M. Da segregação à fragmentação socioespacial. *In: Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial.* São Paulo: UNESP, 2013. p.273-301.

SOARES, F.A.A. **E.P. THOMPSON:** a construção narrativa dos conceitos de estrutura e sujeito na obra a Miséria da Teoria. Curitiba: Editora Prismas, 2016. 130p.

SOARES,I.O.;CARVALHO,A. W. B. de; RIBEIRO FILHO, G.B.; PINTO, N.M.de A. Interesses especulativos, atuação do Estado e direito à cidade: o caso do programa “Minha Casa Minha Vida” em Uberaba (MG). **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)**, v. 5, n. 1, p. 119-131, 2013.

SOUSA NETO, M. Moradia popular e eleições: o Conjunto Itararé e as disputas eleitorais em Teresina-PI (1978-1996). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 209 - 235. set./dez. 2016.

SOUSA NETO, M. **NASCE UM BAIRRO, RENASCE A ESPERANÇA, RESISTE A CIDADE**: História e memória de moradores do Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde (Teresina-PI, décadas de 1970 e 1980). Relatório de Pesquisa Pós-doutoral (Programa de Pós-graduação em História do Brasil) - UFPI, Piauí, 2015.

SPINK, M.J.P. Viver em áreas de risco: tensões entre gestão de desastres ambientais e os sentidos de risco no cotidiano. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19 n. 9, p. 3743-3754, 2014.

SPINK, P. K. “O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, edição especial, p. 70-77, 2008.

TASCHNER, S.P; BÓGUS, L.M.M. São Paulo: o caleidoscópio urbano. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 1, p. 31-44, 2001.

TERESINA. Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social. **Plano de Assistência Social do Município de Teresina (2014-2017)**. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina, 2014.

TERESINA. Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social. **I Relatório de acompanhamento do Trabalho Técnico Social**. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina, 2013.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operaria inglesa**: a maldição de Adão. Tradução: Renato Busatto Neto; Claudia Rocha de Almeida. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 2, 1988. 347 p.

_____. **A formação da classe operaria inglesa I**: a árvore da liberdade. Tradução: Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 231 p.

TOASSA, G. Conceito de consciência em Vigotski. **Psicologia USP**, v. 17, n. 2, p. 59-83, 2006.

VASCONCELOS. E.M. **Karl Marx e a subjetividade humana**, vol. I: a trajetória das ideias e conceitos nos textos teóricos. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2014. 204 p.

VASCONCELOS, P. de A. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. *In*: VASCONCELOS, P de A; CORREA, R.Ç; PINTAUDI, S.M (Orgs.). **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 19-37.

VASCONCELOS, P. de A. A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração. **Cidades**. v. 1, n. 2, p. 259-274, 2004.

VIANA, B. A. da S. O sentido da cidade: entre a evolução urbana e o processo de verticalização. **Carta CEPRO**, Teresina - PI, v. 23, n. 1, p. 66-75, 2005.

VIEIRA, A. B. ;MELAZZO, E. S.. Introdução ao conceito de segregação socioespacial. **Formação**, Presidente Prudente, v. 1, n. 10, p. 161-173, 2003.

VILHENA, G.H.R.de. **Os fazedores de cidade**: uma história da mudança da capital no Piauí (1800-1852). Tese (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2016.

WIESENFELD, E. MARTINEZ, F. (De)Construyendo los significados de viviendas gestionadas por el estado: aproximación psicosocial y dederechos humanos. **Psico**, Porto Alegre, PUCRS, v. 45, n. 3, p. 340-349, 2014.

YASBEK, M. C. Políticas Sociais inclusivas: desafios e possibilidades. *In*: KOGA, D; GANEV, E; FAVERO, E (Orgs). **Cidades e questões sociais**. São Paulo: Terracota, 2009. p.15-31.

ZAGO, L.H. O método dialético e a análise do real. **Kriterion**, Belo Horizonte, n. 127, p. 109-124, 2013.

9 APENDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Há quanto tempo o serviço atende aos moradores do Residencial Teresina Sul I e II?
- 2) Quais são as principais demandas do Residencial Teresina Sul I e II?
- 3) Os recursos desta unidade são adequados para a satisfação das demandas dos moradores?
- 4) Existe ações ou atividades voltadas para o Residencial Teresina Sul I e II?
- 5) Qual a periodicidade das ações ou atividades?
- 6) Como o serviço se organiza para atender as necessidades dos moradores do Residencial Teresina Sul I e II
- 7) Como você avalia a procura dos moradores em relação ao serviços ofertados por esta unidade?
- 8) Existiria alguma dificuldade para os moradores acessarem os serviços ofertado por vocês?
- 9) Como você avalia o acesso dos moradores aos serviços?
- 10) Na sua opinião existe alguma mudança que poderia ser realizada para melhor atender as necessidade dos moradores Residencial Teresina Sul I e II?

ROTEIRO DA ENTREVISTA GRUPAL/INDIVIDUAL

- 1) **O que a casa própria representa para você? Qual era sua situação de moradia antes?**
- 2) **Quais foram os sentimentos e expectativas que tiveram quando foram contemplados no sorteio do PMCMV? E como é hoje?**
- 3) **Como foi a mudança para cá?**
- 4) **Quais foram as principais mudanças vivenciadas no Residencial Teresina Sul em relação à antiga moradia? Alterou alguma rotina na família?**
- 5) **Como é o acesso aos serviços e equipamentos públicos? O que tem que fazer para poder acessar esses serviços? Poderia descrever tais situações? Isso faz você pensar/refletir algo?**
- 6) **Como é o lazer na comunidade? Que tipos de atividades costumam ser realizadas na comunidade?**
- 7) **O fato de morar num bairro afastado, afeta no seu dia a dia? Por quê? Isso faz você pensar/refletir algo?**
- 8) **A entrada no PMCMV representou alguma diferença de gastos com a família/casa?**
- 9) **Como você analisa a possibilidade de perder a moradia se atrasar as prestações? Isso faz você pensar/refletir algo?**
- 10) **O que você pensa e sente quando vê uma grande quantidade de casa não ocupadas?**
- 11) **Como é a relação entre os moradores, vizinhos e a comunidade em geral?**

- 12) **A comunidade reúne-se para discutir os problemas do Residencial? Você participa dessas discussões? Como se envolve? Essa experiência a/o possibilitou alguma aprendizagem?**
- 13) **Como você percebe a organização da comunidade? Isso faz você pensar/refletir algo?**
- 14) **Quais são as principais necessidades e reivindicações da comunidade?**
- 15) **Porque não existe ainda uma Unidade de Saúde e uma creche no Residencial?**
- 16) **O que a falta de um espaço coletivo, como a praça, significa para a comunidade? Isso faz você pensar/refletir algo?**
- 17) **Como foi a atuação do Trabalho Social realizado na comunidade?**
- 18) **Gosta de morar aqui? Tem o desejo de permanecer ou mudar-se para outro lugar? Por quê?**
- 19) **Como você avalia o PMCMV? Por quê? Que sugestões dariam para melhorar?**
- 20) **Que aprendizados o Residencial Teresina Sul trouxe para você?**
- 21) **Qual seu maior sonho/expectativa para o Residencial Teresina Sul?**